UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESTRUTURAS AMBIENTAIS URBANAS

A cidade e a Arquitetura também mulher, conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero

Tese apresentada a FAUUSP para obtenção de título de doutor

Terezinha de Oliveira Gonzaga

Orientadora
Profa. Dra. Marlene Yurgel

711.40981611
G589c
Téc.

São Paulo, julho de 2004

EX
UNIVERS
FACULDADE

T-41609

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESTRUTURAS AMBIENTAIS URBANAS

A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero

Tese apresentada a FAUUSP para obtenção de título de doutor

Terezinha de Oliveira Gonzaga

Orientadora
Profa. Dra. Marlene Yurgel

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Biblioteca
SP

São Paulo, julho de 2004

E
UNIVER
FACULDAD

711.40981611
G589c

Ficha bibliográfica

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. *A cidade e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero.* Tese de doutorada apresentada à FAU-USP. São Paulo, 2004.

Palavras chaves

Cidade - Arquitetura – planejamento urbano – plano diretor – segregação – intraurbano – relações sociais de gênero - gênero e cidade – gênero e o intraurbano – arquitetura – projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero – direitos humanos – meio ambiente – políticas públicas, privado e espaço público, história, transdiciplinaridade, movimentos sociais, feminismo, participação e democracia.

Ficha Técnica

Tabulação e gráficos: Cesar Augusto Teles

Editoração e projeto gráfico: Lilian Farah Nagato e Cecilia Maria de Morais Machado – arquitetas – GTA

Ilustrações e mapas: Cecilia Maria de Morais Machado - arquiteta

Revisão: José Carlos Teixeira

Impressão: Copyservice

Capa: Arrisca Encadernações

X-41609

Dedico este trabalho aos movimentos sociais feministas, de moradia e das/os planejadoras/es urbanos pela justiça social que nortearam a minha trajetória de vida e fizeram com que redirecionasse minha vida profissional.

Em especial à União de Mulheres do Município de São Paulo.

"O grau de democracia de uma sociedade se mede pelo grau de participação e poder que as mulheres exercem nesta"

Ao iniciarmos este trabalho saíamos da primeira experiência de uma mulher exercendo o poder na prefeitura da cidade de São Paulo. Esta fez com que viéssemos a entender a importância de priorizar as duas vertentes, na verdade já definida como opção de causa, vida e profissão.

A continuidade da luta por uma verdadeira democracia.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Biblioteca
SP

E
UNIVER
FACULDADE

Agradecimentos

Esta tese que se encerra agora em nenhum momento fez me pensar que era um trabalho solitário. Mesmo quando foi necessário fechar-me para sintetizar os processos, que foram dois no mestrado para a qualificação que me honrou em ser aprovada para o doutorado. E neste momento que encerro todo o processo. Muitas e muitos foram aquelas/es que se dispuseram a sentar e refletir sobre o porque e para que pensar a cidade dando visibilidade à mulher e traçar políticas urbanas e sociais do ponto de vista das relações sociais de gênero. Assim agradeço ao Apoio Institucional da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP para o desenvolvimento do Mestrado, à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior – CAPES-MEC com a Bolsa Capes de Demanda Social no processo de doutorado. Não posso deixar de aqui lembrar das e dos Colaboradoras/es na Pesquisa de Campo que são elas/es:

Adelmo Bassi Junior - arquiteto
Criméia Schmidt de Almeida – feminista e enfermeira
Denise Pedroso Garcia – assistente social
Dinalva Tavares – feminista e psicóloga
Edson de Almeida Teles – jornalista e filósofo
Glaucia Matos – feminista e pedagoga
Janaína de Almeida Teles – historiadora
Maria Amélia de Almeida Teles – feminista e professora
Mariangela Portela – ambientalista/arquiteta/urbanista
Neide de Souza Ferreira – arquiteta/promotora legal popular
Rita de Souza Ferreira Rodrigues - bancária
Valéria Jacó Monteiro – doutora em literatura

E aos lugares de mulher, meus agradecimentos à Associação das Mulheres da Zona Leste, ao CIM – Centro Informação Mulher, ao SOF – Sempre Viva – Organização Feminista, ao GTA – Grupo Técnico de Apoio, à SEPLAMA – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Município de Mauá – SP.

E especialmente à União de Mulheres de São Paulo e todas as mulheres que se dispuseram a responder o questionário e dar depoimentos.

E
UNIVER
FACULDAD

Resumo

Esta tese objetiva dar visibilidade à mulher na história das cidades, com destaque para a mulher produtora de espaços transformadores, exemplificando as intervenções destas na área metropolitana de São Paulo e principalmente na cidade de São Paulo. Analisa o que significou a luta pelas Delegacias de Defesa da Mulher e pelas creches, e seu impacto na malha urbana; os lugares de mulher, a participação das mulheres e o olhar do ponto de vista de gênero dos mutirões de construção e de urbanização de favelas. Reflete sobre planejar e projetar como um ato ideológico, político e social, e portanto reprodutor do *status quo* ou da transformação. Discute e apresenta propostas de planejar e projetar com a preocupação de garantir a participação das/os interessadas/os diretamente e da não reprodução do patriarcalismo e dos arquétipos que reforçam a educação diferenciada e estimula a guerra de sexos, no espaço público e privado, aqui priorizando o espaço urbano; planejar e projetar do ponto de vista das relações sociais de gênero. Encerra-se com a análise da incorporação da categoria gênero nos espaços de poder no Estado e com recomendações nas diversas esferas de poder.

Abstract

This essay aims to give visibility to women in the history of cities, with emphasis on women producers of transforming spaces, with examples of their interventions in the metropolitan area of São Paulo, and especially in the city of São Paulo. It analyses the meaning of the claims and struggles for day nurseries and women defense police departments, and their impact in the city; women places, women participation and engagement, and the look over mutual-help housing and slum upgrading from a gender point of view. It considers planning and projecting as an ideological, politic and social act, and therefore breeding of the *status quo*, or of change. It presents and discusses proposals of planning and projecting concerned on assuring the participation of those directly interested and the non-reproduction of patriarcalism and of archetypes that reinforce distinguished educations and stimulate sex war, in public and private space, focused here on urban space; planning and projecting from the point of view of gender social relations. It ends with the analysis of incorporation of gender in the State power and recommendations for the different levels of government power.

UNIVER
FACULDADE

Apresentação

Temos aqui por objetivo introduzir na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - da Universidade de São Paulo uma linha de pesquisa, que aborde uma nova filosofia de planificação do espaço urbano e territorial. Este parte do pressuposto, paralelamente, da elaboração de uma nova cultura em que mulheres e homens partilhem com equilíbrio todos os espaços. E na qual os estudos e as preocupações na elaboração dos planos e projetos urbanos e arquitetônicos estejam ligados à dimensão de gênero. Iniciamos dando visibilidade as mulheres - historiando suas lutas e espacializando alguns de seus territórios – aqui denominados lugares de mulher. Calcada nas experiências que vimos aplicando, nas duas entidades objeto de pesquisa, União de Mulheres de São Paulo e Grupo Técnico de Apoio – GTA, estas vinculadas à garantia dos direitos humanos combatendo a violência (urbana e de gênero), urbanização de favelas, construção de moradias, formulação e aplicação de políticas públicas e produtoras de um conhecimento que a Universidade precisa reconhecer. E destacando a metodologia desenvolvida que entrelaça as questões sociais objeto da carta de direitos humanos* e as relações interpessoais que se dão na família (casa), no local de trabalho e nas ruas, onde a questão de gênero tem aqui o destaque principal, e para isto concretizar-se a necessidade da atuação intersetorial, multidisciplinar e transdisciplinar. Para isto envolvendo o Estado em todas suas esferas de poder, a iniciativa privada, organizações não governamentais e movimentos sociais. Consolidando a compreensão de que o espaço construído é fruto das relações sociais e econômicas e estas também determinam o espaço. Que o conceito de gênero, – gestado nos últimos 30 anos que vem alterar significativamente a compreensão das relações sociais no âmbito do privado e do público, criando novos paradigmas e categorias. Com registros do que foi o impacto dos movimentos sociais de mulheres feministas e de moradia, em que elas, foram e são, produtoras da urbanização da área metropolitana de São Paulo. Assim destaca a implantação da rede municipal de creche um equipamento que vem materializar a maternidade como função social e alterar significativamente o tecido urbano das periferias da cidade de São Paulo. As Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, que vem exigir um repensar desta estrutura até então voltada apenas para a repressão, mas agora também como uma questão social, exige o repensar deste projeto arquitetônico. Ainda ressalta que a segregação estabelecida no espaço das cidades tem um corte de classe, gênero, etnia, faixa etária e orientação sexual. A importância das/os planejadoras/es e arquitetas/os escutarem as mulheres e entenderem como vivenciam, participam e produzem a cidade e, portanto têm direito a esta e que o ato de projetar está imbuído de ideologia que pode levar a um reforço da educação diferenciada que cristaliza a guerra entre sexos, onde a mulher é a subjugada. Que o papel do Estado na garantia destas intervenções fecha o trabalho apresentando recomendações e sugestões de políticas públicas.

* saúde, educação e habitação (boas condições de habitabilidade como saneamento básico, ventilação e insolação, paisagismo, manejo dos resíduos) cultura, lazer, esporte, desenvolvimento econômico e direito de organização e expressão e os direitos das mulheres são considerados direitos humanos aprovados na última Conferência Mundial dos Direitos Humanos- Viena, 1993.

Índice

Apresentação 7
Índice 9
Preâmbulo 11

Introdução 13

Capítulo I Origem e objetivo dos estudos 27

Capítulo II Referencial teórico 41

Capítulo III Metodologia 53

Capítulo IV A história das mulheres na história das cidades 71

Capítulo V As cidades são como as mulheres:
É preciso amá-las e tratá-las bem para entendê-las 99

Capítulo VI O planejamento urbano do ponto de vista de gênero:
rompendo com a segregação espacial das mulheres 185

Capítulo VII A arquitetura como produto da especificidade das mulheres na cidade de São Paulo 203

Capítulo VIII Gênero, urbanização de favelas e planos de ação urbano habitacionais 223

Capítulo IX O Estado e a questão de gênero 243

Conclusões definitivas 255

Recomendações para um planejamento municipal e estadual do ponto de vista de gênero 267

Bibliografia 279

UNIVER
FACULDAD

Preâmbulo

A cidade só será humana quando também for mulhana.*
Quando acolher a mulher como cidadã
Garantindo e saciando, também suas necessidades
Quando ouvi-la para melhor organizar seus serviços
Quando garantir que esta possa, sentar-se a praça para ler, sem ser importunada.

A cidade só será humana quando também for mulhana
Quando as mulheres obtiverem o direito de adquirir a sua moradia.
Quando as mulheres obtiverem o direito de ter uma terra para lavrar.
Quando as mulheres obtiverem o direito ao crédito para desenvolver a sua produção agrícola.
Quando puderem escolher se quer ou não ser mães.
E quando escolherem serem mães não sofrerem a angústia de que podem morrer, ainda de parto.

A cidade só será humana quando também for mulhana
Quando ganharem os mesmos salários que os homens
Quando o trabalho doméstico for reconhecido como trabalho social.
Quando não precisarem negociar e convencer seus companheiros a utilizar os preservativos.
Quando as mulheres não mais forem assediadas sexualmente desrespeitando sua vontade.
Quando não mais forem estupradas.
Quando não mais sofrerem a violência de gênero, no privado e no público.

A cidade só será humana quando também for mulhana
Quando as mulheres conquistarem os seus direitos de cidadãs, as crianças ainda seus frutos, serão respeitadas, assim como as/os adolescentes, as/os jovens e as/os idosas/os.
Quando as mulheres conseguirem dividir o poder e ter os seus 50% de mando.
A cidade só será humana quando também for mulhana
Quando as mulheres ascenderem seus 50% na direção das universidades.
Quando as mulheres ascenderem seus 50% na direção institutos de pesquisa científica e agências de fomento
Quando as mulheres ascenderem seus 50% na direção do poder instituído do Estado em todas as esferas.
Mas, com sua forma de governar deixando de lado o arquétipo do androcentrismo.
Aplicando seu acúmulo de experiência em mediar conflitos em estruturar e organizar o interesse de todas e todos na construção de uma vida justa.

A cidade só será humana quando também for mulhana
Quando todas e todos, de todas as etnias, portadores de limitações físicas e intelectuais e faixa etária gozarem de justiça e igualdade.

**humana vem de homem, mulhana vem de mulher. Palavra a ser insenda em nosso vocabulário, parte de nossa luta contra o sexismo da língua portuguesa.

UNIVER
FACULDAD

Introdução

Introdução

A ideologia permeando as cidades, a arquitetura e as mulheres: e como ficam as relações sociais de gênero?

> *Uma líder ambientalista da Zona Norte de São Paulo, que conseguiu ameaçar mais de 150 mil assinaturas contra uma avenida que iria passar por cima da Reserva Florestal da Cantareira, quase foi expulsa do escritório das Nações Unidas em Genebra, às vésperas da Conferência Mundial Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, simplesmente por ter deixado claro que o papel feminino naquele encontro de cúpula não deveria ficar restrito à importância da mulher africana na coleta de lenha para a cocção de alimentos. "No Brasil", disse ela aos burocratas da ONU, "a mulher hoje é a grande catalisadora das mobilizações coletivas, e enxergar-nos como meras máquinas reprodutivas é querer perpetuar as distorções que estão levando o mundo ao beco sem saída em que nos encontramos."*

A inter-relação da cidade e da arquitetura também mulher se dá no cotidiano da história. A história das cidades foi documentada, mas a história das mulheres o foi muito pouco e, ainda assim, principalmente por homens e de seu ponto de vista, com um olhar típico de quem é possuidor de poderes de decisão e, calcados na ideologia patriarcal. Aqui refletimos e trazemos do anonimato a história das mulheres no interior da história das cidades, e do ponto de vista das mulheres e na perspectiva das relações sociais de gênero[1]. Portanto, este é um trabalho que se propõe a ser eminentemente ideológico.

Tanto as mulheres como os homens, mas não todos, entenderam que para que o planeta fique livre da devastação ambiental, para que seja saudável, há necessidade de partilharmos o poder e construirmos a justiça social. A luta pelo poder se dá no espaço físico, privado ou público, ou seja, no cotidiano. E o papel do Estado é compreender que o povo tem sua diversidade de cultura, classe, faixa etária, gênero, raça/etnia, deficiência física e orientação sexual, temos que construir este Estado, e pergunto será que é o Estado. E mais: que não tenha o papel de opressor, mas sim o de mediador dos conflitos existentes na sociedade, que desenvolva políticas que venham resolver as injustiças sociais e romper com as estruturas de dominação para a exploração. E isto se faz com políticas públicas afirmativas[2], que venham reparar o legado de discriminação construído ao longo da história da humanidade. Defender políticas públicas afirmativas hoje é confrontar-se com a política neoliberal de enxugamento do Estado. Porque esta atitude pressupõe investimentos em políticas públicas.

Todas essas idéias acima destacadas são de mulheres que, no século XX, das mais variadas maneiras, no plano privado e no público, rasgaram da forma mais ousada possível o mito de que a mulher é um ser frágil, incapaz e sem condições de exercer os direitos e deveres instituídos pelos homens e, sempre impedindo qualquer reação que pudesse vir a questioná-los. Desconstruir este mito foi a custa de muita luta e derramamento de sangue. Porque as regras e normas instituídas no mundo do androcentrismo não respeitam a diversidade e a diferença que a humanidade traz. Portanto, regras e normas que violam toda a riqueza que pode estar presente no desenvolvimento das populações, se este não for cerceado. Romper a universalidade do androcentrismo e desconstruir seus paradigmas vem sendo a grande contribuição das mulheres organizadas no mundo. E que

[1] Relações sociais de gênero este conceito é exaustivamente discutido no cap II.

[2] Políticas afirmativas são ações governamentais de políticas públicas que aplicam a equidade, ou seja, maior investimento nos pais os segmentos que mais necessitam considerando em seus diagnósticos a precariedade e suas potencialidades

já alcançou resultados importantes nas ciências naturais e principalmente nas sociais.

O movimento feminista, podemos afirmar com segurança, tem sido um movimento social que intervém determinantemente no repensar de categorias, até então, consideradas senso comum, no sentido de criticá-las, contestá-las e, se possível, substituí-las.

Farret passou a dizer que "todo o social realiza-se no espaço", e, portanto, as relações sociais de gênero não saem dessa regra. Tanto no espaço público como no privado. E passou a interferir na determinação do que é e do que deve ser o espaço construído.

Frederico de Holanda mostra que o espaço, a exemplo de outras manifestações do social, não "reflete" o social: ele "constitui uma de suas inúmeras dimensões"[3]. Além disso, "a importância do estudo da estrutura espacial urbana pode ser identificada a partir de diversos ângulos, primeiro, ela constitui uma tradicional preocupação acadêmica de diversas disciplinas: sociologia, geografia, economia, arquitetura, engenharia, antropologia, ecologia, história, direito"[4]. E as teóricas do feminismo ou das relações sociais de gênero desenvolvem seus estudos em todas as disciplinas acima citadas, assim como na bioética, medicina, assistência social, literatura, educação, meio ambiente e outras mais. Isso contribui para que seja dada ênfase à disciplina do direito e à questão do poder, com o objetivo de trazer empoderamento[5] às mulheres, o que significa torná-las mais afirmativas e próativas, tendo condições de exercer seu poder no interior dos poderes constituídos. Gênero vem sendo considerado como uma categoria de transversalidade, que perpassa as inúmeras disciplinas que a organização da vida humana envolve.

Não podemos esquecer que o modo pelo qual a estrutura espacial urbana se mantém ou se transforma está claramente relacionado a processos de redistribuição de riqueza[6] e ao direito à propriedade. E o mesmo se dá com acesso à cidade pelas mulheres, mas com uma particularidade: a visão sexista com que a sociedade patriarcal trata as mulheres, ainda hoje, é um fator preponderante nas dificuldades de acesso das mulheres à cidade. Elas são o segmento social mais empobrecido do planeta, segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1998 da Organização das Nações Unidas (ONU), o que é agravado pelo componente estrutural de cunho ideológico que permeia o preconceito contra as mulheres, impedindo-as de usufruir e apropriar-se do espaço construído, público e privado, e até mesmo de seus próprios corpos[7].

O trabalho de campo desenvolvido veio confirmar a necessidade de concebermos e implantarmos programas que tratem a população levando em conta a diversidade que está presente nela. Lembrando que é imprescindível abordar as relações sociais de gênero vinculando-as aos direitos humanos, que devem ser entendidos como necessidades econômicas, sociais, civis, políticas, culturais, garantindo a organização e a participação. E, nessa abordagem, deve-se incorporar a diferença entre sexos, a etnia, a faixa etária, as classes sociais e a orientação sexual como parâmetros no planejamento e nos programas das políticas públicas de todas as áreas, implantadas tanto por prefeituras, quanto por governos estaduais e federais, garantindo esses parâmetros em legislações definitivas baseadas nos princípios da igualdade e equidade.

Ainda mais no momento histórico em que vivemos, com o acirramento dos conflitos e a crescente deterioração das cidades/metrópoles, como conseqüência do modelo econômico imposto pela classe dominante. E, a fim de que a eqüidade[8] e a justiça social sejam estabelecidas, e sejam criadas as condições necessárias para a implantação da

[3] Farret, 1985, p. 14.
[4] Farret, 1985, p. 12.
[5] Empowerment é uma palavra podemos dizer da moda. Que na verdade significa dar condições para que as pessoas que não possuem poder passar a exercê-lo, no caso das mulheres, as cotas nos partidos, os cursos e seminários para politizarem-se.
[6] Farret, 1985, p. 12, Harvey, 1979.
[7] Dados da ONU na década de 80 nos dizia de que cerca 100 propriedades é é mulher. E a OIT - Organização Internacional do Trabalho de que a mulher produz ⅔ da riqueza do mundo e usufrui de ¼.
[8] Conceito de equidade: tratamento desigual para situações de desigualdade para equiparação.

cidadania plena, as desigualdades e diferenças precisam ser enfrentadas com a mesma seriedade com que se enfrentam as necessidades das elites.

E, mais ainda, para que o desenvolvimento sustentável possa fazer-se realidade. Iludem-se aquelas/es planejadoras/es que pensam poder obter o total controle do espaço e do seu uso, desconsiderando o cenário em que eles se efetivam, e deixando de aproveitar o fato de que aí estão presentes os interesses e propostas já equacionados pelos movimentos sociais urbanos e rurais. Apenas um Estado que represente a diversidade de forças sociais da sociedade poderá implantar um planejamento espacial[9] conseqüente, que seja sempre sensível a essas necessidades. Este controle deve ser consistente com e/ou dirigido para a manipulação adequada dos determinantes sociais, econômicos, políticos[10], tecnológicos e ideológicos vinculados a um planejamento estratégico participativo, que tem sofrido críticas ao ser implantado apenas nas centralidades, com o objetivo de requalificação arquitetônica, o que tem significado apenas "centros históricos", sinônimo de centro antigo. Entendemos que todos os centros são históricos e todos os espaços são históricos. Na verdade têm sido consideradas históricas apenas as localidades que tenham ícones do poder, ou da classe dominante. Não se pensa em considerar favelas com mais de 60 anos como centros ou locais de interesse histórico.

Quanto a nós, podemos e devemos considerar o espaço das cidades como um dos lugares do fazer social, pois aí se dão encontros, comemorações, consumo, trabalho, ócio e lutas sociais, e, portanto, pensando nas experiências já desenvolvidas, com tudo isso devendo ser avaliado e considerado, manifestamos o desejo de que cada vez mais possamos aprimorar e desenvolver um conhecimento abalizado na prática coletiva. Para nós, é mais do que claro que a necessidade e as possibilidades estão dadas, é passada a hora de transformar-se a forma de planejar. Que o planejamento seja participativo, isto é, que seja feito consultando-se a todas e todos, cidadãs e cidadãos, por intermédio de suas organizações, e com base na interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade construir esta experiência é enfrentar uma batalha ideológica contra a segmentação e o corporativismo rompendo assim com a visão setorializada. Trata-se também de criarem-se novas ou de aperfeiçoarem-se as já existentes formas de auscultar as/os desorganizadas/os, ou seja, a maioria da população e, mais do que isto gestar coletivamente com a sociedade organizada. A história já nos comprovou, com exemplos claros, que as/os arquitetas/os e as/os urbanistas que não consideram a complexidade das culturas, das relações interpessoais e intersexos dos aglomerados urbanos ou rurais e intervieram de forma autoritária criaram problemas sociais que poderiam ser evitados.

As cidades, que aqui focalizamos do ponto de vista da transformação, foram pensadas, segundo Katz[11], quanto a sua emergência, por duas grandes linhas. A primeira, dando primazia ao registro das trocas, diz que elas teriam se originado como resultado do mercantilismo. A produção e a circulação de mercadorias para além do consumo impunham uma divisão de trabalho que dispôs grandes massas humanas em torno de uma tarefa comum, que teria sido o suporte de uma nova organização social, incluindo a gradativa centralização das atividades e de seu controle, dirigida pela produção e o consumo de mercadorias, as quais apresentavam sempre novas características. A cidade seria esse lugar centralizador em que a divisão de tarefas se fez fortemente, fazendo surgir um sistema de

[9] Em que os planos não sejam apenas plano – discurso que cumpre um papel ideológico (Villaça, 1995) "e que ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos. No caso das metrópoles, além dos grupos locais, o capital imobiliário e as empreiteiras contam sempre na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito" (Maricato, 2000, p. 124).

[10] Maricato, *Pensamento único*, 2002.

[11] Katz, C.S. *Na sombra da cidade – Cidade e doença*. Escuta, 1995, pp. 12-123.

saber, de controle e de poder em tudo diferente dos sistemas vigentes nas concentrações anteriores.

A outra diz que a origem da cidade está na guerra. Baseia-se em Pierre Clastres[12], que ensinou como os homens lançam mão da guerra para evitar o surgimento do Estado. Mas, quando dessas pequenas guerras entre tribos restritas se fez uma grande guerra, aí nasce o Estado, e depois as cidades. A cidade seria, dessa perspectiva, não um consenso ou acordo comum contra as guerras, mas uma organização e um lugar de fazê-las de outro modo. Entre a política e a guerra haveria uma continuidade.

Se definirmos ideologia como um conjunto de idéias organizadas e articuladas num discurso com um objetivo muito claro, o de manter a vitória de um grupo no poder, representando interesses de uma classe dominante, podemos dizer que este poder seria o Estado, mas, como diz Michel Foucault[13], tendo uma pluralidade de micropoderes permeando toda a estrutura da sociedade. Isso pressupõe todo um aparato de instituições e crenças, no qual a ideologia é estruturada, para que a opinião pública legitime o poder.

Maria Odila Leite[14] afirma que essas amarras ideológicas "são um modo de conhecer predeterminado por um sistema de dominação cultural arraigado – e reflete-se nos estudos feministas, e, ao mesmo tempo, dizem respeito a mulheres, que, como seres humanos, são também, e a despeito dos condicionamentos culturais, agentes de si mesmas". Também Marilena Chauí[15] define ideologia como algo que tem a função de expressar o discurso da classe dominante. O domínio dessa classe é a expressão da vitória de um dado conjunto de interesses que assume o poder, após um processo de exacerbação de conflitos.

O sistema patriarcal-machista também é o resultado da vitória dos homens sobre as mulheres, que lutaram, resistiram e resistem a esta dominação. Sabe-se que numa cidade os homens têm um conjunto de representações para dizer o que eles pensam acerca de si próprios, dos outros e de suas relações. Chama-se a isso, do mesmo modo, "ideologia", no dizer de Katz. E digo eu que eles estabeleceram um conjunto de representações de como as mulheres devem comportar-se encurralando-as no espaço privado e reproduzindo o tratamento dado neste espaço nos espaços públicos, proprietários de seus corpos.

A cidade é, portanto, um lugar em que a ideologia se materializa. Continuando, Katz afirma que tão importante quanto as ideologias, os homens da cidade devem, desde cedo, começar a se fazer em torno de si mesmos, a se sentir de modos diferenciados, o que chamamos de "subjetivação". E aqui queremos repensar esta postura ideológica em que se convencionou que a palavra "homem" representa a humanidade. Não concordamos com isso, daí inserirmos sempre as palavras no plural, mulheres e homens[16], ou então seres humanos.

Em relação às mulheres, Saffioti (1984)[17] afirma:

> "A dominação da mulher pelo homem é historicamente muito anterior ao capitalismo e freqüentemente lhe sobrevive. Não é, portanto, inerente ao capitalismo. Este apresenta sabedoria suficiente para sabê-la explorar adequadamente, refinando as formas de dominação das mulheres pelos homens... Numa sociedade de classes, a totalidade das mulheres não é dominada pelos homens em seu conjunto, da mesma forma. Há mu-

12 Clastres,P – A sociedade contra o Estado

13 Foucault,M – Microfísica do poder

14 Leite,M.O – in questão de gênero

15 Chauí,M – O que é ideologia, coleção Primeiros passos editora Brasiliense, edição 82, 19

16 Adoto em todo o meu texto, quando escrevo mulheres e homens, sempre mulheres primeiro o que não tem acontecido inclusive nos textos elaborados pelas feministas, observem os textos transcritos entre aspas.

17 Saffioti, H.I.B. *A mulher na sociedade de classes – Mito e realidade*. Quatro Artes, 1969 (1ª ed.).

lheres que dominam mulheres, e há mulheres que dominam homens. Em geral, contudo, as mulheres são dominadas pelos homens. Esta dominação é absolutamente transversal na sociedade, estando presente em todas as classes sociais. Assume, todavia, formas específicas no seio de cada classe social. Isto, porém, não autoriza a afirmação de que a dominação homem/mulher constitui uma contradição menor que se possa situar no interior das classes sociais, de tal modo que, eliminando estas, se criariam as condições para a eliminação daquela.

"Trata-se de duas contradições distintas e, provavelmente, de igual importância (...) Por isso não se trata (...) de situar a dominação da mulher pelo homem no interior de cada classe social e verificar suas formas específicas de manifestação. Trata-se de verificar isto, mas também de ir além disto, ou seja, de se tentar descobrir os pontos de intersecção das ideologias que legitimam os dois tipos de dominação em pauta: o patriarcalismo e o capitalismo... Já se afirmou que a ideologia patriarcal é profundamente explorada pelo capitalismo, que dela se utiliza para reforçar a dominação de classe. Há, entretanto, que se fazer a seguinte pergunta: em que medida o capitalismo constitui um excelente recheio histórico para a ideologia patriarcal que sobrevive e se expande graças a desigualdades de toda sorte¿"

A ideologia que permeia a dominação das mulheres e sua conseqüente exploração não é visível, e nosso papel é desmistificá-la. A "identidade feminina" foi construída por meio do discurso ideológico e social, que, longe de ser natural, visa atender e adequar as necessidades e mitos (Coutinho, 1994) do sistema patriarcal. E essa adequação vem ocorrendo em vários momentos da história da humanidade. Segundo Alambert[18], data de pelo menos 9000 a.C. e tem desempenhado importante papel na construção da subjetividade das mulheres. Por isso tem servido para mantê-las na posição de subordinação.

Podemos afirmar que toda identidade, seja ela de raça/etnia ou de sexo, associa-se sempre a uma entidade abstrata, sem existência real, ainda que, de certa forma, indispensável como ponto de referência, como assinala Coutinho (1994)[19]. Ortiz (1995)[20], citada por Coutinho, diz que é uma construção, operada por agentes históricos, que dissolve heterogeneidades, diferenças, na univocidade de um discurso ideológico totalizador, que converge para aquilo que chamamos de "o pensamento único".

O comportamento das mulheres foi construído concomitantemente à construção de instituições e conceitos que vigoram até os dias atuais. E a família *celula mater* da sociedade é a primeira delas. E coincide com a opressão das mulheres que visa a explorá-las, garantindo a propriedade privada e principalmente a herança que, num primeiro momento, foi a terra o seu produto. O objetivo deste discurso era manter a mulher no confinamento da esfera doméstica e da maternidade, o que, como diz Coutinho, configurou um programa político. Na Grécia, que é considerada o berço do conceito de democracia, em algumas de suas cidades havia um código de conduta da mulher, contendo principalmente os deveres da esposa, enquanto cada marido poderia elaborar o seu próprio

[18] Alambert, Z – A trajetória épica das mulheres
[19] Coutinho, 1994
[20] Ortiz, 1995

manual de conduta[21]. Segundo Saffioti, o capitalismo utiliza e sofistica esta conduta na busca de seu objetivo maior, que é a acumulação de capitais.

Ainda antes de Cristo os homens desenvolveram teorias para tentar fundamentar a incapacidade mental das mulheres e assim decidirem sobre a vida delas. Estes chegaram a afirmar que o útero esvazia as possibilidades de a mulher pensar. E recentemente esta idéia ressurge com a instituição da TPM – Tensão Pré-Menstrual –, de acordo com a qual chega-se a afirmar que a mulher nesta fase pode ser levada a matar. Esta visão biologizante do comportamento vem ressurgindo, e, ainda no ano de 2002, um cientista americano justificou o estupro das mulheres como fruto da necessidade de manter a espécie humana se reproduzindo, desconsiderando todas as comprovações de que esta é uma construção decorrente de um comportamento cultural, ou seja, uma construção de atitudes. O estupro sendo a prova máxima do poder do falo e da supremacia masculina, e não um apelo do instinto, consideramos esta ótica determinista, contraria os princípios da dialética, que norteia a racionalidade de mulheres e homens e conduz a uma vida verdadeiramente civilizada.

Nas cidades as normas estabelecidas pelo Estado estão impregnadas de ideologia, tal como se evidenciava quando o direito de votar só era assegurado a quem fosse homem e possuidor de propriedade. As mulheres, como não eram alfabetizadas nem possuíam propriedades, não votavam. Eram consideradas incapazes. E estas ideologias modeladoras de comportamentos têm desdobramentos na utilização do espaço construído da cidade. Tanto na concepção de projetos arquitetônicos garantindo que lugar de mulher é na cozinha. A mulher não tinha nem mesmo o direito de freqüentar a sala, prática ainda vigente em alguns países. Longe de nós mulheres, desprestigiarmos o valor da cozinha, sabemos que esta desvalorização na verdade é a construção ideológica para materializar a nossa desqualificação, não se vive sem este trabalho, é um trabalho social.

O acesso das mulheres à cidade nunca se deu da mesma maneira que os homens. Há menos de 80 anos as mulheres passaram a poder andar sozinhas nas ruas das cidades. E mesmo assim somente em espaços delimitados. Simone de Beauvoir[22], famosa pela frase "Não se nasce mulher, torna-se", vem marcar uma época na reconstrução da crítica contundente das feministas.

O feminismo enquanto movimento social retomou com força o combate a essa ideologia, e aqui devemos resgatar algumas falas de Beauvoir, como a que diz que a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a que diz que a fêmea é o inessencial perante o essencial; e também o homem é o sujeito, o Absoluto, ela é o Outro...

Aqui destacamos o papel desempenhado por algumas instituições, como a família, na reprodução da ideologia. A construção simbólica que a ideologia dominante desenvolveu necessitou de estruturas de massa, principalmente nas cidades, como a família, as instituições religiosas, a imprensa escrita, falada e hoje o conjunto da mídia, conhecido como "o quarto poder". Tudo isso para conseguir controlar o comportamento e impor a ideologia das classes dominantes. Mas sempre houve resistências e vozes protestando. Como no caso da Igreja Católica, que, para conseguir impor sua forma de pensar, teve de travar guerras, criando a Inquisição, que, perseguindo os diferentes, tachados de hereges, julgou e queimou milhares de mulheres. Temporariamente venceram a batalha.

21 História das mulheres na Idade Média
22 Beauvoir, S – O segundo Sexo - 1960

Mas as mulheres sempre resistiram em toda esta trajetória épica como diz Alambert.

No sistema capitalista tudo é transformado em mercadoria. Tudo tem valor de troca e de uso. O mundo capitalista das mercadorias configura-se também na rede de tráfico de mulheres para a prostituição, de que fazem parte cidades do Brasil, inclusive São Paulo.

As cidades também são espaço de consumo e para o consumo. O espaço do encontro, do debate das vivências políticas tem sido esvaziado em que pese haver muita resistência. Este modelo carrega a contradição dentro de si: ao mesmo tempo em que se restringiu praticamente o consumo em lojas abertas nas ruas, e criou-se a cultura do *shopping*, deixou que aparecessem as feiras de camelôs a ocupar as ruas e as praças.

Para as/os urbanistas de terceira geração, como são chamados pela professora Otília Arantes[23], o espaço da cidade passou a ser voltado só para o consumo, para o turismo. Criou-se a cidade do espetáculo, onde se dá o consumo da cultura. A cidade tem de competir para ser a cidade dos grandes eventos, como a Olimpíada, as corridas de Fórmula 1, que é no que a prefeita Marta Suplicy investiu com muito energia. Vender o espaço da cidade fora do país para eventos temporários, em que vai correr muito dinheiro, gerando muito "agito", é o resultado disso, trazendo mais riqueza para alguns, claro, os que já concentram grande poder aquisitivo. Tudo isso, sem esquecer que o espaço privado também tem sido palco da propaganda do consumo.

E a mídia tem tido um papel decisivo na transmissão dessas ideologias. A televisão invade nossa intimidade com uma proposta sedutora e consegue vender, principalmente para as mulheres, o papel tradicional de dona de casa e de consumidora de objetos supérfluos. Assim ela nos captura. E, mais do que isto, divulga suas propostas programáticas, como se dá no caso do programa Cidade alerta, e outros do mesmo gênero, que propagam o tempo inteiro a bandeira da pena de morte, a diminuição da idade penal.

A cidade do consumo, que concentra o capital, produz também cada vez mais exércitos de pessoas despossuídas, que ficam seduzidas pelo consumo de quinquilharias e não têm alternativa, a não ser entrar para o crime. Os jornais da grande imprensa também estão organizados com base nesse mesmo sistema de controle e têm entre suas grandes fontes de sustentação a propaganda da especulação imobiliária e da indústria automobilística. Vendendo o sonho e a felicidade.

Nesse mesmo sentido vem a grande campanha publicitária, de que São Paulo é Cidade Mundial. Paralelamente ao aumento da concentração, nessa mesma cidade, dos maiores contingentes de desempregados. Nessa mesma São Paulo, em que a cada cinco dias nasce uma favela, em que moram quase 10.000 pessoas na rua. Sendo desses cerca de 15 % de mulheres, ou seja, cerca de 1500 mulhrees e com filhos, diferentemente dos homens que abandonam a família. Muitas estão nas ruas por não suportarem a violência doméstica.

Essa falsa idéia de que São Paulo tem qualidade de vida e que aqueles grandes eventos podem resolver o problema das pessoas carentes continua sendo alimentada. Os esforços que foram canalizados para a possibilidade de São Paulo abrigar a Olimpíada deveriam ter sido canalizados para resolver problemas sociais e de precariedade urbana. Paralelamente deparamo-nos com a aprovação do Estatuto da Cidade depois de 10 anos de mobilização que garante instrumentos defendido nas propostas de reforma urbana dos movimentos sociais. Como dizem Flávio Villaça e Ermínia Maricato, o plano diretor nada

[23] Arantes,O – in o pensamento único

mais é do que um conjunto de representações ideológicas. São representações que não refletem a cidade real, em que se verifica o debate entre as classes sociais, a diversidade de gênero, cor, faixa etária, orientação sexual e deficiência física. E que mesmo em meio a este debate encontramos dificuldades em implantar uma visão que tenha a coragem de aplicar uma metodologia que deixe aflorar os conflitos dos diversos interesses e possa-se garantir uma cidade que funcione democraticamente.

Até o momento as diferenças tem sido muito pouco contempladas num plano diretor, o que vem na esteira do discurso segundo o qual no plano diretor devem estar apenas diretrizes gerais para os temas estruturadores. Não concordamos. O plano deve refletir, com propostas de ação, todas as necessidades de normatizações e deve apontar a direção para as políticas setoriais, transversais, que venham garantir a melhoria do hábitat, assim como o desenvolvimento social e econômico. Ficar nas diretrizes gerais pode transformar-se, como foi até agora, apenas em intenções, e não em ações, ou seja, vai permitir que haja espaço para que se trate apenas de uma parte da cidade, impedindo-a de ser pensada em conjunto, o que faz com que prevaleçam os interesses de uma parcela da população, que é a classe dominante. Ao pensarmos o intraurbano, faz-se necessário chegar ao microcosmo do cotidiano das cidades, que deve, sim, estar contemplado nos Planos de Ação das cidades.

Quanto à arquitetura e as/os arquitetas/os), chamamos a atenção para a necessidade que temos de refletir sobre nosso ato de produção de um projeto, em que pode estar embutida no próprio partido de projeto uma ideologia que segrega as mulheres. Nosso ato de criar pode, sim, ajudar na perpetuação de uma ideologia machista, vide o exemplo do arquiteto (tal como ilustrado em anúncio, anexado adiante, que foi publicado no Jornal do Brasil em 1984, gerando grande polêmica[24]) que produz sugestões de arquitetura de interiores para meninos e para meninas, com diferentes significados em termos de incentivar a imaginação e o espírito de aventura do menino, e o instinto maternal da menina, em que vai embutido o estímulo à passividade.

Quanto às mulheres, para que possam aumentar seu acesso à cidade, com certeza cabe a elas, ou seja, a nós, entrincheirarmo-nos e batalharmos para ter visibilidade, exigindo que sejamos tratadas como sujeitos de direitos. Deste modo, passamos a apresentar parte de nossa história nas cidades e o que podemos fazer, o que fizemos e o que queremos na cidade de São Paulo.

24 AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985. Páginas 65 48.

MATÉRIA CONTESTATÓRIA

PROJETOS:

Quartos infantis, viáveis e práticos

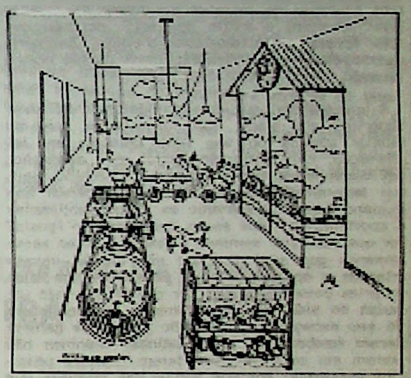
O problema é eterno, já que eterno é o renovar de crianças na casa e no mundo: como arrumar o quarto infantil? **Dois arquitetos (e pais)**, Ricardo Nogueira Martins e Luiz Aviz, oferecem suas idéias, jogando tanto com móveis que estão à venda em lojas especializadas ou nos magazines (ou modelos similares) como com criativos arranjos de estrutura metálica ou trabalhos de carpintaria, formando trenzinhos coloridos que servem de cama, mesa, estante, etc.

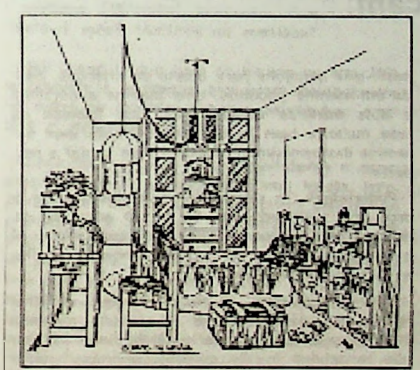
O piso de Formiplac é uma constante, já que as cartelas fornecem tanto as cores lisas, como os aspectos de madeira natural, muito bonitos. E práticos, o ponto principal no ambiente arriscado a rabiscos e manches de cola, tintas e massas diversas.

IESA RODRIGUES

Um trem para o menino

Uma verdadeira estação ferroviária, com direito até ao relógio no alto do armário-casinha, faz o tema do quartinho do garotinho até dois anos. A cama fica embutida como um vagão, atrás da locomotiva. No lugar onde ficaria o carvão, está a mesinha para apoiar o abajur e as mamadeiras. O último vagão, debaixo da janela com cortinas de rolo estampadas com moveis, é uma mesinha de desenho e de refeição. O carro número 2 serve como área para brinquedos e tem sobre a tampa uma almofada, onde um adulto pode sentar e dar de comer ao pequeno. Se ainda é um bebê, a estantezinha tem colchonete sobre o tampo, lugar prático para trocar fraldas.





[Jornal do Brasil, 13-10-84.]

Romântico, para a garota

Para a menininha de quatro anos até a adolescente o ambiente abral tem toques românticos. Os móveis são de madeira natural (pinna/marfim) e os complementos ficam em tons de rosa. Pequenos detalhes, como os corações recortados nas portas e esculpidos nos puxadores das gavetas e portas, reforçam o estilo delicado. Os armários têm portas de vidro, com cortinas por dentro, dando mais leveza ao quarto. Para os estudos, vale a escrivaninha, com cadeira de assento rústico, em tabua. Brinquedos de madeira, e pequenas fitas de música, livros e mudezas da adolescente podem ser escondidos na arca junto à janela. Arrematando o clima, a luminária franjada, tinturada em rosa, a colcha matelassée e as almofadas em forma de coração.

A CARTA CONTESTATÓRIA

Idéias contestadas

Causou-me espanto e desgosto o artigo Quartos infantis, viáveis e práticos, publicado no JB de 13/10/84. A partir de uma boa apresentação, palavras como "infantis" e "crianças", começou o desastre: as idéias que os arquitetos (e pais) Ricardo Nogueira Martis e Luiz Aviz ofereceram. O quarto para os dois meninos "naturalmente bagunceiros", que têm "carrinhos, apetrechos de praia, skate e bolas", mereceu um criativo arranjo de estruturas metálicas. O menino pequeno mereceu "uma verdadeira estação ferroviária, com direito até ao relógio", mesmo que provavelmente ele nem fosse ter condições de aprender a ver horas em tal idade. A menina mereceu toques românticos, tons de rosa, uma profusão de recortes em forma de coração que "reforçam o estilo delicado", cortinas que dão "leveza" e, "arrematando o clima", luminária cor-de-rosa e almofadas em forma de (de novo!) coração.

É inacreditável que dois profissionais do nível superior, em pleno 1984, pretendam que os futuros adultos do ano 2001 cresçam em tal alienação, cuja distorção básica é a distinção: um mundo masculino e um mundo feminino. Será que tais arquitetos ainda não perceberam que o mundo é um só e que as responsabilidades e oportunidades dos seres humanos são iguais? Por que não criar meninos e meninas como seres humanos que são? Por que não dar às nossas crianças a oportunidade de desenvolverem suas próprias personalidades? Por que incutir-lhes um script de vida enganoso, através da arquitetura de seu espaço-ambiente? Não podem os garotos serem também seres românticos? Meninos não podem ser organizados e terem também possíveis miudezas? Por que incutir nas crianças que os sentimentos de homens e mulheres são basicamente diferentes?

Qualquer menina que tiver a infelicidade de viver dos quatro anos até a adolescência (conforme sugeriram) num quarto daqueles terá de enfrentar na vida o mesmo mundo que os meninos que tiveram trens e criatividade em seus quartos enfrentarão: o mesmo sistema escolar, o mesmo sistema econômico, o mesmo exame vestibular, o mesmo mercado de trabalho, tudo igual! Por que não preparar a menina para um mundo real e criativo? Por que mostrar-lhe uma visão completamente distorcida do mundo, da humanidade e do papel social que irá desempenhar?

Induzir a formação de preconceitos ou reforçar uma visão enganosa do mundo deveria ser considerado crime punível por lei, devido às desastrosas conseqüências psicológicas e sociais que isso pode acarretar: a dolorosa descoberta do mundo real, os desgastantes conflitos emocionais, as dificuldades no relacionamento afetivo e sexual, os distúrbios de conduta, etc. Toda criança tem o direito inalienável de ser preparada para a vida e o mundo em que vive e irá viver. Tenho constatado vezes sem conta o quanto o resultado da indução de preconceitos é prejudicial ao ser humano. Superar e libertar-se de conceitos equivocados e arraigados custa, muitas vezes, alguns milhões de cruzeiros e alguns anos de psicanálise.

A arquitetura também é uma forma de linguagem, a qual aliás muito prezo, e respeito; daí a imensa responsabilidade dos arquitetos, como construtores de ambientes que são. Se os citados arquitetos são pais, só tenho a lamentar que não se exija, ainda, exame psicotécnico para a paternidade/maternidade. **Maria Estela Franco Gonçalves, socióloga — Rio de Janeiro.**

(Jornal do Brasil, 25-10-84)

Os arquitetos se justificam...

Crianças robotizadas

Chegou ao meu conhecimento uma carta publicada nesse jornal por Maria Estela Franco Gonçalves, socióloga, em 25/10/84, criticando um artigo publicado por mim e um grande amigo, Luís Aviz, sob o título Quartos infantis, viáveis e práticos, também publicado no JB em 13/10/84, e que, por se constituir numa saraivada de insultos pessoais a mim e meu colega, não poderia deixar de respondê-la, sem perder a minha paciência, boa educação e bom humor.

A senhora autora da carta (ou será senhorita, mãe dificilmente) sugere que eu ou o meu colega Luís Aviz tenhamos pago ou recebido algo com este artigo. Está redondamente enganada. Os desejos e idéias foram oferecidos graciosamente à reportagem do jornal, que nos solicitou um programa arquitetônico para desenvolver, ou seja: três soluções para quarto de crianças, sendo um menino pequeno, uma menina maiorzinha e dois meninos adolescentes, que fizemos de uma maneira bem livre e descontraída sem estarmos desenvolvendo nenhuma tese social a respeito.

Poderíamos ter desenvolvido, se este fosse o programa solicitado, 10, 20 ou 30 soluções de quartos para crianças, todos diferindo entre si e com muita bossa, pois este é o nosso trabalho e somos bons no que fazemos.

Embora reconheça e até admita que as diferenças na educação entre meninos e meninas devam ser cada vez mais igualadas, não admito, não reconheço e não professo a massificação das crianças, a robotização deste processo, a não-valorização da masculinidade dos meninos e

...sin-valorização da feminilidade das meninas e muito menos a falta de personalidade que isto ...ria nestes indivíduos criados como sugere a socióloga.

E outra coisa, nesse universo da sra. Maria Estela, onde fica a fantasia? As fustas típicas? O coelho da Páscoa? Os contos de fadas? Nada disto é importante na sua opinião?

Meninas não gostariam de ser princesas, mesmo que fossem educadas para serem chofer de caminhão? Duvido!

Acho que a sra. Maria Estela foi excessivamente radical em suas opiniões e bastante ofensiva em suas críticas quanto à nossa capacidade profissional e de país. Profissionalmente nos orgulhamos de nosso trabalho, que é feito baseado num programa arquitetônico e que, se a ...ra não sabe, vou tentar explicar rapidamente. O cliente nos solicita um projeto nos dando um programa a ser cumprido, ou seja, as coordenadas a serem respeitadas do que ele cliente quer, e nós, que conhecemos o espaço tridimensional e temos uma boa capacidade criativa, embarcamos com o cliente neste espaço chamado de tridimensional e propomos soluções, aceitas ou não. Assim, a idéia original é sempre do cliente, e não nossa, e normalmente temos sido bastante felizes em alcançar este objetivo com nossos clientes. A reportagem do Jornal do Brasil funcionou como nosso cliente no caso específico daquele artigo e gostou muito do que recebeu, tanto que publicou!

Porém, como pai, ai então a coisa fica feia; o que eu posso dizer é que o que me interessa é a opinião futura de duas crianças para as quais tenho sido a figura paterna e nem em um livro eu poderia lhe contar como tem sido este verdadeiro aprendizado com estes dois jovens, mas que tem sem dúvida nenhuma sido bastante gratificante, harmonioso, carinhoso e... preocupante, principalmente quando descobrimos que existem sociólogos por aí que têm como objetivo robotizá-los ou até mesmo assexuá-los... ou coisa pior. Por fim, nos propomos a complementar qualquer outra informação que a leitora queira saber a respeito da arquitetura através do telefone 205-1787, do nosso escritório, cobrando a consulta, naturalmente. PB — Agradecemos também o apoio recebido de dona Marlene Silva, em carta também publicada no JB de 28/10/84. Ricardo Nogueira Martins — Rio de Janeiro.

(Jornal do Brasil, 1-11-84)

AS LEITORAS TOMAM PARTIDO CONTRA

Meninos & meninas

Lendo a carta da socióloga Maria Estela F. Gonçalves (25/10/84) que se diz desgostosa e espantada com o artigo Quartos Infantis, viáveis e práticos (13/10/84), pergunto: A sra. Maria Estela é mãe? Meninos ou meninas?

Meu Deus! O que será do mundo no ano 2001 se homens e mulheres estiverem padronizados em todos os sentidos (roupas, atividades, emoções e atribuições)?

Nunca no mundo as responsabilidades e oportunidades dos seres humanos foram iguais. Infelizmente, na atualidade, as mulheres sabem que buscando uma atividade remunerada fora do lar estão colaborando; ou então competindo. Não sei por que a idéia de mãe, esposa, dona-de-casa está causando tanta ojeriza às jovens de hoje. Talvez por ensinamentos do tipo que duas ...ais vem dando. Os resultados já estão visíveis: lares mal organizados, casais desajustados, crianças solitárias entregues aos cuidados de pessoas nem sempre capacitadas e, conseqüentemente, jovens infelizes que recorrem aos tóxicos pensando vencer seus problemas e curar sua incompetência (nem todos é claro); ou apelam para o analista (como moleta) para que este lhe ajude a descobrir quem é, pois em sua infância no lar ninguém teve tempo ou condições de fazê-lo.

Não é necessário ser socióloga (aliás, prefiro não ser) para perceber a importância da figura materna: o que ela representa de puro, delicado e belo. Como é válida na sociedade a figura da mulher com sua vaidade, sensibilidade, cultura e personalidade (por que não?). Ser mulher significa ser burra, incompetente?

Se o mundo lá fora é igual para todos, por que não deixar, nos colaborar para que, em seus quartos, meninos e meninas tenham o ambiente de acordo com atributos que a própria natureza lhes destinou? Na minha opinião, a futura separação de atividades e atribuições não interfere na emoção e desenvolvimento de uma criança. Se meninos e meninas são iguais em tudo, quem vai dar à luz no ano 2001? O que há de ser das rosas, a quem oferecê-las? Marlene Silva — Rio de Janeiro.

(Jornal do Brasil, 28-10-84)

Desigualdade

Sou mais uma leitora espantada com as bobagens escritas pela socióloga Maria Estela F. Gonçalves, respondendo ao artigo sobre decoração de quartos infantis (25/10/84). Parabenizo a sra. Marlene Silva por haver prontamente dado uma resposta lógica, inteligente e óbvia, no dia 28/10/84.

Quando penso na pseudo-igualdade de sexos, logo me vem ao pensamento as horas difíceis, quando o pneu do meu carro fura numa rua de trânsito difícil. "Como é bem-vinda a figura máscula, atenciosa de um homem para me ajudar."

Psicologicamente, a mulher pode ser igualada a um homem, porém com um outro tipo de raciocínio, mas de acordo com sua figura física, já que partes psicológicas e físicas formam um todo, dentro da personalidade humana.

Vamos ser todas cor-de-rosa, deixando os tons fortes para os homens, porém, vamos ser todas dignas de respeito, isto sim, é o que está nos faltando, com esta onda de falta de pudor onde as mulheres (nem todas, graças a Deus) estão mergulhando.

Somos diferentes sim, sra. socióloga, nem por isso menos dignas. Não vamos camuflar esta diferença com o intuito de poder sobreviver no tal mundo "lá fora dos nossos quartos".

Repito: Vamos aprender a nos respeitar, fazer com que os homens nos respeitem e às nossas diferenças físicas e psicológicas e mostrar aos nossos filhos(as) que podemos ter uma convivência normal sem egressões nem dominações, decorada com bastante corações zinhos rendados e colchas de babados. A sra. socióloga tem filhos? Pobres coitados! Já ouvi de uma talvez aluna sua que queria ter nascido com o peito do pai e não com o "horrível busto" da mãe. **Cely de Brito Aghina Canetti — Rio de Janeiro.**

(Jornal do Brasil, 28-10-84)

A FAVOR

Nova mulher

Atenta a tudo que diz respeito a mulheres, li, com satisfação, a carta da socióloga Maria Estela F. Gonçalves (25/10/84), que faz uma reflexão sobre a reportagem do dia 13/10/84: Quartos infantis, viáveis e práticos, com a qual concordo inteiramente e fico estarrecida com a carta de Marlene Silva (29/10/84) que contesta, desinformadamente, a apreciação da socióloga.

Não é preciso ter filhos (por acaso eu os tenho) para se analisar o que vem acontecendo com a mulher ao longo de séculos. Dona Marlene deveria procurar conhecer, e é lastimável que não saiba quantas mulheres já imolaram suas vidas na busca de um espaço digno de seres humanos para todas nós.

A história revela mulheres que se sobressaíram, individualmente ou como exceções no mundo dos homens, mas quem estuda o movimento feminista mundial sabe que as mulheres têm lutado para chegarmos a esta nova mulher que surge hoje e ainda causa impacto aos conservadores.

Se continuarmos dividindo espaços e delimitando papéis sociais para nossos filhos, como aconteceu com nossos antepassados, confinando meninas no lar e submetendo-as ao paternalismo e à maternidade como única forma de realização e encaminhando os meninos ao mundo frio dos negócios, estaremos desagregando e afastando possibilidades de real entendimento entre eles, o que contribui para manter o mundo hostil e belicoso em que nos encontramos. (...)

A mulher também tem aspirações e desejos, ansela pela liberdade de ação e de pensamento. Hoje ela não nega a maternidade, mas não aceita mais ser considerada apenas uma reprodutora. Ela luta por creches e melhor assistência à infância para que possa participar também da vida pública. Dona Marlene nunca reparou nas neuroses e enxaquecas de mulheres apenas "do lar" e no quanto neurotizam os filhos e são infelizes? Por que só a mulher é responsável pelos filhos? Estatísticas já mostram que jovens mães conseguiram o respeito, repartir tarefas e dividir responsabilidades com seus companheiros mais esclarecidos e estas mulheres trazem um conceito novo de vida e de educação. A mulher hoje já sabe o que quer e as poucas que permanecem adormecidas e à sombra de alguém que as guiasse e dirigisse suas vidas começam a se questionar. (...)

Homens também têm sentimentos de pureza, delicadeza e ternura e, pasmo: muitas mulheres já presentearam namorados, amantes ou companheiros com flores. Se Deus quiser, no ano 2001 não estaremos tão distanciadas dos homens. Estaremos lutando ombro a ombro pelos mesmos ideais e provavelmente poderemos andar de mãos dadas ao luar. **Edda Gutiérrez — Rio de Janeiro.**

(Jornal do Brasil, 4-11-84)

1 Origem e objetivo dos estudos

Capítulo I Origem e objetivo dos estudos

Origem

Passamos a discorrer sobre os motivos, além dos anteriormente referidos, que justificam esta pesquisa e quais foram as premissas que nos guiaram quando fomos a campo e em que contexto isso se deu.

Ao participarmos da Coordenadoria Especial da Mulher[1], em 1990, foi criada a Comissão de Mulher e Espaço Urbano, que tinha por objetivo atuar no espaço político proporcionado pela Prefeitura de São Paulo, na gestão da prefeita Luiza Erundina, com a intenção de iniciar uma experiência de reflexão e intervenção no espaço urbano do ponto de vista das relações sociais de gênero, por um lado, interferir na elaboração do plano diretor e, por outro, responder à disposição manifestada pela Secretaria Municipal de Planejamento de mobilizar as/os técnicas/os de toda a máquina municipal para construir um plano que realmente representasse os interesses sociais e os acordos inter-setoriais. Seria, na verdade, o embrião de um pacto social de todas as forças políticas ou segmentos sociais organizados visando reorganizar a cidade, entendimento com o qual concordamos plenamente.

A Coordenadoria Especial da Mulher, porém, não foi convidada a participar desse processo. E, na convocação da sociedade civil organizada, as entidades de mulheres e feministas também não foram lembradas. Como não ficamos numa posição de passividade, tomamos a iniciativa de, por conta própria, procurar espaço para encaminhar nossas propostas, mas, nestas discussões, não fomos sequer entendidas, pois muito várias/os técnicas/os achavam cômico "pensar a cidade no feminino", como diz Calió.

Ao mesmo tempo, havia necessidade de discussões no seio do próprio movimento feminista, que era a retaguarda da Coordenadoria. Mas este não teve fôlego para acompanhar todas as discussões, e as divergências e desentendimentos acabaram por tornar inviável a continuidade dessa experiência.

A única atividade concreta que pudemos registrar nesse período foi a elaboração do projeto arquitetônico para uma casa-abrigo, que acabou não podendo ser construída, por falta de área. Apesar de termos vistoriado alguns terrenos da Prefeitura, aquelas negociações não chegaram a bom termo, de modo que fosse possível concretizar a construção. Optou-se mais tarde por reformar uma casa e adaptá-la.

Outro exemplo da dificuldade em efetivar o pensamento e a discussão sobre nossas questões: durante o seminário "Ser Mulher em São Paulo" (1991), uma das mesas que foram constituídas enfocou o tema Transporte e Gênero, mas a discussão pouco se aprofundou, pois as representantes da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) empresa municipal, de quem se esperavam os melhores subsídios para a reflexão, limitaram-se a apresentar uma pesquisa demonstrando que a mulher motorista era mais cuidadosa no trânsito, poucas se envolvendo em batidas.

As dificuldades de entendimento estabeleceram um clima de tensão insuportável para a continuidade desse trabalho, e acabamos nos afastando dessas frentes de atividades. Como era funcionária de carreira, voltei para a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), da qual, na verdade, não tinha saído completamente, pois continuava tocando o mutirão de urbanização de uma favela nos fins de semana – obra que tinha sido uma conquista da União das Mulheres de São Paulo na gestão de Luiza Erundina,

[1] Coordenadoria Especial da Mulher – é um órgão da Prefeitura do Município de São Paulo ligada à Secretaria Governo Municipal – e responsável pela elaboração de políticas públicas voltadas às mulheres.

nessa época ainda no Partido dos Trabalhadores. Apresentamos o relato dessa experiência no Capítulo VIII deste trabalho, sob a denominação de "Gênero, urbanização de favelas e planos de ação urbano habitacionais".

Esta pesquisa inicia-se no primeiro semestre de 1993, quando voltamos para a universidade e, ao mesmo tempo, fundamos o Grupo Técnico de Apoio (GTA), uma organização não-governamental, agora OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) especializada em projetos para recuperação de áreas degradadas, principalmente favelas, e para habitação popular. Esta proposta continha uma inovação: as intervenções serem sempre acompanhadas da participação da população, com uma equipe de desenvolvimento comunitário multidisciplinar incorporando as questões de gênero, principalmente a defesa da garantia de as mulheres obterem a moradia. Paralelamente a isso, a principal fonte de estímulos para nosso estudo foi o fato de continuarmos na União de Mulheres de São Paulo (UMSP).

Tendo como fonte principal a UMSP, passamos a nos aprofundar no estudo das políticas específicas às mulheres, verificando como elas desdobram-se no espaço: tal foi o caso da luta por creches, pela Delegacia de Defesa da Mulher, pela preservação do meio ambiente. Lutas que se deram com a ocupação de praças, além da utilização de outros locais, para apresentar propostas, realizar cursos e seminários sobre direitos, em que as participantes necessariamente faziam estágio, visitando os mais variados equipamentos sociais e instituições governamentais e não governamentais ligados a aplicação dos direitos. Atividades que acabam criando demanda e, em conseqüência, fazendo com que se exija a ampliação do acesso aos serviços urbanos e sociais.

Mas por que levantar a questão de gênero no interior do campo de pesquisa de arquitetura e urbanismo? Primeiramente, porque sou arquiteta-urbanista, apesar de que, num primeiro momento, tive a intenção de desenvolver esta pesquisa em antropologia urbana, para documentar e historiar as experiências das mulheres na construção da cidade. Mas a visão antropológica, com sua grande abrangência, desenvolve um olhar em que um número excessivo de questões vem à tona, enquanto eu preferia me ater a um leque menos elástico de temas.

São poucos registros que existem sobre o movimento de creches, e menos ainda os que se referem ao movimento feminista associando-o à luta por creches. Este movimento fica sempre na invisibilidade. Na produção acadêmica da USP, fala-se no movimento popular, mas não existem trabalhos que assinalem a real interferência das feministas nesse processo. E, na produção feminista autônoma, destaca-se somente o trabalho de Maria Amélia de Almeida Teles, militante feminista e protagonista dessa história, com o livro *Breve história do feminismo no Brasil*[2], que preenche a lacuna ao dar uma visão detalhada e de dentro do movimento.

Partíamos de uma avaliação segundo a qual a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, quando da escolha dos trabalhos a que dava acolhida, baseava-se rigidamente em conceitos machistas, elitistas, ou seja, do pensamento único[3], o que ainda é parcialmente verdade. Quando decidi que meu Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) – ou Trabalho Final de Graduação (TFG), como é denominado atualmente – seria uma urbanização de favela, recebi muitas críticas de professores e colegas, pois a habitação popular e os chamados "temas emergentes", que nada mais são que temas que questio-

[2] Teles, M.A.A. *Breve história do feminismo no Brasil*. Col. Tudo é História. São Paulo, Brasiliense, 1993, 1a ed.

[3] Maricato, ETM – Nas universidades, a discussão sobre as relações sociais de gênero quase não existe, e o mesmo acontece com a "cidade ilegal", as favelas que são presas da conceituação reificada de arquitetura ou da representação ideológica da cidade. Os legislativos mantêm com esse universo uma relação muito funcional, já que as anistias periódicas visando à regularização de imóveis são alimento fecundo das relações clientelísticas. A ilegalidade, portanto, é funcional – para as relações arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor. Dependendo do ponto de vista, no entanto, ela é muito disfuncional – para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania.
"A segregação ambiental, riscos de desmoronamentos, risco de enchentes, violência – estão a ele vinculados."
O planejamento urbano modernista/funcionalista contribuiu, no Brasil, para reforçar o processo político e econômico que construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano modernista/funcionalista um importante instrumento de dominação ideológica: ele contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Com abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo, etc.), convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada" (Maricato, 1996).
Maricato, E. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias". In: *O pensamento único – Desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 123, 124.

nam o estabelecido, não eram muito bem-vindos, e causavam estranhamento. Mas no curso de Ciências Sociais não foi diferente. A idéia de que lá haveria maior interesse pelo assunto não se confirmou, e percebi que seria muito difícil conseguir desenvolver uma pesquisa com temas emergentes, já que o movimento feminista não era mais novidade, nem estava havendo um grande movimento de massas de mulheres nessa época. Em suma, não era "moda" pesquisá-las, em não sendo "moda", não seria possível obter financiamento. E a pesquisa precisa de recursos.

Ao mesmo tempo em que líamos e estudávamos as teorias urbanas, comparando-as com a prática cotidiana verificada no trabalho de urbanização na periferia e na Área Metropolitana de São Paulo, com destaque para o saneamento básico nas favelas, desenvolvido nos projetos do GTA (evidencia a situação das mulheres que é extremamente precária e são as últimas na escada da pobreza), cresciam cada vez mais a vontade e a necessidade de enfrentar mais esse desafio. Nessa comparação, ficava claro para nós que nossa prática, nossa forma de pensar a cidade e o mundo tinham mais a ver com a FAU.

Foi então que a professora Marlene Yurgel, que desenvolvia um levantamento dos alunos e alunas que cursaram a FAU desde sua fundação, e sabendo que eu estava interessada em trabalhar em pesquisa, fez o convite para eu me juntar a seu projeto, salvando-me assim da perseguição que vinha sofrendo na administração do então prefeito Maluf.

Ao entrar em contato com a avaliação dos 50 anos de ensino na FAU – resultado da pesquisa sobre os alunos e ex-alunos da Faculdade –, fortaleceu-se ainda mais a consciência da necessidade de desenvolver o projeto de pesquisa sobre gênero na FAU. Propus à profª Marlene a leitura de meu projeto, considerando que já tínhamos um vínculo anterior, por ter sido ela quem me orientou, juntamente com a professora Suzana Pasternak, no Trabalho de Graduação Interdisciplinar, sobre a urbanização da Favela do Jardim Boa Esperança, liderada por mulheres.

Nessa ocasião construímos um projeto social-físico, e eu então primeiramente fiz uma pesquisa com as mulheres dessa favela "O olhar das mulheres da favela sobre a cidade de São Paulo", o que me levou a cursar uma disciplina de antropologia no curso de Ciências Sociais. Isso em muito contribuiu para o melhor conhecimento dessas mulheres. Em função disso, fomos levadas a pensar um trabalho interdisciplinar. Marlene é uma mulher de nosso tempo, foi a primeira mulher aluna no Curso Técnico de Edificações na Escola Técnica de Parobé, em Porto Alegre, portanto, já tendo enfrentado os desafios para o fortalecimento do processo de rompimento da hegemonia do patriarcalismo. Ela entusiasmou-se pela proposta e sentou-se para discutir o projeto.

Nosso plano de estudos sofreu modificações ao ser enviado à Fapesp, pois a ou o parecerista propôs diminuir as entrevistas em campo. Essa segunda parte da pesquisa, com o relato das experiências e registros de histórias, surgiu no processo da pesquisa, logo após a qualificação direta para o doutorado. Não poderíamos perder a oportunidade de dar visibilidade à produção da cidade pelas mulheres.

Premissas

Quando iniciamos a pesquisa partimos, entre outras, da premissa de que iríamos estudar as idéias que as mulheres têm da cidade de São Paulo, considerando a

intervenção do movimento feminista e a alteração da vida da mulher no mercado de trabalho desde a década de 70. Decidimos adotar como categorias de análise aquelas inscritas na metodologia aplicada aos estudos feministas. Para tanto, estabelecemos alguns parâmetros e objetivos: realizar oficinas, cursos e seminários com pesquisa-ação, buscando sempre ações interativas com as pesquisadas, nas praças, terminais de ônibus e inclusive no interior nos ônibus e nos seus locais de moradia por meio da União de Mulheres de São Paulo.

Como afirmamos anteriormente, e com base em Boaventura Santos e Milton Santos, o movimento feminista tem sido o movimento social que interveio de modo mais determinante no repensar das categorias, até então consideradas senso comum. Assumir essas premissas vem complementar um dos objetivos principais definidos no projeto de pesquisa: "Dar visibilidade à intervenção da mulher na produção do espaço construído" na Área Metropolitana de São Paulo, com ênfase na cidade de São Paulo, e, mais do que isto, por meio do movimento social que representa o anseio coletivo do movimento das mulheres e das mulheres não organizadas desta cidade e da área metropolitana.

Isso é também fazer registro de uma época histórica e que interferiu ousadamente na alteração das relações sociais no plano privado e no público, trazendo à tona mais do que a herança, a vigência ainda, da tirania perpetrada contra as mulheres e construída social e historicamente no desenvolvimento da trajetória da humanidade, e que marca o espaço construído, tanto o público como o privado.

Aqui apresentamos uma síntese das reflexões sobre as importantes experiências realizadas em campo. Para quem quiser mais detalhes, há no final deste trabalho um anexo em que elas estão detalhadamente descritas. Parte destas foram sistematizadas, durante a pesquisa primária, utilizando-nos como referência de teorias e experiências acumuladas em outros países, e que nos serviram de apoio.

Apresentamos resultados de intervenções e a comprovação de hipóteses, obtidos com a aplicação de uma bateria de perguntas feitas às mulheres que vivenciam a cidade de São Paulo, e também a Área Metropolitana de São Paulo. Além disso, com o registro podemos afirmar a nossa trajetória na construção da cidadania, tão almejada pelas mulheres, cumprindo o objetivo fundamental de dar visibilidade 'a mulher como produtora do espaço da cidade. E registramos a memória recente da atuação das mulheres levando reivindicações que redundaram em políticas sociais e urbanas as quais alteraram significativamente o espaço público e as relações sociais de gênero.

Por que duas entidades da sociedade civil – União de Mulheres de São Paulo e Grupo Técnico de Apoio

Precisávamos estabelecer alguns limites no estudo, então escolhemos dois espaços produtores de saber ligados aos movimentos feminista e de moradia, uma vez que não teríamos tempo suficiente para dar conta da riqueza de produção que explodia nestas últimas décadas.

Decidimos relatar parte da história dessas entidades e sua prática cotidiana com o objetivo de introduzir num trabalho universitário o registro de novas experiências no campo feminista e sócio-ambiental, visando a fazer avançar a construção de uma das visões e uma das metodologias de tratar o mundo e as políticas públicas urbanas fora do

4 "O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de idéias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias". Maricato. E. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias". In: *O pensamento único – Desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 22. "A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da 'cidade oficial'". *Idem*, p. 122.

contexto do pensamento único[4] que se tenta aplicar à questão de gênero, uma vez que o Estado considera as mulheres como invisíveis nas decisões das políticas públicas. Esse enfoque do Estado capitalista fortalece o tratamento desigual e opressor do sistema patriarcal, tão bem aproveitado pelo atual sistema de exploração econômica. E que ainda não se propôs a assumir com afinco as políticas urbanas e habitacionais voltadas para os espaços territorialmente segregados por classe.

Aqui avaliamos a receptividade e o entendimento dos conceitos desenvolvidos no processo de pesquisa e também as propostas elaboradas para a aplicação em políticas públicas urbanas, dentro do trinômio gênero-etnia-classe, em espaços mistos, com mulheres e homens. Tendo como exemplo o GTA e o seminário com as/os técnicas/os da Prefeitura do município de Mauá.

Limites e estudo de caso

Processo desencadeado, não foi fácil. Em quase todas as disciplinas cursadas, ao apresentar o projeto, sempre acontecia algum frisson. Convivi com os homens fazendo brincadeirinhas, algumas mulheres achando tudo muito exótico, outras não entendendo a necessidade de um estudo sobre esta ótica e, claro, as/os que não se manifestavam.

Uma das professoras chegou a afirmar que todos os arquitetos eram discriminados e não entendidos, e isto se dava independentemente de seu sexo, ao que respondemos: "Mas as arquitetas são mais discriminadas e menos entendidas, e poucas conseguem sobressair". E a pesquisa realizada por Marlene Yurgel demonstra claramente que as mulheres formadas pela FAU, em sua maioria, estão em instituições governamentais, e poucas ascenderam a cargos de chefia, principalmente por terem de administrar os problemas advindos da maternidade. Ao contrário dos homens, que, ainda, contam com as mulheres como infra-estrutura para garantia de seu sucesso na vida profissional e afetiva.

Numa outra disciplina a professora chegou a afirmar que depois da Revolução Francesa a questão da igualdade estava resolvida, que isto não mais vinha ao caso. Ou então fez afirmações vagas, do tipo "as mulheres têm lá os seus direitos". Esclarecermos, então, que na Revolução Francesa a igualdade para as mulheres não passou de bandeira, e no máximo, elas serviram apenas para fortalecer conquistas que só beneficiaram os homens, porque a Declaração era de direitos "do homem e do cidadão", sem incluir a mulher, o que fez as mulheres na época protestarem, sim, e escreverem uma Declaração com os seus direitos. Mas sua líder, Marie Olympe de Gouges, foi guilhotinada, pois se alegou que estava se imiscuindo em assuntos que não eram de seu sexo. Estes dados a professora desconhecia. Isso justifica que defendamos com mais afinco a necessidade desse debate na Universidade. Claro que também tivemos apoio de algumas/uns professoras/es, simpáticos a essa discussão, por exemplo, a professora Élide Monzeglio, a professora Ermínia Maricato, Maria Ruth, Rebecca, Suzana e outros. Assim como alunas da graduação.

Mas, enfim, chegamos ao final, e aqui apresentamos o primeiro produto dessa enorme pesquisa, que aponta para muitas outras publicações.

Enfoques principais:

- Aprofundar e dar maior visibilidade, dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a aspectos intra-urbanos[5]. A expressão

[5] Villaça, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel-Fapesp-Lincoln Institute, 1998.

"estrutura urbana" – e sua correlata "reestruturação urbana" – tem sido vítima de muitos abusos. É freqüentemente utilizada como sinônimo de cidade enquanto elemento físico, de cidade como um todo material, sem considerar a inter-relação entre seus elementos, aliás, sem considerar sequer que elementos são esses. Constantemente se usa o termo reestruturação para qualquer intervenção no espaço urbano, sem maiores preocupações com elementos espaciais da estrutura e com as relações existentes entre eles. O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação. É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos[6];

- Demonstrar que é de fundamental importância que as/os planejadoras/es adotem uma nova metodologia de pensar as cidades, cujo significado seja contemplar os espaços de segregação[7] existentes por gênero, raça/etnia, faixa etária, classe social, cultural, deficiência física e orientação sexual;
- Apontar como vem sendo tratada em arquitetura a questão de gênero;
- Trazer para o Brasil as experiências e estudos já desenvolvidos em outros países;
- Ressaltar como objetivo mais amplo (não só deste trabalho) a reflexão (e, por conseguinte, a crítica) sobre as metodologias de planejamento urbano e de projetos arquitetônicos que não consideram a especificidade e as necessidades das mulheres quando traçam suas intervenções;
- Dar visibilidade às mulheres na produção social do espaço urbano da cidade de São Paulo e de sua área metropolitana;
- Provocar as mulheres, militantes do movimento feminista e mulheres não organizadas da população, a pensar a cidade, do ponto de vista da sua especificidade;
- Analisar o imaginário das mulheres em relação à cidade de São Paulo, dando destaque aos desenhos, do parque e da praça; além de suas falas, escritas e orais;
- Documentar dentro do espaço da universidade a experiência do movimento social feminista na produção e alteração das relações sociais e do espaço construído, registrando a história da urbanização também a partir de sua especificidade.

São objetivos deste estudo:

- dar visibilidade à constatação de que as mulheres vivenciam a cidade de maneira diferente que os homens;
- destacar a inserção na trama das relações sociais de gênero como algo que é cultural e construído no processo histórico da humanidade;
- demonstrar que o fato de alguém ser mulher, com as imposições e encargos recebidos da sociedade, interfere em sua mobilidade e acessibilidade e na utilização do espaço público e privado;
- discutir a gravidade de os serviços urbanos em nenhum momento terem sido pensados levando-se em consideração as especificidades das mulheres e das relações sociais de gênero;
- apontar para a contradição de que, apesar da inserção maciça da mulher no mercado de trabalho, o espaço público não foi readequado para recebê-la;
- ressaltar as propostas que as mulheres têm para a reformulação e aperfeiçoamento dos serviços urbanos, do transporte, da educação, dos serviços bancários, do comércio

[6] Villaça, 1998.

[7] O conceito de segregação usado não será tão simplesmente o de "pôr de lado", mas sim o de fenômeno da segregação social inclusa numa ideologia e parte deste sistema, pois se inter-relaciona para manter certos privilégios.

e da segurança;
- ressaltar o fato de que as mulheres, principalmente as de classes sociais mais baixas, não têm acesso à informatização, o que cria obstáculos a sua profissionalização;
- ressaltar uma das questões que mais interferem nisso: sua condição de mulher, com a dupla jornada de trabalho e os problemas decorrentes de pertencer a uma classe social discriminada. Essa condição é agravada principalmente pela maternidade e por falta de infra-estrutura (creches, escolas de tempo integral);
- ressaltar a maternidade como fator determinante do impedimento de a mulher se desenvolver, em todas as classes sociais, o que tem de ser considerado uma dívida social;
- ressaltar o agravamento desta situação no caso de a mulher ser negra, pois as mulheres negras são as últimas na pirâmide social;
- ressaltar a presença das mulheres principalmente no mercado informal; aí ocupam grande espaço como camelôs, vendedoras domiciliares de cosméticos, alimentos, roupas, faxineiras, costureiras, aplicadoras de cola de embalagens, montadoras de equipamentos em domicílio para empresas, sem falar no mercado da prostituição, no tráfico e no crime organizado; as aposentadas arcam com o sustento da família, ajudando na educação das/os netas/os; com o aumento do desemprego de seus maridos; é preciso destacar também a chegada das mulheres à condição de chefes em cerca de 28% das famílias na Área Metropolitana de São Paulo, de acordo com a Seade, e, na área do Centro Velho e do Expandido da cidade de São Paulo, este índice atinge uma média de 35% (ver Mapa da Exclusão, 2000, PUC-SP); nas favelas esse número vai de 40% a 60% (Setor censitário, IBGE, 2000);
- ressaltar a violência urbana manifestando-se de forma específica em relação às mulheres; os espaços vazios, como terrenos abandonados e parques sem segurança, somados à falta de iluminação pública e itinerários e pontos de ônibus mal planejados, contribuem para a desproteção das mulheres;
- ressaltar a omissão do Estado, que, nos níveis federal, estadual e municipal, não tem assumido seus compromissos com as plataformas de ação, os tratados e convenções internacionais, mesmo os assinados sob a égide da ONU;
- ressaltar a não aplicação por parte da Universidade, de maneira geral, das deliberações das conferências da Unesco referentes às relações sociais de gênero, raciais e de classe, principalmente aquelas que instituem disciplinas;
- ressaltar a não incorporação nas teorias urbanas dos temas emergentes demandados pelos segmentos sociais organizados por raça/etnia, gênero e orientação sexual;
- ressaltar a avaliação própria e as propostas específicas para a cidade de São Paulo que as mulheres têm;
- ressaltar a mudança iniciada quando o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo incorpora o conceito de transversalidade, ao inserir no Capítulo 22 a consideração, no interior da população, de sua diversidade de gênero, de etnia, assim como a presença de portadores de deficiência e as faixas etárias, sugerindo que as ações e programas adotem esta visão.

Descrição e organização dos capítulos

Neste trabalho trouxemos conceitos e historiamos uma parcela significativa do movimento feminista de São Paulo, sob a ótica do processo de produção da cidade. E teremos como a protagonista de nosso relato a União de Mulheres de São Paulo, que daqui para a frente denominaremos UMSP. Historiaremos suas reivindicações e as conseqüentes transformações na urbanização da cidade de São Paulo trazidas pela vitória em várias delas. Como, por exemplo, o desencadear da criação de "lugares de mulheres", que ajuda a formar o tecido social urbano.

Pautamo-nos pelo registro das experiências desenvolvidas por essa entidade, que já tem uma história de 22 anos formulando propostas – sempre como parte do movimento feminista e democrático – de políticas públicas no interesse das mulheres, que ao serem implantadas interferiram substancialmente na urbanização da cidade de São Paulo.

Pelo papel de estruturadora que a mulher exerce na sociedade, suas iniciativas sempre estão muito ligadas aos interesses coletivos. Portanto, ao expor organizada autonomamente suas propostas do ponto de vista de gênero, sempre contribuirá para a transformação das relações sociais e ajudará nas soluções para o espaço construído.

Também o Grupo Técnico de Apoio (GTA) receberá atenção especial em nossa exposição, por ser pioneiro em preocupar-se com a especificidade das mulheres na elaboração de seus projetos urbanos e arquitetônicos, e pelas intervenções nas ações de desenvolvimento sociocultural comunitário, principalmente nas favelas e nos mutirões de habitação popular.

Na exposição dessas experiências vimos confirmar-se as premissas de que o espaço construído é produto das relações sociais estabelecidas na sociedade e as relações sociais podem modificar a constituição deste espaço porque elas próprias podem ser modificadas. Destacamos o Capítulo IV e o V, com a história das mulheres nas cidades e a fala das mulheres colhida em entrevistas de campo numa pesquisa-ação, assim como com o destaque que aí é dado à história do Bexiga como um território de resistência e luta das mulheres. Já no Capítulo IX, "O Estado e a questão de gênero", daremos ênfase às experiências e à discussão da introdução e da aplicação de intervenções sob a ótica de gênero tanto nas instituições governamentais quanto nas não-governamentais mistas (com mulheres e homens), e o exemplo mais marcante desse caso é o GTA. Chamamos a atenção, ainda no Capítulo IX, para a experiência na Prefeitura do município de Mauá.

Assim, no Capítulo I, veremos a origem e objetivo dos estudos, assim como os limites do estudo de caso. Aqui descreveremos o conteúdo dos capítulos e organização destes. No Capítulo II, apresentamos os referenciais teóricos e as pesquisas realizadas para introduzir os conceitos de gênero, nas discussões sobre cidade, segregação, planejamento urbano, planos de ação intraurbanos e ideologia. No Capítulo III, expomos os conceitos metodológicos para a formulação das premissas e da hipótese e a metodologia da pesquisa. Já no Capítulo IV, apresentamos uma opinião sobre a história da mulher na história das cidades.

No Capítulo V, destacamos a fala das 300 mulheres entrevistadas, com as análises de suas impressões e de seus desenhos, com ênfase às mulheres jovens. Poderia ter por título "Por que ouvir as mulheres?", e focaliza aquelas falas, apresentando-as e resu-

mindo-as em gráficos, nos quais se mostra como elas avaliam São Paulo. Essas falas foram colhidas por meio de um questionário, que levou essas mulheres a pensar a cidade de seu ponto de vista, comparativamente aos homens. Aí elas puderam também fazer desenhos sobre parques e praças, expondo para a/o leitora/or seu imaginário em relação a esses equipamentos. Após pequena análise dos 48 desenhos, damos destaque especial às 21 jovens que participaram conosco de uma experiência na União de Mulheres de São Paulo.

"As mulheres jovens pensando, decidindo e intervindo no espaço da cidade de São Paulo" é como poderíamos resumir esse trabalho, com a participação das mulheres jovens na pesquisa e reflexão sobre a cidade de São Paulo. Expomos como se deu a capacitação de 21 jovens, vindas de entidades populares, realizada no espaço físico e político da UMSP. Esse trabalho iniciou-se com duas jovens, filhas de sócias da União, que se organizaram e decidiram construir um projeto, a que deram o nome de Agentes Multiplicadoras em Defesa da Saúde. Neste, tiveram oportunidade de refletir sobre cidadania, conhecer a importância da Constituição Federal e o conceito de políticas públicas. Aprenderam também técnicas de teatro e artes plásticas. Puderam assim criar campanhas de alerta quanto ao risco de se infectar pelo HIV, transformadas em out-doors, afixados pela Central de Out-Doors na Avenida 9 de Julho, na Estrada de Sapopemba e na Estrada de Campo Limpo em 1997. Tratamos aí também das oficinas desenvolvidas nos projetos de desenvolvimento comunitário do Grupo Técnico de Apoio junto com entidades populares.

Ainda contamos como, ao estudar o movimento feminista, percebemos que há uma concentração físico-espacial de equipamentos, histórias de mulheres e para mulheres, desde Dona Yayá até o presente, no bairro da Bela Vista. Decidimos então pensar o Bexiga também como um território[8] de luta e resistência das mulheres, e assim dar uma visibilidade maior a essa história. Como uma de nossas constatações é que, ao registrar-se a história da urbanização, não há a preocupação de identificar os territórios, não se dá visibilidade a quem faz realmente a construção das cidades. As mulheres não são destacadas, seu papel e sua atuação são ignorados. Dispusemo-nos a ser mais uma das vozes a preencher esse vazio.

Aqui se aponta para uma mudança nesse comportamento, ao salientarmos a história da Casa da Universitária de São Paulo e a Casa de Dona Yayá, assim como a trajetória do movimento feminista, que se liga a esse território com seus congressos, festas, feiras, e tendo aí as sedes de suas entidades. Apresentamos também aí as propostas que desenvolvemos com a comunidade no sentido de alterar-se na prática a concepção de desconsiderar a presença das mulheres.

E, como produto dessa reflexão, mostramos uma espacialização das entidades feministas no mapa da cidade de São Paulo – e tivemos mais uma comprovação de que aí ficava e fica a maior concentração por quilômetro quadrado de "lugares de mulher"[9].

Enfim, procuramos inventariar e comentar a experiência acumulada nestes quase 22 anos, tendo como núcleo a UMSP, em que se realizam atividades para as quais é importante que se dêem no território do Bexiga, com a participação direta ou indireta dos organismos específicos para a mulher, do Estado e da Prefeitura de São Paulo. Experiência acumulada que tinha e tem como meta formular políticas públicas do ponto de vista de gênero para as administrações públicas e as outras entidades feministas localizadas no

[8] A definição de território aqui adotada é a de espaço físico no qual se desenrolam relações sociais identificadas com uma cultura, que define situações e acontecimentos históricos e marca uma dada discriminação positiva ou negativa.

[9] Os "lugares de mulher", tais como são aqui por nós denominados, não são entendidos como lugares de confinamento, ou guetos, mas alguns lugares destinados a elas, mas sim espaços de produção de conhecimento e intervenções com o olhar de gênero direcionado para toda a sociedade. São o laboratório em que as mulheres organizadas em grupos de reflexão e gestão concebem propostas de políticas públicas que venham a romper a opressão que ainda vitimiza as mulheres. Esses espaços não se restringem ao bairro da Bela Vista, mas espalham-se por todo o Brasil – só na cidade de São Paulo chegam ao número de 27 casas. Para facilitar a visualização da distribuição espacial dessas casas na Área Metropolitana de São Paulo produzimos um mapa, que batizamos como "Território de Mulher".

Bexiga. Por esse motivo, consideramos o bairro da Bela Vista, ou Bexiga, um território de resistência e luta das mulheres, o marco nacional do movimento que aí, em 1979, realizou o I Congresso Estadual da Mulher Paulista.

No Capítulo VI expomos as experiências do planejamento urbano do ponto de vista de gênero em Santo André e na cidade de São Paulo. Aí se desenvolveu uma mobilização de mulheres para que se propusessem diretrizes e ações específicas à mulher na proposta do Plano Diretor, por meio da Assessoria dos Direitos da Mulher[10] e de vereadoras na Câmara Municipal de São Paulo.

No Capítulo VII falamos da arquitetura também mulher, discutindo como a arquitetura pode ou não contribuir para a opressão e segregação, ou libertação das mulheres. Aqui se destaca o movimento de luta por creches, que criou uma demanda para as/os arquitetas/os passarem a pensar projetos específicos de arquitetura de que estes equipamentos eram carentes.

A reivindicação de creches foi extremamente significativa, constituiu um sinal de mudança nas relações sociais de gênero, aprofundando a transformação das relações familiares que já se verificava havia décadas, mas que se intensificou, na medida em que as mulheres maciçamente foram obrigadas a participar do mercado de trabalho, devido ao arrocho salarial que impedia seus maridos ou companheiros de prover sozinhos o sustento da família. Em função do movimento social em curso, o Estado, em âmbito municipal, foi obrigado a assumir, como sua responsabilidade, parte do encargo da maternidade. A Constituição de 1988, ouvindo o chamado "*lobby* do batom", organizado pelas feministas, incorporou, entre suas disposições, a maternidade como função social e a creche como um direito da criança e parte da política de educação. E o resultado foi que a rede municipal de creches construída na cidade de São Paulo acabou por cumprir importante papel como um elo estruturador no processo de urbanização da periferia.

Ainda nesse capítulo falamos da luta contra a violência doméstica e sexual, que redundou na implantação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), o que veio a alterar a concepção de polícia, apontando para uma significativa discussão das propostas e finalidades dessa instituição. Tentamos responder às perguntas sobre por que tem de ser delegacia de polícia e, além disso, de defesa da mulher, e por que tem de ser delegada mulher. Esses órgãos passaram a desenvolver, também, uma função social, embora hoje recebam muitas críticas partindo de mulheres, por não cumprirem bem o papel que os definiu em sua criação. Mas não deixam de ser um espaço que registra os casos e fornece os dados para as estatísticas relacionadas à situação de violência doméstica e sexual, o que ainda é uma função de fundamental importância. Estes dados resultam da demanda atendida pelas DDMs, que, por enquanto, são a única instituição governamental com um serviço mais estruturado no atendimento a mulher vítima de violência de gênero[11]. Esta mudança põe na pauta das/os arquitetas/os um novo partido de projeto para uma delegacia que agora deve comportar mulheres, delegadas, assistentes sociais, escrivãs, advogadas. E os dados principalmente sobre estupros podem fornecer instrumentos as/aos administradoras/es municipais para que identifiquem os locais onde estes acontecem e interfiram com serviços urbanos, especialmente os de iluminação pública, de ônibus e outros transportes e exijam, a partir de uma fiscalização mais rigorosa, que os terrenos baldios sejam murados.

Finalizamos aqui fazendo a análise da preparação, acompanhamento e parti-

[10] Calió, S. *O olhar das feministas na cidade*. Tese de doutorado. Dep de Geografia, FFLCH-USP, 1993.

[11] Violência de gênero aqui entendida como uma violência contra a mulher pelo simples fato de ser mulher, violência sexual estupro, assédio sexual, violência por parte do companheiro, marido, namorado, antigo ou atual.

cipação da experiência de 25 mulheres do núcleo de moradia e meio ambiente da UMSP, localizado em Sapopemba, no mutirão do Programa Sonho Meu, desenvolvido em São Mateus pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) da Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano. E discutimos também como o ato de projetar pode ou não reproduzir a opressão à mulher, com base num debate de arquitetos pelo *Jornal do Brasil*. Assim como os "lugares de mulher" que são as sedes das entidades de mulheres que marcam o espaço construído das cidades sendo cerca de 3 dezenas na área metropolitana Interferem no entorno dos bairros e até mesmo em distritos.

No Capítulo VIII mostramos como se dão as relações sociais de gênero no processo de urbanização de favelas e destacamos as mulheres do núcleo da UMSP liderando a urbanização da favela do Jardim Boa Esperança, em Campo Limpo, próximo ao Capão Redondo. As mulheres moradoras, junto com a equipe técnica, também em sua maioria mulheres, dirigem e executam o desenvolvimento dessa que foi uma experiência piloto em forma de mutirão com um embrião intersecretarial e multidisciplinar, feita no âmbito da Superintendência de Habitação Subnormal (Habi) da Prefeitura Municipal de São Paulo e que podemos dizer materializado na proposta do Grupo Técnico de Apoio (GTA).

O Capítulo IX "O Estado e a questão de gênero" ressaltamos também as experiências que ocorreram em torno do Grupo Técnico de Apoio (GTA), atuando no Programa de Saneamento (Prosanear)[12] por meio da Sabesp[13] e de Prefeituras, e com a elaboração de programas de recuperação de áreas ambientais degradadas, como o Parque Municipal da Gruta Santa Luzia. E discutimos a resistência, ainda, das/os técnicas/os da Prefeitura Municipal de São Paulo, em flexibilizar as normas de urbanização de favelas estabelecidas, adotando a cultura preconceituosa de urbanizar de qualquer jeito, sempre argumentando que certas obras – leia-se escadas estruturantes e boa qualidade de obra – não são adequadas para a favela, no fundo dizendo: "Favelado não merece".

Relatamos, além disso, o processo de contato e efetivação de um seminário, na área de gênero, meio ambiente, direitos humanos e políticas públicas, realizado na Prefeitura de Mauá, na área do ABC paulista, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama).

Acreditamos que pensar políticas públicas, de meio ambiente, direitos humanos e de gênero de modo dissociado é um grande equívoco. Por isso, e tendo como objetivo um aumento da qualidade de vida e da sustentabilidade com desenvolvimento social e econômico, encaminhamos nossas discussões para tentar encaminhar a discussão dessas políticas interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente, o que é coerente com o fato de as questões de gênero, classe e raça/etnia constituírem temas transversais.

Destacamos como tem sido a dinâmica desenvolvida com a transdisciplinaridade e intersetorialidade no desenvolvimento principalmente dos projetos Prosaneares durante o acompanhamento das obras e do trabalho pós-obra, com ações sócio/educativas e culturais.

Aqui apresentamos uma análise do que foi pensar a política de meio ambiente com funcionárias/os de várias secretarias do município de Mauá, à luz dos conceitos das relações sociais de gênero e da filosofia dos direitos humanos (entendidos como direitos

[12] Prosanear – Programa de Saneamento ligado ao governo federal - antes Ministério de Planejamento, desde 2008 Ministério das Cidades.

[13] Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – água e esgoto.

econômicos; civis; políticos; sociais, abrangendo saúde, educação, habitação, saneamento básico, lazer, esporte; e culturais; e que devem permear a formulação dos planos, programas e projetos das políticas públicas).

O projeto e o planejamento urbano, ou os chamados planos de ação, estão entrelaçados, numa contínua articulação envolvendo as relações sociais estabelecidas no espaço urbano. E a teoria e a prática também não podem estar dissociadas, principalmente nesta pesquisa, em que as propostas advêm de um dos movimentos sociais que mais marcaram, com sua transgressão, o século XX e que propõem mudanças estruturais nas relações interpessoais, que discutem, e principalmente questionam, as relações de poder de todas as instituições, da família ao Estado. Norteadas por estas premissas em todo o desenvolvimento da pesquisa, testamos nossas suposições e refletimos sobre elas.

Concluindo, procedemos a uma análise de como o Estado pode e deve desenvolver a incorporação dos chamados temas transversais em suas políticas públicas setoriais (sociais e de infra-estrutura urbana), que contemplem o desenvolvimento urbano e social para a melhoria do *habitat*. Desenvolvendo considerações e recomendações.

Aqui destacamos as dificuldades que as mulheres, até mesmo as organizadas em entidades específicas, encontram para conseguir dar visibilidade a sua produção da cidade. E como têm se articulado para que o Estado assuma suas propostas de políticas públicas, sociais e urbanas. Fica claro que a transformação da metodologia de planejar deve avançar no sentido de tratar a cidade como ela realmente é, ou seja, contemplando as diferenças. Finalmente, procuramos mostrar como a Universidade deve incorporar em seus currículos a diversidade da sociedade, formando profissionais com visões

Intersetoriais, interdisciplinares e transdisciplinares. Em função disso apresentamos nossas propostas. Destacamos as resoluções da Unesco que sugere a incorporação das questões de gênero nos programas disciplinares. Sistematizamos algumas recomendações que possam vir a contribuir para com o Estado no âmbito do executivo, por meio das Secretarias Especiais da Mulher, no legislativo com relação as Comissões Permanente de Defesa dos direitos das Mulheres, e exemplos de leis aprovadas nos âmbitos municipais, estaduais e federais, assim como as convenções que garantem os direitos das mulheres. No âmbito do judiciário o Juizado Especial de crimes contra a família implantado em São Paulo e outras propostas. E no caso da Universidade a criação dos Núcleos de Estudos de Gênero e implantação de disciplinas e linhas de pesquisa do ponto de vista de gênero. No caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo a continuidade do processo de estudos e pesquisas tanto das teorias urbanas, metodologia de planejamento, e desenvolvimento da produção arquitetônica do ponto de vista de gênero. Aprofundamento das reflexões com análises sobre a diferença da percepção espacial entre as mulheres e homens. Mensurar a qualidade da interferência no fazer social e na configuração espacial das cidades e nas representações simbólicas dos "lugares de mulher" nas cidades. Aprofundar as reflexões sobre as relações sociais de gênero no intraurbano e seu rebatimento no planejamento regional.

2. Referencial Teórico

Capítulo II Referencial teórico

Conceituando gênero e as razões de considerar o planejamento municipal desse ponto de vista, planejamento urbano e intraurbano

"O que, exatamente, expressa a palavra gênero? Por que não usamos a palavra mais comum, sexo? Porque gênero não é a mesma coisa que sexo. Sexo é o que distingue biologicamente o homem e a mulher. Gênero, no sentido em que estamos usando, diz respeito à construção social dessa distinção. A diferença biológica entre os dois sexos é praticamente imutável, e está presente em todas as sociedades, em todos os tempos. As diferenças de comportamento social entre homens e mulheres, ao contrário, mudam de uma sociedade para outra, e mudam também numa mesma sociedade, ao longo do tempo, ou seja, a partir da diferença biológica do sexo, as sociedades elaboram práticas, normas e valores – ligados a idéias como 'certo' e 'errado' – que são uma expressão cultural." Heleieth Saffioti traz-nos a reflexão "de que o biológico, também, é cultural. Pode, portanto, ser transformado, conforme se vê nos exemplos da engenharia genética". E pergunta se não seria melhor afirmar que "a diferença entre os sexos não é anatômica?"[1]

A autora afirma que, à primeira vista, esses padrões culturais podem parecer fixos, seja porque sua modificação é lenta, seja porque cada indivíduo nasce e cresce dentro deles, recebendo-os como uma herança. Mas essa idéia é enganosa: sendo uma construção social, e não uma expressão direta da natureza, eles são passíveis de modificação, e, efetivamente, se modificam. Os papéis atribuídos pelas sociedades a homens e mulheres estão nesse caso[2].

É na década de 1970 que o conceito de gênero passa a ser incorporado à reflexão pelos movimentos de mulheres. Este termo foi cunhado na universidade. Os primeiros trabalhos em torno dessa questão revelavam que não seria possível alterar a posição cultural da mulher isoladamente, ou seja, sem afetar a posição cultural dos homens. Essa idéia passou a reforçar a importância da desconstrução dos estereótipos – tais como o de que a mulher é indecisa, e o homem toma decisões rápidas –, para que as mulheres se constituam em sujeitos da mudança.

É preciso ressaltar que todas as construções culturais utilizam elementos presentes na realidade. Certos comportamentos e tarefas que reforçam a idéia de submissão feminina, por exemplo, são associados à função da mulher na reprodução (gestação, parto, amamentação), como se uma coisa decorresse da outra. Mas, observando-se mais de perto, verifica-se que aquelas idéias são construídas socialmente (Barbieri, 1991), passando de uma geração para outra por meio de mecanismos sutis.

De um menino, em geral, espera-se que desde pequeno seja ativo, talvez até agressivo, enquanto a menina deve ser mais suave e delicada. Da mesma forma, espera-se que os homens dediquem-se mais às atividades públicas, e que as mulheres cuidem mais das atividades privadas, restritas à esfera doméstica. Não se diga que tal divisão é neutra, pois todos sabem que as atividades públicas são mais prestigiosas, e as tarefas privadas são tidas como secundárias. Essa desvalorização da tarefa doméstica é, na verdade, uma atribuição cultural. E nas discussões do movimento feminista que resultaram em documento na Conferência Mundial de Mulheres em Beijing ficou claro o entendimento de que se reforça o interesse em não se considerar o trabalho doméstico como tarefa, para que não lhe seja atribuído valor, o trabalho doméstico é trabalho social. Ele vai embutido na retirada da mais-valia pelo capital.

[1] Saffiotti, H. Palestra proferida na PUC-SP, em 1999.
[2] Costa, 1995, p. 54. Ver no IBAM.

Chamamos a atenção para o fato de que atribuições sociais de cada sexo são definidas de forma complementar e se sustentam mutuamente: na medida em que se dá ao homem um caráter ativo, concede-se à mulher, automaticamente, um caráter passivo; se o homem tende a ser independente e racional, à mulher cabe ser dependente e afetiva[3]. E assim por diante. Por isso, aliás, esse tipo de discriminação – que não tem nenhum amparo na biologia de cada um – afeta também os homens. É comum, por exemplo, os funcionários de administrações municipais não terem direito a dispensa do trabalho para levar um filho doente ao médico, enquanto às funcionárias esse direito é reconhecido.[4] A licença-paternidade, que concede ao homem cinco dias de dispensa no trabalho após o parto da mulher, é um avanço nessa direção, e foi uma reivindicação do movimento feminista brasileiro.

Mais à frente Barbieri observa que, por isso, a abordagem que procura ressaltar a perspectiva de gênero não se preocupa exclusivamente com a condição feminina, ou com as experiências e percepções das mulheres, mas sim com a atribuição de papéis, recursos, responsabilidades e expectativas relativas a homens e mulheres. E esclarece que o "nosso convite é para que todos aceitem reaprender a olhar tais atributos, tornando visíveis – e, portanto, passíveis de avaliação crítica – as relações sociais que eles expressam". Tendo isso em mente, ao adotar em nosso trabalho um ponto de vista que valoriza a busca de maior igualdade, somos levadas a questionar todas as idéias preconcebidas, tanto as que dizem respeito à mulher quanto as relativas ao homem, faces da mesma moeda. Gênero é, portanto, uma categoria relacional.

E, à pergunta "que tem isso a ver com planejamento municipal?", respondemos que tem muito, pois quem trabalha com a formulação de políticas está sempre diante do desafio do desenvolvimento. Para que todos tenham um padrão de vida decente, é necessário generalizar o acesso a educação, saúde, emprego e melhores níveis de renda. Esse acesso, no entanto, como se sabe, é até hoje muito desigual. E entre as desigualdades mais importantes está aquela que separa homens e mulheres.

Quanto a nós, planejadoras/es de políticas públicas urbanas e rurais, se debatermos essas questões, incorporando-as a nosso cotidiano pessoal e profissional, isso poderá contribuir para modificá-lo, aumentando assim a eficiência das intervenções públicas.

Algumas autoras afirmam que se deve levar em conta o item "gênero e desenvolvimento", e não se podem conceber as instituições de governo e as organizações sociais sem a presença ativa de homens e mulheres[5]. Levando em conta essa diferenciação e a necessidade de incorporar a questão do gênero nas políticas públicas, Carolice Moser[6] desenvolve *dois conceitos-chave* que orientam o planejamento daí decorrente: papéis e necessidades de gênero.

A administração comunitária tem sido de natureza voluntária e basicamente desempenhada por mulheres, salvo exceções[7]. Em São Paulo, nos movimentos de luta pela moradia a participação das mulheres é muito grande. A direção, no entanto, está nas mãos dos homens. Poucas são as mulheres dirigentes. As que fazem parte do coletivo diretor ainda são tímidas, mas garantem a estruturação e mobilização do movimento[8]. Claro que existem mulheres em destaque como a Verônica do Movimento de Moradia da área do centro da cidade de São Paulo, candidata a vereadora no ano de 2004.

Passeata do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, na cidade de São Paulo.

[3] Pressuposto para que se desenvolva trabalho semi-escravo, que a mulher seja servil ao homem e considere natural este comportamento.
[4] Discussão desenvolvida em publicação do IBAM
[5] Informação obtida em publicação do IBAM.
[6] Moser, 1993, p. 33-65.
[7] Informação obtida em publicação do IBAM.
[8] *Id., ibidem.*

Ainda na questão dos papéis, observa-se que nas ocupações um dos problemas enfrentados é a violência doméstica praticada por maridos ou companheiros, e a União de Mulheres têm sido procurada freqüentemente para contribuir na solução destes conflitos, com uma equipe de assistentes sociais, psicólogas e advogadas organizando grupos de auto-ajuda, fortalecendo a auto-estima das mulheres e discutindo com a coordenação desses movimentos de luta, e em suas assembléias gerais, qual o tratamento mais adequado nestas situações de violência, assim como o projeto que completa 10 anos em 2004, por nome Capacitação de "Promotoras Legais Populares".

O segundo conceito, o de "política comunitária" voltada ao atendimento de necessidades, diz respeito à organização comunitária, atividade em que as mulheres vêm demonstrando grande capacidade e talento. Mas, mesmo aí, o peso da ideologia tradicional reforça a tendência a que os homens assumam a liderança e conquistem para si uma posição de autoridade, cabendo às mulheres a execução de grande parte do trabalho prático de articulação e organização, sem, no entanto, serem diretamente responsáveis pela tomada de decisões[9]. E nos partidos políticos a situação não é diferente.

Aqui destacamos a classificação feita por aquelas autoras, separando as decisões de uma maneira genérica em dois tipos: as práticas e as estratégicas. As primeiras estão diretamente relacionadas ao papel reprodutivo (enfocando assuntos como saneamento básico e saúde) e dizem respeito às condições de vida; atendê-las significa criar facilidades para o cotidiano da população. As segundas relacionam-se à busca de transformações mais profundas na condição da mulher e do homem, questionando sua subordinação, desafiando os papéis tradicionais, tornando menos desigual a divisão de trabalho e de poder na sociedade[10].

A luta específica das mulheres não pode estar descolada das políticas mais gerais. Por exemplo, o combate à violência doméstica e sexual deve ser diretamente contemplado nas políticas econômica, habitacional, saúde e de educação, de forma que se garanta em seu conteúdo a mudança de comportamento que desenvolva nas meninas e meninos a relação de igualdade. Um grande número de mulheres suporta violência doméstica e sexual de seus companheiros ou maridos por não terem condições econômicas e educacionais, por lhes faltar a profissionalização que lhes possibilitaria ter emprego, entrar num plano de financiamento de casa própria, ou mesmo arcar com um aluguel.

Elas sempre estiveram no mercado informal[11], nos chamados "trabalhos invisíveis", como o doméstico, que é o suporte emocional e estrutural do grupo familiar. Invisível também era o processo importante que já vinha se dando, mas que só nos últimos tempos vem tendo visibilidade: a intenção de "libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais como 'a condição feminina'", desconstruindo-se valores ideológicos e perseguindo trilhas do conhecimento histórico concreto[12]. Essa nova situação que vem sendo construída visa a dificultar a posição do homem agressor[13], que tem a mulher fragilizada, emocional e materialmente[14]. Mas a antiga condição teima em prosseguir, pois ela é mantida pela estrutura do sistema capitalista, nela diretamente interessado.

Ressaltamos, porém, que o fenômeno da violência doméstica é mais complexo, pois as mulheres das classes dominantes também sofrem maus-tratos e têm muita dificuldade para libertar-se dessa situação, pois, com certeza, temem perder *status*, dinheiro, conforto material, e destacam o dilaceramento de suas almas que a impedem de reagir. Tudo

9 *Id., ibidem.*

10 Mostre, 1993, p. 65.

11 Desde a primeira hora do trabalho livre, quando os homens negros não conseguiam nenhum tipo de trabalho, a mulher negra passou a sustentar a casa vendendo quitutes nos locais próximos. Elas continuam ainda hoje a arcar com a sustentação econômica de muitos lares: ao mesmo tempo em que cuidam da casa, dos filhos, lavam roupa, pegam costura de carregação e varam madrugadas trabalhando informalmente.

12 IBAM, *Introdução ao planejamento de gênero.*

13 Apesar de que a violência doméstica independe da dependência econômica das mulheres, pois ela se dá em todas as classes sociais, e a tomada de decisão das mulheres para livrar-se desta situação se dá num contexto mais complexo do que aquele gerado pela submissão econômica.

14 IBAM, *Introdução ao planejamento de gênero.*

isto agravado também por esse comportamento de tolerância da violência que permanece e que segundo dados da fundação Perseu Abramo (2002) no Brasil a cada 15 segundos uma mulher é espancada.

É evidente que, para as mulheres das classes populares, a falta de condições econômicas faz com que a violência seja agravada, já que elas ainda não têm facilidade de acesso aos serviços que lhes proporcionariam defesa, além de apoio psicossocial e jurídico. O movimento feminista continua formulando propostas de intervenção nas Delegacias de Defesa da Mulher, e também para criar, no plano do Executivo; centros de referência de atendimento jurídico e psicológico, além de, no Judiciário, a Vara de violência de gênero e o Juizado especial de crimes de violência de gênero[15]. Sem contar as casas de abrigo – que precisam multiplicar-se – para mulheres ameaçadas de morte por ex-maridos e companheiros, namorados e ex-namorados.

Mas ainda aqui estamos tratando de maneira um tanto simplista[16] todo o histórico de violência vivenciado por gerações e gerações de mulheres. Esse histórico acabou por ser visto como uma condição natural da estrutura familiar, e, assim sendo, toda a subjetividade construída nesse processo tem que ser levada em consideração nessa análise[17].

E trata-se, na verdade, de uma reflexão recente, dos últimos 30 anos, muitas questões e idéias a ela relacionadas estão ainda em elaboração, e, por isso, num primeiro momento, é preciso que a informação sobre esse assunto seja difundida, de modo que o maior número de pessoas sensibilize-se e inicie a capacitação de todas/os as/os envolvidas/os no processo de planejamento. Além disso, é necessário construir formas de implementação prática das políticas que forem sendo coletivamente definidas". E este processo deve ser incorporado de baixo para cima e de cima para baixo, desde as reuniões por ruas vielas, passando por debates em cada bairro, e culminando em discussões que representem o conjunto da cidade.

Destaca-se aí que o Estado deve incorporar em sua estrutura espaços para a materialização dessas políticas públicas, criando ou aparelhando melhor organismos específicos que tratem dessas questões, como coordenadorias da mulher, secretarias e ministérios, programas específicos em todas as secretarias. Mas com a preocupação de impedir que estes fiquem correndo ao largo da política global adotada. Porque o que temos visto são organismos sem nenhuma estrutura, sem dotação orçamentária, apenas fachadas que fingem cumprir promessas de campanha eleitoral. Esses organismos servem apenas para acomodar grupos feministas que atuam não como poder instituído, mas como verdadeiras guerreiras que cavam isoladamente beiras nas secretarias, com base em amizades com funcionárias/os, sem verbas e, em sua maioria, sem assento nas reuniões do secretariado.

Até agora, a expressão "gênero" tem sido usada para ressaltar as diferenças entre mulheres e homens. E ela tem-se tornado cada vez mais freqüente na universidade, na literatura sobre o tema, nos jornais, em revistas e em debates. A discussão sobre gênero é, na verdade, um novo momento ou um desmembramento da luta da mulher, que teve como suporte o movimento feminista e seu ativismo político pela igualdade de direitos e de oportunidades, bem como suas lutas contra a subordinação e a discriminação da mulher.

15 Proposta encaminhada pela União de Mulheres de São Paulo com apoio da OAB mulher, Movimento do Ministério Público Democrático e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública e as Promotoras Legais Populares, entre outras, ao Ministério Público e para o Supremo Tribunal Judiciário do Estado de São Paulo e ao Congresso Nacional. No âmbito de São Paulo.

16 Gonzaga,T.O. - A violência de gênero, que acontece mais freqüentemente no âmbito doméstico, é anterior à organização do Estado e do sistema econômico vigente. Várias/os antropólogas/os, filósofas/os e pensadoras/es afirmam que a primeira exploração do homem pelo homem foi a da mulher pelo homem, com o objetivo de exercer a dominação, e para tanto a mulher tendo de ser transformada em sua propriedade, e o homem passando a controlar, daí por diante, o exercício da sexualidade dela a fim de garantir que o filho(a) a nascer realmente fosse dele, e assim, com a herança reservada a esse/a filho/a, obter a continuidade da instituição da família e o esquema da dominação. Com tantos milhares de anos nesse processo, estruturado em torno dos mesmos arquétipos do poder, a subjetividade necessita de uma ressignificação para construção da autonomia (cf. Trabalho Programado I, p.).

17 Ver *Caderno de violência doméstica: Uma questão política*, 1997; *Violência doméstica e sexual: Conheça seus direitos*, da União de Mulheres de São Paulo; e *Mulheres espancadas*, de Azevedo, M.A.

Planejamento de políticas públicas de gênero

Aqui novamente queremos reforçar que "para qualquer planejamento de políticas públicas de gênero faz-se necessário o conhecimento da história social das mulheres. Não se pode deixar de proceder, como etapa primordial, a uma cuidadosa análise interpretativa da historicidade dos conceitos, pois nesse campo se trabalha com processos não determinantes, secundários ou alternativos e, por isso, com estruturas, conjunturas, eventos, temporalidades diversas, que se entrecruzam no tempo"[18].

Devemos proceder de modo que em cada ato possamos entender do modo mais profundo possível os desejos e necessidades da população-alvo, e dando destaque especial às mulheres. É conhecida a experiência ocorrida em uma aldeia da Ásia, em que as mulheres, em grupo, carregavam todas as tardes caçambas de água para o uso diário, andando para isso alguns quilômetros. Até que um arquiteto, chegando a esse lugar, após observar a rotina dessas moradoras dali, concluiu que deveria construir uma cisterna para amenizar o fardo dessas mulheres, e assim o fez.

Mais tarde várias daquelas mulheres suicidaram-se. Elas irem buscar água em grupo tinha um sentido social muito forte, pois era o único momento em que podiam conversar, ter vivências em comum e trocar suas dores e sofrimentos, e este ritual foi destruído[19]. Acredito que esse episódio deve marcar nossa prática, nós, que temos o poder de interferir no fazer social de um grupo humano, não podemos impor as nossas necessidades ou os nossos conhecimentos técnicos de saneamento, habitabilidade e estruturação de espaços ignorando os desejos e necessidades de outrem, nós, que muitas vezes assumimos o papel de gestores.

A coexistência de uma multiplicidade de tempos abre uma vertente estratégica para o estudo da experiência histórica das mulheres, com o objetivo precípuo de documentar a materialidade social dos conceitos e das palavras, e sobrepor a história social à história dos conceitos, tornando uma dependente da outra. A historiografia feminista há de perseguir o estudo da semântica, diferenciando na linguagem ritmos diferentes de tempo. As palavras tendem a uma historicidade mais lenta, ao passo que os conceitos movem-se mais rapidamente, de modo que, na obra do historiador, níveis de temporalidade diferentes entrecruzam-se, configurando uma pluralidade de tempos simultâneos[20].

Não por mero acaso, Julia Kristeva escrevia em 1979[21] em seu ensaio sobre a temporalidade das mulheres em oposição à linearidade do tempo histórico. Tal como pode ser captada pelos historiadores da modernidade, essa pluralidade de tempos varia, de modo que muitas vezes existe um descompasso entre certas transformações sociais e as palavras dos testemunhos; em outras ocasiões, os conceitos é que estão adiantados em relação a uma potencialidade do devir social prestes a irromper[22].

Nesse sentido, a historiagrafia feminista abre sua trilha de historicidade na aventura do contemporâneo: a fim de dar conta da construção do quotidiano das classes trabalhadoras ou marginalizadas. Seguindo esse caminho, a historiadora deve refazer perspectivas, parâmetros, conceitos, para não cair na armadilha do hegemônico. O cunho renovador da história social das mulheres, ao concentrar-se nos papéis informais e nas mediações sociais, abre espaço para a relativização das normas e das temporalidades prefixadas.

Além disso, o estudo das relações de gênero na história, substituindo a noção de identidade, passa a privilegiar o exame dos processos de construção dessas relações e

[18] IBAM.
[19] Depoimento Tatiana Urbanovick
[20] *Id., ibidem.*
[21] Kristeva, 1979.
[22] Kristeva, 1982.

das formas pelas quais o poder as articula em momentos histórica e socialmente datados[23]. Verifica-se também que a estrutura de gênero é configurada na interação com outras relações sociais, como as de raça e de classe. Assim, as relações de gênero não teriam essência fixa, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como "natural"[24].

Nas décadas de 60 e 70, as questões de identidade e diferença foram inegavelmente importantes, tendo conseguido abrir espaços institucionais, como uma imprensa feminista, o cinema de mulher e os estudos feministas enquanto área de conhecimento. Neste quadro, a introdução da categoria de gênero representou o aprofundamento e a expansão das teorias críticas feministas.

Desde a segunda metade da década de 80, no entanto, novas perspectivas começam a ser delineadas. A própria noção de gênero e as idéias dela derivadas são discutidas como limitadoras. De uma forma não muito diversa daquela dos estudos centrados na identidade e na diferença sexual, o conceito de gênero ainda explicitaria uma tendência a universalizar a oposição entre homem e mulher. O sistema sexual de gênero deixa de ser visto, portanto, como constituinte de uma esfera autônoma e passa a ser considerado como uma posição da vida social em geral.

É nesse sentido que Laurentis[25] elabora o conceito de "sujeito do feminismo", distinto tanto da idéia de mulher, como essência inerente a todas as mulheres, quanto da noção de gênero, que define a mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais. A vantagem maior do conceito de sujeito do feminismo é a de atuar num espaço ambíguo e exterior ao quadro das representações tradicionais. Ainda que não se abandone o trabalho com as formações discursivas e as estruturas de representação das relações de gênero, torna-se possível a inclusão daquilo que estas representações deixam de fora: os espaços sociais ou discursivos produzidos nas margens, nas entrelinhas e nas novas formas de organização das mulheres.

O sujeito do feminismo seria engendrado pela tensão entre a negatividade crítica da teoria feminista e a positividade afirmativa de sua política. Pensando na oportunidade de um investimento radical na constituição da especificidade potencial dos estudos sobre a mulher no Brasil e na rentabilidade da intervenção do pensamento pós-colonial no estágio atual da crítica feminista internacional, podemos perceber a tarefa e as possibilidades que se abrem atualmente para a reflexão feminista no Terceiro Mundo.

As visões da antropologia sobre a mulher[26]

Talvez a utilização da categoria de gênero, tão em voga hoje em dia, não signifique o alçar a um novo patamar teórico de elaboração, que parecia anunciado ao se abandonar a categoria de mulher. Esta parece ser uma seara destinada à eterna discussão sobre a validade da autodesignação e a dúvidas sobre os critérios de inclusão e demarcação de fronteiras. Sarti (1988), em um artigo de avaliação, sugere que se deva mudar o nome e argumenta com a necessidade de uma revisão dos estudos que se formulam sob essa rubrica, uma vez que, ao se estudar a mulher, ignora-se freqüentemente que tal construção social só faz sentido com o seu consorte.

Apesar de estar de acordo sobre a necessidade de a ênfase recair sobre os gêneros, eu, entretanto, entendo que, para os objetivos da presente análise, o genitivo da

23 Heloisa Buarque de Hollanda.
24 Scott, 1986. *Historiografia das relações sociais de gênero.*
25 Laurentis.
26 Heilborn, M.L. "Fazendo gênero – A antropologia no Brasil". In: Bruschini, C. & Costa, A.O. (orgs.). *A questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas.

mulher retrata melhor a preocupação fundante desse corpo de estudos. O campo (se de fato existe) *nitidamente se define por uma discussão com as formulações* feministas. Ele nasce e adquire vigor com o reconhecimento de que este diálogo é instaurador de uma problemática[27] – pelo menos, de um dado modo de apreensão desta[28]. Se, de um lado, a valorização do tema da mulher é, sem dúvida, salutar, de outro, andamos tropeçando em material de pouca reflexão e até mesmo num mimetismo do discurso militante, ainda que este tenha méritos incontestáveis. Muitas vezes se tratou simplesmente de reduplicar o ativismo, sem pensar, em conseqüência, no que se estava fazendo. Passou-se a estudar mulher em todos os lugares, e sob os mais diferentes ângulos. Depois de examinar-se a presença feminina, passou-se a falar em gênero. Do sexo, passou-se ao gênero, mas a categoria tem sido usada sem a percepção do alcance que deve ter, na medida em que se imbrica em um sistema relacional, ou de que, se mantém algum vínculo com a base anatômica, sua principal utilidade está em apontar e explorar a dimensão social, que, em última instância, é o que importa quando se faz antropologia, assim como planejamento.

Em torno do conceito de gênero[29]

"A categoria de gênero foi tomada de empréstimo à gramática. O recurso às disciplinas da linguagem, aliás, é tradicional dentro do saber antropológico. Em sua acepção original, gênero é o emprego – fenômeno presente em algumas das línguas indo-européias – de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas" (*Larousse*, Tomo III, p. 756). Mas o termo tomou outros foros e significa aqui a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. Trata-se de uma referência usual na antropologia, que é resgatada e sofisticada por antropólogas afinadas com o feminismo. Desse modo, reavaliar a percepção do lugar da mulher como objeto e sujeito de pesquisa é coerente com o movimento interno do campo antropológico.

Conceitos de intraurbano , planejamento urbano no caso São Paulo

A cidade de São Paulo tem de ser entendida como uma megalópole que apresenta profundas contradições. A Área Metropolitana de São Paulo (e adotamos aqui o conceito desenvolvido por Flávio Villaça, em substituição ao de Região Metropolitana de São Paulo) tem 8.051 km2 e é composta por 39 municípios, em que vivem cerca de 18 milhões de habitantes, com alto índice de adensamento urbano. Sua ocupação e expansão ocorreram de forma rápida, para algumas e alguns, desplanejada e, para outras/os, planejada.

Em nosso ponto de vista, deve ser entendida como planejada, sim, na medida em que existem normas e regras que foram criadas e são respeitadas. Há quem argumente que, se a ordem não puder ser chamada de Pública, então não existe ordem, só caos.

Na organização do espaço em nossa Área Metropolitana, podem ser apontados muitos elementos de ordem, é claro que em detrimento dos interesses da maioria da população, mas que têm plena vigência porque estão de acordo com os interesses econômicos do mercado imobiliário e financeiro. Não podemos nunca esquecer que, enquanto o Estado for instrumento apenas da defesa de interesses cuja satisfação leva à perpetuação de injustiças, dificilmente o planejamento participativo, também objeto de nossa reflexão, terá seu espaço garantido.

[27] Heilborn, 1990a.
[28] Bourdieu, 1968.
[29] Heilborn, 1990 a

A cidade de São Paulo é reconhecida como uma aglomeração de significação internacional, mas não chega a ser ainda uma das cidades globais que articulam as economias internacionais, ao contrário do que preconizam certos ideólogos apressados da modernização cosmética. Conta nossa metrópole, é verdade, com espaços densamente ocupados e equipados, nos quais predomina uma cultura global cujo símbolo é o consumo intensivo de bens e serviços, mas convive com espaços de extrema miséria, favelas e loteamentos irregulares, e na cidade de São Paulo em que mal sobrevivem mais de 400 mil superpobres[30], dos quais a maioria são da cor negra comprovante ser uma sociedade racista e em que as mulheres e negras as mais discriminadas ainda.

Num panorama em que têm acesso ao consumo apenas os que controlam o poder econômico e político, e com a extraordinária velocidade dos processos de urbanização e metropolização, foram criadas cada vez mais deseconomias de aglomeração. Concentra-se aí maciçamente uma população que, em sua maioria, não possui poder aquisitivo, o que tem como conseqüência a ampliação da brecha entre a cidade real e a cidade legal.

O que chamamos de "cidade real" constitui, na prática, um obstáculo para a integração global, porque não será possível manter essa situação de verdadeiro *apartheid* social sem o recrudescimento da violência urbana. Violência, cujo caldo de cultura, formado pela miséria, precariedade das condições de vida, ausência de perspectivas e falta crônica de trabalho, o que é agravado pelo "desemprego tecnológico", originado, por sua vez, pela mesma globalização, que gera os anseios, em grande parte ideológicos, por uma "cidade mundial" e que tem feito a cidade real crescer cada vez mais, ocasionando a degradação humana e ambiental.

Captando aspectos relevantes desse fenômeno, pesquisa recente desenvolvida pela Prefeitura Municipal de São Paulo constata que a cada oito (8) dias nasce uma nova favela em São Paulo. Enquanto a população total da cidade cresceu 60% entre 1973 e 1987, a população favelada cresceu mais de 100%[31]. É essa crise generalizada e a transformação constante da cidade, em direção a rumos muitas vezes não desejados, que forma o pano de fundo diante do qual iniciamos e encerramos este trabalho.

Mas, enfocando a questão por um outro lado, as metrópoles devem ser vistas como centros de crescimento econômico nos quais a acumulação de economias externas fomenta investimentos públicos e privados, e aí o monopólio da terra contribui decididamente para a formação de capital privado por meio do mercado imobiliário. Por isso, ao pensarmos um critério de planejamento urbano que se afasta daquele feito sob a égide do Estado e das empresas capitalistas, estamos tocando num ponto estratégico para o funcionamento do sistema econômico atual como um todo.

Nesse processo, as deseconomias e externalidades[32] negativas aí geradas não apenas se convertem em fatores adversos para o desenvolvimento humano, aumentando o grau de desemprego e o fenômeno da feminização da pobreza, como também se apresentam materialmente como degradação do meio ambiente urbano. É dentro deste quadro, em que o modelo metropolitano tradicional reclama um novo paradigma de organização do espaço, que traçamos os objetivos de nossa pesquisa, e aí procuraremos discutir as localizações no interior do tecido urbano, assim como a constituição e os movimentos do espaço intra-urbano entendido como uma estrutura territorial[33].

30 Cebrap, 2003.

31 Alva, E.N. *Metrópoles (in)sustentáveis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997, p. 12.

32 *Id., ibid.*, p. 15.

33 Villaça, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel-Fapesp Lincoln Institute, 1998, p. 11.

Desenvolvemos considerações sobre o espaço intra-urbano e a pouca atenção que tem sido dispensada a seu estudo, tanto pelo viés teórico como pelo empírico, do ponto de vista das relações sociais de gênero, dando ênfase às mulheres. Segundo Villaça, existe pouco interesse no Brasil por desenvolver estudos espaciais de nossas metrópoles, que, quando são realizados, limitam-se, em geral, às cidades (ou municípios) centrais das áreas metropolitanas.

Além disso, cabe destacar a inexistência de estudos sobre os aspectos comuns aos espaços urbanos das diversas metrópoles. Afinal, se todas áreas urbanas que interessam ser estudadas vêm sendo produzidas um mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico – os últimos 150 anos –, sob um mesmo modo de produção dominante, mediadas pelas mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver, e há, muito aspectos comuns a seus vários espaços. Observações semelhantes podemos fazer em relação às relações sociais de gênero.

Os estudos realizados concluem, quase sem exceção, com a constatação de que todas as metrópoles têm, de um lado, uma área central mais bem atendida por equipamentos urbanos e onde mora uma minoria que participa da distribuição dos frutos do trabalho social, e de outro, uma enorme periferia, onde mora a maioria excluída dessa participação.

Baseamo-nos nas considerações desenvolvidas por Villaça, que dá amplitude e profundidade a sua análise por meio de uma dupla abordagem, a análise comparativa entre várias metrópoles[34] e a investigação, dentro de um amplo período histórico, da formação dos espaços metropolitanos, de maneira que possam ser captados os aspectos efetivamente estruturais.

E o conceito de estrutura é usado aí pelo prof. Villaça com apoio em Roger Bastide (1971), que chama de estrutura um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma, que a alteração de um elemento ou de uma relação entre eles altera todos os demais elementos e todas as demais relações. As estruturas são dotadas de movimento, e o grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse movimento.

São considerados elementos da estrutura metropolitana o centro principal da metrópole (onde está a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior concentração de comércio e serviços), os subcentros (aglomerações diversificadas de comércio e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais e os mistos, ou melhor, os conjuntos que envolvem bairros residenciais – distribuídos segundo as diferentes classes sociais – e as áreas industriais.

Essa estrutura está imbricada a outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e os de saneamento. Entretanto, consideramos ser a primeira mais importante, pois inclui, incorpora e subjuga as demais, mais do que o contrário, embora, é importante que se diga, ela não possa existir sem aquelas.

Essa estrutura territorial mais importante também está articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a política e a ideológica. Como é sabido, estas, na concepção original de Marx (1977, 24), estão organizadas como "base" e "superestrutura". Para não cairmos numa visão mecanicista, lembramos que a estrutura territorial é socialmente produzida e, ao mesmo tempo, reage sobre o social e interage com o território.

Foi sob a orientação desses conceitos que desenvolvemos nossa pesquisa de

34 *Ibid.*, p. 12.

campo. E aí uma de nossas atividades principais consistiu em entrevistar mulheres, adotando como critério de seleção três modos de localização espacial, vide cap.V.

Palavras chaves:

Cidade – planejamento urbano – plano diretor – segregação – intraurbano – gênero e cidade – gênero e o intraurbano – arquitetura – projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero – direitos humanos – meio ambiente – políticas públicas, espaço privado e espaço público, história, participação e democracia.

3. Metodologia

Capítulo III Metodologia

Neste trabalho refletimos sobre o modo pelo qual uma determinada metodologia vem sendo construída e aplicada, não só nas teorias feministas, mas também pelas/os historiadoras/es e por alguns e algumas cientistas políticos. Tendo como pano de fundo o processo pelo qual passam as ciências humanas, e também sua transformação, no bojo da qual se repensam e precisam novos métodos, tentando formular teorias mais condizentes com novas realidades e necessidades sociais[1]. Daí decorre o fortalecimento que o enfoque feminista vem conseguindo ao tornar-se uma frente crítica do conhecimento contemporâneo. Diz a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias que

> "as amarras ideológicas – um modo de conhecer predeterminado por um sistema de dominação cultural arraigado – refletem-se nos estudos feministas, e, ao mesmo tempo, dizem respeito a mulheres que, como seres humanos, são também, e a despeito dos condicionamentos culturais, agentes de si mesmas. Assim, equivale a dizer que o tema das mulheres enquanto objeto do conhecimento partilha com as ciências humanas as incertezas inerentes ao próprio processo do conhecimento. Portanto, a abordagem perspectivista propriamente histórica é uma das múltiplas opções que se apresentam para a delimitação de abordagens metodológicas para os estudos de mulher. Propicia o esforço feminista de reelaborar os estudos das mulheres fora da linguagem, das teorias e da ordem simbólica em abstrato"[2].

Segundo essa autora, algumas balizas metodológicas podem ser emprestadas das ciências humanas, por exemplo, considerar em permanente mudança os processos de que as mulheres participam – para não repetir a visão de que as sociedades são estáveis, que os métodos tradicionais pretendem reforçar. É o caso – bem comum num país como o Brasil – da construção das normas culturais da Igreja Católica, do direito ou do próprio senso comum, sempre baseados em premissas particulares, mas arrogando-se o caráter de universais. Como nos lembra Maria Odila:

> "Essa é uma armadilha sutil e amplamente presente na bibliografia de estudos da mulher, comprometendo seus resultados. Temos que incorporar as mudanças, aceitar a transitoriedade do conhecimento, dos valores culturais em processo de transformação no tempo, desse modo levantar o questionamento das universalidades, o pensamento único como categorias de análise, com o objetivo de ser um contraponto à permanência do universo simbólico, da linguagem e do discurso, núcleo de um sistema de dominação de que justamente se pretende fazer a crítica. As normativas estabelecidas para a conduta feminina vêm sendo rompidas no cotidiano, e com isto redefinir os processos de subjetividade, de identidade, da própria racionalidade no mundo contemporâneo não se dá tentando reencontrar no passado, negando a temporalidade, o que certas correntes feministas pós-estruturalistas ou essencialistas ainda defendem"[3].

Esses paradigmas valem para a aplicação das metodologias de como pensar a cidade entendendo-a como uma totalidade, e não apenas um espaço em que transcorrem as atividades do transporte, do saneamento básico, da construção de edifícios (em especial aqueles para moradia, mas também os outros). Estas são perspectivas parciais. Não

[1] Harding, Sandra "The instability of the analytical categories of feminist theory". In: *Signs*, Vol. 11, nº 4, p. 645-54, 1986.

[2] Leite.M.O – in questão de gênero, 1990.

[3] Dias, M.O.L.S. "Uma questão de gênero". In: Costa, A.O. & Bruschini, C. *Teoria e método*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

podemos tratar esses assuntos de modo fragmentado, e sim como fenômenos integrados às relações sociais. Não se pode, por exemplo, projetar um piscinão tendo preocupação apenas com a solução das enchentes, sem pensar nas conseqüências de uma obra desse porte, como no caso do construído nas margens do córrego Pirajussara, na Zona Oeste do município de São Paulo, divisa com Embu e Taboão da Serra, que vira depósito de lixo, sendo também ocupado por marginais, nos períodos de estiagem.

Devemos pensar a cidade como uma totalidade, para cada vez menos ouvir de engenheiros (mas não só eles) a afirmação de que a preocupação social não é um problema de engenharia. Sim, é um problema, na verdade, de toda/o profissional que desenvolve seu trabalho, principalmente num país em desenvolvimento e numa cidade como São Paulo, que vem sofrendo os resultados de toda sorte de irresponsabilidades para com suas/seus habitantes.

A população elege as/os governantes, mas estas/es, agindo nas administrações sempre com medidas pontuais e obras de impacto, sem prever as conseqüências futuras e os desdobramentos nas áreas contíguas à obra em questão, têm os olhos voltados apenas para sua continuidade no poder. A configuração presente dos espaços construídos tem uma história que deve ser compreendida, na inter-relação com todas as disciplinas envolvidas, e a nova intervenção precisa considerar esta história e adotar práticas que dialoguem com os impactos futuros e, no caso de São Paulo, levar em conta a preservação do ambiente, o social e o econômico.

Apesar de que a polêmica sobre gênero ainda se desenvolve, achamos que esta é a categoria mais avançada a ser adotada, pois não nos deixa cair no erro de diluir o tema da mulher, que, em última instância, nesse imbricar relacional entre homem e mulher, é quem leva maior desvantagem.

Na primeira parte da pesquisa, debruçamo-nos sobre as teorias e experiências desenvolvidas a respeito de gênero nas áreas técnicas e nas Ciências Humanas, destacando-se a questão urbana, no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo. Farto material foi produzido e pôde ser obtido, nele incluindo-se registros e análises de experiências desenvolvidas em algumas cidades brasileiras, e outras da América Latina, da Europa e Eurásia. Vivia-se então uma conjuntura favorável aos estudos e ao recolhimento de informações, pois no final do século XX a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento, população e demografia, direitos humanos, quatro conferências de mulheres, uma em 1975 (México), a segunda em 1980 (Copenhague), a terceira em 1985 (Nairobi) avaliação da década da mulher, e a quarta em 1995 (Beijing) onde aprovou uma Plataforma de Ação, e a do Habitat e assentamentos humanos, em 1996.

As mulheres feministas, que vinham se organizando desde a década de 1960, formularam, baseadas nas especificidades de sua visão e de suas questões, propostas para todos os temas discutidos e as encaminharam para a formulação de políticas públicas, contemplando os temas econômicos e sociais para a humanidade, mas sempre destacando o ponto de vista das mulheres. Nessas conferências, fruto de uma ampla participação da sociedade civil organizada, as mulheres foram as mais organizadas, desempenhando papel de destaque, tanto em número quanto em qualidade.

Inserida nesse clima de reflexões pensamos em desenvolver o trabalho de

mestrado ouvindo as mulheres da cidade de São Paulo, formulando propostas a serem seguidas, para, no doutorado, buscar experiências de outros países, como Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Alemanha e Canadá. Mas nossa participação nesse processo amplo, em que pudemos comparecer à Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, criou, por assim dizer, um atalho nesse encaminhamento e veio facilitar a nossa coleta de dados, pois tivemos a oportunidade de entrar em contato com uma rede de mulheres em que se incluíam planejadoras, acadêmicas e militantes de inúmeros países, muitas das quais se organizavam para a Conferência Mundial do Habitat II e a Women Homes and Community – a Super Coalition – ligadas a HIC – Habitat International Coalition.

Além das experiências dos países acima citados, tivemos acesso àquelas desenvolvidas por mulheres planejadoras da Inglaterra, França, Grécia, Turquia, Uruguai, Guatemala, Argentina e países africanos. O rico material conseguido poderia embasar pelo menos umas três dissertações, além de fornecer subsídios para várias teses. Lemos e filtramos todo esse material, com muito cuidado, para a construção de um cenário do que as mulheres pensam e propõem para o mundo neste momento, assim como para fortalecer nossa prática política e profissional.

Em resumo, fortalecemos nossa visão de que a maioria das mulheres clama por democracia, visibilidade, cidadania, e de que, nos países em desenvolvimento, além daquelas questões, os maiores anseios são por serviços básicos (água e esgoto), educação, profissionalização, igualdade, habitação, creches, transporte. Todas denunciando e fazendo protestos contra a violência de gênero (tanto a doméstica quanto a sexual), no plano público e no privado, igualmente nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento.

Um aspecto comum a todo esse material é a opinião, expressa por planejadoras de vários países, de que as cidades e a área rural não respondem às necessidades das mulheres. Quando se pensa em intervenções nas cidades, as experiências que levam em conta aquelas questões básicas (saúde pública incluindo a violência sexual e doméstica, educação, geração de renda), embora restritas e pontuais, chegam a resultados positivos, que atribuímos sempre à presença e à responsabilidade de alguma feminista que esteja a sua frente.

Mas todas as pesquisadoras acadêmicas e mulheres de outras categorias profissionais que tiveram acesso ao poder de decisão em nível local sofreram muita pressão e acabaram por não lograr produzir grandes intervenções, que melhorassem por completo as condições de vida das mulheres. E no Brasil não é diferente. A prefeita Marta Suplicy, que se assume como feminista, ainda não conseguiu imprimir a marca diferencial das mulheres a uma administração que não avançou muito no sentido de garantir mais conquistas para as mulheres. Claro que fez muito mais do que qualquer outro governante antes dela. Como exemplo desse novo (em relação aos anteriores) enfoque administrativo, podemos citar a reativação dos Centros de Referência à Mulher, o Programa Vai e Volta, que aliviou as mães que, antes, tinham de ser transportadoras de suas crianças para a escola e voltado para as mães da periferia.

Assim, decidimos por uma reflexão sobre as experiências que o movimento feminista desenvolveu e que redundaram numa proposta de alteração do pensar e do viver das relações sociais de gênero, assim como da produção do espaço construído no Brasil. Escolhemos como nosso foco o movimento por creches e o movimento de combate à vio-

lência doméstica e sexual, bandeiras fortes do movimento feminista e que muito interferiram no espaço público e privado, assim como na organização do próprio Estado, ao exigir que os governantes oferecessem espaços físicos e profissionais até então nunca pensados para responder a essa demanda. Quanto à luta por Unidades Básicas de Saúde, também produto da reivindicação das mulheres no Movimento de Saúde, está muito bem documentada em tese de doutorado, mais tarde publicada em livro, defendida por Machado[4].

Já que um dos objetivos da pesquisa era introduzir as discussões sobre as relações sociais de gênero na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, destacamos, como mais estratégico em relação a essa área e a essa instituição, o impacto, na malha urbana e na arquitetura, das reivindicações feministas atendidas, e suas conseqüências, principalmente na cidade de São Paulo. Foi o caso dos projetos arquitetônicos para creches, entendidas como equipamento educacional, hoje assumidas pela Constituição Federal Brasileira e pela Lei de Diretrizes e Bases, para as Delegacias de Polícia de Defesa das Mulheres (DDMs), para o centro de referência de apoio à mulher e para as casas-abrigo. Se as práticas do planejamento urbano são tímidas, as intervenções visando à inclusão das mulheres só trazem resultado quando o movimento social feminista é forte e combativo.

Alguns teóricos, como Gottdiener, Boaventura Santos e Milton Santos[5], percebem a importância de considerar, em suas teorias urbanas, que o espaço construído é uma produção social, e reflexo das relações sociais de uma dada época, assim como deixam claro que as relações sociais podem alterar o espaço. Compreendemos também em seus escritos que hoje apenas o conflito entre classes não é suficiente para dar a essas questões respostas práticas satisfatórias[6]. Pois hoje, respondendo a uma maior complexidade social e a reivindicações que são frutos de maior consciência política, os movimentos sociais feministas, de negros, jovens, idosos, ambientalistas e de orientação sexual (travestis, *gays*, lésbicas, transexuais) demandam mudanças radicais e querem participar dos poderes de decisão, sejam locais, estaduais ou nacionais, não opinando apenas sobre temas relativos à especificidade de suas condições e aspirações, mas apresentando propostas de reordenação para todo o planeta.

Assim foi a pesquisa de campo

Decidimos desenvolver todo o processo de pesquisa de campo, além das entrevistas, testando a receptividade e aceitação ou não de nossas idéias. No ambiente universitário constata-se que a sensibilidade para as relações de gênero na graduação e nas linhas de pesquisa ainda está por vir, cabendo por isso aplicar aí as resoluções da Unesco que orientam os países no que toca ao tratamento da questão de gênero nos planos educacionais. As universidades não estão sensibilizadas para isso, e, como diz Maricato, "o mesmo acontece com as questões urbanísticas e da arquitetura"[7].

Uma das maneiras que encontramos para desenvolver nosso trabalho nesses anos de reflexão foi realizar a pesquisa de campo, a pesquisa-ação, estudos, muitos debates, assim como participar de seminários, cursos, encontros, congressos, conferências mundiais, nacionais, estaduais, seja em contato com organizações de mulheres de uma forma geral, de mulheres em suas categorias profissionais ou entidades feministas, e em espaços mistos, na companhia de homens e mulheres, como no Comitê das Bacias

[4] Machado, L.M.V. *Atores sociais e movimentos urbanos. Continuidade e gênero*. São Paulo, Annablume, 1995.

[5] Santos, M. *Técnica, espaço e tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec, 1994; Santos, B. *Pela mão de Alice*; e Gottdiener.

[6] Boaventura Santos, que reconhece que as teorias feministas são responsáveis por esta contribuição, além de Milton Santos, Gottdiener e Farret.

[7] "A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da 'cidade oficial'. Não estão nos mapas inclusive nos dados do IBGE, e o mesmo acontece nas universidades, que são presas da conceituação reificada de arquitetura ou da representação ideológica da cidade" (Maricato, p. 122-3).

Hidrográficas do Alto Tietê – neste caso, acompanhando a União de Mulheres de São Paulo, que aí tem presença por intermédio do subcomitê das bacias hidrográficas do Cotia-Guarapiranga – e em nossa atuação no Grupo Técnico de Apoio (GTA), uma organização não-governamental. Sempre visando a contribuir na elaboração de legislações a serem inseridas em emendas a planos diretores, serem apresentadas no Legislativo e para políticas públicas a serem aplicadas no Executivo, enfatizando a necessidade de todas essas contribuições passarem por fóruns amplos e participativos.

Para tanto, a auscultação das mulheres não organizadas, nas ruas da cidade e no campo, e a participação no debate travado pelas feministas, até mesmo no âmbito do espaço urbano, principalmente com as/os técnicas/os do GTA fizeram com que déssemos um mergulho, bem profundo, e captássemos o anseio das mulheres, o que nos deu subsídios suficientes para refletirmos sobre a problemática do não acesso das mulheres à cidade[8].

Isso dá a importância das discussões e debates com as/os planejadoras/es e as/os políticas/os da cidade, que não absorveram, ainda, a perspectiva das relações sociais de gênero ao pensar e elaborar suas intervenções. Um exemplo de que as/os arquitetas/os, como as/os ligadas/os à USP, não se sensibilizaram para as questões das relações sociais de gênero ainda é a Comissão Especial da Casa de Dona Yayá, assim como as/os técnicas/os da Secretaria Municipal de Planejamento quando da elaboração do plano diretor, assim como seu secretário, na gestão da prefeita Luiza Erundina.

Ao equacionar esses conceitos, decidimos encaminhar seu desenvolvimento tendo como intuito testar, na prática, a aceitabilidade e a receptividade, nos organismos estatais, principalmente municipais, estaduais e no Legislativo, e em especial nos governantes e técnicas/os de comando, da implantação de políticas públicas voltadas para as mulheres, aliada ao entendimento da filosofia dos direitos humanos, das relações sociais de gênero e da preservação e melhoria do meio ambiente.

Propusemos experiências práticas, como desdobramento e aplicação da pesquisa, entre elas, um seminário que viesse a se transformar num futuro treinamento, que foi desenvolvido com técnicas/os de todas as secretarias de uma dada prefeitura, no caso, a de Mauá (SP), por meio da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama), no qual introduzimos temas relacionados aos conceitos de gênero, direitos humanos, políticas públicas voltadas à problemática ambiental. Como estes temas podem ser considerados transversais, pois perpassam as áreas de saúde, educação, habitação, transporte, foram e devem ser trabalhados de forma multidisciplinar e intersetorial. E o mesmo se deu com a elaboração de um capítulo específico para as mulheres que foi proposto pela União de Mulheres de São Paulo, discutido e assumido pela Coordenadoria Especial da Mulher (organismo da Prefeitura do Município de São Paulo) e apresentado pelas vereadoras Flavia Pereira e Lucila Pizzani, Comissão de Defesa da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo, como emenda ao Plano Diretor Estratégico, na cidade de São Paulo no ano de 2003.

Premissa

Decidimos estudar as relações sociais de gênero no espaço público e, no espaço privado, a ação das políticas urbanas e a metodologia dos projetos de arquitetura.

[8] As francesas lançaram uma "Carta das Mulheres na Cidade", que visa à elaboração de uma nova filosofia de planejamento urbano e territorial, capaz de alimentar, de maneira construtiva, um verdadeiro debate democrático integrando as necessidades e expectativas diferenciadas das cidadãs e cidadãos. Dizem elas "que os esforços de revitalização de nossas cidades devem convergir para o surgimento de outras prioridades políticas e econômicas, dirigidas para uma maior harmonia no plano social". Esta carta visa ao compromisso de reconstruir locais e laços de coesão social, permitindo a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres tanto no meio urbano quanto no rural. E visa essencialmente a promover uma sociedade mais emancipada, livre de estereótipos constrangedores, que freiam toda evolução favorável às mulheres em matéria de planejamento e serviços urbanos e habitacionais, de segurança e de mobilidade. Propõe pensar e remodelar a cidade com base no olhar das mulheres, a fim de trazer novo equilíbrio e uma outra dimensão ao espaço urbano. Defendem uma nova filosofia de planificação urbana e de planejamento territorial focalizada sobre valores humanos. E, para que isto se dê, a elaboração de uma nova cultura comum, partilhada por homens e mulheres, e na qual tenham importância os estudos e as preocupações ligados à dimensão de gênero, deve constituir a parte central da renovação intelectual.

Quisemos saber se, quando um determinado espaço foi pensado, houve preocupação com a mulher e se, à luz dessa preocupação, o resultado do projeto foi avaliado após a construção. E também se a/o profissional arquiteta/o tem consciência de que sua prática pode reforçar a educação diferenciada que reproduz a opressão da mulher.

Nossa escolha foi que o objeto principal seria a mulher e suas relações com a cidade de São Paulo. Trabalharíamos com mulheres organizadas em grupos feministas, e também com as não organizadas, para verificar se havia diferença na maneira de ver a problemática urbana e se a cidade seria pensada do ponto de vista da mulher. Na arquitetura estudaríamos a experiência do GTA, e faríamos, à luz desta preocupação, uma análise dos projetos e construções da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e de grupos focais com mutirantes de unidades habitacionais, dando especial atenção ao trabalho de arquitetas e arquitetos que estivessem ajudando esses grupos, para entendermos como o espaço é percebido e se existe diferença no método de projetar.

Escolhermos apenas as mulheres para alvo de nossa reflexão e fomos, nós também, alvo de questionamentos, como, por exemplo, o de que seria necessário pesquisar igualmente o que pensavam os homens, entrevistando-os para que tivéssemos um contraponto. Só assim faríamos uma análise científica das relações sociais de gênero. Levando em conta essas observações, chegamos à conclusão de que isso não entraria em choque com nossa tentativa de fazer um questionamento conseqüente do androcentrismo.

Já no próprio conceito das relações sociais de gênero está sempre presente o modelo masculino, e aí nossa postura é a de sempre fazer uma contraposição aos papéis estabelecidos, tais como desempenhados em nosso cotidiano, que têm como modelo a supremacia do homem e a subjugação da mulher. Se partíssemos, assim, para estudar, por exemplo, as relações familiares, utilizando a categoria das relações sociais de gênero, e entrevistar só crianças, sem fazer perguntas às mães e/ou aos pais, com certeza estas estariam deixando passar comportamentos em que está subjacente o modelo hegemônico.

Mas os homens sempre estarão presentes como contraponto na análise das relações sociais de gênero, pois as questões do poder e da dominação/exploração que se dá na sexualidade, na produção, na reprodução, são calcadas no androcentrismo. Assim, as comparações com os parâmetros masculinos perpassarão a todo momento essas análises, uma vez que as relações sociais de gênero são uma categoria estruturadora da compreensão das relações sociais em geral, enfatizando sempre o contraponto ao sistema patriarcal[9]. Não se pode esquecer também que o androcentrismo, o comportamento machista fruto do sistema patriarcal, foi incorporado também pelas mulheres. Sabemos que alguns homens já incorporaram a necessidade desta transformação e durante o processo de resistência e luta das mulheres sempre tivemos homens aliados.

Não consideramos nossas primeiras premissas fechadas e definitivas, e essa flexibilidade já foi requerida logo que começamos a ir a campo, pois percebemos que não daria para estudar a cidade de São Paulo isoladamente, sem levar em conta a Área Metropolitana. As mulheres que encontramos, logo nas primeiras saídas, nas praças e terminais de ônibus, tinham sua vivência de trabalho e outras atividades em São Paulo, mas muitas delas eram dos municípios vizinhos, embora até pudessem morar aqui no presente ou ter morado em outras épocas, e tendo com a cidade ligações sociais, políticas ou via

9 Kristeva, J. "Uma questão de gênero", 1994; "Women's time". In: Moi, Toril (ed.). *The Kristeva reader*. Londres, Blackwell, 1986.

parentes, e sendo usuárias de serviços oferecidos por órgãos e entidades paulistanos, principalmente de saúde e educação. Com isso, elas manifestavam-se dispostas a pensar a cidade de São Paulo com propostas de intervenção. Ficou claro para nós que levar em conta o cotidiano, o real, faz com que tenhamos uma melhor compreensão do objeto estudado.

Descrição da metodologia

A *primeira fase* da pesquisa, já apresentada no Exame de Qualificação do mestrado, consistiu nas leituras sobre gênero e num embasamento buscado na sociologia, antropologia, história, geografia e nas teorias urbanas, cujo resultado foi contemplado no Trabalho Programado I, em que incluímos também considerações sobre o direito e a bioética.

A *segunda etapa* foi a da coleta de dados da pesquisa de campo com base nas 300 entrevistas efetuadas com mulheres transeuntes no Centro de São Paulo, além de outras que estavam nos subcentros e aquelas que foram localizadas no Terminal Santana e nos bairros, além de algumas nucleadas em entidades sociais feministas. Assinalamos também nosso entendimento de que o Centro, tal como o consideramos neste trabalho, é constituído da Praça da Sé e seu entorno. Os subcentros aqui contemplados são o Largo da Batata e o Largo 13 de Maio.

Como a cidade de São Paulo é um pólo aglutinador de serviços que atendem à Área Metropolitana, nela aparecem as transeuntes, moradoras em municípios vizinhos e que trabalham em São Paulo. O caso inverso também se dá: mulheres que trabalham em municípios da área metropolitana e moram na cidade de São Paulo. A maioria de nossas entrevistadas é composta de moradoras e trabalhadoras da cidade de São Paulo.

Uma parcela das entrevistas foi realizada com as transeuntes e a outra, com as mulheres dos e nos bairros de São Paulo. E esta pesquisa, que tinha por objetivo avaliar a cidade, acabou por se transformar em uma tribuna de reclamações e desabafos. As mulheres são tão pouco ouvidas em tudo, que, apesar de, num primeiro momento, estarem com pressa, quando entendiam sobre o que era a pesquisa, aproveitavam para falar de todas as suas angústias, pessoais e sociais.

Quando passamos a entrevistar mulheres nos bairros, organizadas em núcleos situados em subsedes da União de Mulheres de São Paulo ou em outras entidades, como a Associação de Mulheres da Zona Leste, a Coordenação de Mulheres da Zona Leste e outras, esperávamos que estas, por serem mais politizadas e militantes, já tivessem pensado nos serviços urbanos do ponto de vista de gênero, mas ficamos surpresas ao descobrir que não, nunca haviam parado para pensar as questões urbanas – tais como a de saber o que deve haver numa praça – segundo seus interesses. Geralmente pensavam a praça não para elas, mas para as crianças e os jovens. Ou para todos. Era necessário discutirmos um pouco, sempre pontuando sua fala no decorrer da pesquisa. Muitas riam e diziam: "É difícil pensar em mim. Estou habituada a só pensar nos outros".

O objetivo principal dessa pesquisa era avaliar como as mulheres vêem a cidade. Exemplos de perguntas que fizemos, dando ênfase ao ponto de vista feminino sobre São Paulo: "Quando se procura emprego, o fato de alguém ser mulher interfere na escolha de seu trabalho, em termos de localização?", "A violência urbana é igual ou difer-

ente para homens e mulheres?" Pedimos também que elas avaliassem os serviços a que têm acesso. As mulheres logo começavam a falar de seu cotidiano, de seu cansaço, da dificuldade em utilizar os serviços da cidade, que não facilitam o dia-a-dia, e da falta de apoio familiar, em especial, do marido ou companheiro.

Após a última entrevista de cada dia, ficava a impressão de as mulheres serem verdadeiros "burros de carga". O que elas diziam de sua sobrecarga preencheu muitos cadernos de depoimentos e versos de questionários, que poderemos utilizar futuramente, se for mantido esse espaço de escuta na Universidade, por intermédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, voltado, em primeiro lugar, mas não só, para as mulheres da Área Metropolitana de São Paulo.

Na *terceira etapa* o que fizemos foi historiar a experiência de mulheres em três espaços: a Casa da Universitária de São Paulo, a União de Mulheres de São Paulo (UMSP) e o Grupo Técnico de Apoio (GTA). Lembrando que a Casa da Universitária de São Paulo não mais existe, a pesquisa de campo nesta etapa foi principalmente desenvolvida em torno da UMSP e do GTA, tendo seqüência depois no projeto que desenvolvemos com a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) e, no final, com a Comissão Permanente de Direitos da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo.

Ainda nessa etapa do trabalho reunimos textos, desde o Trabalho Programado I, que haviam sido escritos com diretrizes e propostas de intervenção, no âmbito dos poderes locais, e aqueles relatando experiências verificadas em várias partes do Brasil e da América Latina, destacando-se entre elas o Plano Setorial[10] no interior do Plano Diretor[11] para a Prefeitura de Santo André, que não chegou a ser aprovado.

Tivemos como base, entre outras, as diretrizes ou sugestões do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)[12], indicando a importância de os governos locais realizarem seu planejamento incorporando a perspectiva de gênero, às quais acrescentamos a necessidade incontornável de respeito aos direitos humanos e ambientais.

Por que se deve incorporar a perspectiva de gênero no planejamento?

"Homens e mulheres têm papéis diferenciados, mas também suas necessidades são diferenciadas. (...) Quem planeja precisa conhecê-las e, mais do que isso, entendê-las como uma extensão de seu papel reprodutivo, que inclui a provisão de bens coletivos (habitação, educação, saúde) necessários às suas famílias. A participação popular na elaboração de propostas de políticas públicas junto aos governos locais assume hoje uma importante dimensão no planejamento municipal. É aí que esse papel pode ser verificado.

Sabedoras/es dos diferentes papéis e necessidades de mulheres e homens, e considerando tais diferenças, deve-se e podem-se definir políticas e programas mais adequados a toda a população. Estas condições, interesses e necessidades são diferenciadas na saúde, na educação, no emprego, na estrutura familiar, no lazer, é necessário o reconhecimento dessas diferenças, para então propor soluções que permitam um acesso mais igualitário às oportunidades. Por outro lado, a implementação de políticas e programas torna-se mais difícil – e menos eficaz – se as/os planejadoras/es não percebem tais diferenças (...)"[13].

10 Plano setorial dentro do plano diretor até então para as/os técnicas/os do planejamento eram os de água, luz, transportes, iluminação, gás. Aqui vimos aparecer o de gênero, que contém propostas de zoneamento, iluminação, transportes (alteração de itinerários), relacionando-se com o combate à violência de gênero no espaço público e privado, tendo como base os dados sobre a ocorrência de estupro das DDMs. Prevê também a construção de equipamentos sociais (creches, escolas) e a inclusão desse item nos planos espaciais de financiamento de habitação.

11 Proposta de projeto de lei do Plano Diretor da Prefeitura de Santo André em 1991, que não foi aprovada.

12 Além das reflexões e debates que vimos acumulando em todo o processo da pesquisa e, principalmente, ao preparar as aulas sobre política fundiária e habitacional e sobre direito ambiental para o curso de capacitação das mulheres do Projeto de Promotoras Legais Populares.

13 Mostre, 1995, p. 33-91; Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Área de Desenvolvimento Econômico e Social, Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, *Textos de Administração Municipal*, nº 14; *Introdução ao planejamento para o gênero. Um guia prático*. Rio de Janeiro, IBAM/Fundação Ford, 1997.

Esse documento diz ainda que o processo de desenvolvimento exige a participação de todos, e a todos deve beneficiar. Sugere que, por isso, os governos devem evitar ou minimizar todas as formas de discriminação presentes na sociedade, combatendo qualquer distribuição injusta de direitos e tendo como objetivo um desenvolvimento sempre mais igualitário, porém, salientando que a desigualdade de gênero deve ser reconhecida. O planejamento que leva em conta as características específicas de mulheres e homens, ou seja, o planejamento que incorpora a perspectiva de gênero, passa a ser um instrumento para garantir as possibilidades de implantação dessas políticas.

As instituições em que desenvolvemos a pesquisa e testamos experiências

A primeira das instituições que escolhemos para desenvolver nossos estudos e reflexões foi a União de Mulheres de São Paulo, na qual estamos e atuamos desde sua fundação, em 6/12/1981, ou seja, há 22 anos. Analisamos a história da UMSP paralelamente à história da construção da cidade e à história do movimento feminista, tendo como marcos a cronologia de suas propostas, para a cidade e para o feminismo. Essa entidade feminista pauta-se pela organização das mulheres na luta por seus direitos, pelo posicionamento perante a sociedade sobre as questões específicas das mulheres e pela luta por uma sociedade justa, solidária, sem qualquer tipo de discriminação, não importa se por credo, raça/etnia, classe e orientação sexual, defendendo ardorosamente que os direitos das mulheres são direitos humanos. Trata-se, sempre, de organizar as mulheres para que lutem para a conquista da cidadania.

A UMSP sempre se posiciona e dá sua opinião sobre as questões chamadas "gerais", como, por exemplo, as macropolíticas da sociedade de defesa e consolidação da democracia, e também apresenta e defende propostas de políticas públicas, nas áreas da saúde, educação, habitação, do combate e prevenção da violência doméstica e sexual, do meio ambiente, dos direitos humanos, da luta contra o racismo, das/os jovens, da maturidade, da orientação sexual e das/os idosas/os. Compreende que a discriminação e a conseqüente opressão que a mulher sofre são resultado de um processo estrutural da sociedade e que o feminismo é um movimento social norteado por uma filosofia que propõe uma mudança radical nas relações sociais de gênero, apontando e contribuindo para a estruturação de uma sociedade mais humana, pondo fim ao sistema patriarcal.

Sua história confunde-se com boa parte da história do movimento feminista brasileiro, pois suas fundadoras já atuavam nele desde 1975, com a Sociedade Brasil Mulher, que editava o jornal *Brasil Mulher*, um dos protagonistas desse processo. E foi aí que a militância feminista cresceu em número, até conseguir fundar, em São Paulo, o vigoroso movimento de luta por creches, para criar condições de as mulheres que trabalham fora e as que desejem fazê-lo terem onde deixar os filhos, primeira bandeira escolhida em sua estratégia de lutas. A União de Mulheres participou ativamente deste movimento, sendo suas fundadoras, em sua maioria, militantes históricas da luta por creches.

Nossas reflexões sobre o espaço urbano e gênero redundaram na organização de encontros sobre mulher e meio ambiente e na participação, preparando e dando aulas, no curso de Formação de Promotoras Legais Populares, que teve e tem também como temas as políticas habitacional e fundiária e o direito ambiental, em que nossa fala trouxe o ponto de vista de gênero.

Em 2000 foi desenvolvido um curso, que durou oito meses, sobre gênero e meio ambiente, oferecido a 30 mulheres que já tinham feito o curso de promotoras legais populares, este em parceria com o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP). Essa iniciativa teve como objetivo desenvolver um aprofundamento do conhecimento das questões ambientais e relacioná-lo às das relações sociais de gênero. Nossa contribuição foi elaborar uma síntese das reflexões já desenvolvidas pelas feministas sobre o meio ambiente assim como indicar mulheres que acumulam experiência nessa área, para que nos sirvam de referência. Destacamos, em especial, a palestra da engenheira de transportes Silvana Zuccoloto, que contribuiu apresentando uma comunicação sobre a mobilidade entendida como a acessibilidade ao transporte e o ir-e-vir da mulher na Área Metropolitana de São Paulo, embasada em análises da pesquisa de origem-destino do Metrô.

A UMSP é, portanto, uma entidade democrática, um espaço de mulheres feministas e autônomas, uma escola a serviço do feminismo e da sociedade, feita por e para mulheres que sonham e lutam. Aí sempre se desenvolvem discussões e intervenções abertas à participação de mulheres de outras entidades, feministas ou não. Por meio do Centro de Orientação Integral à Mulher (COIM), atendem-se mulheres chefes de família, prostitutas e mulheres vítimas de violência psicológica e física, que são encaminhadas para atendimento jurídico e psicológico. Também ao abrigo da UMSP atua o Centro de Orientação de Formação de Mulheres (COFM), que tem o mesmo objetivo do COIM, mas é restrito ao centro da cidade e tem por objetivo principal contribuir para a inserção de mulheres em situação de rua na sociedade e com as funcionárias dos albergues, chamando a atenção para as questões de gênero.

Sua história é marcada por constantes posicionamentos em relação a praticamente todos os assuntos que envolvam acontecimentos importantes na história da cidade, do Brasil e até mesmo do planeta, como o processo de implantação de eleições "livres" no país, a estruturação e o funcionamento do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, a criação da Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, a apresentação de propostas à Constituinte de 1988 e à Conferência Mundial de População e Direitos Humanos, assim como a ECO-92. Acompanhamos também toda a organização – indo a todos os encontros nacionais preparatórios – das mulheres brasileiras para a participação na 4a Conferência Mundial de Mulheres de Beijing (1995), o que culminou com nossa ida à Conferência propriamente dita, na China. Lá nos organizamos para participar da Conferência Habitat II – Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, na Turquia, em 1996, na qual a participação do Brasil foi pequena. Mas, nesse pouco que no Brasil pôde ser feito, a União de Mulheres de São Paulo teve sua contribuição, que, dadas as circunstâncias, teve um certo peso: organizou um encontro e tirou uma carta, que levamos para Istambul.

Toda esta experiência estamos transferindo para a Universidade. Uma parte da história de um dos movimentos sociais mais importantes do século XX. Lançando mão de publicações e debates desenvolvidos com estudantes, e trazendo para a reflexão o significado da intervenção das mulheres no espaço urbano, buscando verificar como elas produzem a cidade e alteram o uso deste espaço.

Elaboramos também um mapa, com a espacialização das 25 "casas de mulheres", ou "lugares de mulher", a ser impresso e distribuído, para que se visualizem esses espaços específicos em relação ao conjunto da cidade e se entenda a interferência desses no tecido social urbano. Este mapa foi produzido pela arquiteta Cecília Maria Machado, do GTA.

Já o Grupo Técnico de Apoio (GTA), que foi fundado em 1993, quando um grupo de funcionárias/os foi obrigado a sair da Prefeitura Municipal de São Paulo – trabalhávamos na Superintendência de Habitação Subnormal, conhecida como "Habi", da SEHAB[14] –, para dedicar-nos à continuidade das experiências em urbanização de favelas e assessoria aos movimentos de moradia popular.

Além do mais, aquela administração municipal, que nos levou à demissão, esvaziou a Superintendência e interrompeu todos os projetos de urbanização de favelas e de mutirão de casas populares de que participávamos. Partimos então para construir uma proposta nova, o GTA, que resultou das reflexões de um grupo de arquitetas e arquitetos, duas mulheres e dois homens, e um geólogo, todos oriundos da então recente experiência de urbanização de favelas na gestão, encerrada no final de 1992, da prefeita Luiza Erundina.

Durante o processo de discussão – principalmente com a arquiteta Neide de Souza Ferreira – visando à participação da sociedade civil na ECO-92, realizada de 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, consolidou-se a idéia de, em vez de abrir um escritório de arquitetura, fundarmos uma organização não-governamental. Aproveitamos que naquele momento essas definições, em nível mundial, estavam frescas e baseamos os princípios e objetivos fundamentais do Grupo Técnico de Apoio (GTA) na Carta de Princípios do Fórum Global dos Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais, aprovados na Conferência da ECO-92. São eles:

- Assessorar movimentos populares organizados, entidades públicas ou privadas em questões relativas à habitação popular e ao urbanismo, sob todos os aspectos;
- Universalizar a cobertura dos serviços de saneamento básico e de infra-estrutura, equacionando o acesso a esses bens a todos os usuários urbanos e rurais; promover e estimular a constituição, em nível local, nacional e internacional, de fundos e mecanismos autônomos de gestão para a produção de moradias, materiais de construção e equipamentos urbanos; e garantir o controle social sobre a destinação destes recursos;
- Promover e estimular a constituição, em nível local, nacional e internacional, de fundos e mecanismos autonômos de gestão para a produção de moradias, materiais de construção e equipamentos urbanos, garantindo o controle social sobre a destinação destes recursos;
- Estimular a aplicação de recursos do orçamento público na criação de empregos produtivos, potencializando o surgimento de oficinas, microempresas, cooperativas e outras formas de emprego e geração de renda;
- Apoiar as campanhas que venham a reconhecer direitos civis iguais no acesso à terra e à moradia para as mulheres e reforçar a necessidade de que elas venham a assumir também responsabilidades nos processos de direção dos movimentos sociais, tal como foi proposto na Agenda 21 aprovada no Fórum Global;
- Promover a cidadania, a ética, os direitos humanos e a democracia por meio de se-

[14] Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

minários, palestras, cursos, publicações e quaisquer outros meios;

- Promover a assessoria jurídica gratuita às pessoas necessitadas;
- Promover o combate à pobreza e à exclusão social;
- Sistematizar, analisar e difundir o conhecimento acumulado, e promover novos estudos, que impulsionem as ações voltadas para conquistas sociais no campo e da vida na cidade e nos povoados, da moradia e do meio ambiente, articulando organizações populares e centros de apoio e investigação social com o fim de potencializar este trabalho e as lutas sociais;
- Promover seminários, estudos, pesquisas, publicações e outras atividades afins à questão habitacional e urbanística;
- Fomentar o interesse de estudantes das áreas mais diversas para uma formação voltada para a questão da habitação popular;
- Estimular a defesa e a proteção do meio ambiente, a ecologia, no que comprometa a qualidade de vida, entendendo a habitação como todo o meio em que o homem está inserido, não só a casa onde mora.

Diante desses princípios, comprometemo-nos, em nossa atuação também no GTA, a chamar a atenção para as relações de gênero.

Passamos a propor alterações da metodologia de concepção e elaboração dos projetos, voltados fundamentalmente para áreas degradadas, como favelas e cortiços, para programas habitacionais de interesse social, para a revitalização de parques e a recuperação dos mananciais, assim como para planos de ação e programas de recuperação ambiental de uma forma ampla.

Mais do que isso, alteramos a forma de projetar. Adotamos a metodologia da participação ativa das/os usuárias/os no processo de concepção dos projetos, planos e programas. Este processo é precedido pela busca de um conhecimento profundo acerca da população que iremos atender, conhecimento que adquirimos graças ao trabalho de uma equipe multidisciplinar chamada Desenvolvimento Humano e Sócio-Cultural, composta por assistentes sociais, sociólogas, enfermeiras, psicodramatistas, arte-educadoras/es (atrizes/atores e músicas/os), na qual as/os arquitetas/os integram-se inter-relacionando o produto do desenho com o resultado do diálogo efetivado durante todo o processo dos estudos preliminares, dos projetos básicos e o executivo, assim como no acompanhamento da obra pelas/os beneficiárias/os do projeto.

Essas populações têm, por parte de nossa equipe, sua organização fortalecida, pois um trabalho com planos educacionais é desenvolvido a partir de grupos de interesse, como mulheres, crianças, adolescentes e idosas/os. O conteúdo abordado pelo GTA está vinculado aos direitos humanos, traduzidos no direito a um ambiente saudável e com sustentabilidade, aliado ao desenvolvimento econômico. No caso das mulheres, consideramos as relações sociais de gênero quando enfocamos questões como violência doméstica e sexual, saúde (planejamento familiar, prevenção de DST/AIDS), capacitação e profissionalização, o direito das crianças a brincar e a estudar, assim como o estímulo a adolescentes, jovens e adultos se organizarem.

Em relação a toda a população, a educação ambiental tem sido trabalhada com propostas práticas de manejo ambiental – tratamento dos resíduos sólidos, coleta seletiva, prevenção de doenças hídricas, cursos de jardinagem e plantios – e trato com os órgãos

que desenvolvem programas de prevenção, como desratização e outros. São divulgadas as discussões e decisões dos fóruns de meio ambiente e comitês de bacias hidrográficas, assim como as leis relacionadas às questões ambientais, como a Lei de Proteção dos Mananciais[15], e a de crimes ambientais.

As demandas vêm dos movimentos organizados de favelas e por moradia, que assessoramos gratuitamente (somente quando, como resultado da luta, se conseguem os contratos é que são previstos nossos futuros honorários). Mas o trabalho social já vem sendo feito desde bem antes, assim como as diretrizes do projeto arquitetônico e até urbanístico, que já vêm sendo definidas, no caso de mutirões de moradia e urbanização de favelas. Também participamos de licitações em prefeituras e no Estado, em concorrências para o Programa de Saneamento Básico (Prosanear), demandado pela Sabesp a prefeituras, e em programas e projetos de revitalização de áreas degradadas, como córregos, nascentes de rios, parques, áreas de mananciais, planos de ação urbano-habitacionais e de diretrizes habitacionais, Planos de Ação Urbano e Habitacional. Uma grande ênfase é dada para a organização e o fortalecimento da autonomia da população.

Por que a escolha desses espaços para a efetivação da pesquisa?

Sempre existe um desejo de se desenvolver um sonho, iniciá-lo e terminá-lo. Estas duas instituições – a União de Mulheres de São Paulo (UMSP) e o Grupo Técnico de Apoio (GTA) – produzem um saber a que as universidades estão alheias. E uma de nossas angústias era poder fazer o registro do conhecimento e reflexões junto aos centros de investigação científico-acadêmicas. Para isso, seria preciso haver uma aproximação da sociedade civil organizada com as instituições de pesquisa universitária, o que poderá gerar um caldo de cultura e de pensamento que certamente interferirá decididamente nos rumos da humanidade. Nesses espaços, seria possível planejar intervenções com possibilidade de prever não só o comportamento, como o movimento e o desenvolvimento do fenômeno, tanto nas instituições como na população.

No caso do GTA, os motivos são os mesmos. Como esta é uma organização não-governamental, com uma estrutura ainda pequena, o controle do processo e das intervenções locais, realizado junto com as/os técnicas/os, traz resultados mais imediatos. Da experiência, também participam homens, mas, estes sendo pessoas com disposição para mudanças, os conflitos que chegam a ocorrer se dão num tom ameno e são até produtivos. O GTA tem se proposto a construir novos conhecimentos e a contribuir para chegar a intervenções que modifiquem a metodologia estabelecida, que se dá de forma autoritária, de projetar o espaço construído. Vem tentando na prática desenvolver soluções mais próximas da população escolhida como prioritária para ser atendida, que são as camadas populares, principalmente, as/os moradoras/es de favelas. Assumiu a prática de constituição de equipes multidisciplinares e que exigem articulação com a multisetorialidade.

Este trabalho também é o relato de quatro experiências práticas: o acompanhamento do mutirão do CDHU (por parte tanto do GTA como da UMSP), a experiência do GTA, a urbanização da favela do Jardim Boa Esperança e o seminário na Prefeitura de Mauá. Além da análise dos resultados da pesquisa realizada em campo com as 300 mulheres entrevistadas. Aqui apresentamos a tabulação e a análise dos desenhos.

[15] Lei Estadual 9866/97, conhecida como a Nova Lei de Proteção dos Mananciais.

Formulação da hipótese

- as mulheres vivenciam a cidade de maneira diferente que os homens;
- destacar que a inserção no processo de relações sociais de gênero é cultural e construída no processo histórico da humanidade;
- demonstrar que o simples fato de serem mulheres, com as imposições e encargos da sociedade, interfere em sua mobilidade e em sua utilização do espaço público e privado; acentuando-se as dificuldades quando se tornam mães;
- discutir que os serviços urbanos em nenhum momento foram pensados levando-se em consideração o atendimento às necessidades geradas pelas especificidades das mulheres e às relações sociais de gênero, nem mesmo as necessidades estabelecidas pelo *status quo*, com a mulher mãe, a mulher consumidora, a usuária de serviços;
- apesar de a inserção da mulher no mercado de trabalho ter sido maciça, o espaço público não foi readequado para recebê-la;
- ressaltar que as mulheres têm propostas para a reformulação e o aperfeiçoamento dos serviços urbanos, dos transportes, da educação, dos serviços bancários, do comércio e da segurança;
- ressaltar que falta às mulheres – principalmente as de classes sociais mais baixas, e, o mais grave, quando são negras – a infra-estrutura que lhes garanta acesso à informatização, o que prejudica sua profissionalização, agravando sua já difícil condição, com a dupla jornada de trabalho e, principalmente, a maternidade;
- ressaltar que as mulheres estão principalmente no mercado informal, ocupando grande espaço como camelôs, vendedoras domiciliares de cosméticos, alimentos, roupas, trabalhando como faxineiras, costureiras, colando, montando equipamentos em casa para empresas, sem não mencionar o mercado da prostituição, o tráfico de drogas e o crime organizado; com o aumento do desemprego de seus maridos, elas já chegam a perfazer cerca de 28% do total dos chefes de família[16] na Área Metropolitana de São Paulo, e de 37% no Centro de São Paulo[17].
- ressaltar que a violência urbana manifesta-se de forma específica em relação às mulheres, com os espaços vazios, como terrenos abandonados e parques, sem segurança, com a falta de iluminação pública e com os itinerários dos ônibus mal planejados, contribuindo para a não proteção das mulheres;
- ressaltar que as mulheres têm uma avaliação própria e propostas específicas para a cidade de São Paulo.

Análise dos resultados, conclusões e recomendações

Ao formularmos os objetivos acima expostos e irmos a campo auscultar as mulheres, tivemos como principal objetivo provocar uma reflexão mais profunda, nossa e das mulheres abordadas. Nossa trajetória no processo de construção da cidadania das mulheres, nestes 29 anos de trabalho, estudo e militância, e nos 50 anos de vida nesta cidade, e sendo arquiteta/urbanista atuante, já era suficiente para que afirmássemos taxativamente que são verdadeiras essas suposições. Mas, ao mergulharmos no contato com as entrevistadas, para pensar juntas a cidade, foi surpreendente não só a receptividade, como o entusiasmo que as mulheres em geral demonstraram ao poderem opinar sobre como gostariam que a cidade de São Paulo se organizasse. Sentir e constatar como se dá a intro-

16 *Fundação Seade. Famílias chefiadas por mulheres – Pesquisa de condições de vida na RMSP*, 1994.
17 Sposatti, A. *Mapa da exclusão*, São Paulo, PUC-SP, 1996.

jeção, ou seja, como se manifesta a incorporação da dinâmica da cidade vivida pelas mulheres para nós foi algo apaixonante, envolvente e diferente, porque, mesmo sendo mulher, feminista, nascida nesta cidade que amo e que vi crescer, e sendo urbanista e arquiteta, ouvir a opinião e adentrar o seu mundo é diferente, porque são muitas opiniões, com maneiras e raciocínios próprios e específicos, mostrando outras óticas e novas perspectivas. A vida cotidiana de cada uma traz questões para o entendimento das quais, mesmo se as vivenciamos, por sermos mulher, nossa experiência e conhecimentos não são suficientes. Somos realmente tomadas de surpresa diante da realidade ali vivida. Por exemplo, tínhamos a nítida sensação de que a mulher é um verdadeiro "burro de carga", que utiliza a cidade para serviços – comércio, banco, médicos, levar filha(o) para a escola – e para transitar do e para o trabalho, sempre correndo e penduradas de pacotes, sacolas e, além disso, sendo assediadas sexualmente na rua, no ônibus, no metrô, no trem, e, como motoristas, sendo convidadas grosseiramente a voltar para a cozinha. Portanto, acreditávamos – e isso se confirmou a cada entrevista – que elas estariam dispostas a colaborar com soluções e intervenções que facilitem sua mobilidade (acessibilidade) e melhorem sua qualidade de vida. As mulheres estão mais do que nunca integradas na produção do espaço construído, mas permanecem invisíveis, como as atividades e funções que desempenham. Não usufruem a cidade, e acessam-na apenas em parte.

4. História das mulheres na história das cidades

Capítulo IV A história das mulheres na história das cidades

Cidade nos lembra cidadania
Mulher nos lembra Simone de Beauvoir, que diz "não se nasce mulher, torna-se".
Mulher na cidade nos lembra luta constante pelo seu espaço, sempre sem cidadania.
As mulheres não têm direito à cidade.

Entendendo a cidade como nos diz Henri Lefèbvre: "A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade". E, a partir de agora, de gênero.

A mulher, para ser compreendida também, tem de estar contextualizada no processo de construção das classes sociais. Aí verificamos que a primeira opressão de classe é a dominação da mulher pelo homem, que, para garantir a propriedade em geral, primeiro transformou-a em sua propriedade, e, depois, os filhos e escravos.

Continuando com a fala de Lefèbvre: "Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais".

A mulher não podia mesmo ter direito à cidade. Nas relações de classe ela pertence às classes inferiores não só economicamente, mas, antes de mais nada, culturalmente, por este ser um dos sustentáculos da ideologia dominante. E aqui assumimos a definição de cultura como construção de relações de comportamento e estabelecimento de funções num dado espaço construído.

O patriarcado, ideologia construída e dominante, que chega a seu apogeu em meados do século XII, desenvolveu um arcabouço de justificativas teóricas para embasar a produção do "caráter inferior" das mulheres. A mulher, já na instituição familiar, tem um papel real de subalternidade, embora não tenha sido sempre assim.

E, mais, as mulheres não têm tido o direito de ser proprietárias, mesmo de seu próprio corpo, nem dos bens que a sociedade exige como condição básica para se ter poder de decisão: terras e capital em moeda, principalmente. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), de cada 100 proprietários, só um é mulher. Do ponto de vista financeiro, elas exercem, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), três quartos do trabalho e da produção de riquezas no mundo e recebem apenas a quarta parte. No caso brasileiro, percebem 70% dos salários recebidos pelos homens, tendo quase o dobro de anos de escolarização.

Quanto às instituições de que nos fala Lefèbvre, na cidade política, as mulheres são minoria, na área militar, não têm poder de decisão, o mesmo acontecendo nas instituições religiosas, nos sindicatos e nos partidos políticos[1]. "A cidade", segundo Lefèbvre, "passou por períodos críticos. Desestruturações e reestruturações sucedem-se no tempo e no espaço". Com as mulheres não foi diferente. As mulheres estiveram e estão presentes na dinâmica deste processo de desenvolvimento da cidade. Mas, ao contrário do que acontece com a história das cidades, temos poucos registros sobre a mulher na Antiguidade.

Afirmamos, no entanto, com categoria e plena consciência, o papel histórico

[1] Lefèbvre, H. *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes, 1991, p. 53.

da mulher no processo de formação da civilização humana. Como diz Alambert, em seu livro *Mulher. Uma trajetória épica*, de 1997, "os homens que contaram ou falaram sobre a história da mulher o fizeram sob a sua ótica". E eles, como disse Pierre de la Barre, em plena Idade Média, "são ao mesmo tempo juiz e parte". Segundo as feministas, a luta da mulher por sua libertação e autonomia já dura milênios, e ela vem transformando decisivamente o modo de pensar da humanidade (Alambert, 1997). Pelos poucos registros sobre a sua história, podemos saber que sempre resistiu e lutou contra sua dominação das mais variadas formas, nos mais variados momentos.

Zuleika Alambert afirma ainda que podemos compreender, "mediante a antiga associação entre a história das mulheres e a história do meio ambiente, o elo que mostra o parentesco natural entre o feminismo e a ecologia". Seu subtexto diz que a mulher não concorda com a norma estabelecida pelo patriarcalismo, que impõe a dominação da natureza e a violência perpetrada a elas (mulher e natureza). A natureza não deve ser dominada, e sim deve-se desenvolver, de modo não agressivo, a relação entre ela e os seres humanos.

Continuando, diz Lefèbvre: "Lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Elaborar a metalinguagem da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. É preciso ainda compreender o contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida quotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do 'urbano', aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados – a vida sexual e familiar – e que não se manifesta mais nos *tête-à-tête*), aquilo que está acima desse texto urbano (as instituições, as ideologias – isso não pode ser esquecido na decifração)".

Gostaríamos aqui de dizer a Lefèbvre que hoje a vida sexual e familiar tem sido cada vez mais falada e escrita, mas ainda não se tornou suficientemente visível. E que o tecido urbano encarado do ponto de vista social tem sido marcado por esses fenômenos sociais, que se materializam na arquitetura nos edifícios, como no caso da Delegacia de Defesa da Mulher, que veio tornar públicas as misérias das relações conjugais, dos "lugares de mulher", que desde a Antiguidade se tentou estabelecer e hoje são uma realidade em todo o mundo, mas que exigem de nós a luta pela sua consolidação, pois, apesar de conquistados, esses espaços são freqüentemente ameaçados de extinção.

Acrescenta Lefèbvre que na cidade acontece a "aceleração dos processos (a troca e o mercado, a acumulação dos conhecimentos e dos capitais, a concentração de capitais) e a cidade torna-se local das revoluções". Assim como a cidade, que, pela voz de Lefèbvre, vem reivindicar seu papel histórico, as mulheres também o fazem. Elas são parte desse cenário e contribuem para a concentração desses capitais, embora nas mãos dos homens, os quais ficam ainda com a maior parte dos conhecimentos acumulados.

Na história das mulheres, a cidade é um espaço em que se evidencia sua presença, suas discriminações são exacerbadas, as mesmas que elas enfrentam no espaço privado, como sua constante desqualificação, a permissão apenas para se comportarem como objeto de uso e abuso, e, muitas vezes, de troca (vide a indústria do tráfico de mulheres).

Descreveremos agora o processo de idas e vindas, de conquistas e perdas de espaço das mulheres, que se verificou na cidade e imbricado com a construção e a desconstrução de valores. Partiremos para uma viagem focalizando a vida da mulher através dos tempos.

O macroproblema da mulher deve ser pesquisado desde a Antiguidade, ou seja, a partir de um passado remoto. Mas fica difícil levar esta reconstituição até a pré-história, quando ainda não existia a escrita. Os estudos até hoje realizados com base em objetos e marcas (desenhos) deixados nos dão algumas pistas. Sabemos, por exemplo, que houve clãs maternos, em que as gerações eram transmitidas por linha matrilinear, já que os casamentos eram realizados por grupos. Este período durou milênios e coincide com o Mesolítico e Neolítico inferior. (Alambert, 1997).

A mulher aprendeu a fabricar vasilhas de barro, o que possibilitou o cozimento sistemático da alimentação. Na organização gentílica, coube à mulher, inicialmente, o papel preponderante. Com uma enxada primitiva, ela cavava a terra, semeava grãos e domesticava os animais. Enquanto o homem ia à caça em busca de alimentos, a mulher permanecia no acampamento cuidando das crianças, dos velhos, da habilitação e da ordem: seu trabalho era a principal fonte de existência para os que ficavam no acampamento. Enquanto esperava os homens da tribo, ela criava outras coisas: vasilhames de barro, novos uso do fogo, e sobretudo preparava ungüentos e poções, já que aprendera a conhecer as propriedades medicinais das ervas que recolhia na floresta. Nossas ancestrais foram as primeiras praticantes da medicina que a humanidade conheceu. (Alambert, 1997).

Esse foi também o período das deusas que pareciam governar com muita sabedoria. Riane Eisler[2] nos dá como exemplo desse período histórico a extraordinária civilização antiga descoberta na virada do século XX na ilha de Creta, no Mediterrâneo. Essa civilização, desenvolvida sob o reinado de uma deusa, com a mulher jogando aí, portanto, um papel de grande destaque, o sistema de vida era o de parceria. Ali não havia guerras, a economia prosperava, e as artes floresciam. A parceria igualitária de homens e mulheres que parecia caracterizar a sociedade minóica[3] foi bem ilustrada nos jogos sagrados, como o do touro, em que as mulheres e homens jovens apresentavam-se juntos e confiavam sua vida um ao outro. (Alambert, 1997).

Aqui destacamos trechos do livro de Alambert que nos dão um panorama da história das mulheres nas cidades, até os dias de hoje. Sobre o início do patriarcado, ela afirma que:

> "Novos milênios transcorreram antes que fosse dado um novo passo à frente[4]. (...) Os homens primitivos já não podiam se conformar com os alimentos obtidos por acaso: raízes selvagens ou a caça, nem sempre feliz, de animais selvagens. O homem inventou o arado, que substituiu a enxada primitiva da mulher. O arado pressupõe a força do homem e da tração animal. O solo passa a ser trabalhado, os campos a serem irrigados artificialmente. São semeados. Os homens criaram os rebanhos. Nessa economia de novo tipo, o trabalho do homem adquiriu maior importância. O trabalho da mulher passa a ser desprezado. Em conseqüência, o lugar principal nos clãs passou a ser ocupado pelos homens. E, o predomínio do homem nos clãs passou a ser chamado de patriarcado".

E nos diz ainda que,

> "com a introdução da agricultura extensiva e a criação do gado em larga escala, inicia-se a desagregação da sociedade comunal primitiva.

[2] Eisler, R. *O cálice e a espada*, Rio de Janeiro, Imago, p. 66.

[3] Denominação derivada do nome do lendário rei Minos, de Creta (Alambert, Z. *Mulher, Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 25).

[4] *Id., ibid.*

"O sistema primitivo permitira uma acumulação material necessária para se chegar a uma economia mais eficiente e a um novo modo de vida. Isto ocorreu entre 6.000 e 3.000 anos antes de Cristo.

"Na comunidade gentílica adiantada, estavam unidos os agricultores e pastores. A economia era dirigida em comum. Um chefe dirigia todos os assuntos da comunidade. O chefe geralmente era o mais velho e o que tinha mais experiência. Ele resolvia as questões entre membros dos clãs, determinava o trabalho de cada um, repartia entre todos o produto da caça e da agricultura. Ainda se desconhecia a propriedade privada, as classes e a exploração de um homem pelo outro.

"A organização comunal primitiva foi o primeiro estágio na escala da evolução do ser humano. Muitas causas levaram à desagregação da sociedade comunal primitiva: quanto mais evidente era o progresso da técnica, a utilização do bronze e mais tarde também dos instrumentos de ferro, maior se tornava a riqueza da comunidade, maior a riqueza que se acumulava na mão de certos indivíduos. O emprego da técnica do metal fez com que o trabalho manual se separasse da agricultura. Cresceu o intercâmbio entre os clãs e até entre os indivíduos, aparecendo assim o comércio.

"A igualdade que existia nos clãs começou a desaparecer, já que apareceu a propriedade privada. Algumas famílias acumularam mais terra, mais gado e mais escravos do que as outras. Na verdade, o excedente alimentar permitiu escravizar os prisioneiros, que eram atirados no trabalho pesado. Apareceram assim as classes: dominados e os dominadores. E a mulher tornou-se a primeira escrava do homem. Ela, que antes trabalhava para todo o grupo, passou a trabalhar apenas para um homem. Acabou a sua liberdade sexual. O homem determinou que a mulher só o teria, para ter a certeza de que seus filhos, aqueles que deveriam receber sua herança, eram seus legítimos herdeiros.

"O Estado foi criado mais tarde, para esmagar qualquer rebeldia das classes dominadas.

"Agora, não pensem que as mulheres sofreram essa derrota sem reagir. Muito pelo contrário, as mulheres lutaram, guerrearam, e, segundo Engels, as derrotadas coroaram a testa do homem com um par de chifres[5]. No momento em que a sociedade..."

A mulher no escravismo: nos estados do Oriente

Segundo Alambert, os estados mais antigos que conhecemos surgiram nos vales, junto aos rios: portanto, a ocupação dos vales acompanha a história da humanidade organizada em estados. Por exemplo, no vale do rio Nilo, no norte da África; nas terras baixas dos rios Tigre e Eufrates, na Ásia Menor; junto ao Indo e ao Ganges, na Índia; junto ao rio Amarelo, na China. Nesses vales, os homens foram passando pouco a pouco para uma agricultura em larga escala. Foram acumulando riquezas e progredindo. Os estados da Grécia e de Roma formaram-se depois.

[5] Engels, F. *A origem da família, do Estado e da propriedade privada.*

Ainda de acordo com Alambert, o aparecimento do patriarcado (predomínio do homem) nos antigos estados agravou ainda mais a situação das mulheres na sociedade escravagista. Esse agravamento não ocorreu abruptamente, e sim foi um processo lento e gradual. Em algumas cidades antigas, as mulheres continuaram, inicialmente, valorizadas e gozando mais ou menos de certos privilégios.

Diz-nos essa autora ter sido no Oriente que surgiram e se formaram os primeiros estados escravagistas baseados na divisão da sociedade primitiva em classes. O Oriente Antigo era um imenso território que ia do Egito à China, incluindo a parte meridional da Ásia e do nordeste da África. No decorrer de sua história, as sociedades orientais criaram civilizações desde tempos muito antigos, que exerceram grande influência na evolução dos países europeus da Antiguidade. As civilizações mais influentes foram as do Egito, da Mesopotâmia e dos países das regiões da Palestina e da Síria, que se situavam entre as duas primeiras.

Egito, uma sociedade em ascensão. Como viviam as mulheres ali?

Ainda com base no que nos diz Alambert, a civilização egípcia foi um grande farol que se acendeu no mundo, marcando o alvorecer da história. E que 3.000 anos antes de Cristo, aproximadamente, já o Egito era um reino regular e solidamente constituído, muito adiantado no que concerne às artes. Os egípcios conheciam os metais. A criação de animais e a agricultura já não eram segredos para eles.

Alambert nos diz também que as mulheres eram tratadas com certa consideração e respeito. E que em todas as épocas a mulher teve no Egito uma situação honrosa e razoavelmente independente. E o sistema de sucessão por linha materna, mais ou menos alterado, manteve-se no Antigo Egito até o tempo de Ptolomeu, o que explica a situação relativamente privilegiada da mulher no vale do rio Nilo. A autora ressalta que freqüentemente aparecia o nome da mãe, sem qualquer alusão ao do pai, nos hieróglifos, nas inscrições funerárias, nos documentos públicos etc. Não havia diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. A sucessão dos bens familiares e sua administração cabiam geralmente às filhas mulheres, já que essas deviam manter os pais na velhice. Acrescenta que os baixos-relevos ou estátuas recuperados pelos arqueólogos comprovam o importante papel desempenhado pela mulher na família egípcia. Neles, ela sempre aparece sentada ao lado do marido.

Não há dúvida de que o homem era o chefe inconteste do núcleo familiar, mas a mulher usufruía, nessa sociedade, de uma posição privilegiada, se comparada às outras mulheres do Oriente. E nos antigos contratos matrimoniais encontrados fica comprovado que a mulher casada era senhora de seus bens, vendia, comprava, emprestava e pedia emprestado, sem autorização marital. Em direitos, a igualdade dos sexos no Antigo Egito era quase absoluta. O casamento podia ser dissolvido pelo divórcio ou a morte de um dos cônjuges. A viúva podia voltar a se casar, sem qualquer impedimento. Apesar de que o casamento se tornou uma união livre, o adultério se manteve, todavia, um caso grave. Uma mulher adúltera poderia sofrer sanções como o suplício do fogo ou o corte do nariz, que destruíam sua beleza "causadora do crime".

Agora, quanto às ocupações, as do homem e as da mulher no Antigo Egito eram tidas como equivalentes, embora não fossem as mesmas. Muitas vezes a mulher saía

de casa para negociar (vender, comprar) com grande independência, enquanto o homem ficava em casa tecendo ou trabalhando nas oficinas. Alambert comenta que havia, porém, diferença entre a vida da mulher aristocrática e a da trabalhadora das camadas populares. As primeiras tinham escravos a seu serviço. As segundas realizavam todo o trabalho doméstico: fiavam e teciam algodão e linho, e, depois, cortavam as roupas, trituravam cereais para fabricar o pão, conduziam a charrua puxada por vacas, semeavam, faziam todo tipo de trabalho rural. Participavam dos trabalhos nas minas, principalmente na pulverização do mineral. Elas, tanto quanto as crianças e os homens, andavam nuas e trabalhavam até a exaustão e por essas razões envelheciam precocemente. Essa autora nos diz, também, que o Egito teve muitas rainhas. O caso de Cleópatra demonstra que no Antigo Egito a mulher tinha o direito de subir aos mais altos cargos e exercer todos os poderes, tanto quanto o homem.

Mesopotâmia

Semíramis é o nome de uma mulher ligada ao apogeu da Babilônica. A história fala muito pouco dessa figura feminina considerada lendária. Ela simboliza a inteligência, a astúcia, o prestígio e a capacidade de governo da mulher, num nível dificilmente suplantado ou sequer igualado pelo homem.

A condição da mulher no Império Babilônico pode ser apreciada por meio do Código de Hamurabi, que tem muitos pontos contraditórios. De um lado, busca garantir a justiça para a mulher e, de outro, a rebaixa, tirando-lhe parte das prerrogativas que ela tivera até então. O referido código continha 282 artigos, que davam conta dos delitos, da família, da propriedade, das heranças, da escravidão, nos quais sempre a mulher está envolvida e em nível de inferioridade em relação ao homem. Como vemos, a comunidade familiar babilônica tinha um caráter patriarcal. O chefe era o pai. Sempre se dizia "a casa do pai". Os bens da família eram chamados "bens paternais". O Código de Hamurabi só usa essas expressões. Os bens da casa paternal compreendiam as terras, a casa, as construções de exploração, os animais, os escravos, os utensílios, os produtos do domínio, o cobre, a prata, o ouro, tudo, enfim. Alambert também diz que, nessa família, a mulher era sempre menos privilegiada que o homem. A lei previa casos em que a mulher deveria se resignar quanto à admissão no lar de uma segunda mulher, ou de uma concubina escolhida entre os escravos.

Assíria

Era a região norte da Mesopotâmia, e pouco se sabe a seu respeito. Segundo Alambert, ela foi, do terceiro milênio até os primeiros séculos do segundo milênio, um Estado escravista. Nesse Estado, a situação da mulher era semelhante à da mulher na Babilônia, império que muito influiu nos usos e costumes da Assíria. Essa autora afirma também que havia, entretanto, grande diferença entre a vida das mulheres do povo e as da nobreza, não apenas no que diz respeito às condições materiais de vida, mas também quanto à liberdade de ação. As assírias das camadas populares tinham uma independência quase ilimitada: freqüentavam os mercados, visitavam amigos, tratavam de seus negócios, herdavam, dispunham de seus bens, podiam ser testemunhas em juízo. Pouco lhes

faltava para serem equiparadas aos homens. As mulheres nobres tinham, perante a lei, os mesmos direitos, mas sua liberdade era fictícia. Tinham acesso ao luxo e ao conforto, mas deveriam permanecer quase sempre em casa, só podendo sair acompanhadas de servas, eunucos e pajens. Viviam em haréns, em estado de completa dependência do marido, na condição de verdadeiras escravas.

Países árabes

Alambert afirma que a mulher árabe apresentava muitas diferenças em relação às da Assíria e de outros países do Oriente Médio. Os árabes pertencem à raça semita e são um povo do sul da Ásia. O grupo semítico é amplo e tem vários ramos étnicos. Entre esses, o árabe e o hebreu definiram-se e tornaram-se importantes. As sociedades árabes, em seus inícios, caracterizava-se também pelo clã consanguíneo A filiação materna precedia a linha paterna, que só mais tarde foi estabelecida.

A autora nos conta ainda que, segundo R. Smith, os árabes, em seu remotíssimo estado selvagem, adotavam o canibalismo e, no caso, as crianças eram as principais vítimas. O infanticídio prevaleceu até o tempo de Maomé, sendo sacrificadas sempre as crianças do sexo feminino, já que as meninas eram consideradas seres indesejáveis. Quanto ao casamento, podemos dizer que foi difícil sua regulamentação. Segundo muitos autores, os árabes viviam em certo estado de promiscuidade. A legislação dos árabes a partir do século VII passa a basear-se no Corão. Do ponto de vista moral, aceita-se a poligamia, ficando limitado, porém, o número das mulheres legítimas. O Corão recomenda o pagamento do dote nupcial, que se tornou a essência do casamento muçulmano. O primeiro dever da mulher, segundo o Corão, é servir o marido. O Corão justifica o predomínio do homem e a servidão da mulher, além de proclamar a inferioridade mental do sexo feminino: "Os homens são superiores às mulheres por causa das qualidades que Deus lhes deu e também porque eles lhe dão um dote" (assim Maomé estabeleceu o princípio de que o homem domina a mulher por direito divino e pelo dinheiro).

Podemos concluir, por isso, que a situação da mulher muçulmana sempre foi de extrema sujeição, tanto dentro da família como na vida social. E que nos tempos pré-islâmicos, antes de Maomé, a situação da mulher na Arábia, embora tivesse aspectos degradantes, era muito mais independente. No deserto, ela era muito considerada e gozava de liberdade. A beduína assíria era muito mais companheira do homem do que sua escrava. As mulheres nômades do deserto do Saara faziam os mesmos trabalhos da beduína assíria (vida doméstica, tosquia dos rebanhos, fiação de lã e pêlo de cabra; cuidavam dos cavalos que elas próprias também montavam), mas sua vida era muito mais dura, devido às grandes dificuldades materiais (transportavam os filhos, buscavam o combustível, armavam tendas, seguiam caravanas levando nas costas pesados fardos). Elas eram geralmente valentes, graças às circunstâncias do meio ambiente. Tinham que se defender, acima de tudo. Muitas vezes combateram ao lado dos homens, montando cavalos e camelos, usando as mesmas armas e rivalizando com eles em coragem. O profeta Maomé, porém, declarou as mulheres inferiores aos homens.

Palestina

Ainda segundo Alambert, os hebreus, no decorrer de sua história, se dividiram em israelitas e judeus. Isso aconteceu após o reinado do rei Salomão, em conseqüência da revolta das dez tribos. Os hebreus então se dividiram em dois reinos: o de Judá e o de Israel. Israelitas e judeus pertencem à mesma raça semita, formando um dos seus ramos mais importantes.

A condição de vida da mulher hebréia pode ser facilmente percebida através dos diversos códigos, a exemplo do Código do Deuteronômio. Os seguintes artigos que transcrevemos pertencem ao conjunto legislativo que abrange os capítulos de XII a XVI do Deuteronômio:

> "Se um homem casou e sua mulher não for virgem: deve lançá-la para fora das portas da casa de seu pai, e os habitantes da cidade a apedrejarão e morrerá, porque cometeu um crime detestável em Israel, caindo em culpa em casa de seu pai, tirarás o mal de teu meio".
>
> "O bastardo, isto é, o que nasceu de mulher pública, não entrará na congregação do Senhor até a décima geração."
>
> "Não haverá entre as filhas de Israel mulheres prostitutas."

Entre os semitas hebreus, tanto quanto os semitas árabes dos tempos históricos, a família era patriarcal. O pai tinha poder de vida e de morte sobre os filhos. O nascimento de uma filha mulher era em geral motivo de descontentamentos. No que se refere à herança, havia desigualdade de direitos entre filhos e filhas. Na Palestina, não havia escolas para moças. Sua educação era dada pelos pais, que deveriam ensinar-lhes os livros sagrados, cabendo à mãe fazer delas perfeitas donas de casa.

Primitivamente, os hebreus eram monogâmicos e desconheciam o divórcio. A poligamia veio mais tarde, sendo tolerada somente entre os homens mais ricos, que tivessem possibilidade de manter suas mulheres. A mulher não tinha o direito de escolher o homem que viria a desposar, simplesmente aceitava o que lhe era designado pela família. A maternidade era a suprema aspiração da esposa hebréia. A mulher era muito venerada no seio da família. A mulher viúva era obrigada a desposar o cunhado (lei do levirato), o que a impedia de contrair núpcias por livre opção.

O crime de adultério era julgado pelo Sinédrio, tribunal supremo da Judéia, em que a mulher culpada apresentava-se vestida de negro e sem qualquer ornamento. A severidade da Bíblia dizia respeito a toda a vida sexual. Também para os hebreus, a mulher era um ser inferior. Israelitas e judias não tomavam parte nos negócios públicos. Isto não impediu que, excepcionalmente, uma mulher como Débora governasse o povo judeu durante quase 40 anos (1392 a 1350 a.C.). O adultério entre os hebreus era punido com a morte do homem e da mulher que prevaricavam. A idéia de impureza da mulher durante o período de regras ou depois do parto, sempre persistiu.

Além disso, mulheres nunca desempenharam funções sacerdotais, quando muito, participavam das cerimônias do culto. E, para marcar bem a inferioridade da mulher, o Gênese (primeiro livro da Bíblia) assinalava que a humanidade descendia de Adão e Eva – os primeiros humanos criados por Deus –, tendo sido o homem formado de barro e a mulher, de uma costela de Adão. (Alambert, 1997).

Nos países asiáticos

Na China, na Indochina, na Malásia, na Índia antiga, no Japão, salvo pequenas diferenças, as mulheres estiveram sempre subordinadas aos homens da família, amarradas a leis draconianas e machistas, dependentes em tudo e jamais conseguindo atingir a maioridade. (Alambert, 1997).

A mulher na Europa antiga

Grécia

As mais livres eram hetairas, por exemplo, Aspásia, amiga do famoso estadista Péricles. Laís, Friméia ou Lamia eram instruídas e se interessavam por ciência e filosofia. Desenvolviam atividades políticas e influíram nos assuntos do Estado.

Atenas, após a vitória sobre os persas, tornou-se um centro econômico, político, cultural e uma grande potência marítima, que predominava no leste do Mediterrâneo. O período diretamente ligado à evolução anterior da Grécia é denominado "época homérica". É nesse período que a comunidade primitiva se desagrega, ao mesmo tempo em que aparecem os traços fundamentais da sociedade dividida em classes. O processo revolucionário de formação da sociedade escravista e do Estado coroou esta etapa da história. (Alambert, 1997).

A mulher da época homérica aparece elevada à maior dignidade. Podemos dizer que Helena e Penélope tinham uma natureza quase sobre-humana. É verdade que eram nobres, e suas personagens são mais literárias do que reais. Não há dúvidas, porém, de que as mulheres das classes médias e populares procuravam imitar seus comportamentos heróicos. Na sociedade homérica a mulher teve grande destaque. Tanto é que são numerosos os episódios mitológicos em que elas aparecem com prestígio excepcional. (Alambert, 1997).

Em Esparta, um dos estados mais antigos da Grécia, a educação das moças correspondia aos interesses do Estado e visava ao desenvolvimento harmonioso das futuras mães de gerações sadias. Nos ginásios, as moças, do mesmo modo que os rapazes, realizavam exercícios de ginástica: elas aprendiam a dança, a música e o canto. Enquanto em outros estados gregos as mulheres viviam enclausuradas, em Esparta elas se igualavam aos homens, gozavam de grande liberdade e respeito por parte de seus concidadãos. Esta situação é testemunha de notáveis sobrevivências da linha matrilinear. (Alambert, 1997).

Quando a cultura grega alcançou seu esplendor, as coisas começaram a mudar. As mulheres, pouco a pouco, foram perdendo suas antigas prerrogativas em meio a lutas sangrentas e crimes espantosos. As lendas homéricas falam de ódios e vinganças entre pais e filhos. Quanto à herança, até então transmitida pela mãe, começa a sê-lo pelo pai. As coisas aconteceram desse modo porque as mulheres gregas foram sendo afastadas do trabalho produtivo, passando a viver apenas para o lar e tornando-se meros instrumentos de procriação. (Alambert, 1997).

Assim, na Grécia ilustrada, tanto quanto em Roma, com suas inúmeras colônias, as mulheres, até mesmo na livre e rica cidade de Cartago, não tinham direitos nem privilégios. As mais livres eram as *hetairas* livres ou as escravas emancipadas, que infringi-

ram as leis e se tornaram famosas. Frinéia inspirou o grande escultor Praxíteles, e Lamia, que viveu em torno do ano 500 antes de nossa era, desempenhou um papel decisivo na conjuração contra os tiranos que queriam aproximar-se do poder. Foi encerrada numa prisão, junto a seus companheiros que haviam lutado pela liberdade. Para não os delatar, ela cortou a língua com os dentes e a cuspiu na cara dos juízes. (Alambert, 1997)

Elas não realizavam nenhum trabalho produtivo, por isso não eram valorizadas. Mas na Grécia também houve, além das que faziam serviços braçais, algumas mulheres que, no campo da arte, da ciência e da filosofia, chegaram a grandes alturas. Destacamos Safo, poetisa grega que organizou na ilha de Lesbos uma escola própria para suas amigas. Agnidike, a primeira médica, que se vestiu de homem para poder aprender a medicina. Elas foram, entretanto, excepcionais. Algumas mulheres gregas já então começaram a entender que seria impossível modificar o papel das mulheres sem uma radical transformação nas relações sociais da escravidão. (Alambert, 1997)

Roma

As mulheres não tinham direito a ter um nome próprio, eram numeradas seguindo a ordem de nascimento. Exemplo: se o pai se chamava Lucrécio, a filhas eram Lucrécia I, Lucrécia II etc.

Roma foi um dos mais poderosos estados escravagistas da Europa Ocidental e um dos últimos a se formar. Segundo Alambert, foi também aí que o patriarca atingiu sua força máxima. A família romana era dirigida por um chefe, considerado, ao mesmo tempo, pai, pontífice e juiz. Mas a família maternal existiu em Roma, embora aparentemente tenham restado poucos vestígios dela. Apesar de Roma ter entrado na História em pleno regime patriarcal, há indícios de que a família romana foi precedida pelo clã consanguíneo de filiação materna. (Alambert, 1997)

Em Roma, a autoridade do pai era enorme. Ele era a principal base de constituição do Estado. Na casa, o pai era senhor absoluto, com direito de vida e morte sobre todos que viviam sob sua autoridade. E nessa família as mulheres não tinham direito a ter um nome próprio, só os homens tinham esse direito. Meninos e meninas tinham direito à herança, mas entre eles havia uma diferença. O menino poderia herdar aos 14 anos, e a menina permanecida em perpétua menoridade, com tutores que fiscalizavam os seus bens. No direito romano, a filha casada não herdava do pai. Foi o imperador Cláudio quem terminou com a tutela dos agnatos, o que constituiu um passo à frente na emancipação da mulher. (Alambert, 1997)

Casada ou solteira a mulher estava sempre sob o domínio do homem. Sua situação, apesar da austeridade dos princípios, era diferente da esposa grega. Podia sair livremente, circular pelas ruas, ir ao teatro com os homens e freqüentar o fórum. Recebia suas visitas no átrio, assim como amigos de seu marido e até estrangeiros. Presidia a educação dos filhos, nos banquetes sentava em lugar de honra, observava a arte doméstica e muitas vezes ajudava o marido a administrar seus bens. Era companheira, e não serva do esposo. Pela moral, a mulher aprendia que deveria obedecer e que era natural o marido mandar, mas também se ensinava o marido e a mulher a se respeitarem mutuamente. (Alambert, 1997)

A indissolubilidade do casamento em Roma durou séculos. Os romanos adotavam a monogamia. Havia, contudo, o direito do marido de repudiar a mulher, que ele usava com plena liberdade. O repúdio ocorria no caso de adultério, prática de aborto pela mulher e abandono do lar. Entre os escravos, a mulher não tinha o direito de escolher seu marido. Era o senhor que escolhia seu parceiro. (Alambert, 1997)

Em geral a educação da mulher romana era rudimentar. Como não exercia funções públicas, não tinha personalidade jurídica; a instrução para ela não tinha finalidade. Uma das contradições mais sérias da situação da mulher romana era o fato de a ela caber conservar o fogo perpétuo no "altar da cidade" do templo de Vesta. As que cumpriam essa função eram chamadas "vestais". A vestal que deixasse o fogo sagrado apagar-se era violentamente chicoteada. Os romanos tiveram também suas deusas: Juno, Vesta, Minerva, Vênus, cada uma com uma função determinada.

Na época da decadência de Roma, muita coisa foi-se modificando. Organizavam-se as chamadas bacanais, em que eram abundantes os perjúrios, as falsificações e os envenamentos. Muitas mulheres faziam parte desse tipo de culto a Baco, e muitos maridos foram por elas envenenados. Na vida das mulheres refletia-se agora o declínio político, moral e religioso do Império Romano. As sibilas faziam previsões, influindo até nas decisões do Estado. Enquanto isso, as mulheres do campo trabalhavam dura e pesadamente, num enquadramento de costumes ainda mais restritivo.

Com o fim da República, no século I a.C., e o início do Império, a devassidão atinge em Roma níveis altíssimos. Após as guerras vivis que lá se desencadearam, a matrona romana, que nas épocas anteriores fora discreta e laboriosa, enveredou pelo caminho da devassidão. Sua corrupção tornou-se enorme. Ela, por amor ao luxo, caiu na libertinagem. Algumas chegaram mesmo a se inscrever como prostitutas nos bordéis de Roma. Tudo isso aumentou o número de divórcios. O casamento passou a ser dissolvido à toa. Os homens negavam-se a casar...

O ambiente familiar refletia a licenciosidade geral. As casas se transformaram em locais de orgia. As mulheres nesse período freqüentavam o teatro, o circo, os fóruns, conviviam com gladiadores, cômicos de baixa categoria e adoravam os vencedores dos jogos, freqüentando também as bruxas que prediziam o futuro. Os reis e rainhas da época viviam na mais completa desordem.

Salienta Alambert que, no entanto, as mulheres do povo continuavam em sua maioria a levar uma existência de trabalho e obscuridade, como sempre. Elas jamais foram tão depravadas quanto as mulheres nobres. Também algumas matronas salvaram-se da decadência geral. Entre elas, Cornélia, mãe dos tribunos Tibério e Caio Graco, sempre citada como exemplo de austeridade e nobreza moral; Agripina também se destacou no mesmo sentido. (Alambert, 1997)

Quando a dissolução dos costumes atingia seu ponto máximo, ocorreu a queda do Império Romano. Nesse momento o cristianismo – que já por três séculos minava as bases morais e políticas do sistema vigente e vinha se expandindo –, surge como "força redentora", também das mulheres. (Alambert, 1997)

As grandes religiões patriarcais e sua influência na vida da mulher

As grandes religiões patriarcais, que exerceram em geral uma influência tão negativa na vida da mulher, foram implantadas tempos depois de as transformações políticas, econômicas, técnicas e ideológicas terem transformado profundamente a vida das sociedades e eliminado o monopólio das divindades femininas do Neolítico antigo. (Alambert, 1997)

Em seu livro *O feminismo*, Andrée Michel relata o seguinte fato: "Segundo um eminente historiador das religiões, duas descobertas fundamentais estão na origem do aparecimento das religiões patriarcais. O conhecimento e a domesticação dos animais permitiram que se descobrisse o papel do macho na geração. Mais tarde, quando o arado inventado pelos homens substituiu a enxada manejada pelas mulheres, o arado adquiriu uma significação fálica como sendo o instrumento que prepara a terra para ser fértil". Crenças, sem dúvida, relacionadas com a descoberta do papel masculino na geração[6].

O entendimento de um dualismo procriador fez com que fosse atribuído à Deusa-Mãe um parceiro macho. Inicialmente, a esse amante, irmão ou esposo foi atribuído um lugar subordinado em relação à Deusa, depois, igual. Mais tarde, a Deusa desapareceu, cedendo o primeiro lugar ao Pai, Criador soberano dos elementos e dos seres humanos, fosse em Atenas, Roma ou Egito. (Alambert, 1997)

O passo definitivo e último foi dado quando se criou o Deus onipotente das grandes religiões patriarcais (o Deus dos católicos, o Deus dos muçulmanos, o Deus dos judeus). (Alambert, 1997)

Novamente segundo Alambert, o cristianismo e o islamismo inicialmente foram responsáveis por certa melhoria das condições de vida da mulher. Mas a repressão já era latente nessas duas (mais o judaísmo), religiões que sempre fizeram das mulheres seres de segunda classe, indignos de exercer funções sacerdotais em conseqüência de seu sexo. O desenvolvimento posterior de uma casta de sacerdotes, cujo ensino baseou-se na superioridade dos machos e no desprezo pelas mulheres, consagrou essa repressão, cujo apogeu foi atingido no Ocidente com a Inquisição, quando, às centenas, as mulheres foram enviadas às fogueiras para serem queimadas vivas na condição de bruxas, pelo único fato de não se adaptarem às regras estabelecidas pelo catolicismo.

Alambert prossegue afirmando que essa religião, a que mais de perto nos toca, realizou no mundo uma revolução moral de grande importância, que chegou mesmo a erguer uma nova civilização, a chamada civilização cristã, para a qual apelam, até hoje, os reacionários dos quatro cantos da Terra, sempre que desejam realizar algo de sujo e sangrento. "A defesa da civilização ocidental e cristã" é uma bandeira mágica em nome da qual têm sido derrubados governos legalmente eleitos, matado, prendido, torturado milhares de seres humanos que ergueram suas vozes contra os interesses mesquinhos e escusos dos poderosos, ou mesmo desencadeado guerras sangrentas e desumanas. (Alambert, 1997).

Os chamados "princípios morais e cristãos" não só abalaram as sociedades como despertaram e moldaram a consciência humana.

Ao surgir, o cristianismo, de certo modo, deu dignidade à mulher no plano espiritual, já que ela, a mais oprimida e aviltada criatura, sentiu-se reabilitada e com maiores esperanças. O apóstolo são Paulo, por exemplo, proclamou: "Não mais escravo,

[6] Michel, Andrée. *O feminismo – Uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 22.

nem homem livre, nem macho, nem fêmea: vós sois todo um em Jesus Cristo". (Alambert, 1997)

Mas, objetivamente, o cristianismo (especialmente o católico) traz também, em suas concepções, toda a misoginia dos judeus em relação à mulher.

Estes sempre consideraram a mulher uma criatura inferior, impura pela própria natureza, culpada de todos os males que afligem o gênero humano, por ter atraído sobre ele o pecado original, a maldição de Deus. (Alambert, 1997)

Os próprios Evangelhos confirmam a inferioridade da mulher, pondo-a na mesma categoria dos menores, quando dizem, referindo-se à "multiplicação dos pães": "E os que comeram foram quatro mil homens, meninos e mulheres". (Alambert, 1997)

O fato concreto é que as mulheres, tão sacrificadas e exploradas, foram marcadas pelas mensagens de amor, fraternidade e igualdade que eram pregadas pelo cristianismo. E por isso se tornaram suas maiores defensoras e divulgadoras. É impressionante o número de mulheres heróicas e mártires na mesma legião daqueles que foram duramente perseguidos e torturados por defenderem as novas idéias, que nasciam como um sinal de liberdade para todos os oprimidos. (Alambert, 1997)

Na opinião de Alambert, diante do cristianismo nascente, as mulheres puderam expandir todos os seus sentimentos, piedade e abnegação recalcados durante milhares e milhares de anos. Prometeram-lhe um lugar ao lado do homem no céu, e isso foi o suficiente para que ela se sacrificasse por uma igualdade que lhe viria depois da morte. E elas tornaram-se apóstolas, mártires, santas. Defenderam sua dignidade com força inusitada. O amor a Cristo fez com que elas pusessem sua virgindade acima de tudo, como maior prova de amor ao amante místico. Por isso não é de surpreender o número de jovens que nos primeiros séculos do cristianismo preferiram morrer a sacrificar sua castidade. (Alambert, 1997)

Muitas entre elas são citadas por Maria Lama em seu livro *A mulher no mundo*, por exemplo, Inês, formosa adolescente romana atirada a um prostíbulo por haver repelido o filho do prefeito; Dorotéia, queimada viva no ano 311 sob o governo de Maximiniano, imperador de Roma; Luzia, que arrancou os próprios olhos para que os homens se desinteressassem por ela, e assim por diante. Tudo isso foi o ponto de partida para um novo caminho. Veremos daqui por diante aonde ele levou a mulher. (Alambert, 1997)

A mulher na Idade Média

Contextualizando, a Idade Média foi profundamente misógina, de acordo com o historiador Georges Duby, em seu livro Idade Média dos homens. Esta foi uma época acentuadamente masculina. E as mulheres que conseguiram vencer a barreira de preconceitos desse período histórico podem ser contadas nos dedos. Foi a era dos cavaleiros, monges, cronistas, escritores, separados do mundo feminino por obstáculos intransponíveis. (Alambert, 1997)

De acordo com Z. Alambert, a Idade Média compreende a história da Europa Ocidental, da Europa Central e de Bizâncio, do século V ao século XVII. Começa com a queda do regime escravista no século V e vai até as revoluções burguesas ocidentais. Corresponde ao surgimento, florescimento e declínio do feudalismo. Afirma ainda essa

autora que o caráter historicamente progressista da economia feudal, em comparação com as formações econômicas anteriores, deve ser buscado nas relações de produção novas, baseadas na pequena exploração individual de tipo familiar, conjugada ao monopólio dos senhores de terra da classe dos feudais. (Alambert, 1997)

Nesse longo período da história da humanidade, Alambert destaca dados que nos permitem acompanhar a transformação de costumes na família e na vida pública, e que esboçam a condição de vida da mulher no período feudal. Ela também nos diz que os homens, não conhecendo a realidade das mulheres, temiam-nas ou desprezavam-nas. Para essa autora, é necessário buscar saber por que essa misoginia desenvolveu-se com tanta força, sob quais formas ela se expressou, por que a situação das mulheres desenvolveu-se tão pouco no decorrer de dez séculos de história e também explicar como o peso dos mitos e das tradições prolongaram, sem mudanças maiores, a antiga servidão da mulher. (Alambert, 1997)

Em seu livro o antifeminismo medieval ocupa um espaço, porque, como enfatiza Z. Alambert, "ele compõe o pano de fundo de uma cultura que, sob nossos olhos, tenta se constituir em plena encruzilhada das tradições antiga e cristã, das quais, ainda hoje, em muitos pontos somos herdeiras", mas é também a partir delas que o feminismo nascente verá a luz do dia e a causa das mulheres começará a ser apresentada sob uma forma e em termos completamente novos[7].

O período pré-feudal (do século V ao século XI)

Alambert diz que o período pré-feudal foi marcado pela formação do feudalismo, que pode ser definido como o modo de produção medieval, caracterizado pela economia rural e auto-suficiente de uma sociedade formada por senhores e servos e pelo poder político descentralizado (mas de caráter localizado).

Com a queda do Império Romano e as grandes invasões, a civilização foi posta em causa. O direito romano sofreu influência de uma ideologia nova: o cristianismo. E, nos séculos que se seguiram, os chamados bárbaros fizeram triunfar suas leis. A situação socioeconômica foi transformada, e isto repercutiu na vida das mulheres. No vazio provocado por essa queda, emergiram as organizações tribais dos germanos e francos, e de alguns povos bárbaros não germânicos. .(Alambert, 1997).

A mulher, entre os bárbaros não germânicos, tinha uma condição específica, não totalmente comparável à das sociedades anteriores. Por exemplo, "na Bretanha, a sucessão do poder se fazia pela linha feminina. Os irlandeses contratavam casamentos temporários, que se faziam e se desfaziam anualmente". Na Albânia, os homens compravam as mulheres, e o marido exercia um poder despótico. No Montenegro, a mulher fazia todos os trabalhos pesados e era vista pelo marido como um animal de carga. Na primitiva Gália, antes das invasões, o pai tinha direitos de vida e de morte sobre a mulher e os filhos, que podiam até ser sacrificados sobre seu túmulo. Em alguns países bárbaros, a mulher chegou a ser uma unidade monetária[8].

Na Europa, entre os povos brancos de origem não germânica que não haviam sido romanizados, a condição da mulher, no início da era cristã, tinha muitos aspectos contraditórios, como vimos acima. Tanto generais como historiadores destacam a importância da mulher naquela época. Por seus relatos, podemos perceber como a era a

[7] Alambert, Z. *Mulher. Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 39 e 40.

[8] *Id., ibid*, p. 40 e 41.

condição da mulher entre esses povos, que ocuparam parte da Europa no início de nossa era e cujos usos, leis e costumes só lentamente foram transformados, por força da influência de outros povos e da religião cristã. O fato é que, entre outros costumes igualmente brutais, o casamento por rapto era comum na Europa bárbara. (Alambert, 1997)

Alguns dos costumes indicados existiram durante as invasões, já durante os primeiros séculos do cristianismo, mantiveram-se na Idade Média, e, mais atenuados, chegaram até nossos dias. (Alambert, 1997)

Podemos compreender algo sobre a mulher entre os bárbaros germânicos ao estudarmos o exemplo da lei sálica – vigente entre os sálios, uma tribo dos francos –, que estabelecia:

- "Se um homem morre sem filhos, seu pai ou sua mãe lhe sucederão";
- "Se não tem pai nem mãe, seu irmão lhe sucederá";
- "Se seu pai não tem irmã, o mais próximo parente macho lhe sucederá";
- "Nenhuma porção de terra sálica passará à mão das mulheres; mas pertencerá aos machos: quer dizer que os filhos machos sucedem a seus pais". (Alambert, 1997)

A lei sálica (no que diz respeito à transmissão de propriedade), a lei turíngia e a lei ripuária pertencem à mesma família de costumes germânicos. (Alambert, 1997)

Alambert afirma que o cristianismo fundiu-se com a tradição germânica por força da afinidade democrática de ambos. Entre os germanos, a mulher já gozava de uma consideração mais elevada do que entre os outros povos primitivos, mas o cristianismo resgatou-a do antigo desprezo, embora sem equipará-la ao homem, e o casamento tornou-se uma instituição divina.

Entre os germanos, o núcleo familiar regia-se pela constituição patriarcal. Os assuntos mais importantes eram, porém, resolvidos pelo conselho da família, e este velava pelo justo exercício do poder paterno, para que ele nunca abusasse de seus poderes. Após a morte do pai, parte de seus poderes passava à mulher, se não houvesse filhos na maioridade. Após as invasões, tais costumes alteraram-se. A legislação germânica perdurou, todavia, com toda a sua pureza, mesmo após a conquista romana, entre os povos das ilhas hoje abrangidas pela Irlanda e a Grã-Bretanha, da Escandinávia e de parte da Germânia. (Alambert, 1997)

Da ligação e mistura do direito germânico e do direito romano é que surge a legislação medieval. A concepção de família por parte dos germânicos permaneceu viva entre as populações bárbaras mais organizadas. E a instituição do casamento conservou seu caráter primitivo. O homem comprava a esposa, devendo pagar, antes da boda e perante testemunhas, o preço combinado como pai da noiva. A viúva, entre os escandinavos, era tão presa à primeira união conjugal, que nos tempos mais antigos ela se deixava queimar ou sepultar com os despojos mortais do marido. O adultério era ferozmente condenado, embora a lei sálica tenha reduzido a pena da adúltera ao pagamento de uma indenização. O divórcio era permitido em caso de adultério, assassinato ou magia, praticado por um dos esposos. (Alambert, 1997)

A mulher, entre os bárbaros, não podia testemunhar. E, se não tinha capacidade jurídica, também não tinha política. Por isso não há exemplos de filhas que sucederam ao soberano no trono, durante os primeiros séculos após a conquista. A condição civil

das princesas era igual à das outras mulheres: filhas, esposas e viúvas estavam sob o mando de seus pais, maridos ou parentes próximos. Socialmente, a mulher estava em desigualdade com o homem, sujeita à humilhação e a ofensas. (Alambert, 1997)

A mulher no regime feudal[9]

Segundo Alambert, apesar de algumas pequenas vantagens adquiridas, o estatuto geral da mulher da Idade Média foi sempre muito precário. O regime feudal baseava-se nos feudos concedidos pelo suserano a seus vassalos. Esse sistema influiu fundamentalmente na situação da mulher, porque a excluía de qualquer partilha, criando o direito de progenitora para os filhos varões. Se não havia varão, o casamento da filha herdeira tinha de ser resolvido pelo suserano, que escolhia um vassalo de sua confiança capaz de defender o feudo. Todas as sociedades medievais seguiram esse caminho.

E mais: a menina era prematuramente destacada para casar com este ou aquele vassalo. Os amores que fugiam a essa regra eram duramente perseguidos. A viúva poderia ser obrigada a casar novamente, se assim o desejasse o senhor feudal. Só aos 60 anos ela estava dispensada desse sacrifício. Mais do que um simples negócio, o casamento tinha importância dinástica, diplomática e administrativa. Os colonos e servos não escaparam a essa regra. Faziam-se casamentos de troca entre os filhos e filhas dos servos das várias comunidades, se isso interessasse aos donos dos feudos. (Alambert, 1997)

O famoso direito da primeira noite era uma concessão do suserano aos convidados para o casamento, que podiam coabitar com a jovem desposada antes de seu marido. Do mesmo gênero foi o "direito do senhor" ou "de pernada", que historiadores e sociólogos afirmam ter surgido na Europa durante a Idade Média, sobretudo na Rússia, perdurando até o início do século XX. (Alambert, 1997)

A prostituição também foi muito incrementada durante esse período histórico. Alguns soberanos tentaram acabar com os prostíbulos, mas, diante da dificuldade em fazê-lo, optaram pela regulamentação da prostituição, que, afinal, foi se sofisticando com a passagem dos tempos. (Alambert, 1997)

A mulher, no início da Idade Média, era educada somente para a vida familiar e a devoção religiosa. Apenas aprendia a ler, raramente sabia escrever. Eram-lhe ensinados trabalhos manuais, como fiar, tecer, bordar, fazer vestidos, etc., e também economia doméstica (preparar e conservar a alimentação, como bem dirigir uma casa, etc.). A educação de meninos e meninas era igual até os 7 anos (aprendiam ambos a rezar, a conhecer a doutrina moral cristã, que convinha à sua linhagem, já que sempre eram nobres). (Alambert, 1997)

Nas classes inferiores e servis não aprendiam nada, apenas a rezar com sua mãe. Depois dos 7 anos, a educação se diferenciava, eles se educavam para a guerra e elas para a vida familiar. Apenas algumas poucas filhas de nobres recebiam a mesma instrução que os homens. Aprendiam a ler, estudavam latim, filosofia. Eram, porém, sempre olhadas com desconfiança. Por razões políticas e econômicas, casavam-se muito cedo. (Alambert, 1997)

9 Alambert, Z. *Mulher. Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 42.

O advento da cavalaria

Os rapazes nobres começaram a receber uma educação renovada, em harmonia com as transformações dos costumes. Aprendiam as artes cavalheirescas (equitação, manejo de armas, regras de combate, canto e tocar instrumentos de corda), a respeitar a religião e a mulher, a cumprir os costumes cortesãos. Foi o período da exaltação da mulher, mais teórica do que prática, já que o marido podia legalmente bater na esposa a pretexto de qualquer coisa. Quanto às mulheres, foram se interessando pelos poemas, canções e passatempos que as cativavam. A educação feminina foi se ampliando. Agora aprendiam a falar francês e a ler poemas nessa língua, cultivavam o canto, os bailes, os instrumentos musicais e jogos de sociedade, como o xadrez. (Alambert, 1997)

O ideal de educação feminina do século XII ao XIV poderia ser assim resumido: regras de moral, maneiras corteses, ler, escrever e falar latim e francês, compor e cantar rondós, tocar harpa, etc.[10] A educação entre as fidalgas passou a ser importante, e algumas dessas mulheres instruídas puderam se destacar. Entre elas, Christine de Pisan, que não viveu uma vida de lamentos, como era hábito na época, mas apoiou as mulheres corajosas de todos os tempos, citando sempre as amazonas por sua valentia, a rainha de Sabá e a profetisa Débora pelo seu muito saber. (Alambert, 1997)

A precariedade do estatuto feminino durante toda a Idade Média está ligada à ambigüidade da religião cristã (de um lado, defendia uma proteção geral e abstrata para os fracos, como as mulheres e escravos; de outro, a corrente judaica, muito forte em seu seio, conduzia a mulher a uma segregação de fato). A Igreja romana ao mesmo tempo exaltava e denegria a mulher, oscilava entre Eva e Maria. De um lado, promovia a mulher, de outro lado, mantinha sua submissão secular, que ela acreditava estar de acordo com a ordem das coisas. (Alambert, 1997)

Fortalecida, a Igreja começou também a legislar. A legislação canônica e os decretos conciliares são muito severos em relação à condição feminina. Tornou-se conhecido o antifeminismo dos clérigos. A Igreja Católica sempre defendeu a obrigatoriedade do casamento monogâmico e sua indissolubilidade. E lutou contra tudo que negasse isso: os repúdios, os divórcios, a poligamia, a concubinagem. (Alambert, 1997)

Difundiu o casamento como sacramento, impondo a bênção nupcial e a autorização do padre, exigindo a publicação dos editais e dando grande brilho à cerimônia. Ao mesmo tempo, condenou os contratos de casamento, o que dava à mulher certa liberdade de escolha. Mas não se limitou a isso. A Igreja cristã, sempre ambígua, criou e tornou triunfante o tabu sexual. (Alambert, 1997)

A história de Adão e Eva (ou seja, a história do pecado original) mostra que a mulher foi a "grande instigadora do mal" que desabou sobre a humanidade. A partir desse fato, outras idéias foram sendo desenvolvidas, como a de que a sexualidade existe não para o exercício do prazer, mas para permitir a reprodução da espécie. A proibição da prática sexual durante a gravidez e a menstruação (uma sujeira!) é fruto dessa concepção. A mulher que faz amor por prazer está em estado de pecado mortal. O coito interrompido, a masturbação, o lesbianismo, a bestialidade são perversões que devem ser severamente punidas. Até o casamento, as relações sexuais estão impregnadas das idéias de sujeira, por isso é bom evitá-las. Se as relações sexuais ocorriam na Quaresma, a Igreja infligia aos culpados 20 dias de jejum. A Igreja massacrou com violência as mulheres que tentavam inter-

[10] Alambert, Z. *Mulher. Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 43 e 44.

romper a gravidez. (Alambert, 1997)

O anátema da carne caiu também sobre os próprios clérigos. Até o século XI, os padres, bispos e clérigos podiam se casar. Alguns mantinham amantes e concubinas. Por isso, a Igreja quis pôr ordem na própria casa. E veio a proibição do casamento para os padres. Com isso, a Igreja "matava dois coelhos de uma só cajadada". Primeiro: a mulher "tentadora" era retirada de campo, já que ela atrapalhava a prestação de serviços ao bom Deus. Segundo: ressalvava-se a condição da Igreja, rica herdeira, que não poderia ver os bens de seus servidores fragmentados entre os filhos dos padres. (Alambert, 1997)

Toda essa situação foi facilmente assimilada pela mulher, graças à sua total ignorância e atraso cultural. (Alambert, 1997)

Mas já nos séculos VI e VII os padres haviam privado as mulheres do direito ao episcopado e puseram em seus escritos todo o antifeminismo dos séculos anteriores. Os imperadores e os reis, para manter seu poder e estados, foram se submetendo cada vez mais ao domínio da Igreja, assim como adaptando a legislação civil aos preceitos religiosos. (Alambert, 1997)

Em fins do século XI, a resolução gregoriana introduziu reformas no interior da Igreja. O celibato foi imposto aos sacerdotes. As mulheres foram eliminadas das altas funções que exerciam. Os conventos deixaram de ser aceitos como locais mais abertos de cultura e educação, tendo sido submetidos ao poder episcopal e, depois, à hierarquia da Igreja Católica Romana. O acesso às universidades e escolas foi proibido às moças, que continuaram a ser educadas nos conventos. (Alambert, 1997)

As mulheres foram expulsas das profissões liberais que exerciam, e excluídas das atividades burocráticas. Com a Igreja controlando tudo, elas perderam muitos de seus antigos poderes e pouco a pouco foram também expulsas das guildas artesãs[11]. Mantiveram seus direitos comerciais, mas não podiam decidir nada; tinham baixos salários e pouca qualificação. Algumas esposas de artesãos e pequenos comerciantes acabavam por empregar-se como assalariadas em pequenas manufaturas de tipo industrial. Outras apoiaram as heresias. E, para enfrentá-las, a Igreja e a burguesia criaram a idéia de feitiçaria e uma nova legislação familiar que considerava a mulher juridicamente incapaz. (Alambert, 1997)

As feiticeiras e a Santa Inquisição

No seio da Igreja, a Inquisição enviou à fogueira dezenas de mulheres acusadas de feitiçaria. Dizia-se que as feiticeiras atacavam a força sexual dos homens, o poder reprodutor das mulheres e agiam para exterminar a fé. Aliás, a bruxaria foi uma das marcas da Idade Média. E ela revela a ignorância, a competição e a confusão que na época exerciam domínio sobre os espíritos. As ditas feiticeiras existiam em grande número, e a elas se atribuíam poderes maléficos, baseados num entendimento direto com o diabo. (Alambert, 1997)

Examinando os processos contra as feiticeiras, veremos que elas, à custa de torturas, confessavam-se bruxas. Na prática, porém, o que elas faziam? Usavam ervas medicinais para abortar, ou poções misteriosas para prender seus homens e matar seus inimigos. Na verdade, foram nada mais nada menos do que vítimas do patriarcado exacerbado. Fada ou sibila, a mulher apropriara-se de alguns segredos da natureza e os dividira com

11 Guildas: palavra originada de *gilda* ou *ghilda*. Eram associações de mutualidade, constituídas na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes e artistas (*Dicionário Aurélio Buarque de Holanda*).

outras mulheres que necessitavam conhecê-los. No fundo, elas exerciam um outro poder, o que se tornou intolerável aos olhos do patriarcado e do poder clerical monopolizado por homens. (Alambert, 1997)

A caça às feiticeiras foi terrível, levou a um tremendo genocídio, que só terminou no século XVIII, e só foi superado pela ação hitlerista na Europa de nosso tempo. O pretexto da feitiçaria serviu em muitos casos para o exercício de vinganças torpes ou para alguns fins meramente políticos e de interesse pessoal. Lembremos aqui o caso de Joana d'Arc, que, após ter entrado triunfante em Orléans, à frente das tropas francesas, foi entregue, por outros franceses, aos ingleses – que ela havia derrotado em Orléans –, que a julgaram como feiticeira e queimada viva. (Alambert, 1997)

Cabe aqui uma ressalva. Se bem que os processos contra as chamadas bruxas e feiticeiras tenham marcado a Idade Média, não foram privilégio desta. Afinal, foi em plena Idade Moderna – a mesma que presenciou a descoberta de um Novo Mundo com as grandes navegações, a ascensão da burguesia comercial, o fim do feudalismo e a formação dos primeiros estados nacionais europeus – que o teor e as forças do mal deixaram o campo da crendice popular para fundamentar uma perseguição sistemática às mulheres promovida por tribunais leigos, religiosos e da própria Inquisição, que, sob controle papal, sobreviveu até o começo do século XIX. (Alambert, 1997)

"No início da modernidade, a situação se altera e a essência da bruxaria deixa de ser vista como magia malévola para se fixar no pacto com o demônio: a bruxaria torna-se heresia"[12].

Além da bruxaria, outras superstições floresceram na Idade Média. E tais superstições atuavam profundamente sobre o espírito feminino, dada a sua própria condição de vida. Elas geralmente não sabiam ler, ignoravam tudo e apenas conheciam as artes mágicas como algo que poderia dar felicidade ou infelicidade no amor, assim como trazer os bons ou maus agouros atuantes em sua vida. A preocupação em defender a virgindade das jovens, como um imenso valor a ser resguardado, foi uma das características da moralidade dos tempos medievais. (Alambert, 1997)

A legislação foi outro instrumento utilizado para normatizar e perpetuar as mulheres em seus papéis subordinados, o que levou à morte civil da mulher na família e na sociedade. (Alambert, 1997)

Grandes transformações ocorreram na vida da mulher a partir da época medieval, mas essas mesmas transformações oferecem aspectos contraditórios, fazendo com que fundamentalmente a condição do sexo feminino se mantivesse no mesmo plano anterior, de subordinação ao homem[13].

A mulher no Renascimento

O período que engloba os séculos XV e XVI foi denominado Renascimento. Trata-se de um período de transição, no qual podemos notar, convivendo juntas, as sombras da realidade medieval e as luzes de um novo sistema, o capitalismo nascente. E as grandes contradições que marcam o período refletem-se agudamente na vida das mulheres. (Alambert, 1997)

As das classes e camadas desprivilegiadas sempre viveram na parte sombria do Renascimento. O capital ascendente do comércio buscava novos meios de aumentar seus

[12] Teles, Norma. "Ronda das feiticeiras", p. 91. Comunicação apresentada no Seminário Temático Mulher em Seis Tempos. Araraquara, SP. Dep. de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural e Urbana, Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, set. de 1991. A comunicação foi publicada no livro *Mulher em seis tempos*.

[13] Alambert, Z. *Mulher. Uma trajetória épica*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997, p. 45, 46, 47 e 48.

lucros, para poder produzir juros. O senhor de extensas terras, que havia explorado seus servos empunhando o chicote, fora substituído pelo empresário atacadista, que comprava a força viva do trabalhador para que, na condição de assalariado, ele fosse obrigado a encher-lhe os bolsos com sua mais-valia. (Alambert, 1997)

As primeiras vítimas dessa nova situação foram as mulheres, principalmente no que concerne ao trabalho em domicílio, que muito se desenvolveu do século XV ao XVII, em todos os países da Europa. Ele se diferenciava do trabalho artesanal, porque tinha um intermediário que ficava com a parte do lucro que a trabalhadora em ambiente doméstico ganhava. Logo, a fim de ganhar um pouco mais, ela tinha de se desdobrar para alcançar uma boa produtividade, o que elevou o nível da produção. (Alambert, 1997)

Simultaneamente, esse processo levou, também, a uma forma adicional de exploração do trabalho feminino. Paralelamente ao artesanato que morria, ampliava-se muito esse novo tipo de trabalho, principalmente nas grandes cidades da Itália. Nele predominavam as mulheres trabalhando como tecelãs, bordadeiras, fiandeiras, trabalhadoras em seda etc. As indústrias, apoiadas no trabalho em domicílio, desenvolveram-se também na Holanda e na Inglaterra, com o florescimento da indústria têxtil e de vestuário. (Alambert, 1997)

Este tipo de trabalho era lamentável. Os empresários exploravam e atormentavam as mulheres de múltiplas formas. Por exemplo, ameaçavam a cidadã sozinha de denunciá-la por prostituição e vagabundagem, situação passível de castigos severos e vergonhosos. Assim sendo, as trabalhadoras em domicílio aceitavam todas as condições que os intermediários, verdadeiros vampiros, lhes impunham. (Alambert, 1997)

E a mulher, que no tempo do artesanato ainda conseguia gozar de respeito como pessoa, na atividade em domicílio perdeu até mesmo esse privilégio. O trabalho no ambiente doméstico baseava-se em jornadas de 14 a 15 horas, com os salários sendo mantidos muito baixos. Toda essa situação gerou o crescimento da prostituição, que nunca fora tão grande. (Alambert, 1997)

No que concerne às mulheres privilegiadas, elas foram obrigadas a passar para o nome do marido as suas propriedades, o que também contribuiu na acumulação capitalista. É bem verdade que a forma mudara, mas sob o Renascimento a mulher continuava oprimida, explorada e privada de direitos. (Alambert, 1997)

Na época predominavam dois tipos de mulher: de um lado, estava a mulher macilenta, faminta, esgotada pelo trabalho em domicílio; de outro, as mulheres que viviam no luxo, divertindo-se muito para preencher o tempo livre de que dispunham. Elas eram condessas, princesas, etc., que se ocupavam em dilapidar sua herança, deixando filhos e casas em mãos de empregados. (Alambert, 1997)

Mas nem mesmo essas parasitas gozavam de direitos como cidadãs; seus maridos as viam como ociosas e, portanto, como objeto de desprezo. O casamento apenas lhes garantia vida farta, conservando, porém, as mesmas características da Idade Média. Considerando-se bem, o Renascimento foi uma época de liberdade de costumes e também de desenfreados prazeres, apesar de as adúlteras ainda sofrerem penas muito pesadas. Assim as coisas seguiam seu curso: para umas, festas e alegria, e para outras, miséria e sofrimento. (Alambert, 1997)

O Renascimento não conseguiu extinguir as injustiças milenares que continu-

avam a pesar sobre as mulheres. As luzes que surgiram, como veremos mais adiante, não tiveram força suficiente para iluminar as trevas herdadas da Antiguidade e dos tempos medievais. Afinal, tratava-se de um período ainda de transição entre o feudalismo agonizante e o capitalismo nascente. E só o desenvolvimento deste levou à sepultura a atmosfera sufocante da Idade Média. (Alambert, 1997)

A mulher no capitalismo

O capitalismo nasceu na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XV. Poderíamos chamar a configuração que assumia nessa época de capitalismo pré-monopolista. Ele surgia e se desenvolvia caracterizado pela predominância da livre concorrência. Os meios de produção pertenciam a capitalistas isolados. Em todos os ramos da indústria as empresas estavam nas mãos de particulares, e não de companhias, como atualmente ocorre. (Alambert, 1997)

Capitalismo monopolista

O período do triunfo do capitalismo nos países adiantados, preparado pelo desenvolvimento das relações sociais e econômicas capitalistas no período precedente, especialmente a partir da Revolução Inglesa do século XVII, estende-se desde a Revolução Francesa do século XVIII até a Comuna de Paris. Podemos dizer que a Revolução Francesa, que é importante frisar que teve caráter burguês, inaugura o período de triunfo do capitalismo, porque ela foi a primeira a assestar um golpe aniquilador contra o regime feudal absolutista na Europa. E prolongou-se até a vitória completa da burguesia sobre a aristocracia e a nobreza. Nenhuma revolução desse tipo tinha ido tão fundo. (Alambert, 1997)

Depois dela, a burguesia e o proletariado industrial converteram-se nas principais classes sociais nos países mais adiantados dessa época. Outras revoluções burguesas seguiram-se na Europa, iniciando nos países desse continente as transformações capitalistas. A burguesia foi revolucionária, transformadora, até o momento em que proletariado se firmou como classe. Nesse momento, seu revolucionarismo desapareceu e ela aceitou prazerosamente a conciliação com o que restava da classe feudal. (Alambert, 1997)

Nesse processo, a Revolução burguesa na Inglaterra, na metade do século XVII, desempenhou um importante papel. A passagem do poder às mãos da burguesia e da aristocracia aburguesada naquele país, a supressão dos últimos vestígios do regime feudal, tanto na agricultura quanto na indústria, muito contribuíram para que a Inglaterra dos séculos XVII e XVIII se convertesse na vanguarda do mundo e na primeira grande potência mundial, possuidora de muitas colônias. A partir desse domínio é que o capitalismo ganhou forças em todo o mundo, até seu triunfo quando da Revolução Francesa. Por isso, a Revolução Inglesa do século XVII tem um alcance histórico mundial, e por isso, a partir dela, consideramos chegada a hora de ter início a história moderna e conseqüentemente o capitalismo moderno. (Alambert, 1997)

Tais fatos significaram o aparecimento de um mundo novo, que substituiu a antiga sociedade feudal. As mudanças políticas (com a introdução do parlamentarismo) e as liberdades conquistadas acompanharam as mudanças econômicas. Tais transformações cobram, todavia, um preço muito alto. Adam Smith e Karl Marx mostraram, muito bem, que a acumulação capitalista que permitiu a revolução técnico-científica e o surgimento

da manufatura, em substituição às oficinas artesanais, se fez a partir da exploração colonial, da guerra e da super-exploração do trabalhador, tendo sido a mulher um dos grupos mais sacrificados da sociedade. O capital com base no assalariamento multiplicou sua opressão, principalmente por meio da intensificação do trabalho manual em domicílio. (Alambert, 1997)

Até fins do século XVII, existiram as corporações, que garantiam, na grande maioria das oficinas, o monopólio do trabalho masculino. Eram poucas as corporações ou grêmios femininos. Em Paris, só as floristas e as tecelãs de linho e cânhamo tinham suas corporações. E cresciam as profissões ditas femininas, desvalorizadas e sem prestígio: engomadeiras, lavadeiras, camiseiras, bordadeiras, guarnecedoras de passamanaria, taberneiras e tapeceiras. As mulheres eram usadas também para mover o moinho nas oficinas dos donos das lavras de ouro e prata. Muitas trabalhavam em casas de famílias burguesas e nobres, costurando para as donas de casa. Outras trabalhavam como domésticas (sempre o refúgio das mais pobres), e, vivendo junto ao luxo das patroas, muitas vezes tornavam-se frívolas e intrigantes. (Alambert, 1997)

Nenhuma lei regulava esse tipo de trabalho. A vida luxuosa e perdulária levou muitas moças de famílias fidalgas arruinadas a se empregarem, também, em casas de nobres, como professoras e damas de companhia. As profissões masculinas continuavam vedadas às mulheres. Aquelas que no século XVII despertaram para a cultura não chegaram a uma profissão liberal. Muitas escreviam bem, mas jamais puderam viver profissionalmente das letras. A cultura da mulher a valorizava, mas nunca foi um meio para conquistar o direito ao trabalho profissional. (Alambert, 1997)

Em meio a esse processo surgem as *preciosas*, mulheres que freqüentavam os salões ilustres do século XVII. Por sua delicadeza de linguagem, seus amores lamentáveis, tornaram-se artificiais, transformando-se nas preciosas, cheias de fatuidade literária e de pretensões ridículas. Criaram um estilo empolado, corrompido, eivado de estrangeirismos, o que tornava impossível entender o que queriam dizer. Em suas obras *As preciosas ridículas* e *As sabichonas*, Molière criticou duramente esse tipo de mulheres, que, afinal de contas, não constituiu um brilhante momento da vida das francesas. (Alambert, 1997)

As preciosas existiram também em outros países europeus. Esse pedantismo literário deu à mulher algumas vantagens no que concerne à divulgação de certos conhecimentos para elas mesmas e para a sociedade. Essas pequenas vantagens acentuaram o contraste chocante entre a situação da mulher das classes mais elevadas e a das mulheres do povo. Enquanto as primeiras tinham condições de desenvolver seus espíritos, as segundas prosseguiam sem instrução. O papel desempenhado pela mulher na vida social, política e literária, comparado com a inferioridade em que foi mantida pela lei civil e religiosa, nos parecerá menos brilhante. Elas continuavam a ser um "objeto de luxo" ou um "utensílio", conforme a classe a que pertencessem. (Alambert, 1997)

O Grande Século deu notável impulso à evolução da mulher, sobretudo no campo intelectual. Cresceu o número de professoras e de mulheres preparadas nas letras e nas artes. E o leque de profissões que as mulheres do povo puderam exercer ampliou-se. (Alambert, 1997)

O século das mulheres

O século XVIII foi considerado "o século das mulheres". As ricas e nobres foram aduladas. Eram muito ouvidas na corte. Surgiram as favoritas reais na França, intervindo nos negócios do Estado. As mulheres pleiteavam liberdade sexual, e a licenciosidade tornou-se fato corrente. Prosseguiu a controvérsia sobre os direitos da mulher. Vozes se ergueram em favor da instrução feminina, mas predominaram as que pregavam a educação familiar tradicional. Dizia-se: "As cozinheiras que não sabem ler preparam as melhores sopas". Apesar disso, cresceu o número de escolas em casa, embora os programas ainda fossem deficientes. Geralmente as mulheres lutavam por liberdade no amor, indiferentes a seu destino e alheias a dignificação de seu sexo. As mulheres do povo viam se agravar suas condições de vida. Estavam largadas à própria sorte. (Alambert, 1997)

A emancipação feminina girava em torno dos salões, dos amores, do materialismo impudico das mulheres cultas. O típico modelo feminino da época era a mulher que não queria ser mera figurante. As mulheres nas cortes viviam enredadas em intrigas políticas e de amor. Discutiam o *Contrato social*, as descobertas de Newton ou o Parlamento inglês. Elas viviam desligadas do povo, sentiam-se superiores e, como tal, desprezavam as mulheres de outras classes sociais, cuja condição de vida não as impressionava. O fim do século XVIII corresponde ao desabar de um mundo e o começo do outro, tanto para homens quanto para mulheres. (Alambert, 1997)

Em todos os dados que colhemos, no processo de pesquisa sobre a história das condições de vida das mulheres através dos tempos, tendo como eixo o trabalho de Z. Alambert, pudemos sentir que as pobres sempre foram o "burro de carga", afundadas no trabalho, as ricas ou privilegiadas sempre viveram mergulhadas em seus triunfos intelectuais e mundanos, e todas elas foram sempre apenas reprodutoras da espécie, escravas declaradas incapazes pelas leis e códigos. Diz ainda essa autora que, nesse longo caminhar, encontramos rainhas, santas, esposas, mães, trabalhadoras, amadas e respeitadas. E que seus feitos foram, porém, ignorados, pois a servidão feminina não pôde ser eliminada. (Alambert, 1997)

Capitalismo moderno – As revoluções burguesas. (Alambert, 1997)

Revolução Francesa

As mulheres julgaram que, com o advento da Revolução Francesa em 1789, muita coisa, em seus destinos, se transformaria. Elas foram das primeiras a lutar para que as palavras de ordem da República (liberdade, igualdade e fraternidade) fossem vitoriosas, acreditando que suas vidas sacrificadas também iriam mudar. Cedo, porém, suas esperanças foram fraudadas. Os mesmos revolucionários que incluíram as mulheres em suas fileiras, deram-lhes armas e aceitaram seus sacrifícios nos dias sangrentos da Revolução negaram-lhes o direito de serem consideradas cidadãs. A Declaração dos Direitos do Homem excluiu-as, negando-lhes categoricamente o reconhecimento de condições para participarem da vida pública. Para os homens, a mulher cidadã seria a subversão do próprio mundo. E elas não tiveram forças então para fazer valer seus direitos. Mirabeau escreveu um importante discurso sobre a educação pública e nele falou da missão da mulher: "O Homem e a Mulher desempenham na natureza papéis inteiramente diversos;

logo não podem desempenhar o mesmo papel na sociedade; nela, a cada sexo foi reservado um papel diferente". (Alambert, 1997)

Os dias que se seguiram à Revolução Francesa foram os mais sombrios da história da mulher. O poder masculino passou a se vingar do sexo que o contestara, agindo no sentido de varrer as mulheres de todos os acontecimentos. Seu estatuto jurídico passou a ser definido por uma ditadura militar. A ideologia burguesa em formação fez sentir, em reação às mulheres, todo o seu desprezo. (Alambert, 1997)

O Código de Napoleão representou um passo atrás em relação ao Antigo Regime. Nele há todo um intuito de estabelecer sobre a mulher casada a tutela do marido, do mesmo modo que no Direito Romano. Seu Artigo 213 reza: "O marido deve proteção à mulher e a mulher, obediência ao marido". Isso resume a doutrina do poder marital, da supremacia do homem e da inferioridade da mulher no casamento. (Alambert, 1997)

Esse Código mutilou implacavelmente a precária liberdade que a Revolução concedera à mulher. A instrução feminina foi abandonada, já que as escolas fundadas por Napoleão eram exclusivamente masculinas. Sob o Império napoleônico, a situação da mulher nada teve de brilhante. Napoleão pensava "que a mulher é dada ao homem para procriar". E o curioso é que, simultaneamente, defendia a poligamia para o homem e a estabilidade da vida familiar, apoiada na mulher. Coerente com essa postura ampla, sua vida pessoal foi cheia de aventuras extraconjugais. Ele pregava ligações efêmeras, sem compromisso, nada de ter amantes oficiais. Nesse espírito, a mulher foi apenas a esposa, a mãe e a dona de casa, enquanto os homens, longe de casa, defendiam a sorte do país nos campos de batalha. Cresceu muito o número de viúvas que disputavam os homens com as solteiras. Floresceram as agências matrimoniais. Os casamentos eram precários e entre pessoas de idades diferentes. (Alambert, 1997)

Em suma, o período napoleônico não valorizou a mulher, mesmo considerando-se que a mulher do povo continuava lutando por trabalho profissional, cada vez mais decidida e consciente, embora relegada a um lugar subalterno na vida familiar e impedida de participar da vida pública. (Alambert, 1997)

O romantismo

Após a queda de Napoleão, emergiu na França o romantismo. A sociedade abriu-se novamente para os prazeres mundanos, a mulher entrou nos salões da capital e se instalou na vida intelectual e artística. Surgiram muitas escritoras. Todo esse reinado da mulher foi, entretanto, ilusório. Os clubes que para ela se abriam já não eram mais revolucionários, estes tinham sido fechados por Napoleão. A maioria das mulheres via que suas vidas se degradavam cada vez mais. A literatura romântica tornou-se o formidável reservatório de mitos que a história conheceu. Os mitos já existiam, é verdade. E Musset, Vigny, Balzac, Michelet, entre muitos outros, nada mais fizeram do que os recolher e reativar. (Alambert, 1997)

Em sua obra *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir analisa muito esses mitos: o mito da criação e da queda, o mito da fecundidade, da virgindade, da passividade, da fragilidade, da mulher feiticeira, fada, etc. Alguns deles evocavam o poder erótico da mulher. Outros, seu duplo caráter de anjo e demônio. As obras românticas apresentam ambigüi-

dades. Stendhal, nesse sentido, é um bom exemplo. Ele muitas vezes manifestou grande compreensão em relação à mulher e seus problemas. Chegou mesmo a defender o direito da mulher à instrução. Outras vezes, porém, pediu que a mulher não abdicasse de sua feminilidade. Balzac, por sua vez, é muito criticado por sua misoginia, em seu livro *A psicologia do casamento*. (Alambert, 1997)

Capitalismo contemporâneo

A segunda metade do século XIX assiste ao desenvolvimento do socialismo revolucionário, sob a influência de Marx e Engels. Eles, que sentiram muito a derrota do proletariado francês na Comuna de Paris, souberam avaliá-la em sua obra *A guerra civil na França*, em 1871. Já antes, em 1848, preocupados com a ausência de uma teoria sólida que orientasse o proletariado em suas futuras lutas para conquistar o poder político das mãos da burguesia, elaboraram o *Manifesto do Partido Comunista*. (Alambert, 1997)

No *Manifesto*, que teve grande repercussão em todo o mundo, eles denunciam a propriedade privada dos meios de produção como o próprio fundamento do capitalismo. Concluem que a revolução proletária deve abolir esse sistema e criar um outro, baseado na propriedade coletiva de todo o povo. (Alambert, 1997)

Em suas análises políticas, Marx desconheceu, todavia, os lucros que o capital e a família retiravam da produção doméstica não mercantil das mulheres. Jamais viu a luta da mulher como uma luta específica travada por elas próprias para alcançar direitos e uma mudança de lugar na sociedade. Apesar disso, apoiaram com força, nos sindicatos e na Primeira Internacional Socialista, os direitos políticos e econômicos das mulheres, contra o antifeminismo de Proudhon. No livro *A mulher e o socialismo*, Marx e Engels defenderam as ideais das mulheres, que as levavam a travar seu próprio combate, apesar de eles continuarem achando que a questão feminina era uma questão social, que se subordinava à resolução geral do problema da superação do capitalismo. (Alambert, 1997)

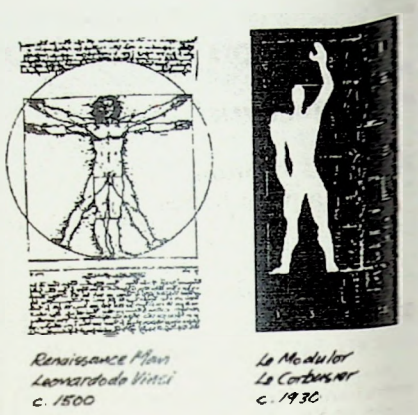
O antifeminismo atingiu também os sindicatos, que se batiam para que a mulher não ingressasse no mercado de trabalho, a fim de evitar a sua concorrência. Eles pediam a supressão do trabalho feminino e faziam greves contra a contratação de mulheres. (Alambert, 1997).

Conclusão: em toda a história relacionada aos direitos das mulheres, podemos perceber que o que está sempre em jogo é a herança, os bens. Permeando todas as civilizações da humanidade, a liberdade das mulheres sempre passa pelo respeito ao conceito da propriedade privada, inclusive do seu corpo. No caso da era medieval, depois das invasões chamadas bárbaras a legislação medieval altera os costumes, a mulher sempre perdendo direitos mínimos que ainda tinha nas legislações germânicas e romanas.

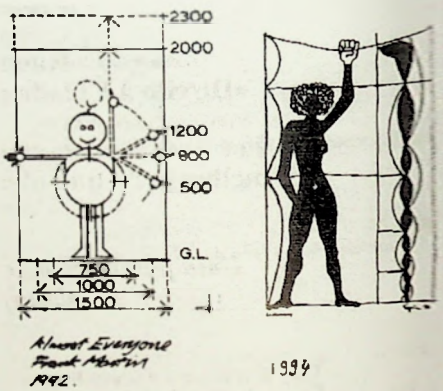
Nos últimos 60 anos as francesas dando continuidade a sua participação marcante na Revolução Francesa, vêm a público discutindo e questionando o mito do amor materno e tirando o véu de que esta preocupação com a criança dos pensadores e legisladores da época era uma questão de humanismo, mas sim de preocupação em aumentar os braços para o trabalho das indústrias para o avanço do mercado de consumo, e, impingiam às mulheres a tarefa de continuar sendo parideiras intermináveis e negando sua participação política como direito. Na década de 70 as francesas da área de planejamento urbano, no caso as geógrafas, desenvolvem um processo de discussão sobre a mulher e as

cidades e lançam o resultado de uma pesquisa sobre as mulheres e culmina com a carta das mulheres à cidade, onde propõem a planificação incorporando as reivindicações das mulheres pelo acesso à cidade. De lá para cá abre-se nas Universidades e no movimento feminista da democratização das cidades e as turcas, argentinas e brasileiras desenvolvem linhas de pesquisa e propostas a serem incluídas nos instrumentos de planejamento das cidades.

Os próximos capítulos nos ateremos a registrar a produção do espaço construído pelas mulheres na área metropolitana da cidade São Paulo, nos últimos 30 anos, com ênfase à cidade de São Paulo, e apoiando-se no movimento social feminista que muito interferiu com suas propostas de políticas públicas sociais e urbanas, ocupando as praças, as ruas e construindo equipamentos sociais produtores de novas representações simbólicas na cidade, assim como recomendações às instituições, do executivo, legislativo e judiciário, assim como para a Universidade.



Carta Européia das Mulheres na Cidade, 1995.



Carta Européia das Mulheres na Cidade, 1995.

5 • As Cidades são como as Mulheres: é preciso amá-las e tratá-las bem para entendê-las

Capítulo 5 As cidades são como as mulheres: É preciso amá-las e tratá-las bem para entendê-las

As mulheres e a cidade de São Paulo

Caracterização de São Paulo e sua relação com os municípios da Área Metropolitana de São Paulo do ponto de vista das mulheres

A cidade de São Paulo tem de ser entendida como uma megalópole que apresenta profundas contradições. A Área Metropolitana de São Paulo (e adotamos aqui o conceito desenvolvido por Flávio Villaça, em substituição ao de Região Metropolitana de São Paulo) tem 8.051 km2 e é composta por 39 municípios, em que vivem cerca de 18 milhões de habitantes, com alto índice de adensamento urbano. Sua ocupação e expansão ocorreram de forma rápida, para algumas e alguns, desplanejada e, para outras/os, planejada.

Em nosso ponto de vista, deve ser entendida como planejada, sim, na medida em que existem normas e regras que foram criadas e são respeitadas. Há quem argumente que, se a ordem não puder ser chamada de Pública, então não existe ordem, só caos. Na organização do espaço em nossa Área Metropolitana, podem ser apontados muitos elementos de ordem, é claro que em detrimento dos interesses da maioria da população, mas que têm plena vigência porque estão de acordo com os interesses econômicos do mercado imobiliário e financeiro. Não podemos nunca esquecer que, enquanto o Estado for instrumento apenas da defesa de interesses cuja satisfação leva à perpetuação de injustiças, dificilmente o planejamento participativo, também objeto de nossa reflexão, terá seu espaço garantido.

A cidade de São Paulo é reconhecida como uma aglomeração de significação internacional, mas não chega a ser ainda uma das cidades globais que articulam as economias internacionais, ao contrário do que preconizam certos ideólogos apressados da modernização cosmética. Conta nossa metrópole, é verdade, com espaços densamente ocupados e equipados, nos quais predomina uma cultura global cujo símbolo é o consumo intensivo de bens e serviços, mas convive com espaços de extrema miséria, mais de 2.000 favelas e loteamentos irregulares, em que mal sobrevivem mais de 400 mil superpobres[1], dos quais a maioria são da cor negra comprovante ser uma sociedade racista e em que as mulheres e negras as mais discriminadas ainda.

Num panorama em que têm acesso ao consumo apenas os que controlam o poder econômico e político, e com a extraordinária velocidade dos processos de urbanização e metropolização, foram criadas cada vez mais deseconomias de aglomeração. Concentra-se aí maciçamente uma população que, em sua maioria, não possui poder aquisitivo, o que tem como conseqüência a ampliação da brecha entre a cidade real e a cidade legal.

O que chamamos de "cidade real" constitui, na prática, um obstáculo para a integração global, porque não será possível manter essa situação de ver-

[1] Cebrap, 2003.

dadeiro apartheid social sem o recrudescimento da violência urbana. Violência, cujo caldo de cultura, formado pela miséria, precariedade das condições de vida, ausência de perspectivas e falta crônica de trabalho, o que é agravado pelo "desemprego tecnológico", originado, por sua vez, pela mesma globalização, que gera os anseios, em grande parte ideológicos, por uma "cidade mundial" e que tem feito a cidade real crescer cada vez mais, ocasionando a degradação humana e ambiental.

Captando aspectos relevantes desse fenômeno, pesquisa recente desenvolvida pela Prefeitura Municipal de São Paulo constata que a cada oito (8) dias nasce uma nova favela em São Paulo. Enquanto a população total da cidade cresceu 60% entre 1973 e 1987, a população favelada cresceu mais de 100%[2]. É essa crise generalizada e a transformação constante da cidade, em direção a rumos muitas vezes não desejados, que forma o pano de fundo diante do qual iniciamos e encerramos este trabalho.

Mas, enfocando a questão por um outro lado, as metrópoles devem ser vistas como centros de crescimento econômico nos quais a acumulação de economias externas fomenta investimentos públicos e privados, e aí o monopólio da terra contribui decididamente para a formação de capital privado por meio do mercado imobiliário. Por isso, ao pensarmos um critério de planejamento urbano que se afasta daquele feito sob a égide do Estado e das empresas capitalistas, estamos tocando num ponto estratégico para o funcionamento do sistema econômico atual como um todo.

Nesse processo, as deseconomias e externalidades[3] negativas aí geradas não apenas se convertem em fatores adversos para o desenvolvimento humano, aumentando o grau de desemprego e o fenômeno da feminização da pobreza, como também se apresentam materialmente como degradação do meio ambiente urbano. É dentro deste quadro, em que o modelo metropolitano tradicional reclama um novo paradigma de organização do espaço, que traçamos os objetivos de nossa pesquisa, e aí procuraremos discutir as localizações no interior do tecido urbano, assim como a constituição e os movimentos do espaço intra-urbano entendido como uma estrutura territorial[4].

Desenvolvemos considerações sobre o espaço intra-urbano e a pouca atenção que tem sido dispensada a seu estudo, tanto pelo viés teórico como pelo empírico, do ponto de vista das relações sociais de gênero, dando ênfase às mulheres. Segundo Villaça, existe pouco interesse no Brasil por desenvolver estudos espaciais de nossas metrópoles, que, quando são realizados, limitam-se, em geral, às cidades (ou municípios) centrais das áreas metropolitanas.

Além disso, cabe destacar a inexistência de estudos sobre os aspectos comuns aos espaços urbanos das diversas metrópoles. Afinal, se todas áreas urbanas que interessam ser estudadas vêm sendo produzidas um mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico – os últimos 150

2 Alva, E. N. *Metrópoles (in)sustentáveis*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997, p. 12.

3 Id., *ibid.*, p. 15.

4 Villaça, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel-Fapesp-Lincoln Institute, 1998, p. 11.

anos –, sob um mesmo modo de produção dominante, mediadas pelas mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver, e há, muito aspectos comuns a seus vários espaços. Observações semelhantes podemos fazer em relação às relações sociais de gênero.

Os estudos realizados concluem, quase sem exceção, com a constatação de que todas as metrópoles têm, de um lado, uma área central mais bem atendida por equipamentos urbanos e onde mora uma minoria que participa da distribuição dos frutos do trabalho social, e de outro, uma enorme periferia, onde mora a maioria excluída dessa participação.

Baseamo-nos nas considerações desenvolvidas por Villaça, que dá amplitude e profundidade a sua análise por meio de uma dupla abordagem, a análise comparativa entre várias metrópoles[5] e a investigação, dentro de um amplo período histórico, da formação dos espaços metropolitanos, de maneira que possam ser captados os aspectos efetivamente estruturais.

E o conceito de estrutura é usado aí pelo prof. Villaça com apoio em Roger Bastide (1971), que chama de estrutura um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma, que a alteração de um elemento ou de uma relação entre eles altera todos os demais elementos e todas as demais relações. As estruturas são dotadas de movimento, e o grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse movimento.

São considerados elementos da estrutura metropolitana o centro principal da metrópole (onde está a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior concentração de comércio e serviços), os subcentros (aglomerações diversificadas de comércio e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais e os mistos, ou melhor, os conjuntos que envolvem bairros residenciais – distribuídos segundo as diferentes classes sociais – e as áreas industriais.

Essa estrutura está imbricada a outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e os de saneamento. Entretanto, consideramos ser a primeira mais importante, pois inclui, incorpora e subjuga as demais, mais do que o contrário, embora, é importante que se diga, ela não possa existir sem aquelas.

Essa estrutura territorial mais importante também está articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a política e a ideológica. Como é sabido, estas, na concepção original de Marx (1977, 24), estão organizadas como "base" e "superestrutura". Para não cairmos numa visão mecanicista, lembramos que a estrutura territorial é socialmente produzida e, ao mesmo tempo, reage sobre o social e interage com o território.

Foi sob a orientação desses conceitos que desenvolvemos nossa pesquisa de campo. E aí uma de nossas atividades principais consistiu em entrevistar mulheres, adotando como critério de seleção três modos de localização espacial:

[5] *Ibid*, p. 12.

a) no Centro principal – em que se encontram o núcleo das jovens da União de Mulheres de São Paulo, as funcionárias do Hospital Menino Jesus, as funcionárias da Câmara Municipal de São Paulo e as da gráfica Paraíso

b) nos subcentros das quatro zonas da cidade de São Paulo,

- a Norte, no Terminal Santana – e no final do Jaçanã o núcleo da União de Mulheres da Jova Rural
- a Sul, no Largo Treze – núcleo da União de Mulheres da favela do Jardim Boa Esperança no Campo Limpo.
- a Leste, no Terminal Tatuapé – as mulheres da Coordenação de Mulheres da Zona Leste, a Associação de Mulheres da Zona Leste, a Casa da Mulher da Cidade Patriarca e o Sindicato dos Metroviários
- e a Oeste, no Butantã e Vila Dalva (UBS - Unidade Básica de Saúde) – as bancárias do Banco Bradesco do Butantã e no Terminal do Largo da Batata.

c) assim como nos espaços de convivência dos que denominamos "Lugares de Mulher".

Nessas entrevistas detectamos traços e transformações comuns a todas as estruturas territoriais analisadas; daí a importância da história territorial e da análise comparativa de várias zonas da cidade. Adotamos também em função disso os questionamentos desenvolvidos por Villaça, para saber, por exemplo, o que há de comum nos modos pelos quais se distribuem territorialmente as classes sociais, além das diferenciações sociais produzidas pela óbvia distinção entre centro e periferia. E, no conjunto dessas interrogações, quisemos sempre saber especificamente como estão e como se localizam as mulheres nessa variada distribuição espacial.

Segundo Villaça[6], a chamada "decadência" – cuja "evidência" aos olhos do conjunto da população tem muito de ideológico, pois é fruto dos esforços empreendidos para desvalorizar certas regiões, para melhor valorizar outras... – do Centro principal é um processo comum a todas as regiões. Com base nessas sugestões, que para nós funcionaram como diretrizes, elencamos algumas determinações para melhor pensar a realidade urbana e social que está diante de nós:

1. Relacionar as transformações da estrutura territorial com as das estruturas sociais (lato sensu), e – o que é bem mais difícil – vice-versa. Em função disso, estudar que papel desempenham as classes sociais na estruturação territorial urbana.

Que peso tem a segregação espacial na dominação política e como ela influi na ideologia urbana? Em que consiste e como se dá essa dominação política através do espaço urbano? Que participação tem o espaço produzido na Bela Vista no fato de que inúmeras entidades de mulheres ali foram se localizando? Esse espaço tem relação com os valores e o estilo de vida de suas/seus moradoras/es? E, por sua vez, qual o significado desses valores e desse estilo de vida para a cidade?

6 *Ibid.*, p. 12.

2. Relacionar entre si as transformações dos diversos elementos das estruturas territoriais urbanas – os vários bairros, o Centro urbano, a estrutura de transportes, etc. – com os de outras estruturas articuladas.

A expressão "estrutura urbana"[7] – e sua correlata – "reestruturação urbana" – têm sido vítimas de muitos abusos. "Estrutura urbana" tem sido freqüentemente utilizada como sinônimo de cidade enquanto elemento físico, de cidade como um todo material, sem considerar a inter-relação entre seus elementos, aliás, sem considerar sequer que elementos são esses.

Constantemente se usa também o termo "reestruturação" para designar qualquer alteração do espaço urbano, sem maiores preocupações com os elementos espaciais daquela estrutura em particular e com as relações existentes entre eles.

O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação. É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos.

E isto se dá até mesmo numa intervenção feita no microespaço de um bairro, quando, por exemplo, se complementa uma rede de água e esgoto numa favela. O projeto vai interferir no cotidiano daquelas famílias, porque se imbrica em outras ações, como a remoção das famílias que estão sobre o córrego, remoção que deve ser feita sem que se alterem as relações sociais estabelecidas, que possibilitam às crianças irem à escola, as mães poderem deixar seus filhos na creche e as pessoas em geral poderem continuar com seus trabalhos.

Mas, ao lado da noção de estrutura, temos de lidar também com a de modelo. E aí Burgess (1968) nos interessa, pois foi um dos teóricos que tentaram descrever as estruturas territoriais urbanas por meio de "modelos". Com isso dava mostras de ambição teórica e pretendia, até mesmo, dar conta dos movimentos da estrutura urbana.

Na apresentação que o prof. Villaça faz do trabalho desse pesquisador, ressalta que ele se baseou nos modelos teóricos de Homer Hoyt, os chamados modelos de "setores". Considera esses modelos mais úteis do que parecem, desde que não sejam superestimados em sua finalidade e seu alcance. Villaça[8], nessa sua obra que muito nos auxiliou, lança mão desse conceito para fazer algumas de suas análises dos processos históricos de constituição das estruturas territoriais metropolitanas.

As metrópoles modernas, ao serem estudadas, evidenciam nos processos de conurbação as direções preferenciais de crescimento da urbanização. E aí as condições de transporte aparecem como fator decisivo na estruturação do espaço urbano. É o fenômeno que está na origem do modo pelo qual se segregam as nossas burguesias urbanas. Esses processos destacam-se como os mais indicativos das estruturas territoriais metropolitanas da Grande São Paulo.

7 *Ibid.*, p. 13.

8 *Ibid.*, p. 14.

Para fazermos uma comparação, como as áreas industriais compõem-se de elementos cujas localizações são determinadas por forças externas aos espaços metropolitanos, a segregação espacial das camadas de alta renda surge como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas metrópoles.

É o que mostra de que modo, paralelamente ao lançamento e constituição destes bairros "nobres" ou condomínios fechados, surgem as aglomerações subnormais, como as favelas, tal como se dá, por exemplo, no caso do Morumbi e da Favela Paraisópolis.

Tanto as relações sociais de gênero, com destaque entre elas para as que tenham a participação das mulheres, como a questão intra-urbana são temas distintos e pouco abordados, e este trabalho, portanto, ao tentar dar conta, nos limites de suas possibilidades, de suprir essas lacunas, está marcado pela heterogeneidade, não só quanto aos temas propostos como no que diz respeito às análises. Na verdade, pautamo-nos mais por procurar dar início a uma reflexão que possa gerar futuros aprofundamentos.

Assim, procuramos produzir pequenos ensaios reflexivos, com conclusões ainda bastante superficiais, como uma forma a nosso alcance de enfrentar essa tarefa, cujas dimensões poderiam assustar outros pesquisadores que não tenham passado pela nossa experiência. Esses ensaios permitem apresentar estudos preliminares da pesquisa de campo abordando o modo pelo qual as mulheres percebem a cidade de São Paulo, os problemas e dificuldades que elas enfrentam e as mudanças sugeridas por elas.

Escolhemos o critério de utilizar, como categorias diferenciadoras de análise, as camadas de alta renda, de baixa renda e populares. Consideramos a ideologia dominante como a que caracteriza as classes de alta renda, e entendemos as chamadas "elites" sempre de um ponto de vista sócio-econômico.

No entanto, conforme se avança no estudo, verifica-se que, se há diferenças entre classes de renda e classes sociais, essas são bem menores quando se consideram as regiões da cidade por elas ocupadas – que, aliás, nunca são totalmente homogêneas.

E fenômeno análogo se observa quando se tem em mira as relações sociais de gênero. As diferenças de classe não aparecem de modo tão marcante entre o público-alvo da pesquisa.

As perguntas dos questionários sendo feitas nas ruas, as mulheres a quem elas se dirigiram foram aquelas que utilizam geralmente esse espaço: as das classes de baixa renda e as das camadas populares, em sua maioria. Já as mulheres de classe média que responderam aos questionários eram mais organizadas e tinham antes se dirigido às entidades feministas. Estas eram sobretudo funcionárias públicas, especialmente médicas.

Fotos do arquivo da União de Mulheres de São Paulo - III Encontro da Mulher Metroviária.

Fotos do arquivo da União de Mulheres de São Paulo - III Encontro da Mulher Metroviária.

Quanto às mulheres que se identificaram como moradoras de favela, estas responderam à pesquisa na própria favela. Mas, entre as que deram suas respostas na rua, ninguém declarava se morava ou não na favela, provavelmente devido ao preconceito que cerca as/os faveladas/os.

Quantificamos e medimos os dados obtidos utilizando como critérios de distribuição dessas informações os indicadores de faixas de renda, qualidade das habitações e da infra-estrutura instalada, dando especial atenção nesse quesito ao saneamento básico e à iluminação pública. O importante é que na definição espacial fossem enquadradas as classes dominantes, pois estas comandam a estruturação do espaço.

Tendo isso em vista, é válido admitir que as espacialidades das classes ou camadas sociais não variam significativamente segundo os vários conceitos. O prof. Villaça afirma que, para Short (1976, p. 77), "o aspecto mais consistente que emana das ecologias fatoriais da cidade tem sido a identificação de padrões de segregação com base no status social". Mas nossa análise vai além, e constata que a segregação por sexo se dá em todas as camadas sociais, mesmo diferenciando-se de acordo com cada classe observada.

Não é difícil demonstrar-se que, em última instância, a discriminação não se diferencia, ela se dá simplesmente porque a mulher é mulher. Embora com distinções de grau, da mesma forma que entre operárias, no interior das profissões liberais ocorrem segregações, como, por exemplo, na medicina e no direito. É notório que poucas são as mulheres no Brasil que ascendem à direção de hospitais, a postos de comando quando se trata de direito administrativo e do Poder Judiciário.

As mulheres falam sobre a cidade de São Paulo

Este trabalho poderia ter por título "Por que ouvir as mulheres?", pois aqui focalizamos as falas de quase 300 mulheres, e, ao fazê-lo, constituímos um foro em que são apresentadas as opiniões delas, com um resumo feito por gráficos, em que avaliam a cidade de São Paulo. Essas falas foram colhidas por meio de um questionário, que as levou a pensar a cidade de seu ponto de vista, comparativamente aos homens. Elas puderam também fazer desenhos sobre parques e praças – dando conta de como se sentem quando estão nelas e como gostariam que esses espaços fossem –, que aqui expomos para analisarmos seu imaginário em relação a esses equipamentos.

Mas a idéia de ouvir as mulheres na discussão das metodologias de planejamento urbano, como afirmamos anteriormente, surgiu ao participarmos, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1988-92), da Coordenadoria Especial da Mulher, em que foi criada uma Comissão de Mulher e Espaço Urbano, iniciando-se uma experiência que visava propor à Prefeitura de São Paulo a formu-

lação de políticas urbanas de forma que se pudessem incorporar pontos de vista de gênero, tendo por objetivo interferir na elaboração do Plano Diretor, que foi finalizado e aprovado neste ano de 2003. Vide capítulo VI.

Na Secretaria Municipal de Planejamento, também, havia uma decisão de mobilizar os técnicos[9] de toda a máquina para a construção de um plano que realmente representasse os interesses e acordos já existentes entre os segmentos sociais. Com a população organizada, seria possível um pacto social de todas as forças no sentido de reorganizar a cidade. Mas não foi bem assim que as coisas se deram.

A Coordenadoria Especial da Mulher, órgão da Prefeitura ligado à Secretaria Municipal de Governo, porém, não foi convidada a participar desse processo. Nem as entidades de mulheres e feministas. Mas, recusando o conformismo, tomamos a iniciativa de procurar espaço para a interferência nessas discussões.

Ao mesmo tempo, havia a necessidade de discussões no interior do próprio movimento feminista, que era a retaguarda da Coordenadoria e que não teve pernas para acompanhar todas as discussões. As divergências e desentendimentos dentro da Coordenadoria, por outras questões, tornaram inviável a continuidade dessa experiência, cujo fracasso serviu de estímulo para que fôssemos novamente buscar na Universidade o terreno para desenvolver mais profundamente essa reflexão.

E, diante disso, a primeira idéia foi: vamos ouvir as mulheres! Organizadas e não organizadas. Para isso, elaboramos um primeiro questionário com questões abertas, que veio contribuir para que ampliássemos nosso horizonte, aproveitando as perguntas formuladas pelas próprias entrevistadas.

Quando estávamos em meio à pesquisa de campo, aproveitando a valiosa contribuição das companheiras da UMSP, principalmente nas primeiras 100 entrevistas, reencontramos nos arquivos dessa entidade dados referentes a uma outra pesquisa sobre a cidade de São Paulo de que tínhamos participado ativamente num momento histórico diverso.

Em 1985 a UMSP havia aplicado uma pesquisa com mulheres sobre o que elas queriam para a cidade de São Paulo, em preparação às primeiras eleições diretas para a Prefeitura, que se deu naquele ano. Era composto de 10 perguntas, e foram entrevistadas 260 mulheres.

Graças ao encontro não previsto desses novos dados, abriu-se a possibilidade de incorporar em nossos horizontes mais parâmetros, decorrentes da comparação dos enfoques presentes nos dois questionários, frutos de duas configurações históricas distintas.

Nossa preocupação na época era colher a opinião das mulheres, registrando o que elas esperavam em relação ao transporte, seu acesso a serviços de

9 Aqui não utilizo a expressão, mais precisa e mais correta, "as(os) técnicas(os)" porque na época a Secretaria Municipal de Planejamento não tinha essa preocupação. Atualmente já se percebe por lá uma diferença de sensibilidade.

saúde e a educação. E elas puderam também manifestar se gostaram de participar das discussões.

Mas tornou-se visível naquele momento que elas não revelaram a preocupação de pensar a cidade do ponto de vista de seu interesse próprio. Tanto é que nas respostas sobre a educação e saúde elas falaram mais dos filhos, fica claro que a necessidade dos filhos passa a ser a delas. Quanto ao transporte, reclamaram simplesmente da falta deste.

Mas nossa preocupação nesta pesquisa é dar prosseguimento a essa reflexão, tendo como objetivo que a mulher possa pensar nesses serviços urbanos, voltados para seu interesse específico, que a melhoria deles possa fazer parte de suas aspirações, que se tenha condições de colher a compreensão que ela própria atingiu sobre a cidade e as proposições que ela por si só formularia visando entender melhor como se inserem no contexto da vida urbana.

Assim sendo, fizemos de nosso trabalho um espaço em que as mulheres, usando as suas vozes, falam sobre a cidade de São Paulo.

Quem são elas

Foram entrevistadas 300 mulheres, de cujos depoimentos 282 foram aproveitados.

Bloco I – Perfil

Distribuição espacial das mulheres entrevistadas segundo seu domicílio.
Mapa da área metropolitana e do município de São Paulo

Essas são as zonas em que as mulheres moram ou nas quais estavam no momento, seja porque ali trabalham ou porque estavam utilizando algum serviço desse local. Da Zona Sudoeste, uma entrevistada trabalhava em São Paulo, mas era moradora de Osasco. No Centro duas trabalhavam ali mesmo, no próprio Centro, mas moravam em Diadema, na Zona Sul. Uma outra morava em Diadema, e usava serviços de saúde em Santo Amaro, demonstrando que as mulheres também desenvolvem suas atividades num espaço amplamente distribuído na Área Metropolitana de São Paulo.

Lugares de Mulher

Espacialização dos lugares de mulher na área metropolitana de São Paulo

Mapa
Área Metropolitana de São Paulo

Quase metade das mulheres entrevistadas estava na faixa de 21 a 40 anos, a quarta parte delas, entre 41 e 50 anos, a sexta parte, entre 14 e 20 anos e a oitava parte, entre 51 a 71 anos.

Estado civil

Desse total, 107 mulheres estavam casadas, amasiadas ou se assumiam fazendo parte de uma união estável, 110 eram solteiras e 31, divorciadas, desquitadas ou viúvas.

Filhos

Em relação aos filhos, 41% delas tinham na época entre 0 e 2 filhos, 19% tinham entre 3 e 5 filhos, ainda 10% tinham 3 filhos e apenas 3%, mais de 5 filhos, havendo duas mulheres com 10 filhos.

Cor

Das que responderam, 47,5% disseram ser brancas, 1,5%, amarelas, 44% disseram ser negras, pardas, cafuzas, morenas e morenas-claras, e apenas 15% afirmaram ser negras.

Casamento

Quantas vezes casaram?

Até o segundo semestre de 1995, 46% casaram uma única vez, 9%, duas vezes, 33% nunca casaram, e apenas uma mulher diz ter casado três vezes.

Trabalho

Quando começaram a trabalhar?

O fato de a maioria das mulheres ser de origem popular explica por que a maioria delas iniciou a vida no mundo do trabalho muito cedo: 63,5% dos 7 anos de idade aos 20 anos. Só 18% o fizeram entre 20 e 35 anos, 4%, de 35 a 50 anos e 3,5%, depois dos 50 anos.

Quanto à renda mensal, para 87 mulheres, ela vai de zero a três salários mínimos, para 41 (14,5%), vai de três a cinco salários mínimos. Mais de cinco salários mínimos é o que recebem 180 mulheres (28%), e apenas seis (2%), mais de dez salários mínimos. E, no grupo inicial das 87 mulheres, 26 delas (9%) percebem até um salário mínimo.

Apreende-se com estes dados que 45%, quase a metade, das entrevistadas são das classes mais baixas, e um dado importante é que 24% das mulheres não quiseram responder à pergunta relativa a esse assunto.

Quanto à proximidade ou distância do trabalho em relação à moradia, apenas 113 mulheres revelaram dados a esse respeito. Para 54 (19%) delas, o tra-

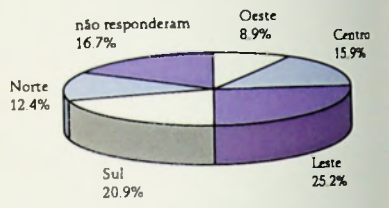


Gráfico 1. Distribuição espacial das mulheres entrevistadas segundo seu domicílio.

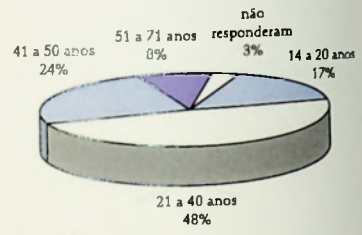


Gráfico 2. Faixa etária

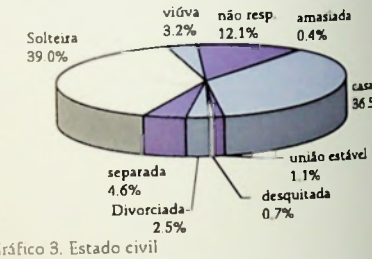


Gráfico 3. Estado civil

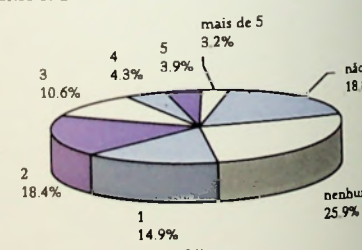


Gráfico 4. Quantidade de filhos

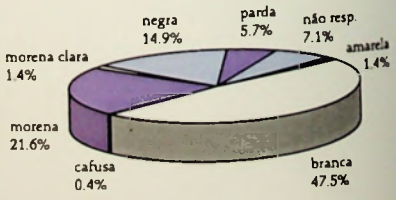


Gráfico 5. Cor

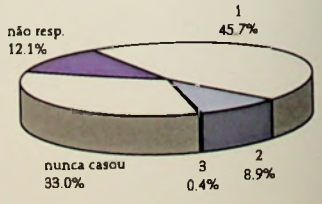


Gráfico 6. Número de casamentos

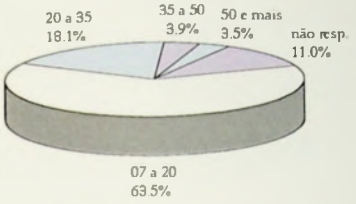


Gráfico 7. Idade em que começou a trabalhar

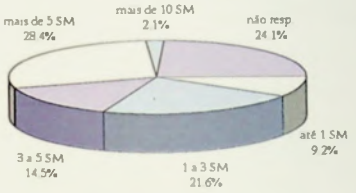


Gráfico 8. Renda mensal

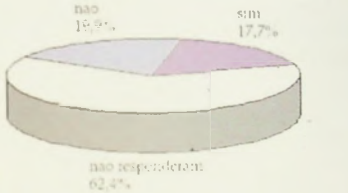


Gráfico 9. Trabalham perto da moradia

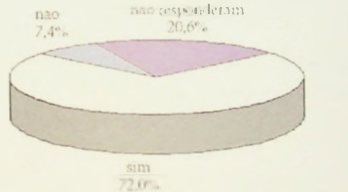


Gráfico 10. Têm carteira profissional

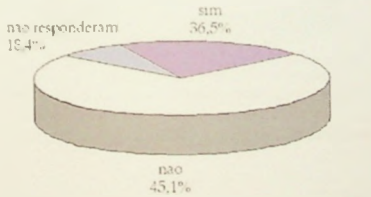


Gráfico 11. São registradas

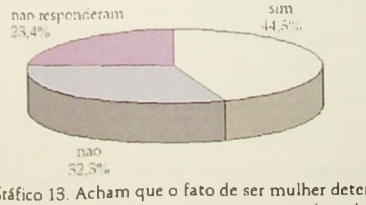


Gráfico 13. Acham que o fato de ser mulher determina a região de trabalho

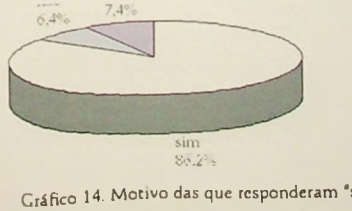


Gráfico 14. Motivo das que responderam "sim"

balho se dá longe da moradia, e para 48 (17%) ele está próximo de casa. Já 125 alegam que, para elas, o fato de ser mulher determina a região onde encontram trabalho, e 96 mulheres dizem que o motivo disso é a dupla jornada de trabalho, terem de dar conta da família e o marido.

No entanto, mesmo achando que o fato de serem mulheres é que determina a necessidade de trabalharem perto de casa, metade das mulheres trabalham longe da moradia e afirmam que não tiveram escolha, pois necessitavam do emprego.

Em relação à carteira profissional, 203 mulheres (72%) dispõem dela, mas apenas 101 (36%) delas estão registradas. Queremos, porém, destacar em relação a isso que 52 (18%) são funcionárias públicas, e, para elas, a carteira profissional não costuma ser assinada, 15 (5%) são autônomas, e uma (1) possui bolsa de estudo, não podendo, portanto, receber salários. Desse total quatro (4) são diaristas, 12 afirmaram que o empregador recusa-se a assinar a carteira, apenas uma (1) não acha importante o registro, e três 3) estavam desempregadas.

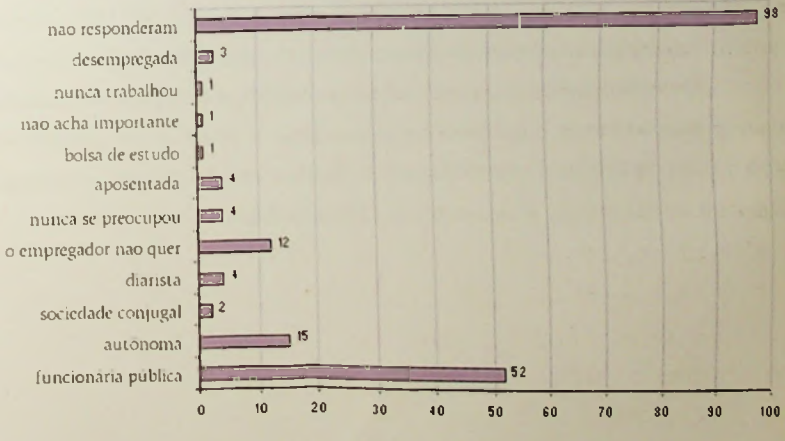


Gráfico 12. Motivos pelos quais não são registradas

Escolarização e estudo

Uma parcela relativamente grande, de 86%, ou seja, 213 mulheres freqüentaram a escola, e somente 6% delas não (18). Sendo seis (6) analfabetas, e 17 (6%) apenas alfabetizadas. Destas (veja gráfico), 111 concluíram um ciclo. Entre elas, 38 mulheres concluíram o 1° Grau, 25, o 2° Grau e 58, o 3°. Uma grupo de 79 mulheres deixaram seus ciclos incompletos e 58 deixaram o 1° Grau, 19, o 2° Grau e 12, o 3° Grau. Apenas três mulheres cursaram o curso técnico, de nível médio. Seis (6) declararam ter cursado a pós-graduação, e duas (2) estão cursando mestrado e doutorado.

A maioria das mulheres, 62% delas (ou seja, 175 mulheres), declara que gostaria de estar estudando, e 23% (ou seja, 66 mulheres) não manifestaram esse anseio. Esta resposta vem demonstrar que as mulheres, em geral, desejam recuperar o tempo em que não tinham oportunidade de estudo.

Quanto aos motivos alegados por elas para desejarem estudar, 74 mulheres disseram querer aumentar sua cultura, 47, porque gostariam de se especializar e 43, porque seria bom atualizarem-se. Entre as 64 mulheres que responderam não querer estudar, para 45 delas o motivo é se acharem velhas e, para 19, é estarem cansadas.

Sobre o conhecimento de outra língua, a língua inglesa é mais conhecida: 77 mulheres afirmam conhecê-la. E a segunda é a língua espanhola: 28 mulheres a conhecem. Mas, significativamente, 160 mulheres, ou seja, 57%, não responderam à questão referente a esse tópico.

Em relação à computação, 70 mulheres, ou seja, 25%, declararam conhecer, 103 (36,5%) disseram que não sabem a respeito, e 53 mulheres confessaram-se mais ou menos informadas sobre isso. Pode-se concluir que, de fato, é baixo o índice de mulheres que conhecem as técnicas de computação, e muitas afirmaram ter dificuldades para incorporar esta tecnologia.

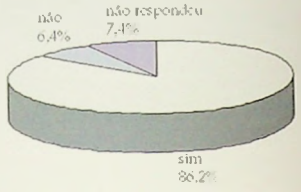


Gráfico 15. Estudaram

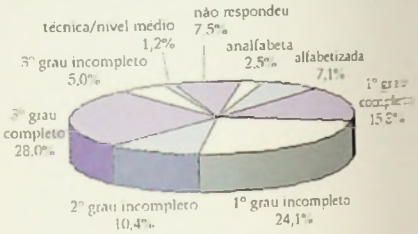


Gráfico 16. Nível de escolaridade

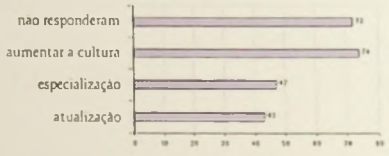


Gráfico 18. Motivos das que desejam estudar

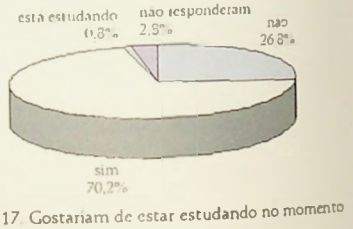


Gráfico 17. Gostariam de estar estudando no momento

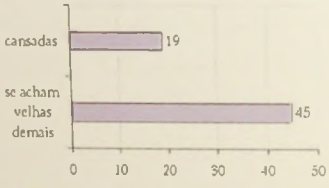


Gráfico 19. Motivos das que não gostariam de estar estudando

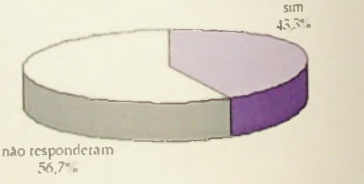


Gráfico 20a. Conhecem outra língua

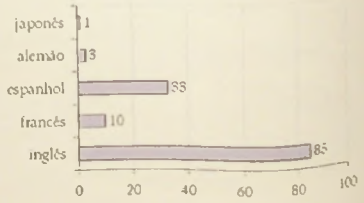


Gráfico 20b. Línguas que conhecem

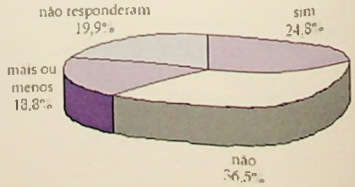


Gráfico 21. Conhecem computação

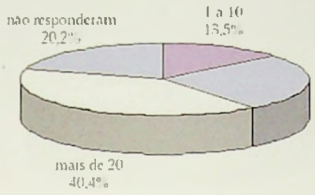


Gráfico 22. Tempo de residência na cidade de São Paulo (em anos)

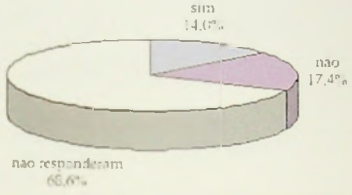


Gráfico 23. Moraram sempre no mesmo bairro

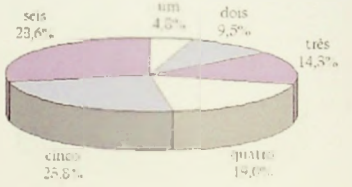


Gráfico 24. Número de bairros em que moraram

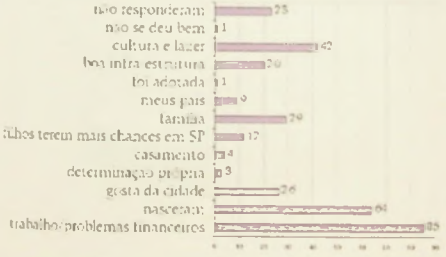


Gráfico 25. Motivos pelos quais decidiram morar em São Paulo

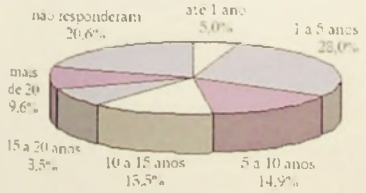


Gráfico 26. Tempo de moradia no endereço atual (em anos - ref. 1996)

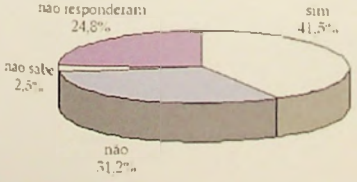


Gráfico 27. Pretendem mudar do local onde moram

Bloco II – Caracterização do motivo

Por que morar na cidade de São Paulo? E no bairro atual? Há quanto tempo mora nele? E, se pretende mudar-se, por quê?

Ficamos sabendo que 114 mulheres moram há mais de 20 anos na cidade de São Paulo, 73, entre 11 e 20 anos, 38 mulheres, entre hum (1) e 10 anos. Do total, 14,5% (41 mulheres) moraram sempre no mesmo bairro, e 18,0% (51 mulheres) não. A mudança de bairro é representada por um índice muito baixo: só dez (10) delas declararam ter morado em dois (2) bairros, quatro (4), em três (3) bairros, e quatro (4), em quatro (4) bairros.

Quanto à pergunta sobre por que elas decidiram morar em São Paulo, ela teve a intenção de avaliar se as mulheres decidem onde moram e por qual motivo. Esta foi uma questão aberta, em que 163 respostas revelaram que a sua vinda para São Paulo deu-se por motivos externos, sendo 85 as que afirmaram ter sido para trabalhar e para resolver problemas financeiros. Para quatro (4), o motivo foi o casamento, para doze (12), o motivo foi que assim os filhos teriam mais chances. Em 38 casos, foi a família que decidiu, sendo, em nove (9) deles, os pais os autores da decisão.

Por outro lado, 64 mulheres nasceram aqui, 26 delas gostam da cidade, três tomaram decisão própria, 20 ressaltaram que acham boa a infra-estrutura da cidade, e 42 respostas salientaram a cultura e o lazer da cidade como um motivo para permanecerem aqui.

Elas não mudam muito de bairro, mas mudam de endereço. Apenas 27 mulheres estão há mais de 20 anos no mesmo endereço, 62 delas estão entre 10 e 20 anos no mesmo endereço, 121 entre um e dez anos, e apenas 14 estão há somente um ano.

Quanto ao desejo de mudarem, 117 mulheres responderam que sim, e 88 mulheres disseram que não. É curioso sete mulheres terem respondido que não sabem. Isso significa que 42% delas não estão satisfeitas onde moram. Os motivos alegados são que o bairro é longe do trabalho ou ali falta infra-estrutura de lazer. Gostariam de morar em bairros mais centralizados, com maior infra-estrutura.

Bloco III – Caracterização das condições

Como é vista a habitabilidade, a qualidade das moradias, da infra-estrutura e dos serviços

Quanto à quantidade de pessoas por domicílio, 72 unidades habitacionais abrigam de uma (1) a três (3) pessoas, sendo 12 unidades com uma só pessoa morando, 39, duas pessoas, 29, três pessoas. Mais de 67 unidades habitacionais abrigam quatro (4) pessoas e outras 67, cinco (5) pessoas. Vinte (20) abrigam seis (6) pessoas, oito (8) unidades habitacionais, sete (7) pessoas, sete (7) casas, oito (8) pessoas, três (3) têm nove (9) pessoas e uma (1) unidade habitacional, onze (11) pessoas.

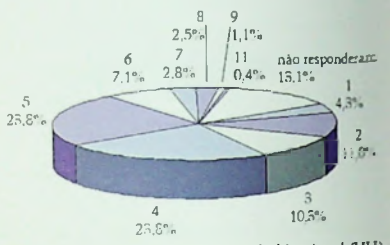


Gráfico 28. Habitantes por unidade habitacional (UH)

Mais de 65% não contam com o trabalho de uma empregada doméstica, o que coincide com o perfil de renda que encontramos. Apenas 19,5% revelaram ter dentro de casa o auxílio de uma empregada doméstica.

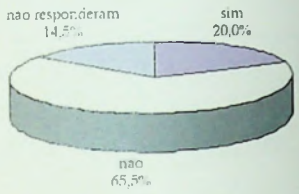


Gráfico 29. Têm empregada doméstica

Em relação à renda dos moradores, 81 mulheres disseram receber de um (1) a três (3) salários mínimos, 53 responderam que recebem de três (3) a cinco (5) salários mínimos, 69 mulheres, mais de cinco (5) salários mínimos e 42 delas, mais de 10 salários mínimos.

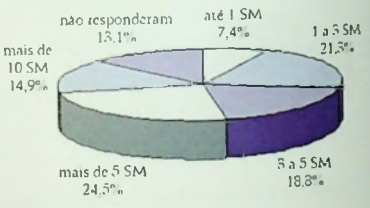


Gráfico 30. Renda dos moradores

Depreendemos, da comparação com a renda salarial das mulheres, que apenas seis (6) mulheres sozinhas ganham mais de dez (10) salários mínimos, provavelmente as que são pós-graduandas ou fizeram o 3° Grau completo. E a renda familiar de 42 famílias, ou seja, sete (7) vezes mais as seis (6) mulheres sozinhas, é de mais de dez (10) salários mínimos.

A questão fundiária e de propriedade

Quanto à propriedade do terreno em que está sua moradia, 108 mulheres responderam ser próprio, 30 afirmam pagar aluguel, para 34 o terreno foi cedido e para 43 delas eles foi ocupado.

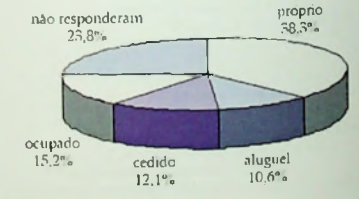


Gráfico 31. Terreno

Habitação

Quanto à habitação que elas ocupam, 141 são casas, 78, apartamentos, e há 27 sobrados. Sendo 95 as moradias que foram construídas com a mão-de-obra contratada, 12 habitações pelo sistema de mutirão e 28 habitações por auto-construção.

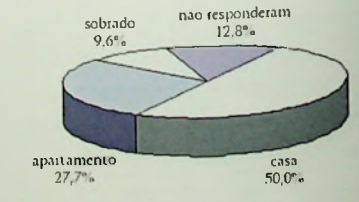


Gráfico 32. Tipologia da habitação

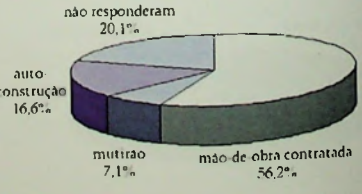


Gráfico 33. Método de construção

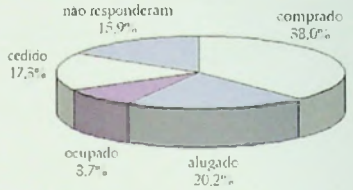


Gráfico 34. Forma de aquisição

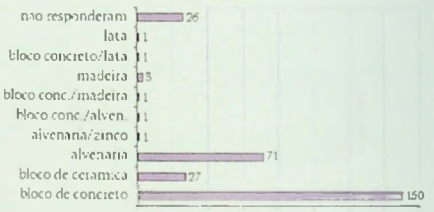


Gráfico 35. Material utilizado

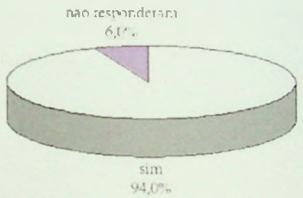


Gráfico 36. Existência do banheiro

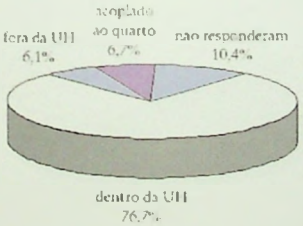


Gráfico 37. Localização do banheiro

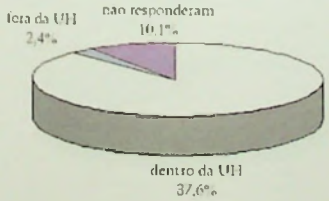


Gráfico 38. Localização da cozinha

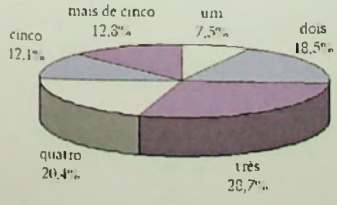


Gráfico 39. Quantidade de cômodos

A forma de aquisição de 79 habitações foi a compra, 42 habitações são alugadas, 18 das habitações foram ocupadas e 36, cedidas. Uma parcela de 53% delas, ou seja, mais da metade, é de blocos de concreto, 71 unidades habitacionais foram feitas de alvenaria, representando 25% do total, e 27 unidades, de bloco de cerâmica, ou 9,5%. Apenas três foram construídas com madeira, e um de lata.

Quanto ao saneamento básico, 93% das residências têm instalações sanitárias mínimas, isto é, o banheiro, e 44,5% afirmaram que este está localizado dentro da residência. Dez (10) disseram que o banheiro está fora da unidade habitacional, localizada em favela e em cortiço. Banheiros acoplados ao quarto foram relatados em apenas 11 casos.

Em relação à cozinha, apenas 152 mulheres responderam à pergunta abordando esse item, e 148 delas afirmaram que sua cozinha está localizada dentro da unidade habitacional, e quatro revelaram que sua cozinha está localizada fora da unidade habitacional.

No que diz respeito à quantidade de cômodos por unidade habitacional, sem considerarmos o banheiro, apenas 34 domicílios têm mais de cinco cômodos; 54, quatro cômodos; 75, cômodos; 49, cômodos e 20, apenas um cômodo. E apenas 34 moradias têm cinco cômodos, se não considerarmos a cozinha e a sala, cada quarto tem, pelo menos, duas pessoas. Podemos concluir que, do total, em 134 domicílios vivem entre quatro e cinco pessoas, e poucas são as que vivem em condições de conforto.

Infra-estrutura

De maneira geral é razoável a situação das entrevistadas com relação a esse item. Quanto à água e esgoto, por exemplo, de acordo com as declarações recolhidas, 91% das moradias têm rede de água instalada, mas, principalmente quando sua residência está situada na periferia, 63% das entrevistadas reclamam da falta de água. Nos bairros mais pobres, a água chega a faltar três vezes por semana. Consideramos que o índice de 63% para a falta de água é muito alto, o que revela um grande problema vivido pelas mulheres e, conseqüentemente, pela a população em geral.

O esgoto não cobre toda a demanda, e a rede chega a somente 86% das moradias. Até detectamos uma sem esgoto, embora situada em bairro servido por rede. Quanto ao funcionamento, 54% das mulheres afirmam que funciona, e apenas 2,5% dizem que vive entupido. Em relação à manutenção do esgoto, 30% afirmam saber que ela é feita, e 17% declaram não saber se isso ocorre de fato.

Quanto o conhecimento sobre que órgão realiza essa manutenção, apenas 26% das mulheres sabem que é a Sabesp. E 103 delas não responderam a essa pergunta. Neste ponto, demonstram grande desconhecimento, o que revela a distância do Estado em relação à comunidade que deveria servir.

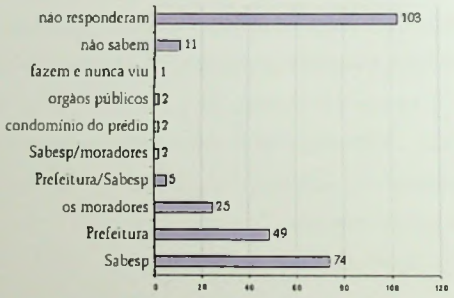


Gráfico 45. Quem faz a manutenção do esgoto

Quanto ao asfalto, 66% das entrevistadas declararam haver pavimentação desse tipo em seu bairro. Na verdade, apenas 7%, ou seja, 19 unidades habitacionais não são beneficiadas por asfalto, 19% destes o asfalto está nas imediações.

Quanto ao lixo, a coleta é revelada como existente em 88% das respostas das mulheres. Esta tem sido a realidade da cidade de São Paulo, embora nos últimos tempos esta cobertura venha aumentando, principalmente na periferia já chega a 95%.

Em relação ao manejo do lixo no âmbito doméstico, na casa quem recolhe o lixo, de acordo com 154 respostas, são as mulheres, e, em 81 unidades habitacionais, a própria entrevistada. As restantes que se encarregam da tarefa, por ordem decrescente: a mãe (provavelmente das entrevistadas solteiras e jovens), a empregada, a faxineira, as filhas. Entre as 55 pessoas do sexo masculino que foram citadas como manejadoras do lixo no âmbito doméstico, também por ordem decrescente, em apenas 15 respostas aparece o marido, em três (3), o

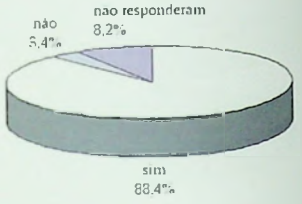


Gráfico 40. Existência da rede de abastecimento de água

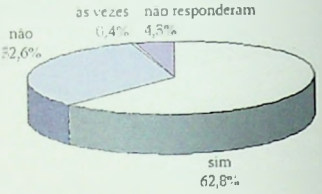


Gráfico 41. Falta Água?

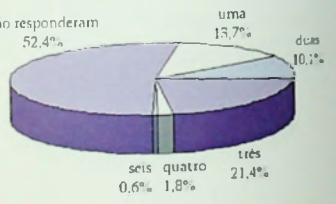


Gráfico 42. Número de vezes por semana que falta água

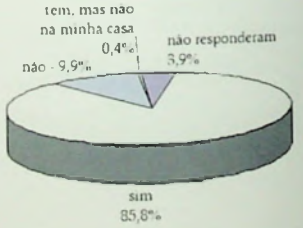


Gráfico 43. Existência de rede de esgoto no bairro

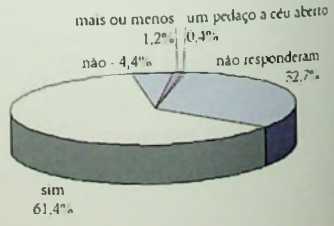


Gráfico 44. Funcionamento do esgoto

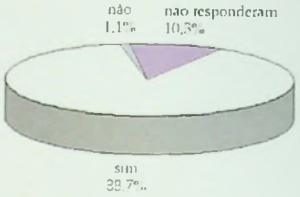


Gráfico 46. Existência da coleta de lixo

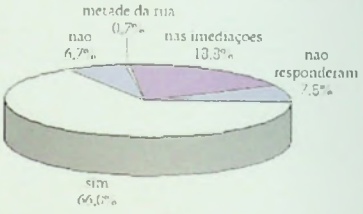


Gráfico 49. Se a rua onde moram é asfaltada

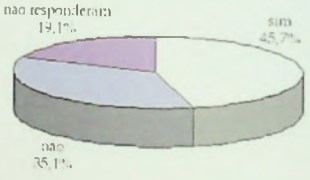


Gráfico 50. Existência de terreno baldio nas redondezas da casa

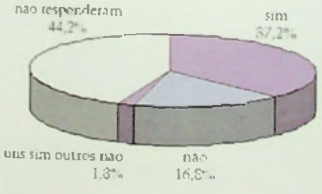


Gráfico 51. Se os terrenos baldios são murados

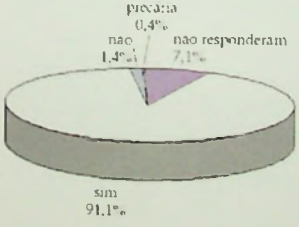


Gráfico 53. Existência de iluminação pública

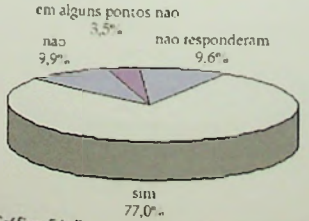


Gráfico 54. Funcionamento da iluminação pública

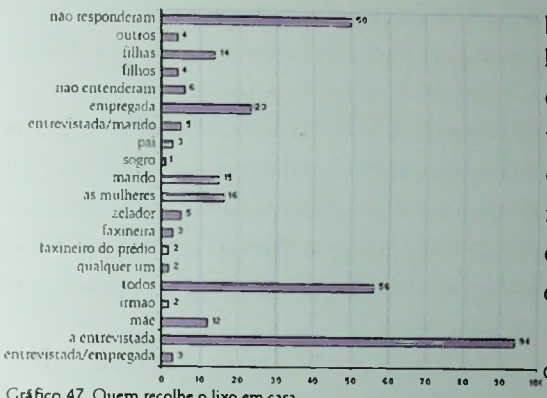


Gráfico 47. Quem recolhe o lixo em casa

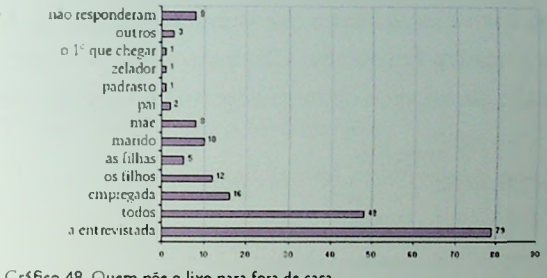


Gráfico 48. Quem põe o lixo para fora de casa

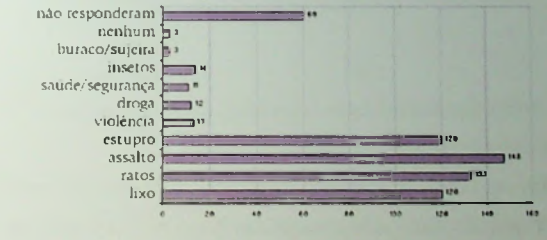


Gráfico 52. Problemas com os terrenos baldios

pai, em quatro (4), os filhos (só como comparação: as filhas aparecem 14 vezes). Outros homens citados são o faxineiro e o zelador do prédio. E 50 das entrevistadas não responderam a essa questão.

Mas não resta dúvida de que as mulheres são quem mais lida com o lixo.

Quanto a colocar o lixo para fora da casa, 108 respostas apontam que são as mulheres que fazem este trabalho, e destas em 79 dos casos é a própria entrevistada que o faz; em 16 casos é a empregada; em oito (8), a mãe; em cinco (5), as filhas. Quanto aos homens, em 26 respostas eles o fazem; e, destes casos, em 10 respostas é o marido que se responsabiliza pela tarefa; em 12, os filhos; em dois, o pai; em um o padrasto; e em o zelador. E 48 disseram ser todos da casa, e oito não responderam.

Quanto ao entorno da casa, nas imediações de 129 moradias consideradas existem terrenos baldios. Isto equivale a 46% dos casos; destes, 36% não estão murados. Foram levantados as seguintes possibilidades de problemas, em ordem decrescente: 148 opiniões levantam a probabilidade de assaltos; 133, o perigo de ratos; 120, a ameaça concreta de estupros; 120, o problema do lixo, além de violência, insetos, consumo de drogas, ameaças à saúde e à segurança.

Nessas respostas fica evidente que, entre todos os problemas levantados que ameaçam toda a população, aparece a especificidade da situação da mulher, pois o perigo que mais a atinge em potencial, o estupro, está em terceiro lugar, com 120 respostas.

Quanto à iluminação, 91% das respostas afirmaram que são beneficiadas com este item da infra-estrutura, mas quatro afirmaram que não têm iluminação pública em sua rua, e uma diz que é atendida, mas precariamente.

Em relação ao funcionamento, 77% das entrevistadas responderam que funciona, e 28% disseram que não. Declararam que esse serviço interfere na locomoção das pessoas, em 134 respostas, e 109 afirmam não interferir. Das que responderam que interfere, 41 respostas confessam medo de andar no escuro, 33 respostas relacionando a falta de luz com a violência, e dizendo não saírem de casa quando não existe iluminação pública.

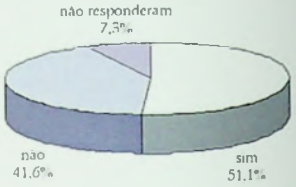


Gráfico 55. Se a iluminação das ruas interfere na locomoção

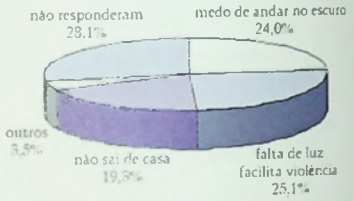


Gráfico 56. Motivo pelo qual a iluminação interfere na locomoção

Controle social dos serviços públicos e privados

Em relação a recorrerem a algum serviço para reclamar a falta deste, 203 entrevistadas revelaram que são as mulheres que fazem as reclamações, e apenas 20 responderam ser o homem. Perguntadas sobre por que isso acontece, muitas disseram que os homens são folgados, não se preocupam com a qualidade de vida e esperam tudo das mulheres. Elas costumam recorrer à Subprefeitura, às concessionárias de luz, Sabesp, Procon, Telesp (Telefônica), aos serviços de saúde, às delegacias de polícia e à vigilância sanitária. A maioria avalia que até são bem atendidas, mas o problema não é resolvido; e apenas 15% disseram ser mal atendidas.

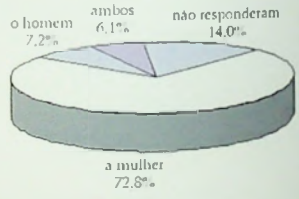


Gráfico 57. Quem reclama quando falta algum serviço

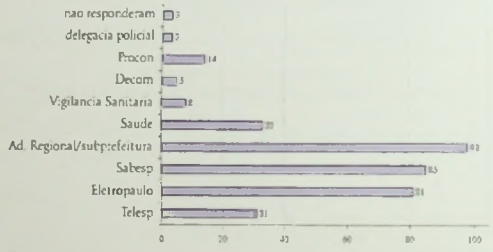


Gráfico 58. Onde reclamam

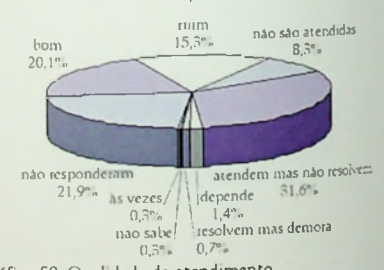


Gráfico 59. Qualidade do atendimento

O serviço bancário recebeu 111 respostas dando conta de que seus serviços são regulares; 51, de que são ruins; e 51, de que são bons; e 11 declararam serem péssimos.

Propõem acabar com as filas, em primeiro lugar, deixando as filas só para boy/girl e motoqueiros. Dizem que o tratamento tem de melhorar, falta lugar para sentar, os serviços só favorecem a quem tem dinheiro (e não pode ser pouco), que seria importante existir um esta-

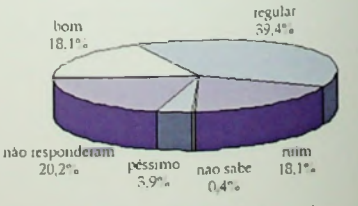


Gráfico 60. Qualidade do atendimento nos bancos

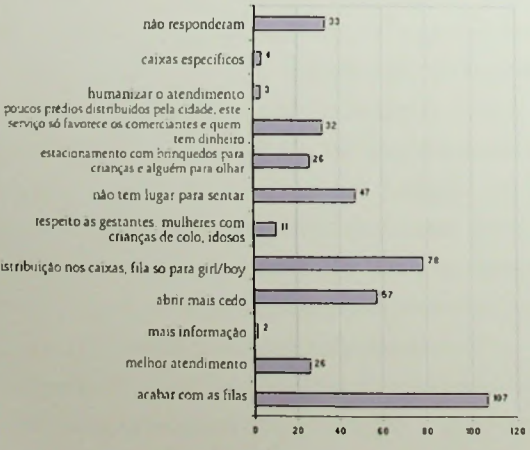


Gráfico 61. Propostas de mudanças para os bancos

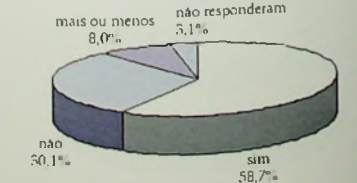


Gráfico 62. Utilizam a informatização dos bancos

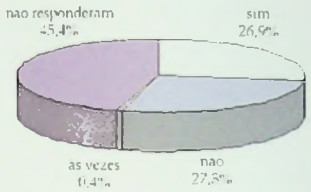


Gráfico 64. Utilizam o banco 24 horas

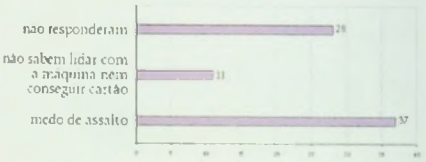


Gráfico 65. Motivos das que não utilizam o banco 24 horas

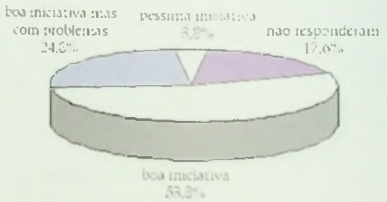


Gráfico 66. Avaliação da iniciativa de informatização dos bancos

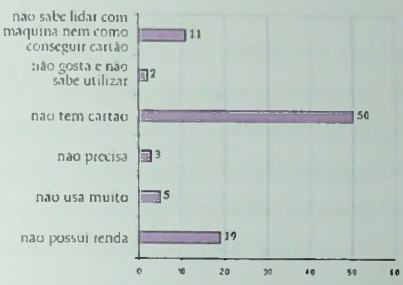


Gráfico 63. Motivos de não utilizarem a informatização dos bancos

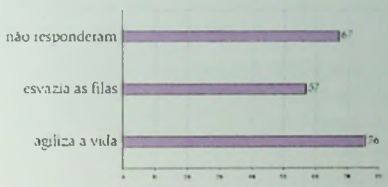


Gráfico 67. Motivos das respostas afirmativas

cionamento com brinquedos para crianças e alguém para olhá-las, como acontece em alguns shoppings. São 57 respostas propondo que abrisse mais cedo.

Das entrevistadas apenas 60% utilizam a informatização, e 30% não utilizam. O motivo é possuírem cartão e renda suficiente. Apenas duas revelam não saber utilizar a informatização. E 90 delas não responderam. Já sobre as caixas de banco 24 horas, 67 disseram utilizar, e 68 não; 113 não responderam.

Quanto às que responderam não, o motivo é o medo, em primeiro lugar; e, em segundo, é não saber utilizar a máquina, nem como conseguir o cartão. Avaliam que esses serviços sejam uma boa iniciativa, porque agilizam a vida, esvaziam as filas. Apenas nove responderam que é uma péssima iniciativa, porque desempregam as pessoas. Disseram: a minha opinião, além de fazermos o serviço, pagamos por isto.

Transporte

O deslocamento, a acessibilidade e a mobilidade das mulheres

Das entrevistadas, 183 utilizam transporte para locomoverem-se, e 116 utilizam um único transporte (observar gráfico). A maioria utiliza o ônibus; em segundo lugar, condução própria; depois vem o metrô, e a locomoção a pé. O táxi é o menos usado: apenas duas responderam afirmativamente. As mulheres que gastam entre uma e duas horas no transporte para o trabalho são 60; 39 gastam de 30 a 45 minutos; e 69, de 5 a 25 minutos.

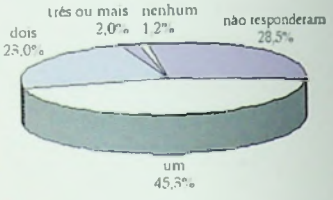


Gráfico 68. Número de transportes para o trabalho

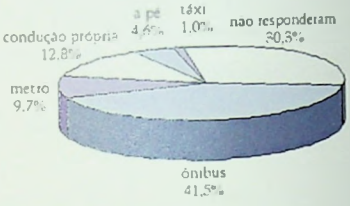


Gráfico 69. Tipo de transporte

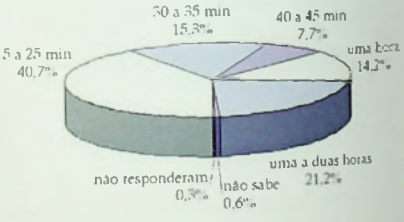


Gráfico 70. Total de tempo para chegar ao trabalho

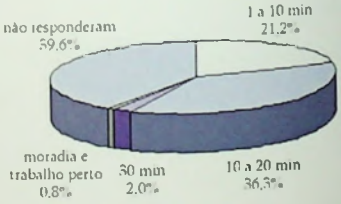


Gráfico 71. Tempo a pé para o primeiro transporte

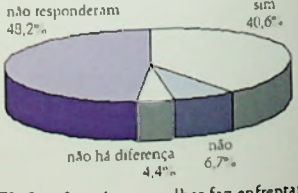


Gráfico 73. Se o fato de ser mulher faz enfrentar mais problemas que os homens na locomoção

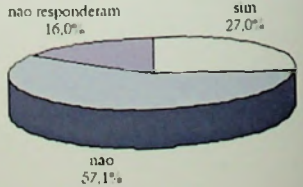


Gráfico 74. Dirigem automóvel

Os maiores problemas levantados a respeito das conduções são a superlotação; em seguida, vêm a demora, a falta de respeito aos idosos, o trânsito intenso, a falta de segurança. E também a falta de respeito dos motoristas. O fato de ser mulher faz com que se enfrentem mais problemas que os homens nas conduções.

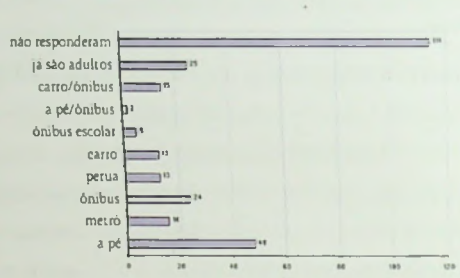


Gráfico 72. Problemas nas conduções

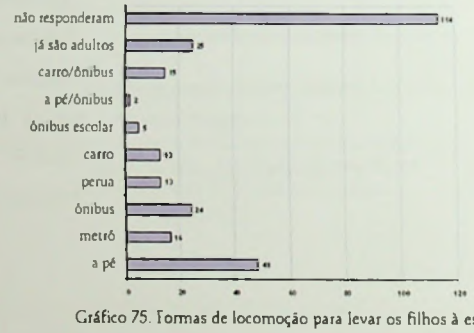
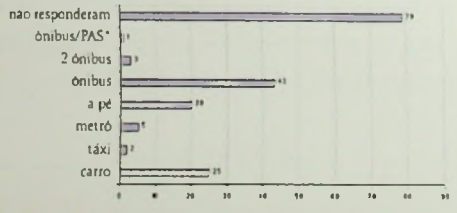


Gráfico 75. Formas de locomoção para levar os filhos à escola

Apenas 76 mulheres, das entrevistadas, dirigem automóveis. Para levarem os filhos à escola, 48 o fazem a pé, e 81 utilizam o metrô, carro, ônibus e perua. As mesmas dificuldades aparecem quando se trata de ir ao serviço de saúde: 43 vão ao médico de ônibus, 20 a pé, e 25 de automóvel.



* PAS foi o programa de saúde na época do Maluf em 1994 que locomovia paciente das unidades básicas para os centros de atendimento especializados.

Gráfico 76. Formas de locomoção para o médico

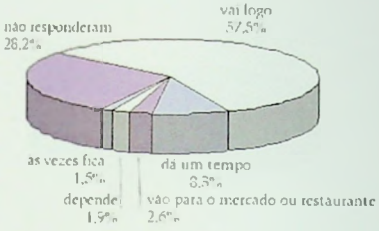


Gráfico 78. O que fazem quando saem do trabalho

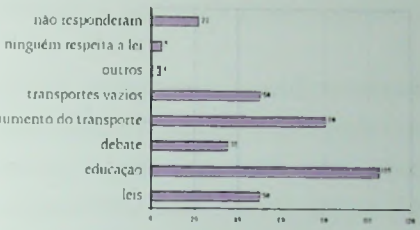


Gráfico 77. Sugestões para ações do governo

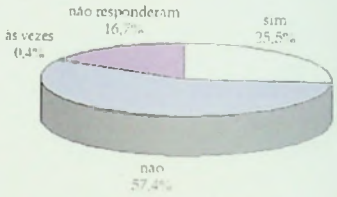


Gráfico 79. Assistem TV

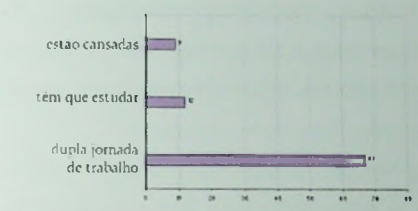


Gráfico 78b. Motivos das que vão embora logo

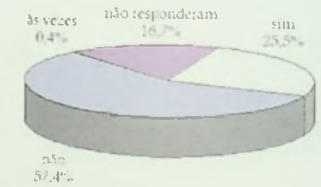


Gráfico 80. Vão ao cinema

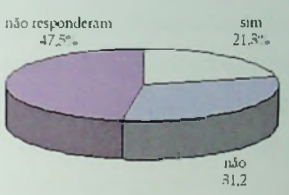


Gráfico 81. Vão a shows

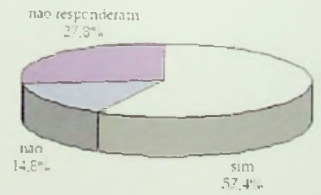


Gráfico 82. Vão a clubes

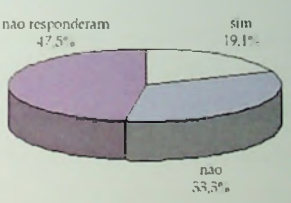


Gráfico 83. Vão ao teatro

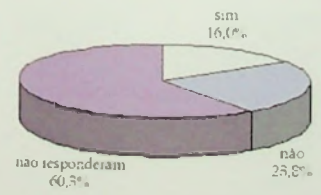


Gráfico 84. Vão a parques

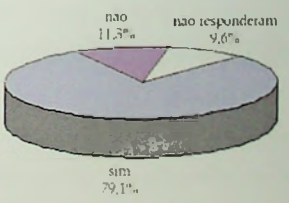


Gráfico 85. Vão a praças

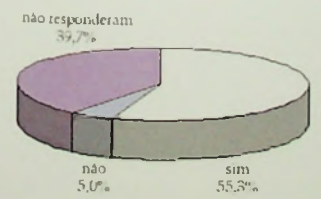


Gráfico 86. Fazem visitas a parentes e amigos

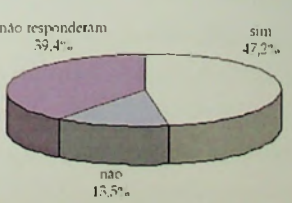


Gráfico 87. Conversam com as vizinhas

Sugestões de políticas públicas

As sugestões que as entrevistadas fazem para o governo são melhoria na educação, aumento do transporte, mudança nas leis. Reivindicam meios de transporte vazios e reclamam do fato de ninguém respeitar as leis e seus corpos.

Bloco VI – Lazer

Previámos – com base no conhecimento de sua história e condições de vida, ou seja, sabendo da discriminação que sofrem, e tendo sua vida controlada pela família, quando solteira, e pelo marido e filhos, quando casadas – que as mulheres iriam revelar que, quando saem do trabalho, vão logo para a casa, porque, além de tudo, ainda têm a dupla jornada de trabalho. E foi confirmada essa nossa previsão: 148 responderam que vão logo para casa, 67 delas justificam com a dupla jornada de trabalho, dez destas porque vão estudar e nove porque estão muito cansadas.

As que dão um tempo para si são muito poucas, alegam que ficam mais tempo para esperar o ônibus esvaziar, porque é superlotado ou precisam fazer compras. Pouquíssimas responderam que vão a um restaurante ou param para conversar com os colegas – estas são as solteiras. Só para comparar, os homens, independentemente de seu estado civil, é normal que, depois do trabalho, parem em um boteco para espairecer. Daí podermos inferir que as mulheres que casam têm um comportamento diferenciado do

dos homens, que, tanto faz seu estado civil, não se vêem obrigados a ir para casa imediatamente após o trabalho.

A TV é o lazer mais praticado pelas mulheres entrevistadas. A maioria não vai ao cinema, nem ao teatro, nem a algum show. A maioria também não freqüenta parques. Elas vão a praças, fazem visitas a parentes e amigos, conversam com as vizinhas, viajam, passeiam pelas ruas, mas a maioria acompanhada. Apenas 18 mulheres revelaram fazer outros tipos de lazer, como natação, leitura, ginástica, ouvir rádio e música, escrever cartas, e, apenas uma, o mergulho. Uma delas afirma que seu lazer é ir à igreja. Para outras, a ida ao parque e às praças tem o objetivo de levar as crianças para brincar. Apenas as mais jovens vão em grupos passear nos parques e nas praças.

Bloco VII – Violência e segurança

As entrevistadas consideram a cidade de São Paulo mais violenta para as mulheres do que para os homens. Questionam o assédio sexual nos ônibus, metrôs e trens. Recomendam que os governos desenvolvam campanhas de reeducação dos homens para que respeitem o corpo da mulher.

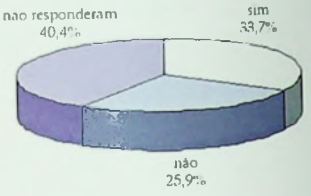


Gráfico 88. Viajam

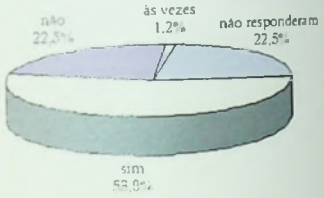


Gráfico 89. Passeiam pelas ruas

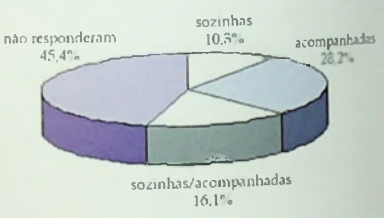


Gráfico 89b. Como passeiam

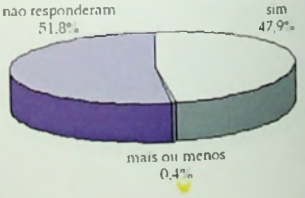


Gráfico 90. Se a cidade de São Paulo é violenta

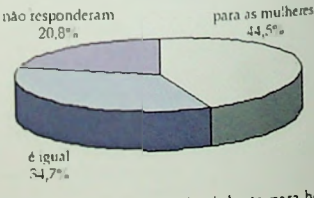


Gráfico 91. Se acham que é mais violenta para homens ou mulheres

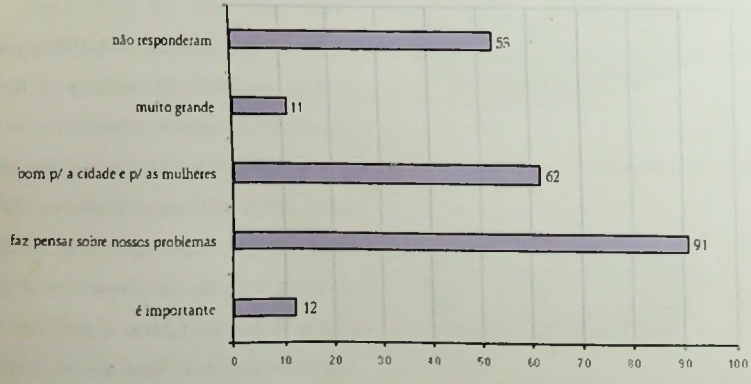


Gráfico 92. Avaliação do questionário

As mulheres e seu imaginário em relação às praças e parques

Como, da década de 70 para cá, as mulheres saem em massa para as ruas, invadindo o mercado de trabalho e o mercado consumidor, com certeza passaram a ter muito o que falar e propor para a reorganização desse espaço. E levam consigo, para o espaço público, todo o lado privado e intimista, que ainda é muito importante em sua vida. Mas o fato é que, na maioria dos casos, ainda prevalece o comportamento tradicional: como as responsabilidades do âmbito doméstico não foram partilhadas, elas vão interferir substancialmente em sua mobilidade e no uso diferenciado do espaço urbano, e com isso se mantém o quadro anterior.

Para avaliar, de um outro ângulo, a noção que esse grupo de jovens mulheres tem da diferenciação que seu próprio uso do espaço urbano apresenta em relação a outros usos, especialmente o uso dado por homens, e conhecermos um pouco de seu imaginário, solicitamos que elas desenhassem uma praça e um parque.

Apresentamos a seguir os desenhos de 48 das entrevistadas: estas foram as que se sentiram em condições de se expressar pelo desenho. Depois damos destaque a um grupo de 21 jovens. E isso mereceu uma análise mais profunda, justamente porque foi o grupo de mulheres com que ficamos mais tempo refletindo sobre a cidade e a cidadania: oito meses.

O que pensam 21 jovens mulheres – entre 14 e 23 anos – sobre a cidade de São Paulo (destaque para a questão 7 do questionário)

Percebemos que as opiniões foram pouco significativas: das 21, apenas seis responderam a esta questão. O questionário foi considerado muito longo e cansativo, elas argumentaram isto, ou melhor, disseram que esperavam mais. Uma das jovens apenas reclamou que a cidade é muito suja, principalmente as ruas, foi a Fabiana Kelly, de 16 anos. Outra delas, Ana Regina, também de 16 anos, salientou que gosta de todas as opções de lazer e cultura que a cidade oferece, mas se incomoda porque, ao lado disso, observa a discriminação e a violência sofrida pelos os excluídos da sociedade. Outras, Érica e Cláudia, as duas com 17 anos, salientam a importância das atividades de lazer, o shopping, mas reclamam da discriminação no trabalho, enfim, elas não foram claras se existe lazer ou se falta. Daniela, de 17 anos, reclamou da violência, mas destacou coisas boas, porque é bom ser mulher, mas não relacionou isso com a cidade. Já Renata que foi uma das que acharam estafante o questionário, quando disse: "Tudo já foi levantado no questionário e não tenho dúvidas". Já Kelly afirmou que "a coisa é ruim porque mulher não tem direitos, e boa porque ser mulher também tem seus privilégios". Esta afirmação poderia se aplicar a qualquer cidade em que ela morasse. Podemos ver que algumas não entenderam a pergunta.

O que propõem

A percepção das mulheres por meio do desenho – Praças e parques

"Arte não tem sexo", é o que muitos dizem, de modo redutor, mas pretendendo evitar o que seria um olhar divisionista. Eles pensam assim enunciar um princípio superior, ao dizer que a arte ultrapassa o criador ou criadora. Mas nega-se aí a diferença, como se a visibilidade da diferença incomodasse, ou fosse uma vergonha assumi-la.

O feminismo vem esclarecer que não se defende ser igual aos homens, mas ter direitos iguais. É fundamental assumir como um valor a divisa francesa: *"Vive la différence!"* Ter a mesma capacidade para desenvolver certas atividades anteriormente negadas às mulheres, como votar, fazer tarefas e trabalhos que eram proibidos, não significa que não tenhamos nosso jeito e nossa especificidade, nas expressões e nas percepções.

Um certo olhar de mulher... O feminino e a memória... Feminina desmemória

Lidamos com tangenciamentos da memória e do feminino. Memória é construção, invenção, expressão de desejos, é ser capaz de entrar no jogo do passado e do futuro, ter a exata noção do trajeto, embora buscando o resgate do original, do vivido, e terminando por caminhar também na direção futura de uma produção, de uma criação. Tal qual numa pesquisa arqueológica, em geral, o analisando depara apenas com restos de memória, fragmentos, partes de um todo que se perdeu. Há perdas irreparáveis na reconstrução da memória. Lacan afirma que não há realidade pré-discursiva. Dessa forma, não fica difícil concluir, seguindo seu raciocínio, que o real se constitui no impossível, no intangível, no incapturável, que o real, embora funcione na base do simbólico, é também uma construção do simbólico, que o real se permite vislumbrar.

Sim, porque, se não é tangível e capturável, o real é demonstrável, uma vez que sempre atravessa o discurso e as construções do sujeito, efetuando alguma "trapaças" na linguagem: estão aí os lapsos, os "atos falhos" (as falhas que, "sem querer", dizem o contrário do que pretendiam), as angústias e os delírios, para nos revelar, ainda que indiretamente, a existência do real. Entretanto o real permanece inominável, inabordável, intangível.

A percepção e ou imaginário das mulheres por meio dos desenhos – praças e parques

Um trabalho rico e muito interessante, embora árduo, foi entrar em contato com o imaginário de 48 mulheres, que se dispuseram a desenhar um parque e uma praça. Apresentamos uma análise – ainda tímida e introdutória – desse material riquíssimo, que será utilizado para a ilustração desta tese, dela fazendo parte, juntamente com a documentação iconográfica das atividades desenvolvidas neste processo.

Todo o processo da pesquisa foi estreitamente desenvolvido junto com as mulheres organizadas em suas entidades específicas, ou com as transeuntes, sendo a UMSP uma dessas entidades, que funciona como ponto de referência e ligação com todo o movimento feminista.

Análise dos desenhos:
O imaginário das mulheres jovens sobre a praça

Joselma, 15 anos, estudante, solteira

Sobre a praça desenhou uma árvore com a expressão caricatural de uma mulher bastante astuta, apenas este elemento. Não o localiza no contexto da praça, é apenas uma árvore cuja copa é um ser humano. Não desenhou o parque.

Thelma, 18 anos, mãe, estudante da 7ª série do Ensino Fundamental, moradora da Zona Leste e desempregada (datado de 1997).

O desenho da Thelma é forte, ela estabelece uma organização no espaço dividindo-o por um caminho, que, na verdade, delineia um percurso, uma passagem, que atravessa a praça. Ao lado desse caminho, ela implanta árvores, em número de quatro, um balanço, um escorregador e um banco. Como conforto, um banheiro em planta e um banco.

Coloca duas pessoas, sem movimento e próximas aos equipamentos, uma delas, perto de uma árvore. As pessoas não estão se comunicando, estão longe e não têm expressão. Contextualiza as nuvens e o sol, com fisionomia de gente, entre elas, ao fundo, com uma expressão triste.

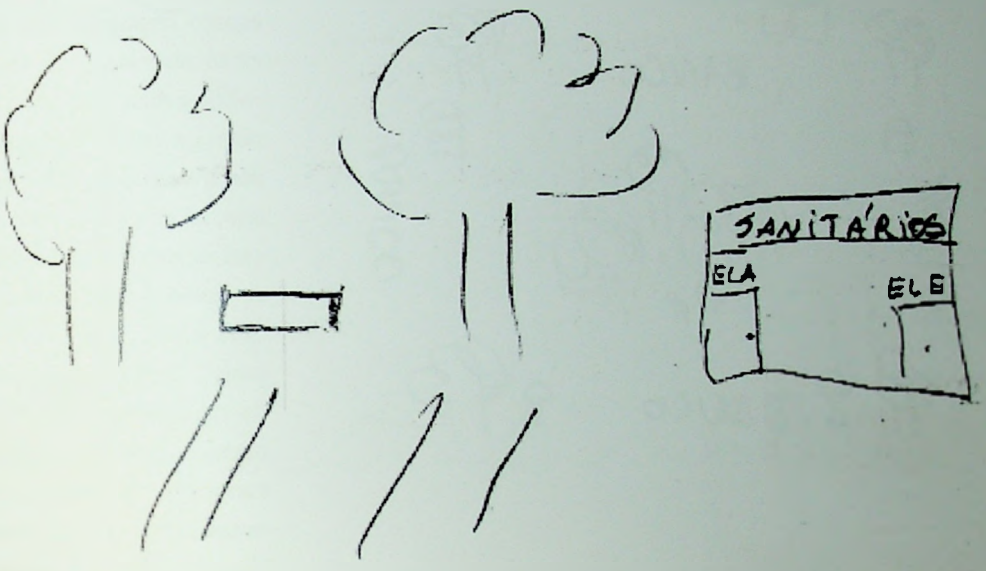
Mantém o sol entre as nuvens, mas com uma expressão de sorriso calmo, muitas árvores, uma pessoa e, em planta um fraldário, o que remete novamente à maternidade, um gira-gira, em planta, um banco, uma pessoa perto do fraldário, este equipamento em destaque e centralizado, assim como o gira-gira. Apreendo a absorção sobre o fraldário como resultado da pesquisa.

O fato de o acesso ser longe lembrou o Parque do Carmo.

Retornando ao questionário, na pergunta sobre a freqüência a parques, ela diz que freqüenta o Playcenter uma vez por ano, sempre de manhã.

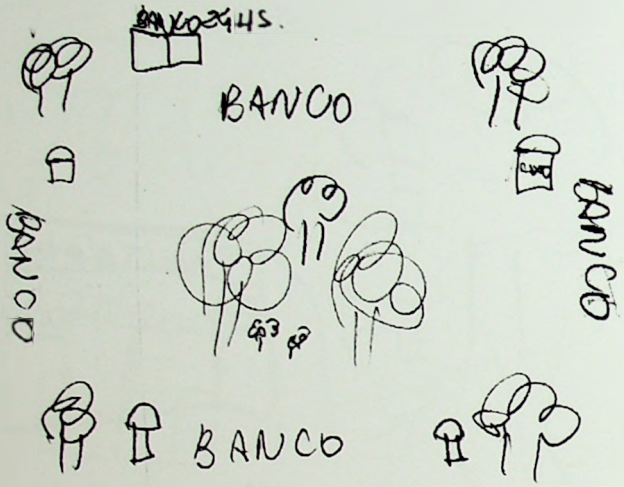
Quanto à pergunta sobre os equipamentos que faltam nos parques e praças, responde que são bancos, quiosques, banheiros, churrasqueiras, lanchonete, atividades de esporte, fraldários e posto médico.

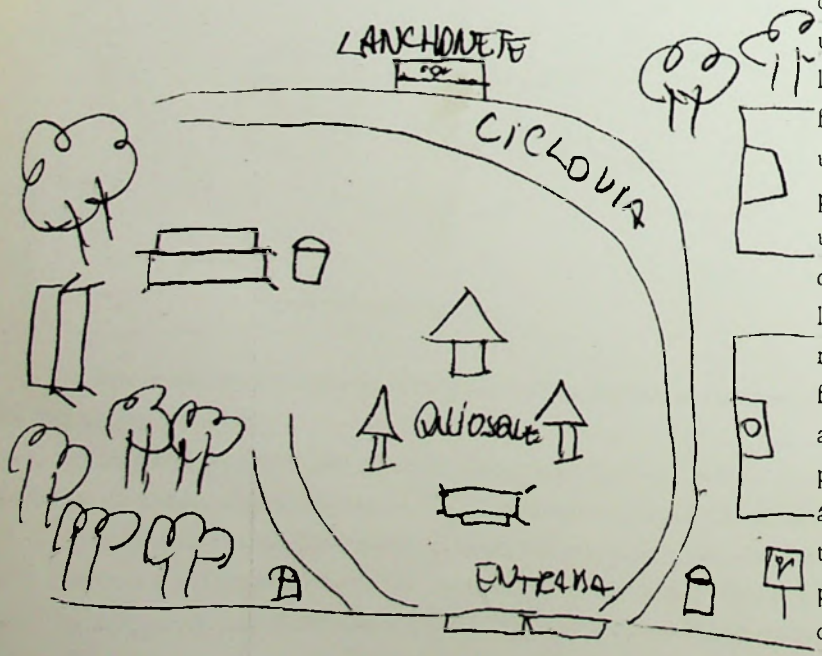
Conheço a Thelma desde criança. Ela hoje tem uma filhinha de 1 ano. Por isso acredito que colocou os brinquedos na praça. Costuma ir à praça que fica perto de casa, à noite e a semana toda. Mora num conjunto habitacional na Cohab II. É uma garota bastante carente, tanto econômica quanto afetivamente, filha de mãe carente, criada em orfanato, batalhadora e militante dos movimentos negro e feminista. Parou de estudar na 7ª série. Hoje ela constrói sua casa num mutirão aos domingos.



Ana Regina, 16 anos, estagiária e estudante, do Bom Retiro

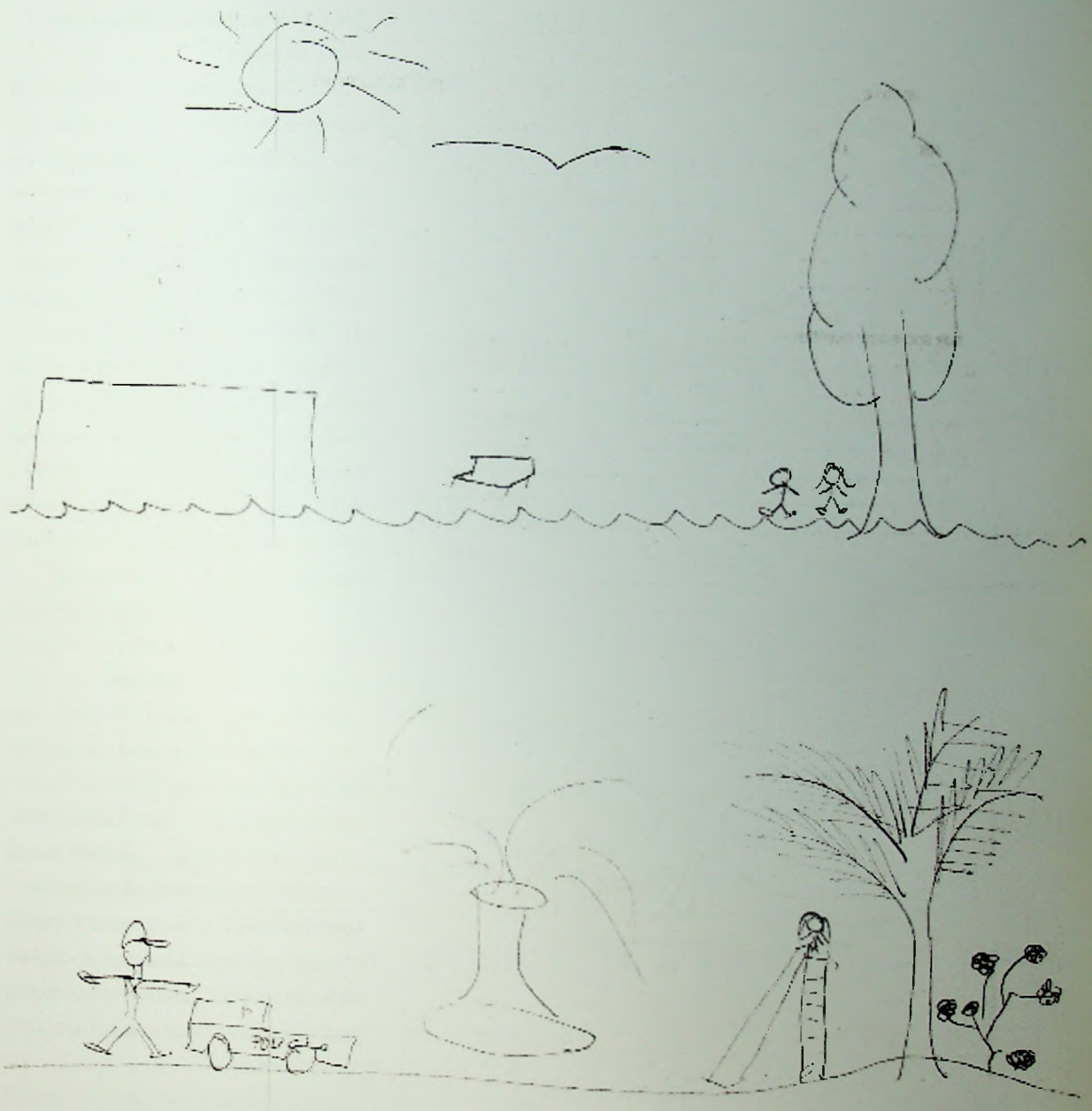
Sua praça tem duas árvores com um retângulo entre elas, e dois caminhos paralelos e inclinados evidenciando um percurso do lado esquerdo, a fachada de uma edificação com uma grande placa em cima contendo a inscrição "Sanitários", e duas portas nas laterais esquerda e direita, com placas dizendo "Ela" e "Ele". Não se envolveu com a pesquisa, e estava interessada em conversar sobre outras questões. Não desenhou o parque. É uma garota bastante inteligente, crítica, dada às letras, escreve poesias, pensa em fazer cinema e vídeo, milita no movimento secundarista e é feminista.





Fabiana Kelly, 16 anos, estagiária, do Bom Retiro

Sua praça delimita um espaço retangular em que no centro estão dispostas três árvores de porte médio e duas pequenas. É um misto de planta e corte, em torno de cada um dos quatro cantos há uma árvore, ou seja, há quatro árvores. No meio delas está escrito "banco", do lado esquerdo, ao fundo, há um Banco 24 horas. Em cada canto, um latão de lixo com tampa. Nenhum ser humano, homem ou mulher, nem bichos. Demonstra a organização espacial do que seria um conjunto de elementos presentes numa praça: árvores, bancos, serviços. Um estar com um centro, que seria o conjunto de árvores. O parque é um espaço dividido em estar, do lado esquerdo, com árvores, bancos, a organização espacial dos bancos sendo adequada a um local de encontro. Dali sai um caminho que leva à entrada do lado direito, com três quiosques, que formam um aconchego centralizado, unificado por um banco, também próximo à entrada. Da entrada sai uma ciclovia que circunda o parque e dobra à esquerda, passando por uma lanchonete. Do lado direito do parque, na entrada, um latão de lixo. Mais à frente, um espaço para exposições de artes plásticas, duas quadras poliesportivas e, no fundo, umas fileiras de árvores funcionando como cercamento. O espaço não aberto é dotado de portões, e é cercado na frente. Não desenhou usuários ou usuárias.



Kelly, 16 anos, estudante, negra, trabalha em creche da comunidade, moradora na Zona Leste

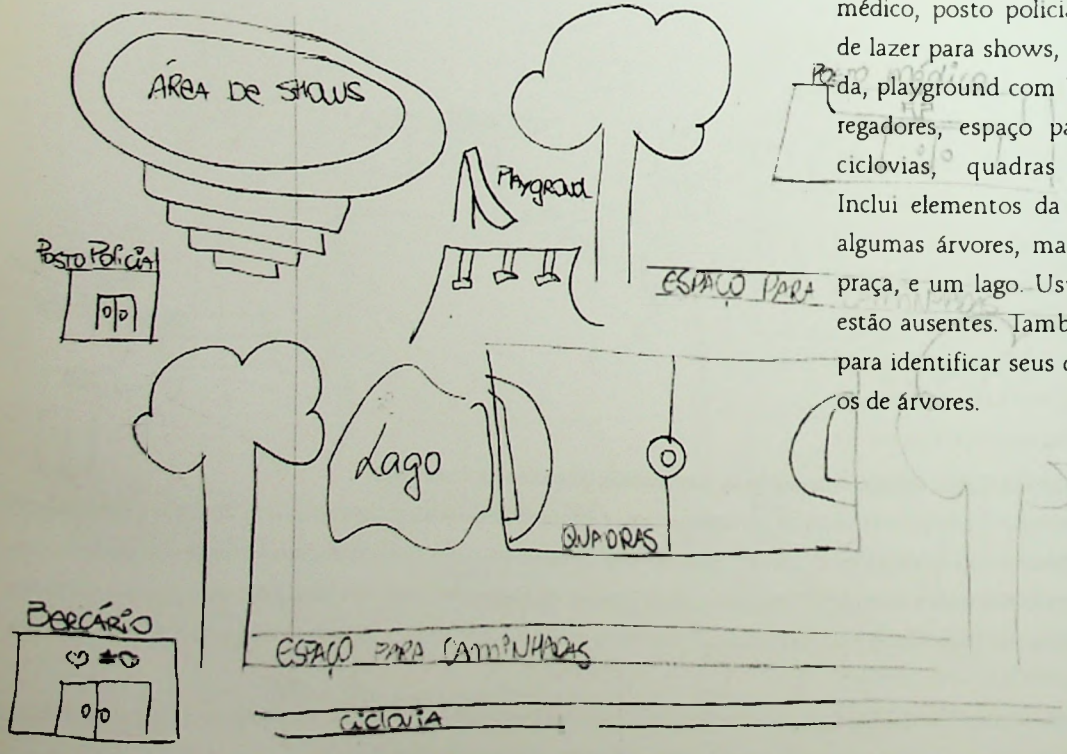
Seu desenho tem uma estrutura da paisagem, com os elementos na vertical, apresentando unidade. O sol do lado esquerdo está brilhando. Do lado esquerdo, abaixo, uma nuvem. Apoiado no chão, um volume que pode ser um edifício, mas também uma trave. Mais para a direita, há um banco, duas pessoas embaixo da árvore, um menino e uma menina, menores do que os equipamentos. Sua árvore é alta, alcançando a nuvem, e está do lado direito, lembra um pinheiro, é um estrato da praça.

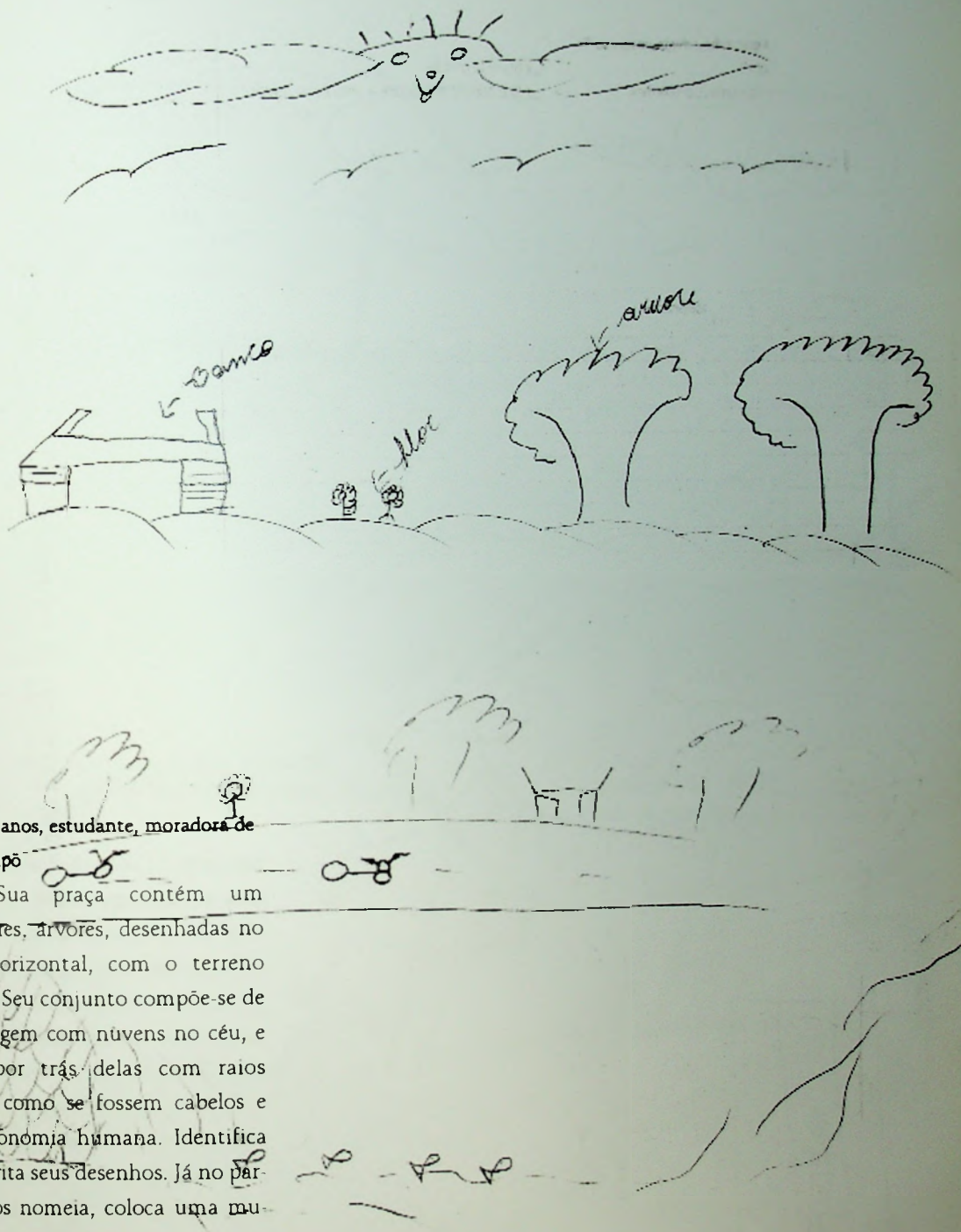
Do parque, desenha um chafariz, um escorregador, um policial com uma viatura, um coqueiro com uma roseira, embaixo, de seu lado direito. É um pedaço do parque, uma paisagem, em sentido horizontal.

Érika, 17 anos, nunca trabalhou, estudante, solteira

Seu desenho mostra uma paisagem vertical, com árvores que são distribuídas alternadamente pelo espaço, dando a impressão de que são para fazer sombra sobre os bancos, uma quadra poliesportiva e balanços. Coloca palavras escritas – "arborizada", "bancos", "quadra" e "balanços" –, achando, talvez, que não entenderíamos seus desenhos, de traços firmes e fortes. Fiz uma leitura da esquerda para a direita, senti uma harmonia. Ela também não coloca usuários e usuárias, nem delimita o espaço, mas dá uma noção de conjunto.

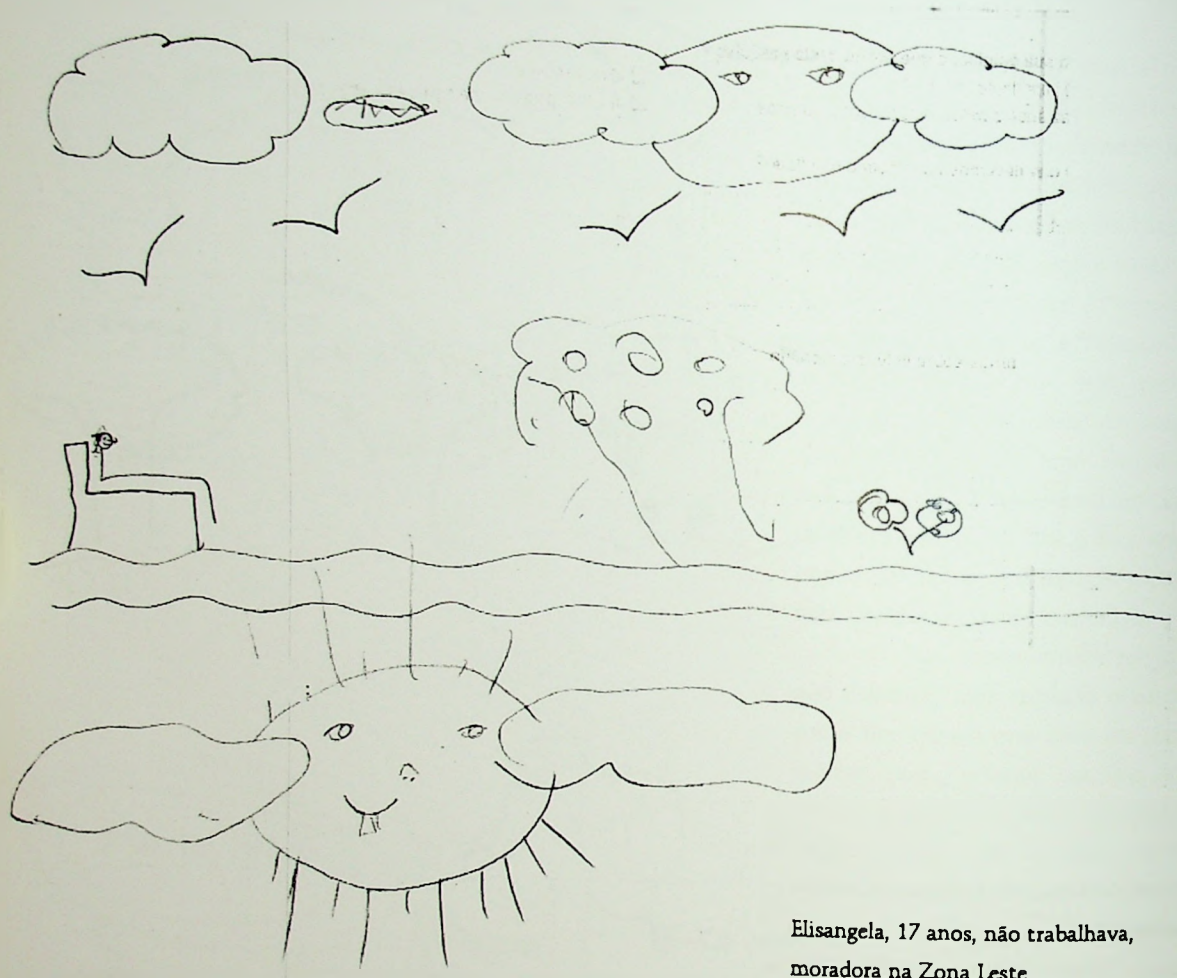
No parque, coloca serviços, não delimita, mas entende o parque como um espaço que deva ter posto médico, posto policial, berçário, área de lazer para shows, com arquibancada, playground com balanços e escorregadores, espaço para caminhadas, ciclovias, quadras poliesportivas. Inclui elementos da natureza, como algumas árvores, mas menos que na praça, e um lago. Usuários e usuárias estão ausentes. Também usa a escrita para identificar seus desenhos, menos os de árvores.

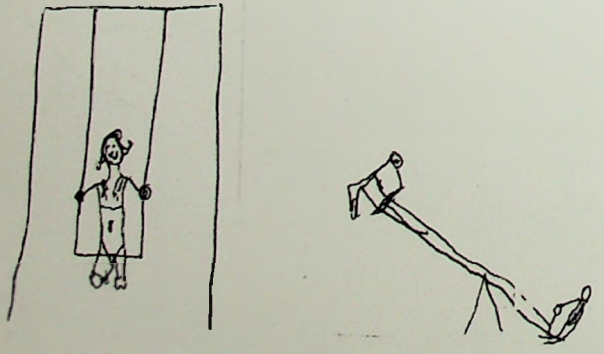




Daniela, 17 anos, estudante, moradora de Campo Limpo

Sua praça contém um banco, flores, árvores, desenhadas no sentido horizontal, com o terreno ondulado. Seu conjunto compõe-se de uma paisagem com nuvens no céu, e um sol por trás delas com raios aparentes como se fossem cabelos e tendo fisionomia humana. Identifica com a escrita seus desenhos. Já no parque não os nomeia, coloca uma mulher em escala pequena, árvores, um portão, um caminho com bichos, penso eu, uma cachoeira e um rio com peixes.

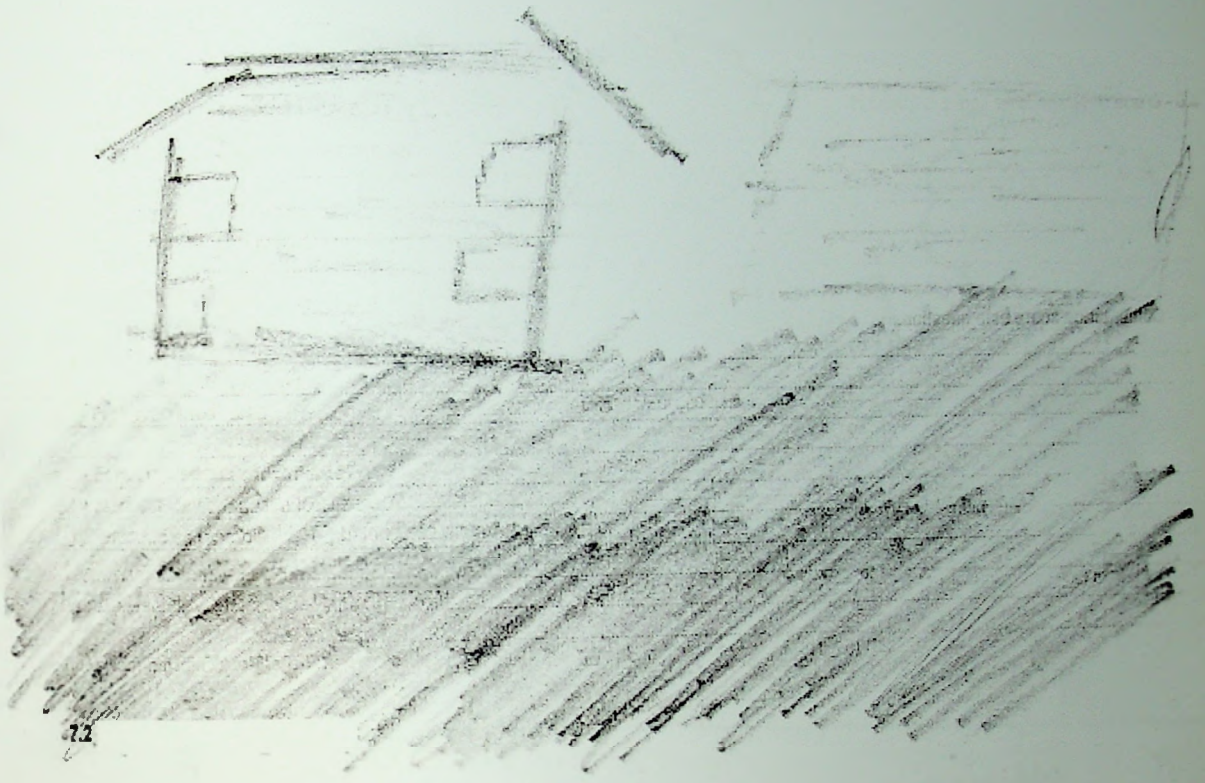




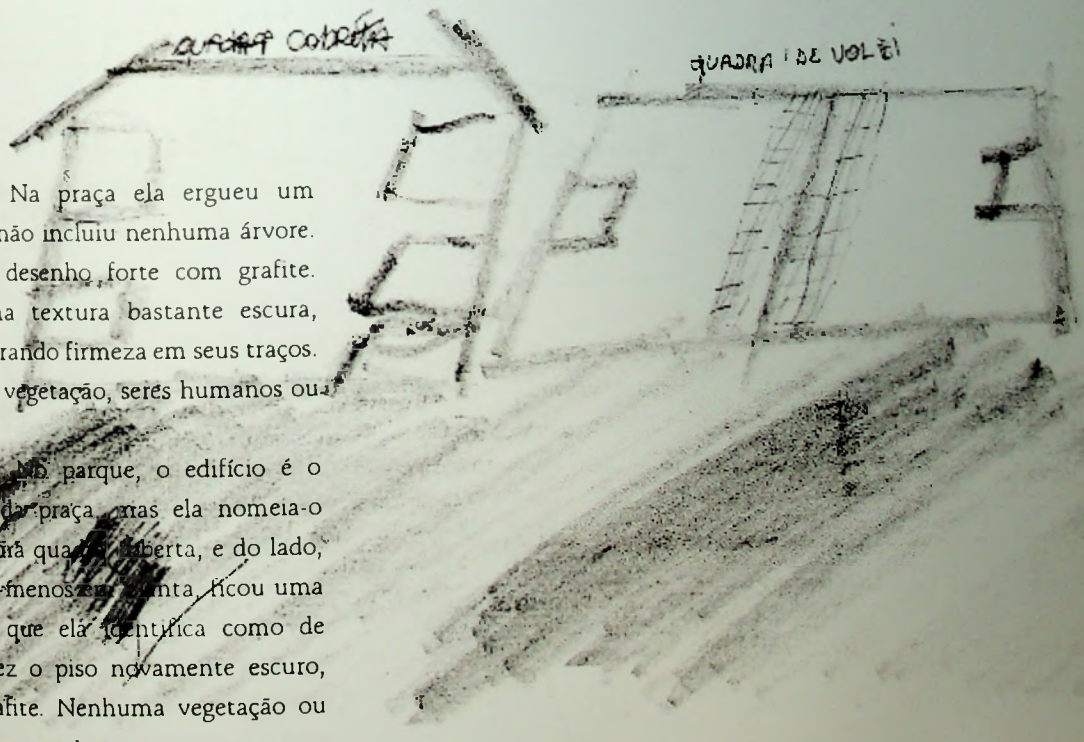
Elisangela, 17 anos, não trabalhava, moradora na Zona Leste

A praça é uma paisagem com um banco de perfil, com uma pessoa sentada, uma árvore, umas flores e um terreno ondulado, lembrando um caminho, gaivotas no céu, nuvens e um sol entre as nuvens, sem raios e com dois olhos tristes.

No parque, uma criança no balanço logo à esquerda, um escorregador e uma árvore. No céu, duas nuvens com o sol entre elas, mas um sol com muitos raios, bem maior e tendo uma fisionomia de criança marota.



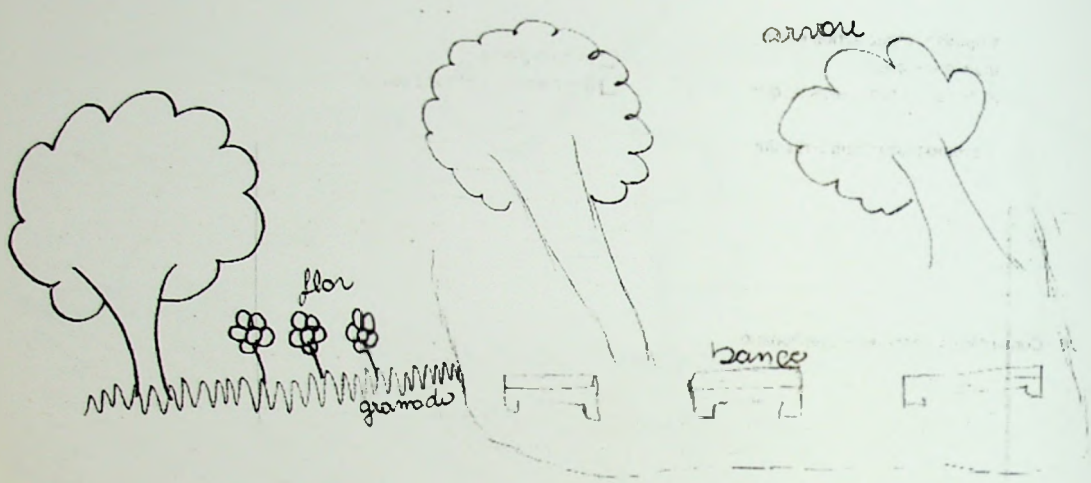
7.2

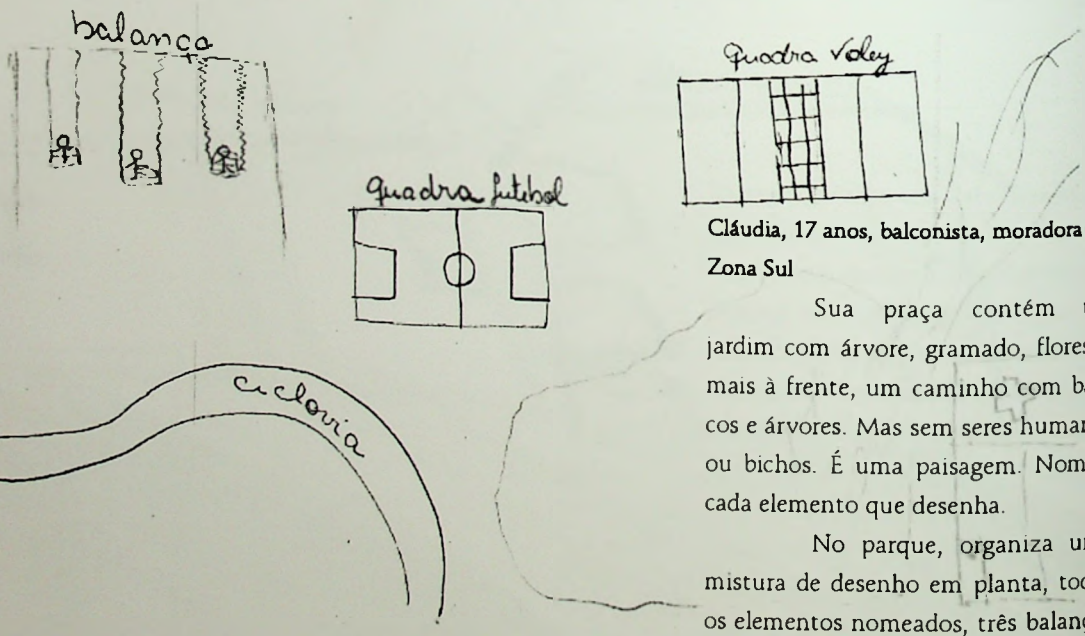


Renata

Na praça ela ergueu um edifício, não incluiu nenhuma árvore. Fez um desenho forte com grafite. Cria uma textura bastante escura, demonstrando firmeza em seus traços. Nada de vegetação, seres humanos ou bichos.

No parque, o edifício é o mesmo da praça, mas ela nomeia-o como uma quadra coberta, e do lado, mais ou menos na mesma altura, ficou uma quadra, que ela identifica como de vôlei. Fez o piso novamente escuro, com grafite. Nenhuma vegetação ou seres humanos.

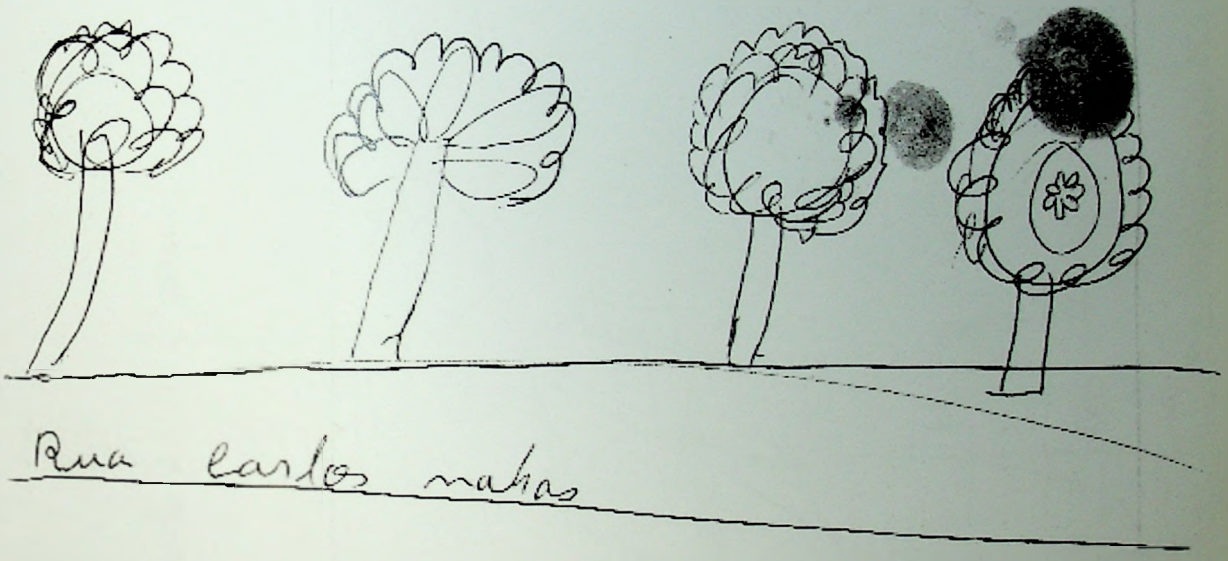




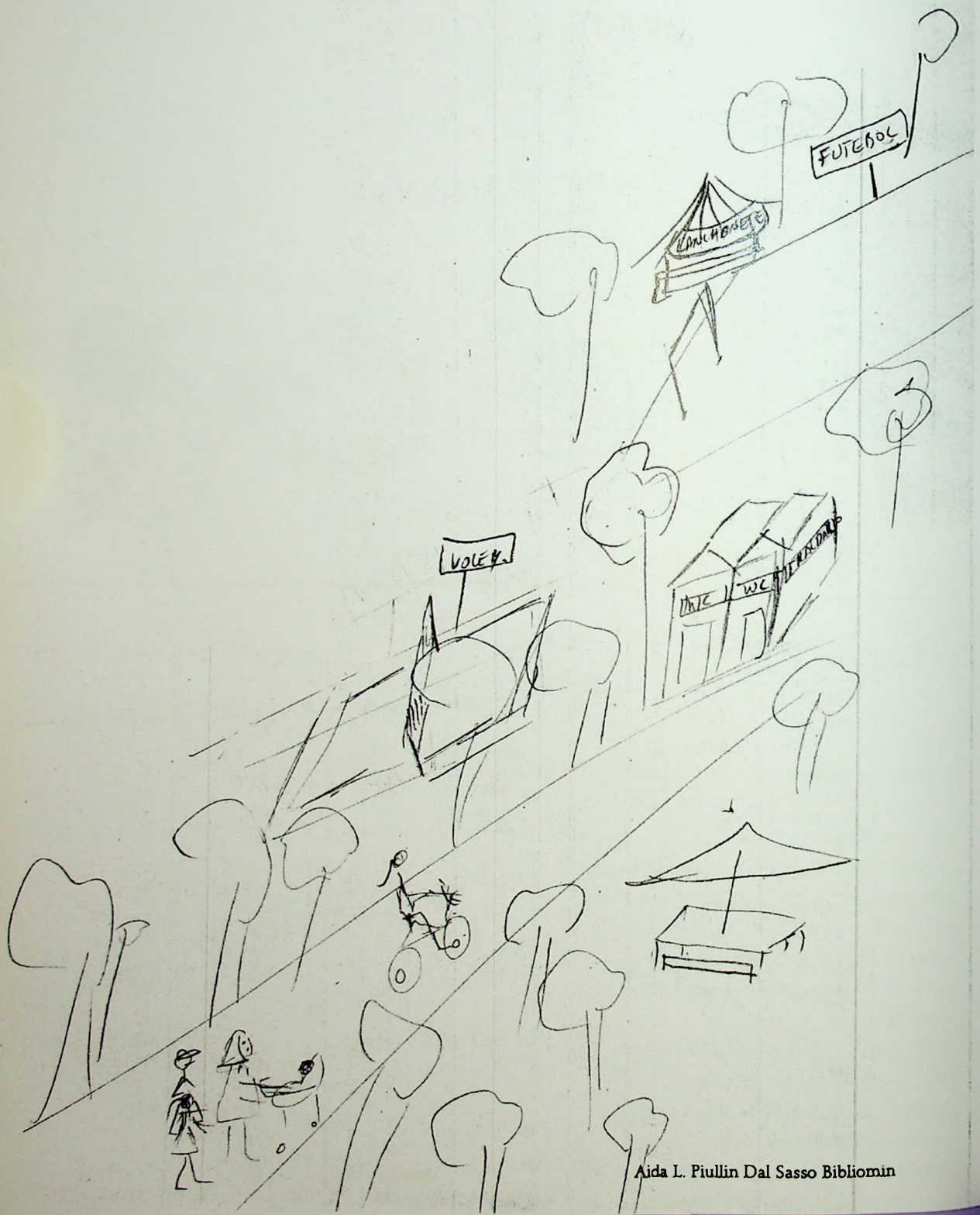
Cláudia, 17 anos, balconista, moradora da Zona Sul

Sua praça contém um jardim com árvore, gramado, flores e, mais à frente, um caminho com bancos e árvores. Mas sem seres humanos ou bichos. É uma paisagem. Nomeia cada elemento que desenha.

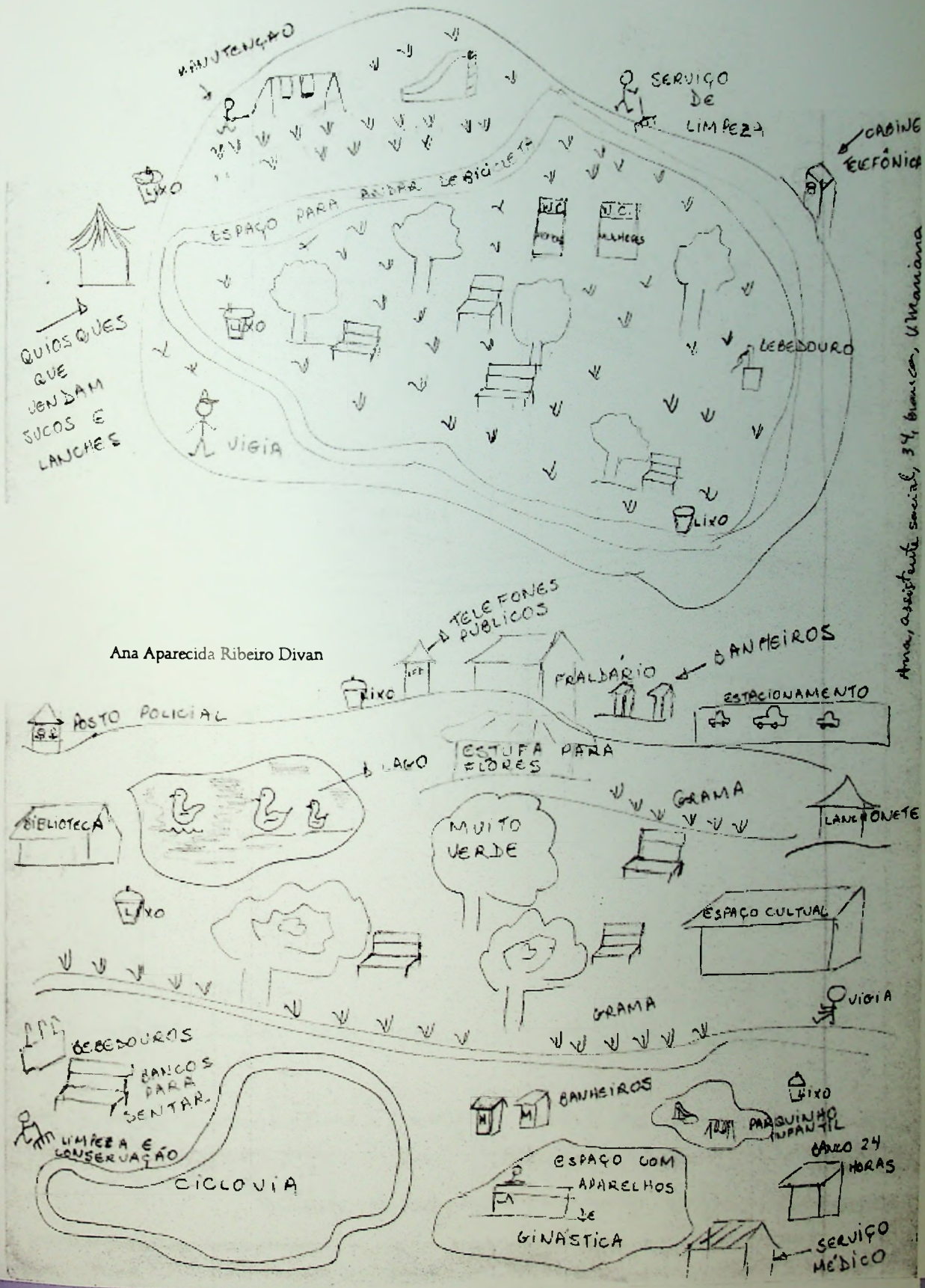
No parque, organiza uma mistura de desenho em planta, todos os elementos nomeados, três balanços com crianças, quadra de futebol, quadra de vôlei, ciclovia com bicicleta, posto médico. Uma suposta cachoeira, penso eu, formando um lago.



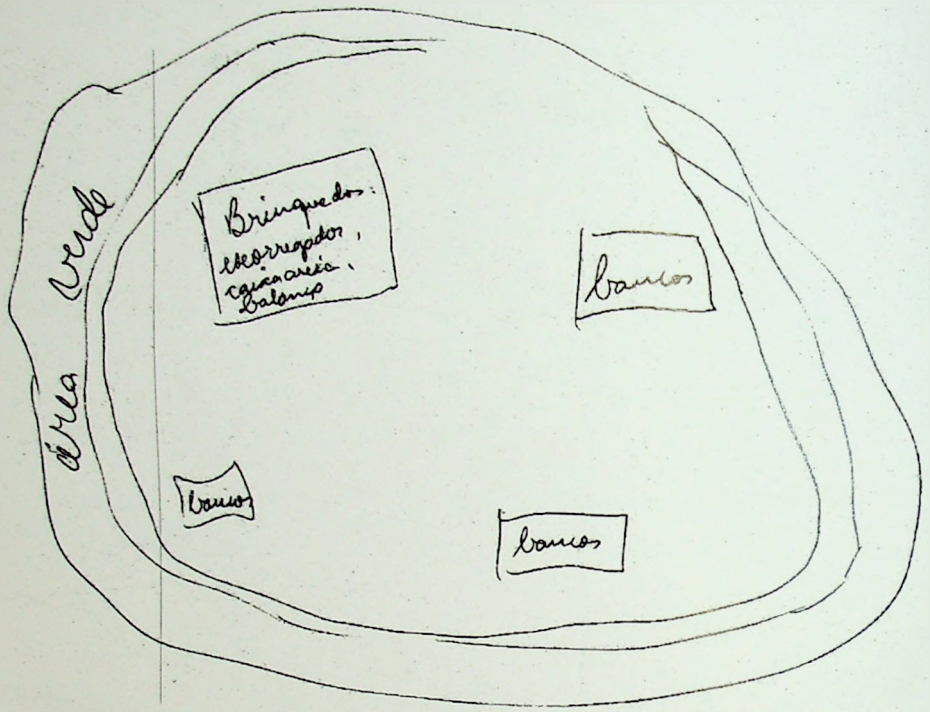
Ademilda R. de Oliveira



Aida L. Piullin Dal Sasso Bibliomin

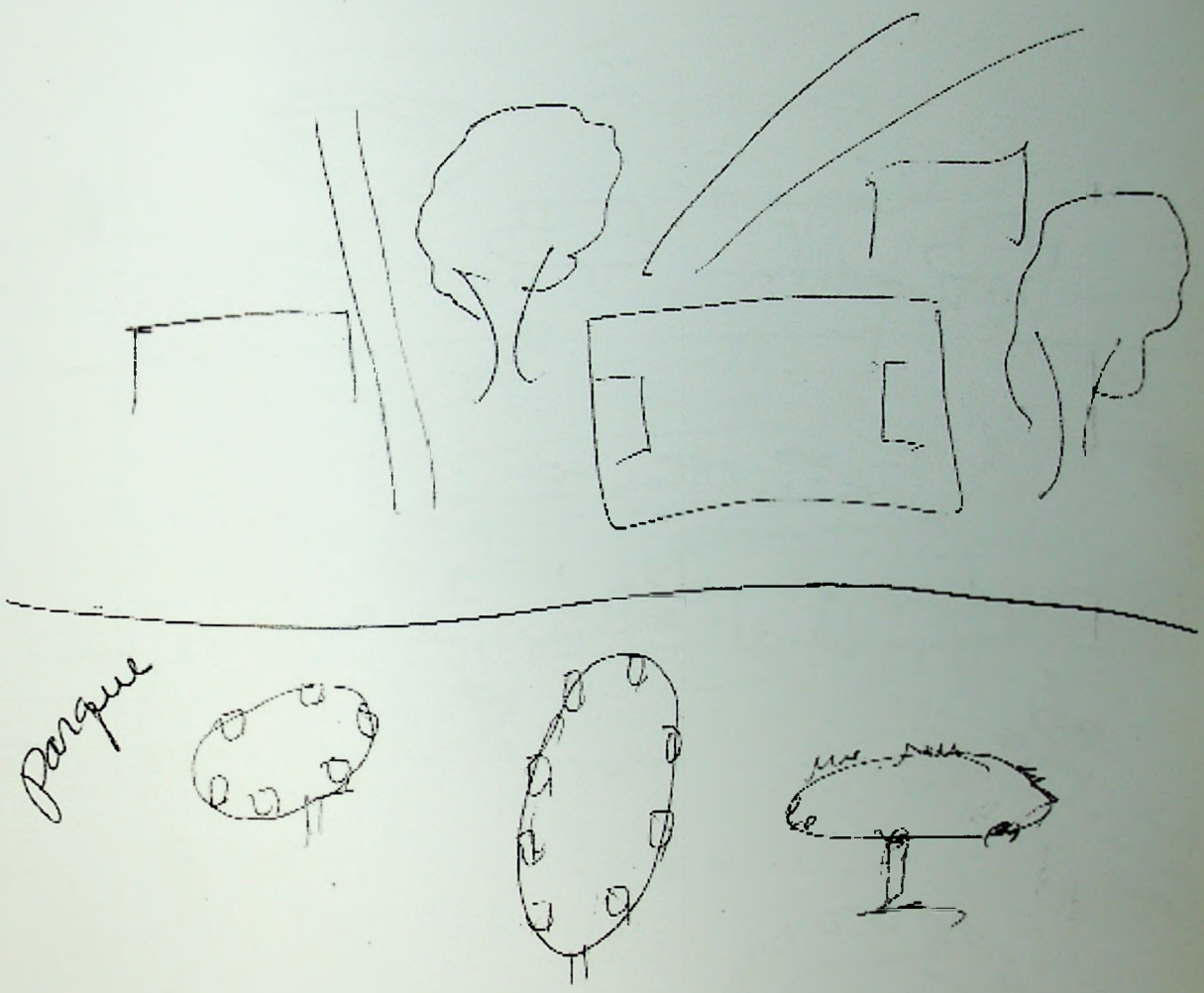


Ana Aparecida Ribeiro Divan

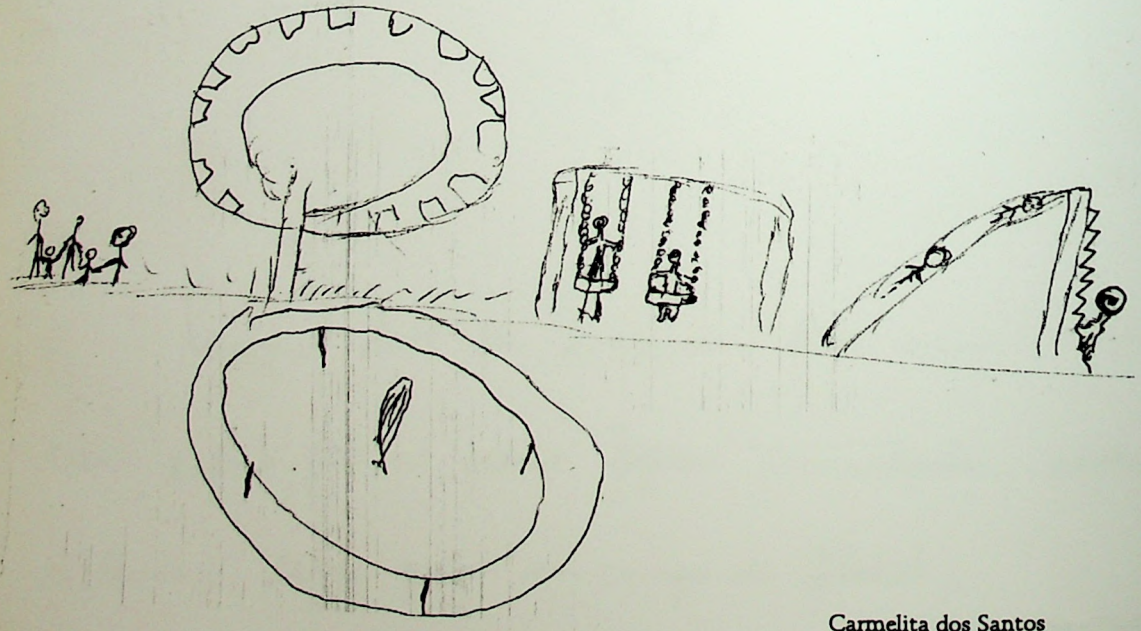


Parque deve ser cercado ~~por~~ uma área verde com espaço para as pessoas fazerem caminhadas, espaço para ciclovia, espaço para um campo de futebol.

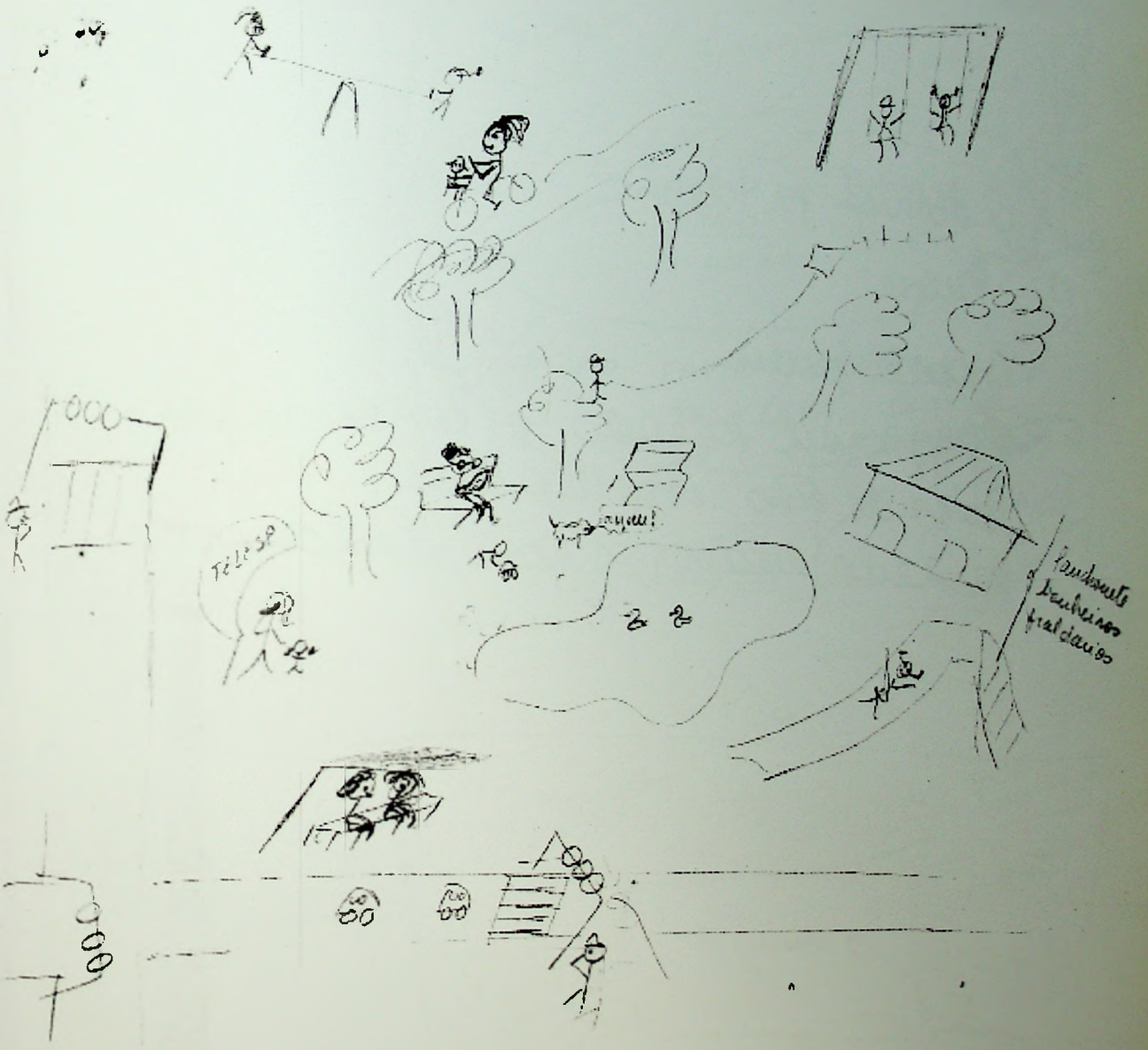
Beatriz Helena



Cacilda Terezinha Fabrício Barreto



Carmelita dos Santos



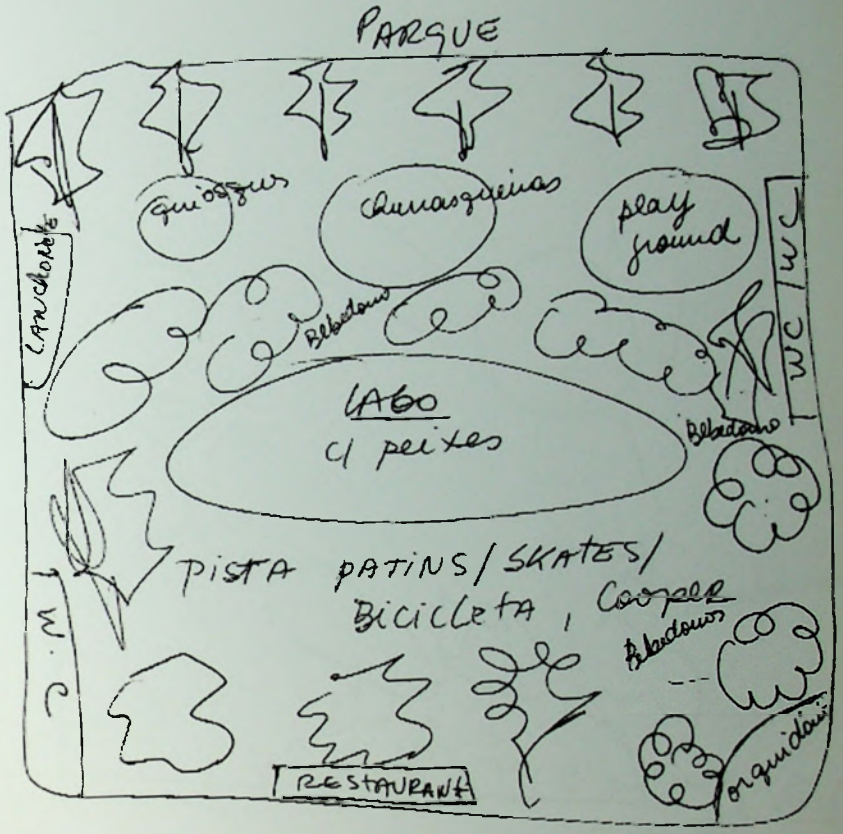
Criméia Almeida

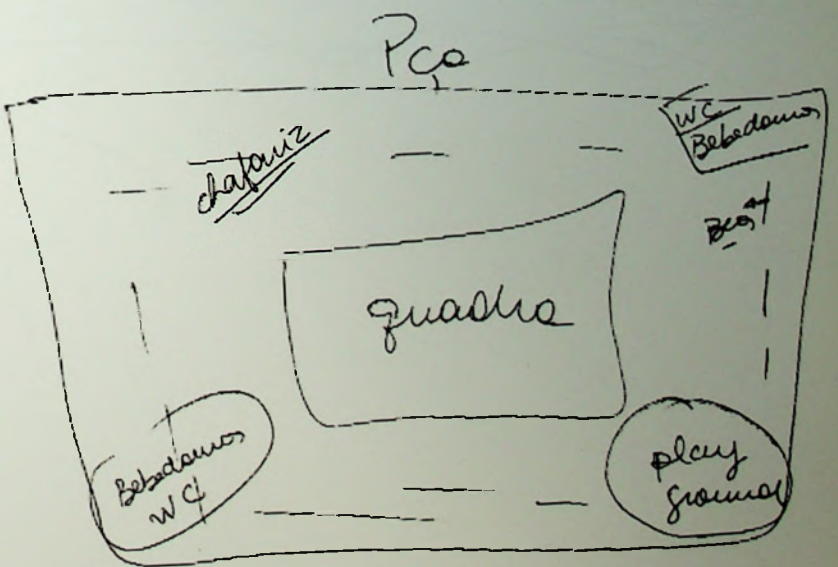
descrição por telefone:

Parque:

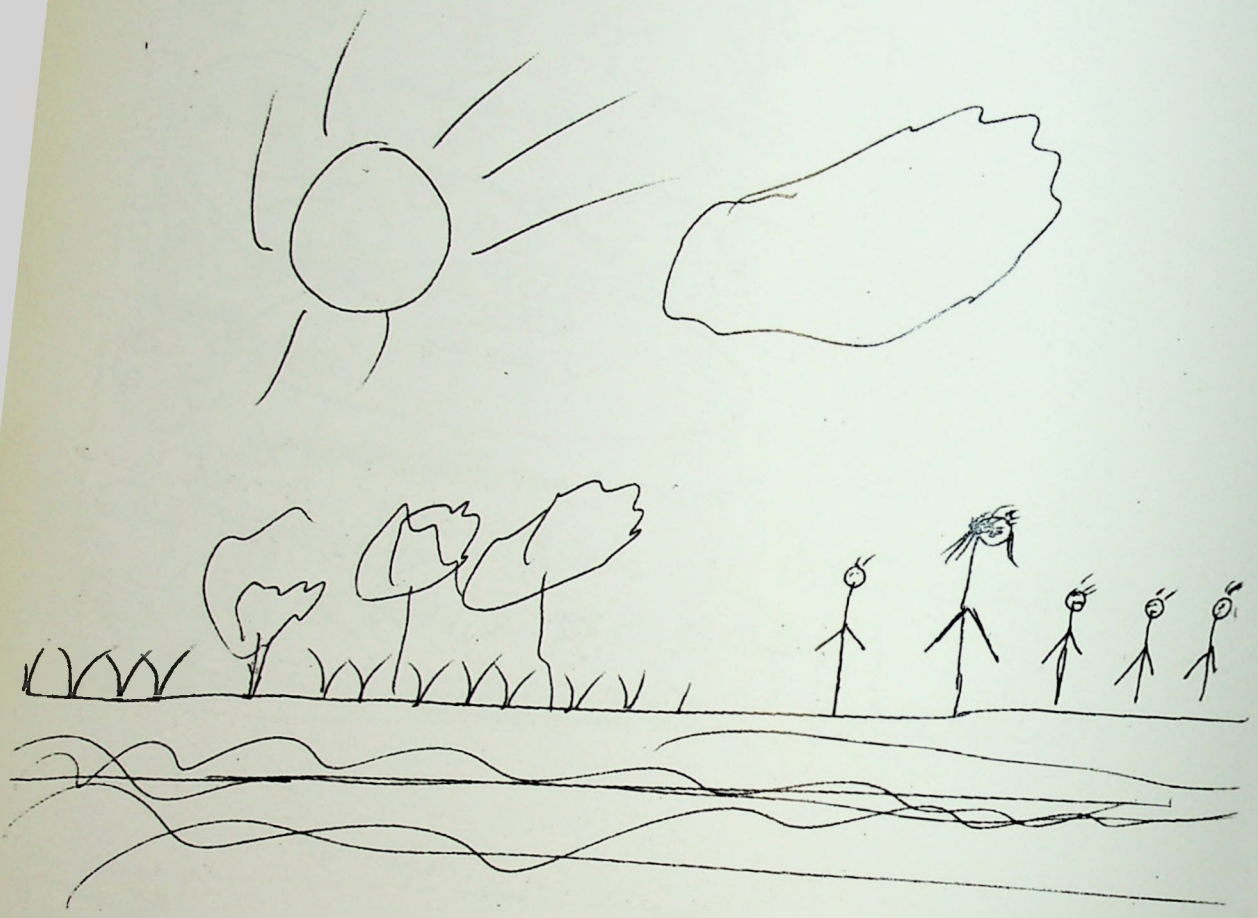
- grande jardim
- playground fechado p/ as crianças
- latas de lixo espalhadas
- banheiros limpos e com fraldários

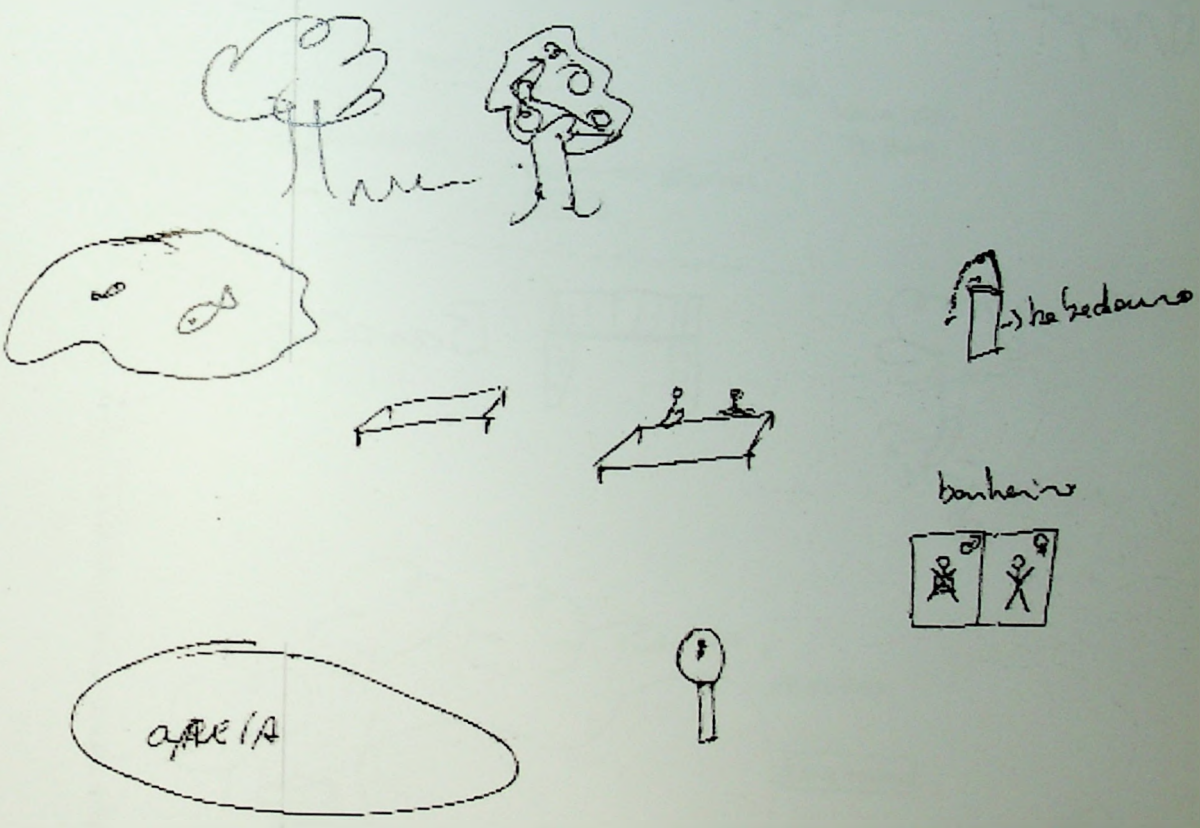
Cristina J. Monteiro Cascaldi





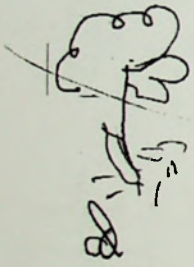
Dinalva M. C. Tavares





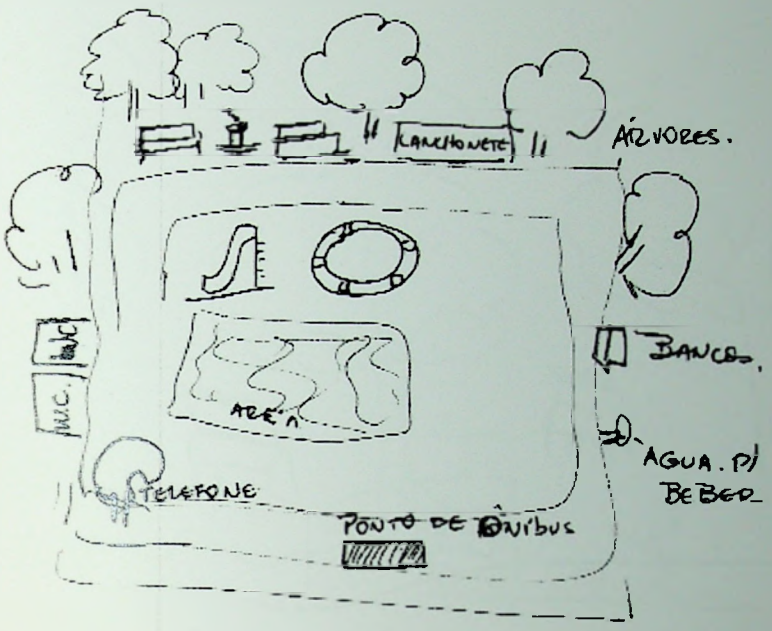
Erica

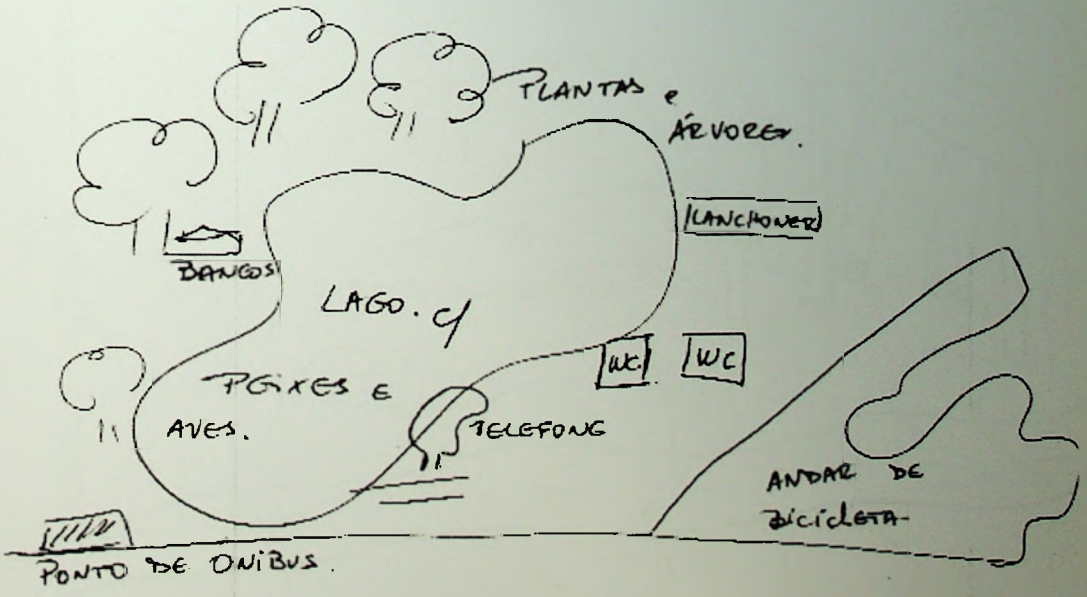
Praça



Banco

Evaldia Maria de Souza Lima





Fátima Ap. Boalin La Banca

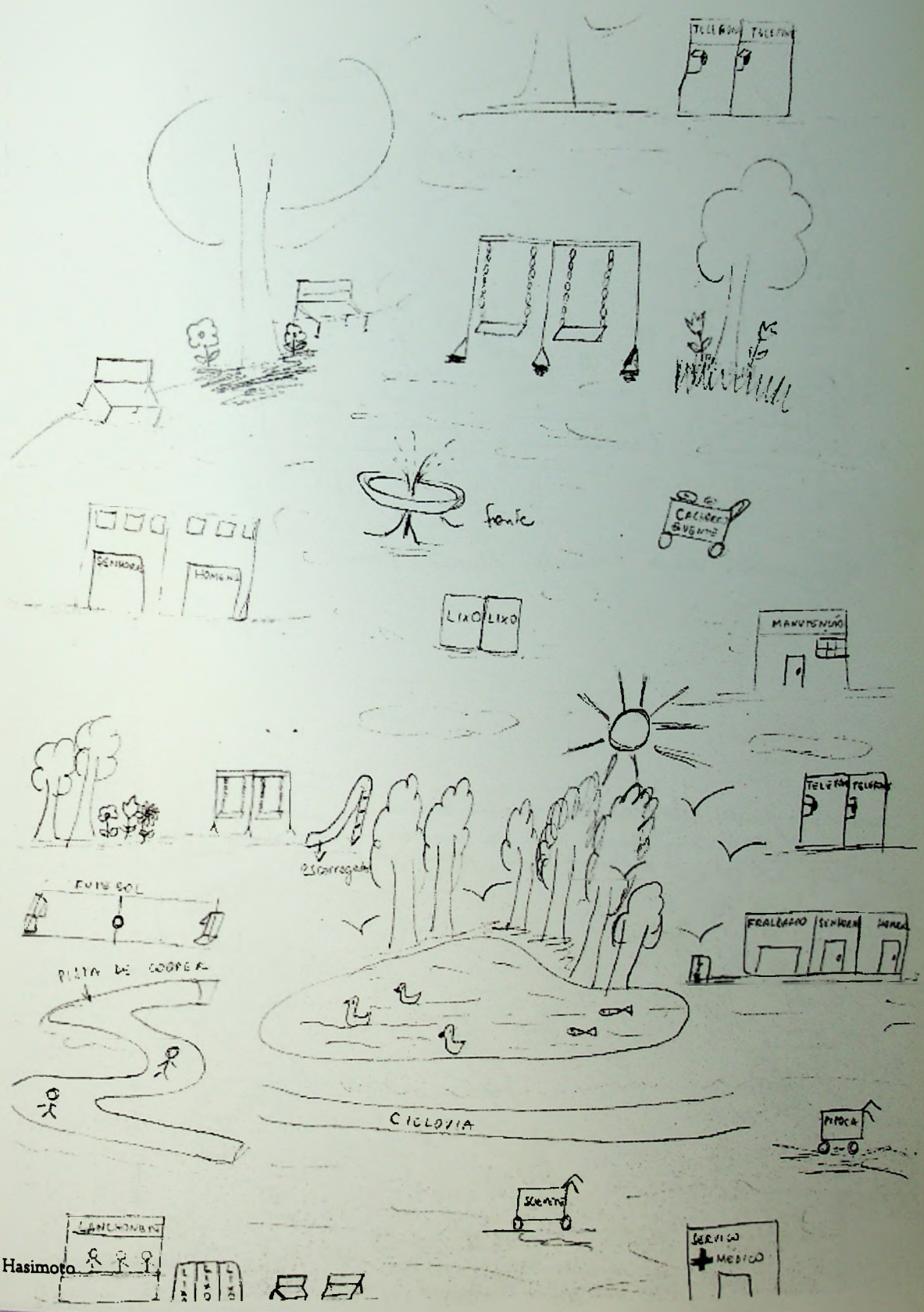
Ilza Carla Cabello

.2 - Desenhe abaixo um parque:

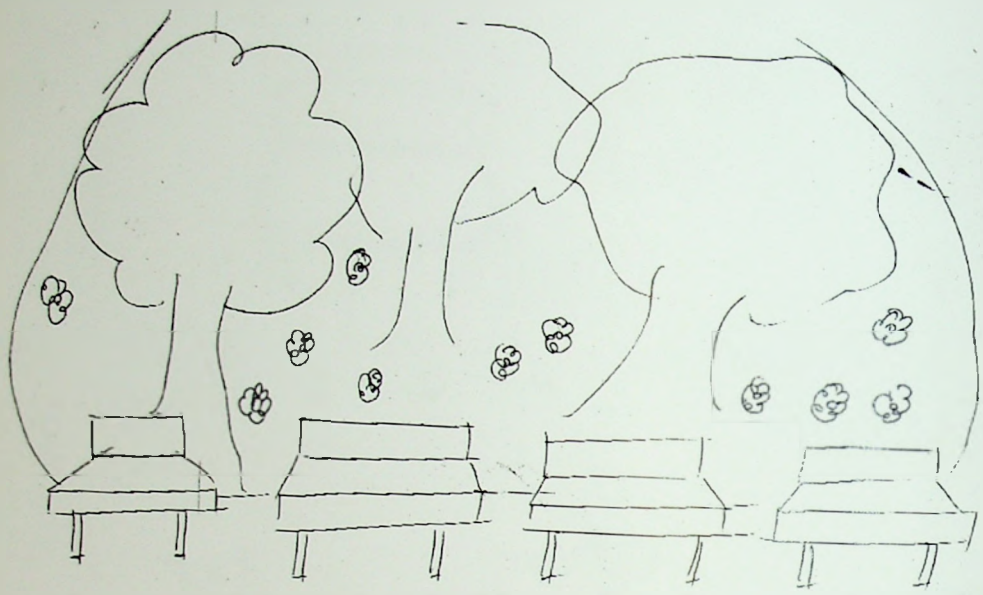
NÃO SEI O

Josete Lopes da Silva Santos

Keila Dualibi Ramos



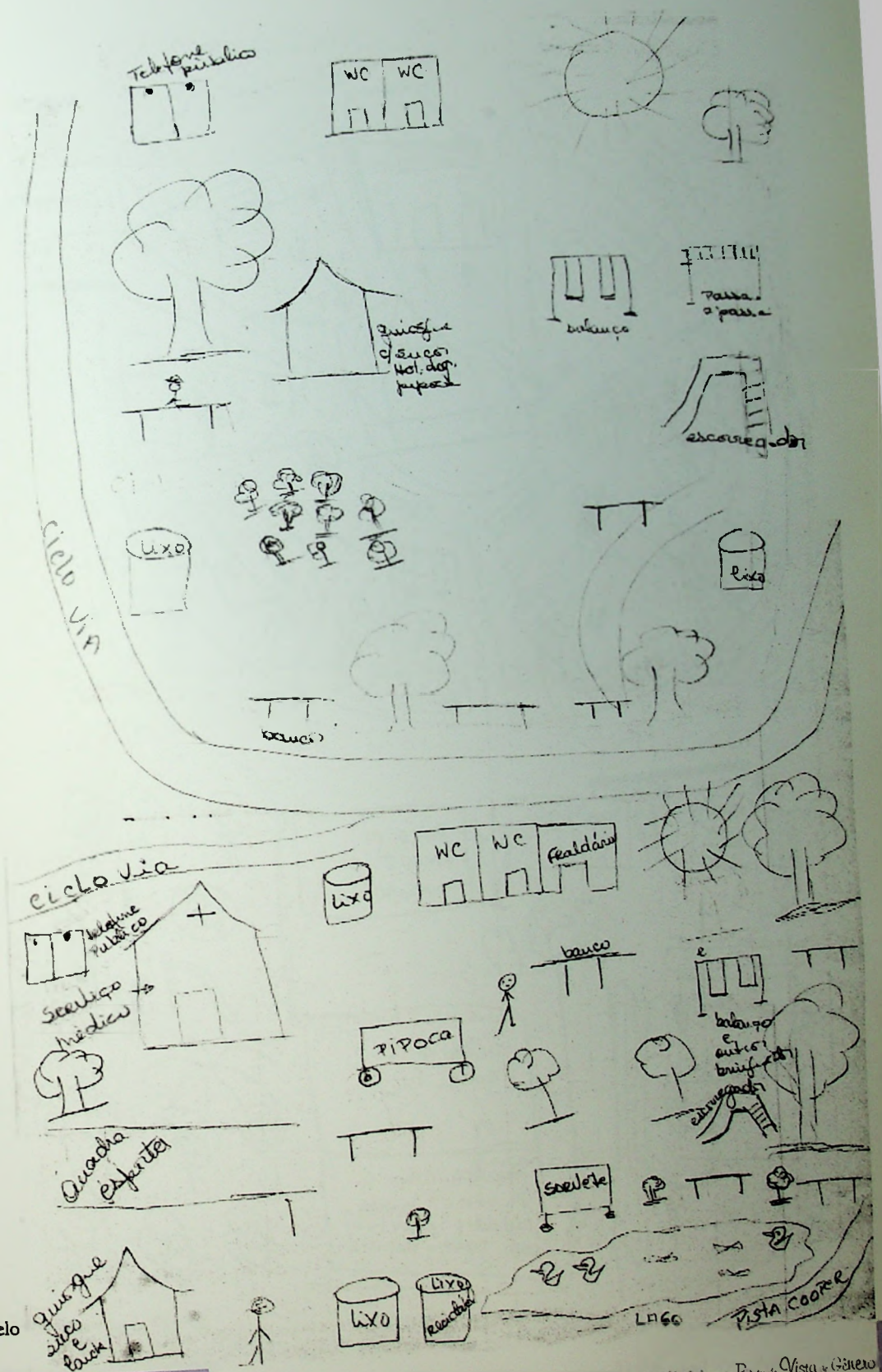
Leny Hasimoto



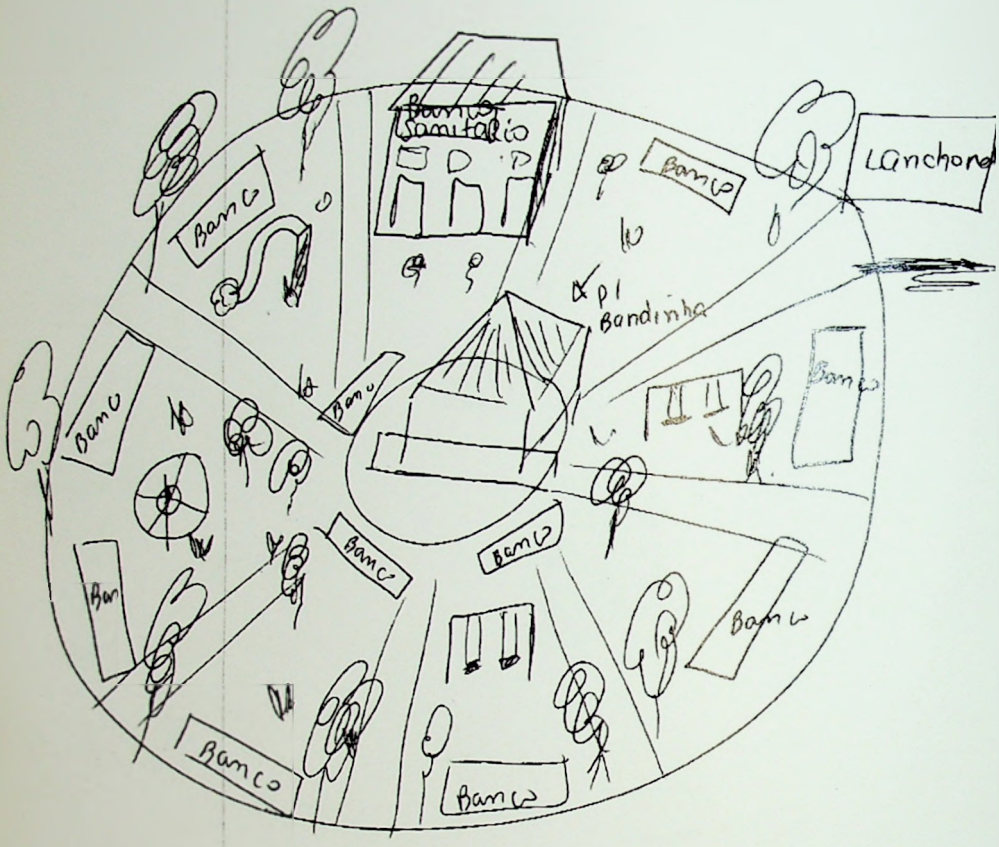
com muitos bancos e muitas árvores e flores.

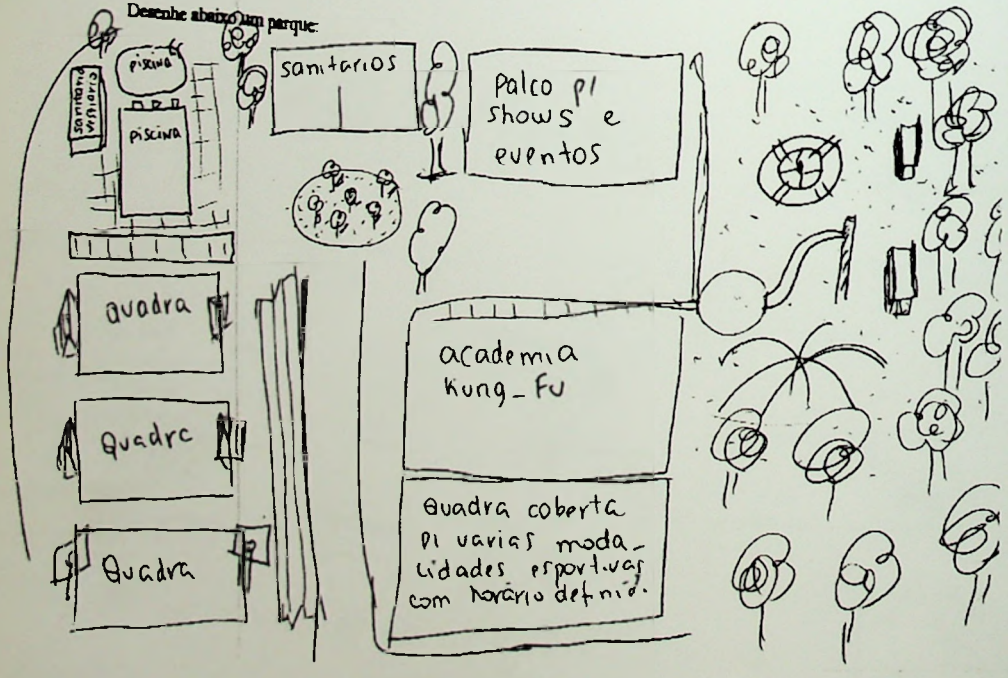
também bem florido, arborizado, com muitos bancos e ruas bem largas para se andar a pé, de bicicleta, patins, etc.

Lila Miti Tahyra Fuckushima

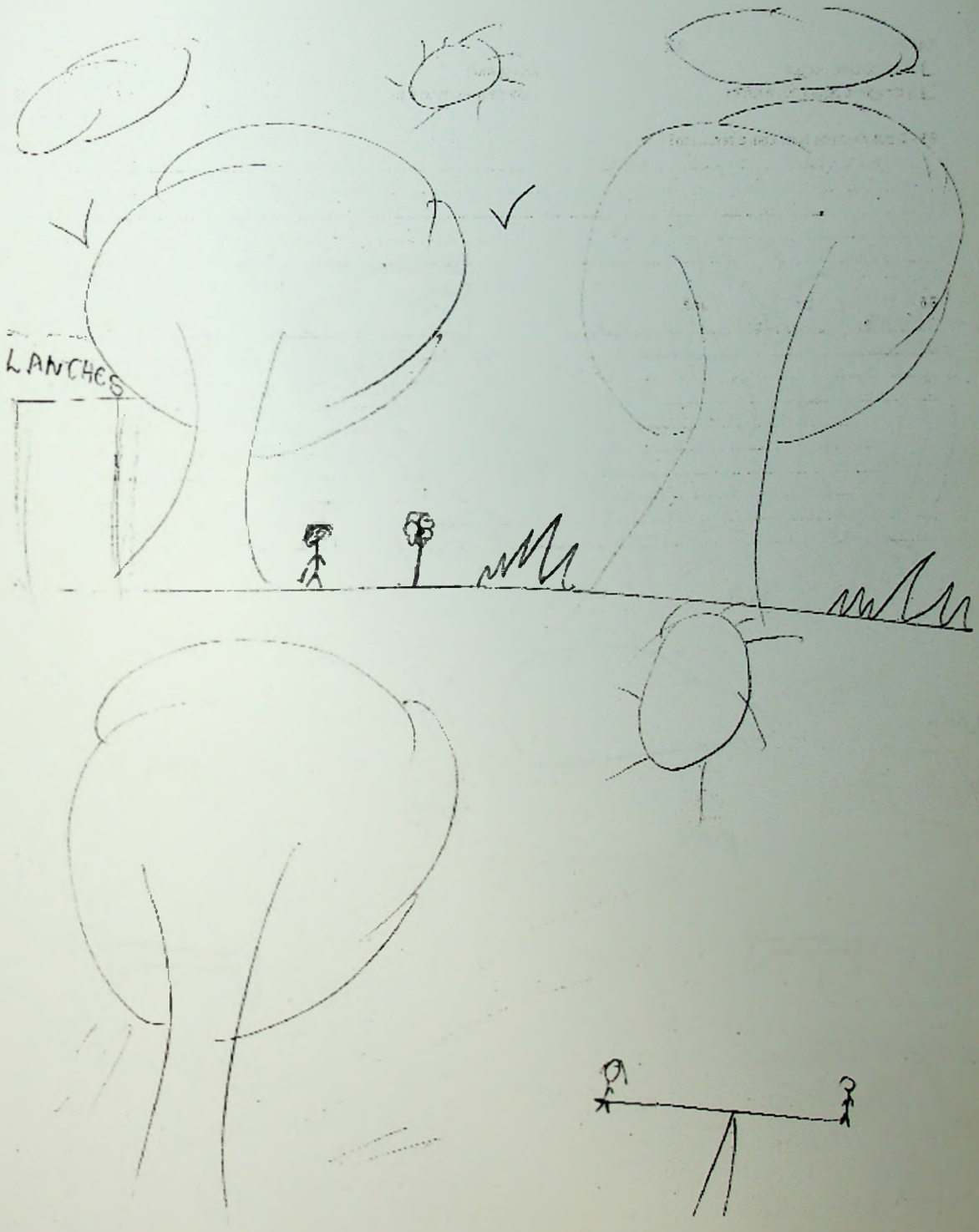


Lilian Lineu de Melo

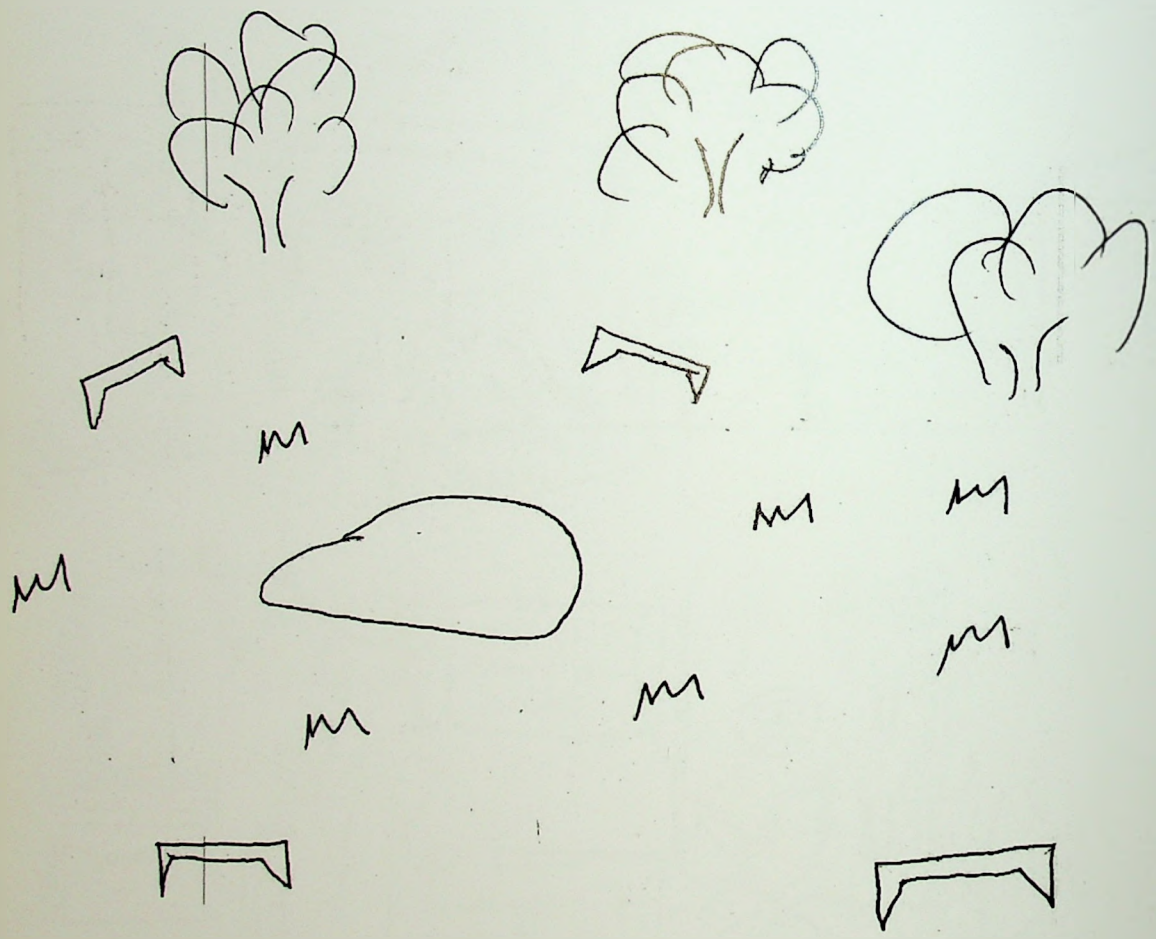




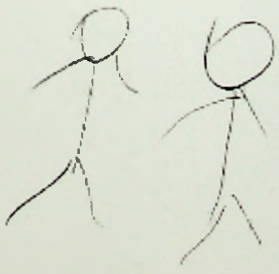
Luci de Moraes Leme



Marcella Ondina Costa Santos



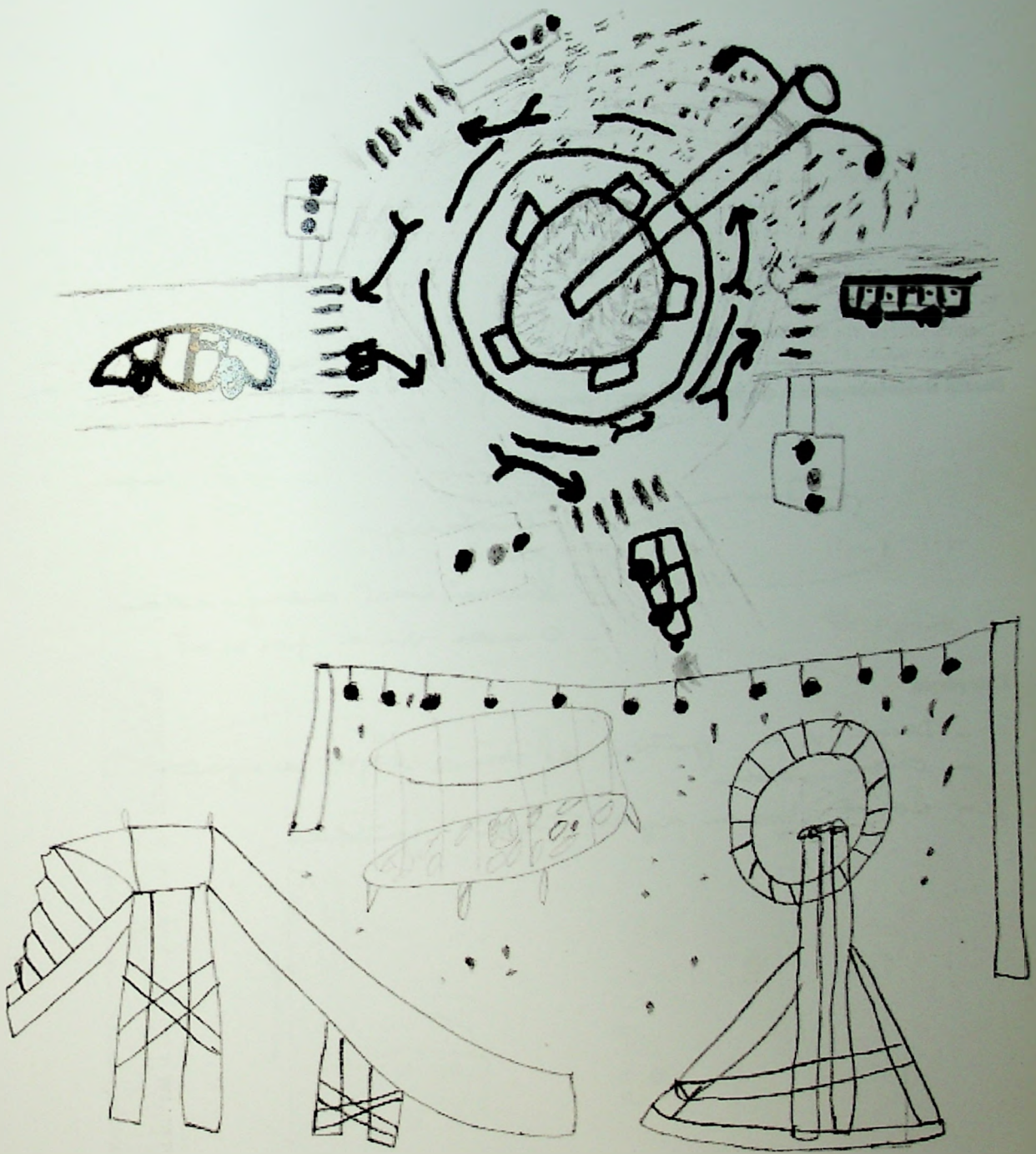
Marcia de Oliveira



Maria Aparecida Freire

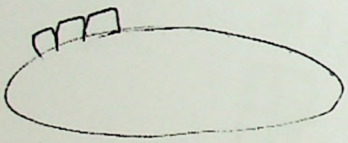
o trahon.

Maria da Gloria Galante de Carvalho



Maria da Paixão dos Santos Crispim Coelho

Descreva abaixo como gostaria que fosse uma praça: (pequena)

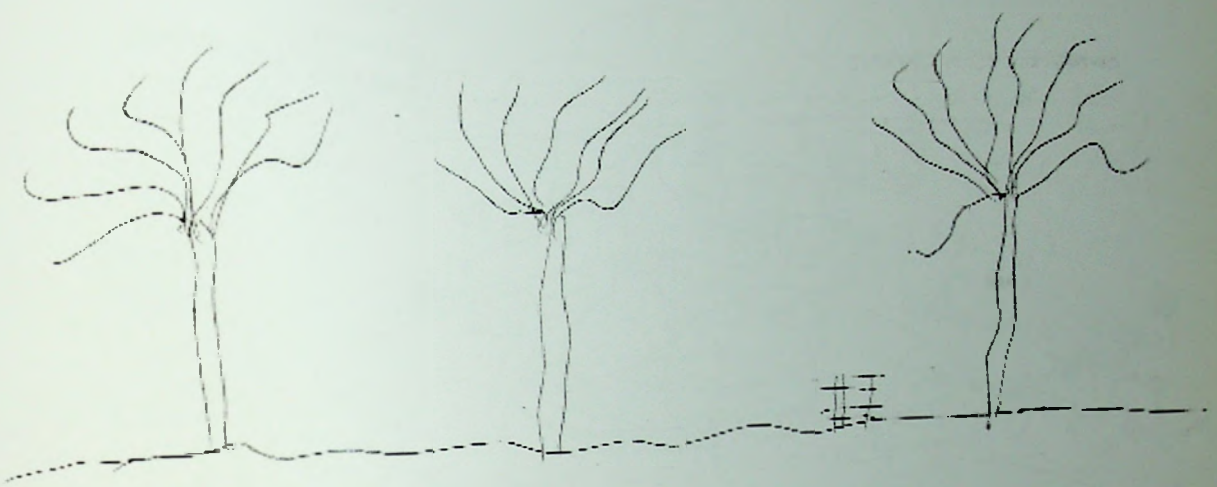


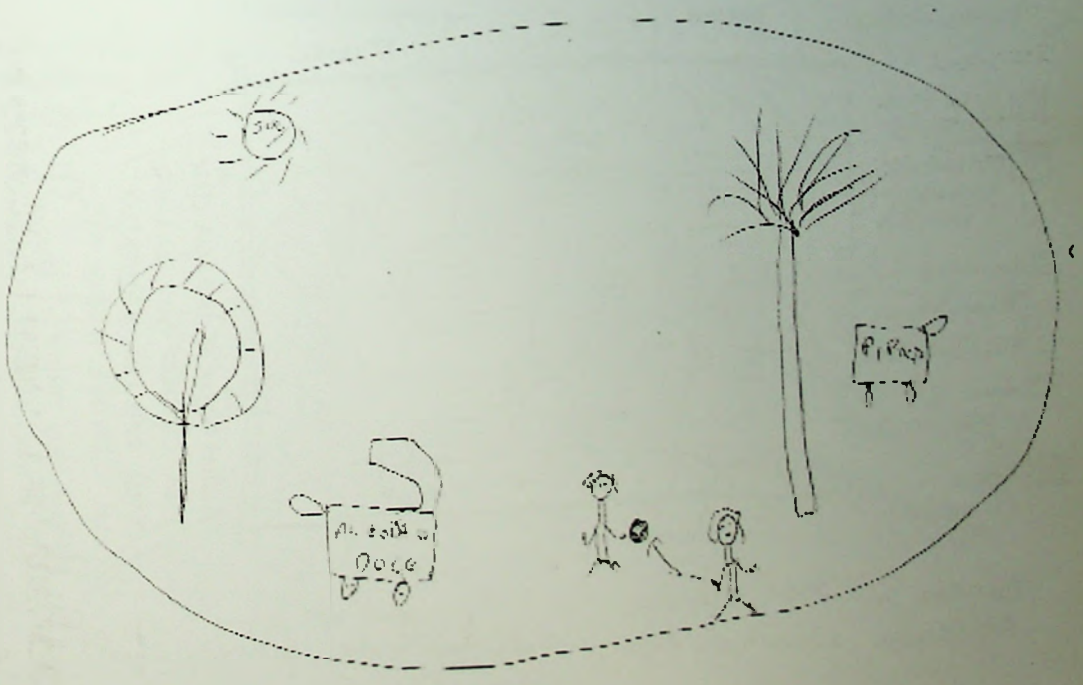
- Verde
- Bancos
- Chafariz
- Jogos
- Iluminação adequada
- O resto vinha por si só

— Segurança

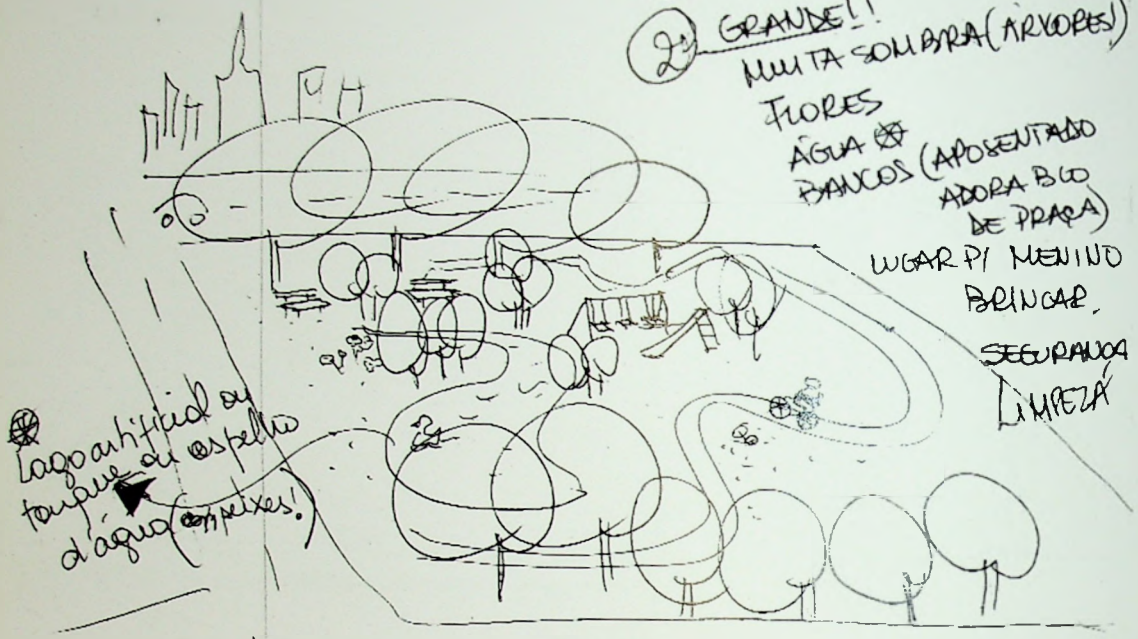
E um parque.

- Local para a prática de vários tipos de esporte
- Área Verde
- Local para apresentações públicas

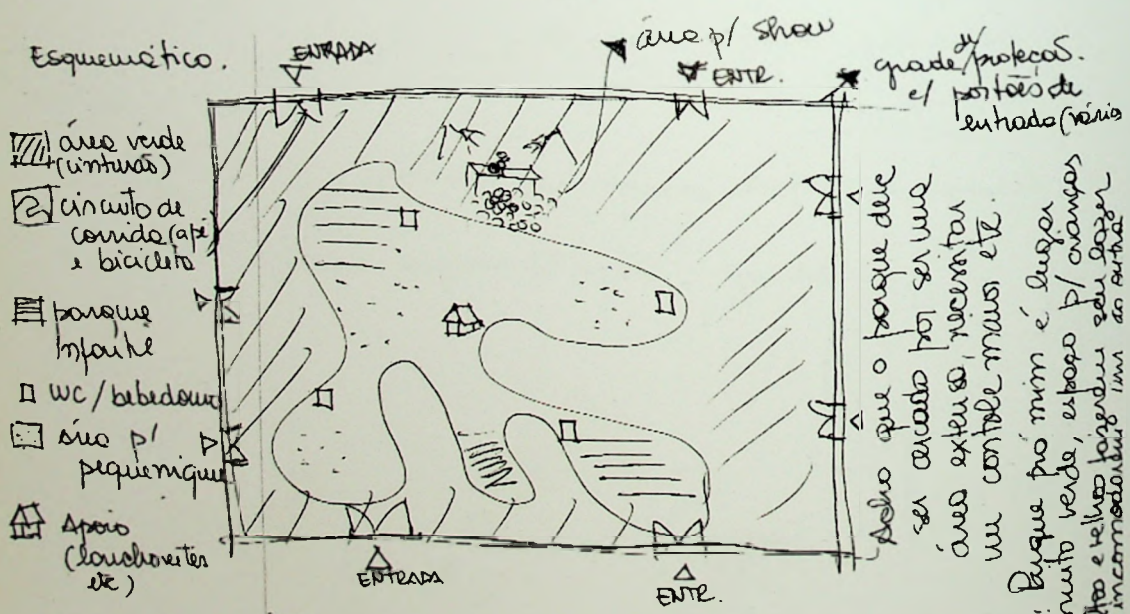




Maria Lourdes Gonzaga Pereira Netto

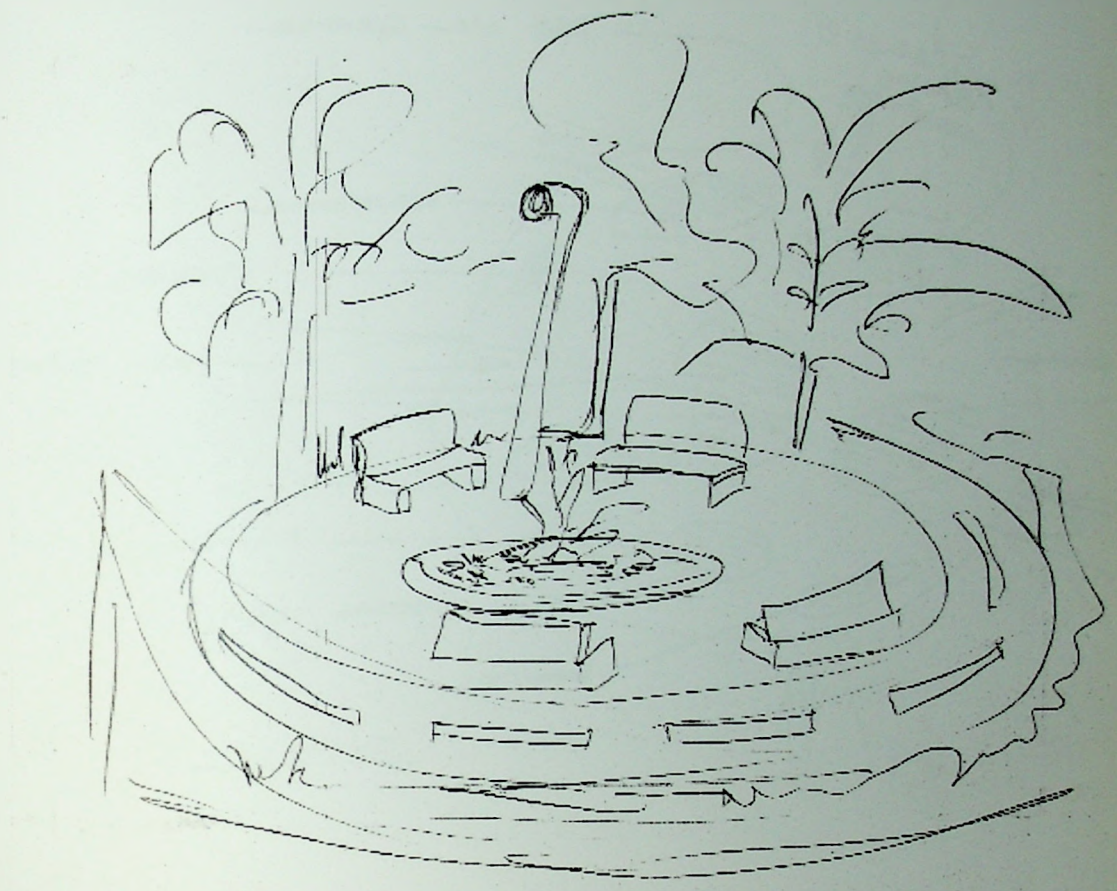


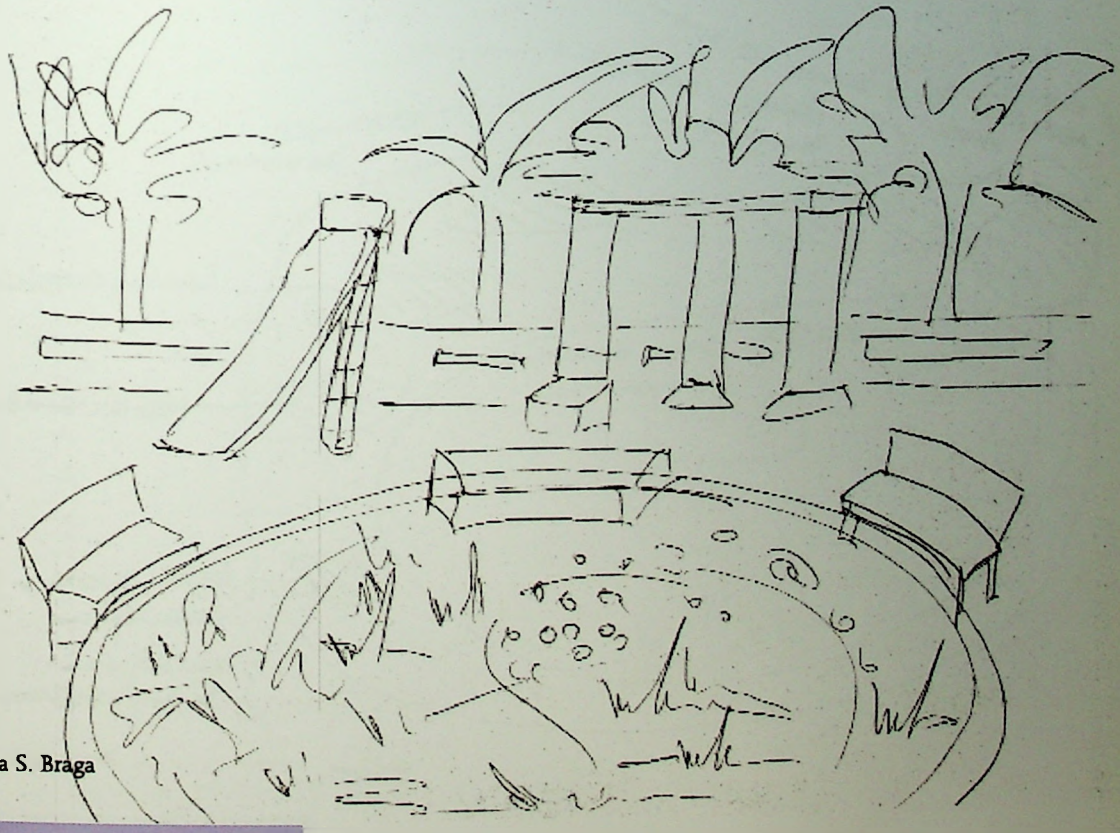
Mas nada disso consegue ser bom se a sociedade é violenta e não é possível sentar na praça e deixar seu filho comer por ele...
...Ou se em cada banco houver um sem teto dormindo... Ou ...



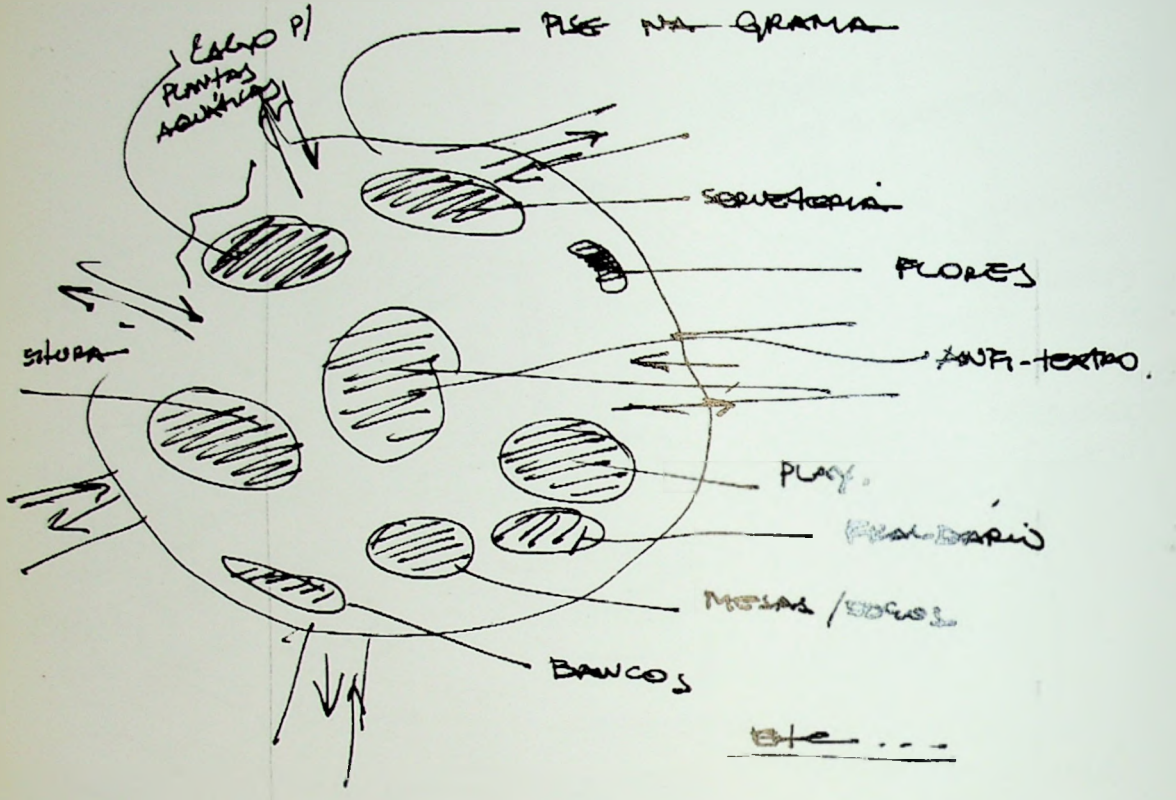
Bancos em todo o parque
Atividades educativas devem fazer parte da programação

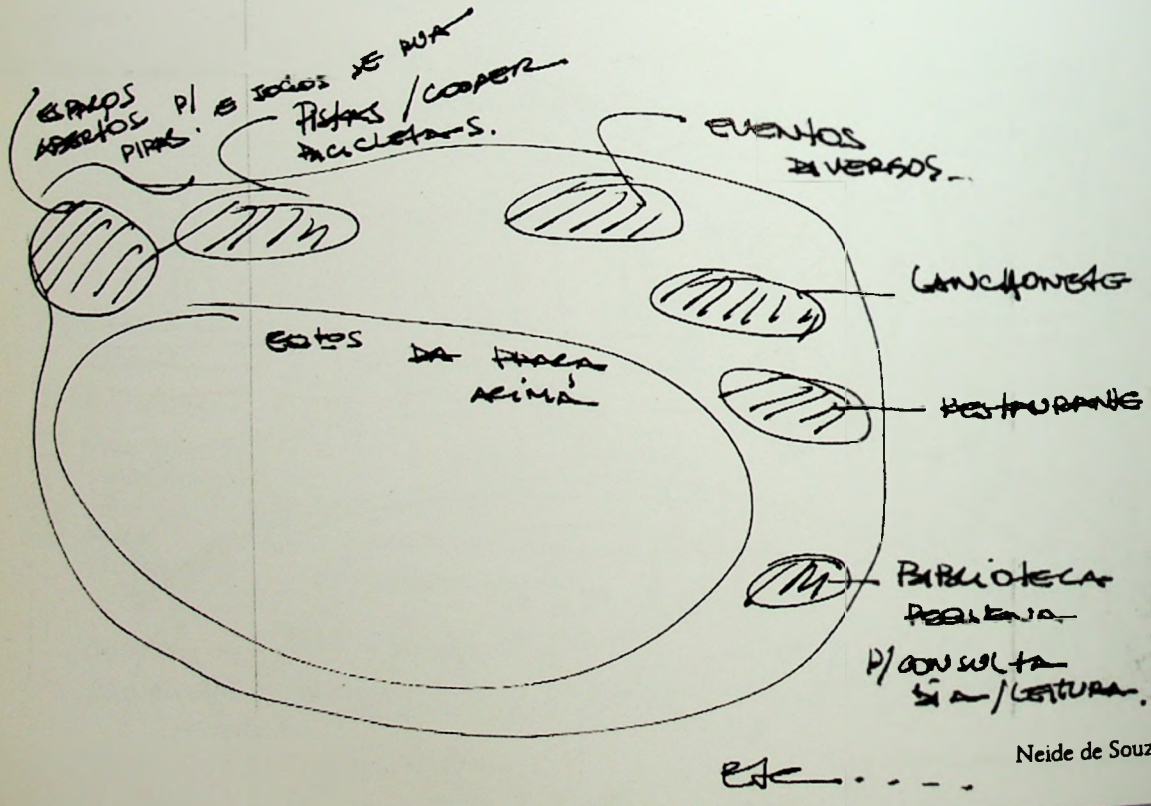
Mariangela Portela da Silva



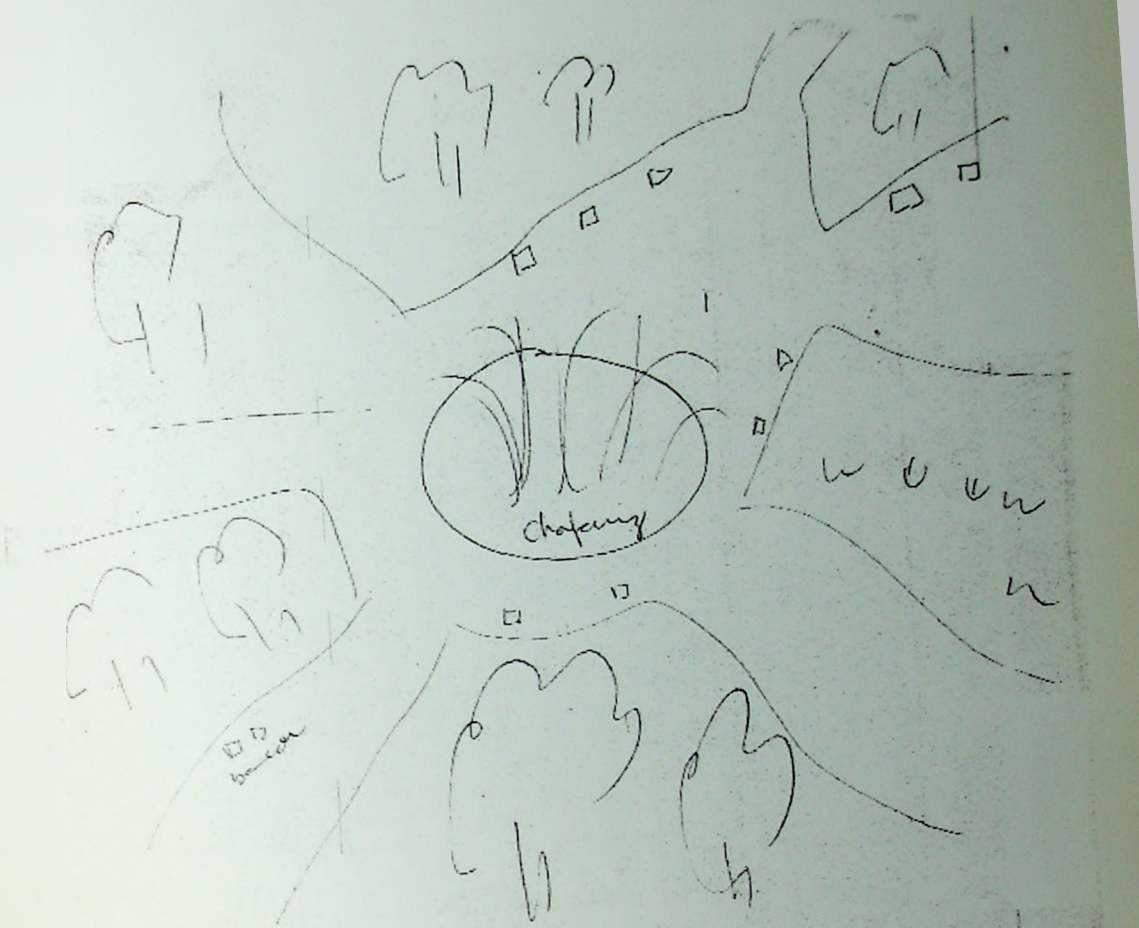


Marlcia Maria S. Braga

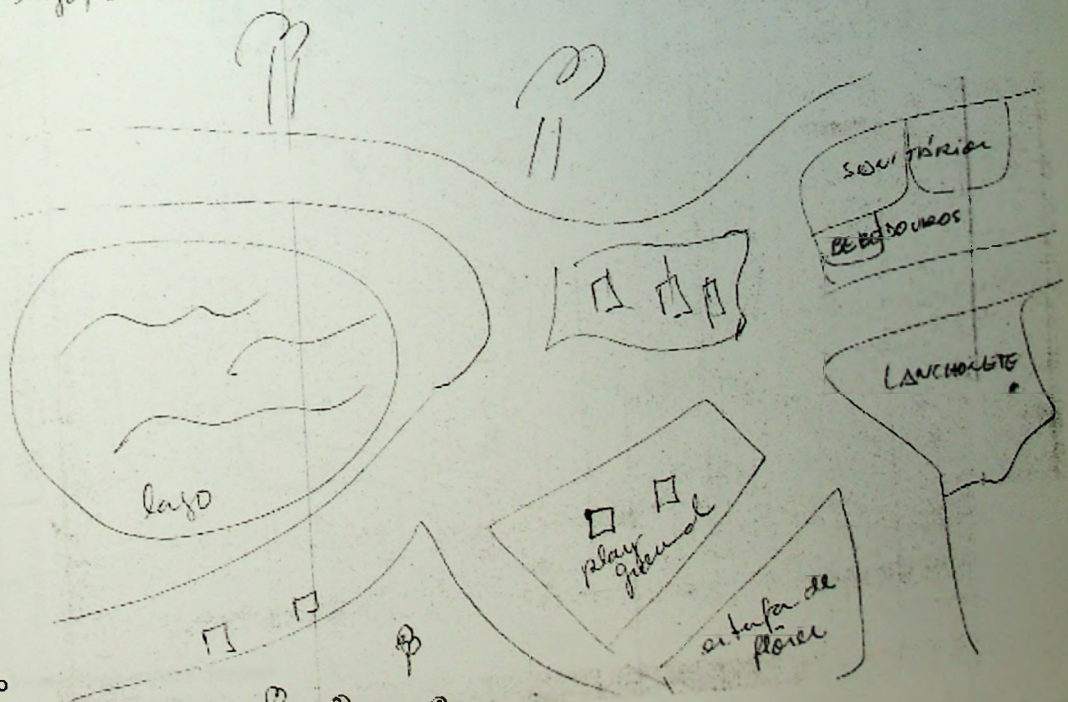


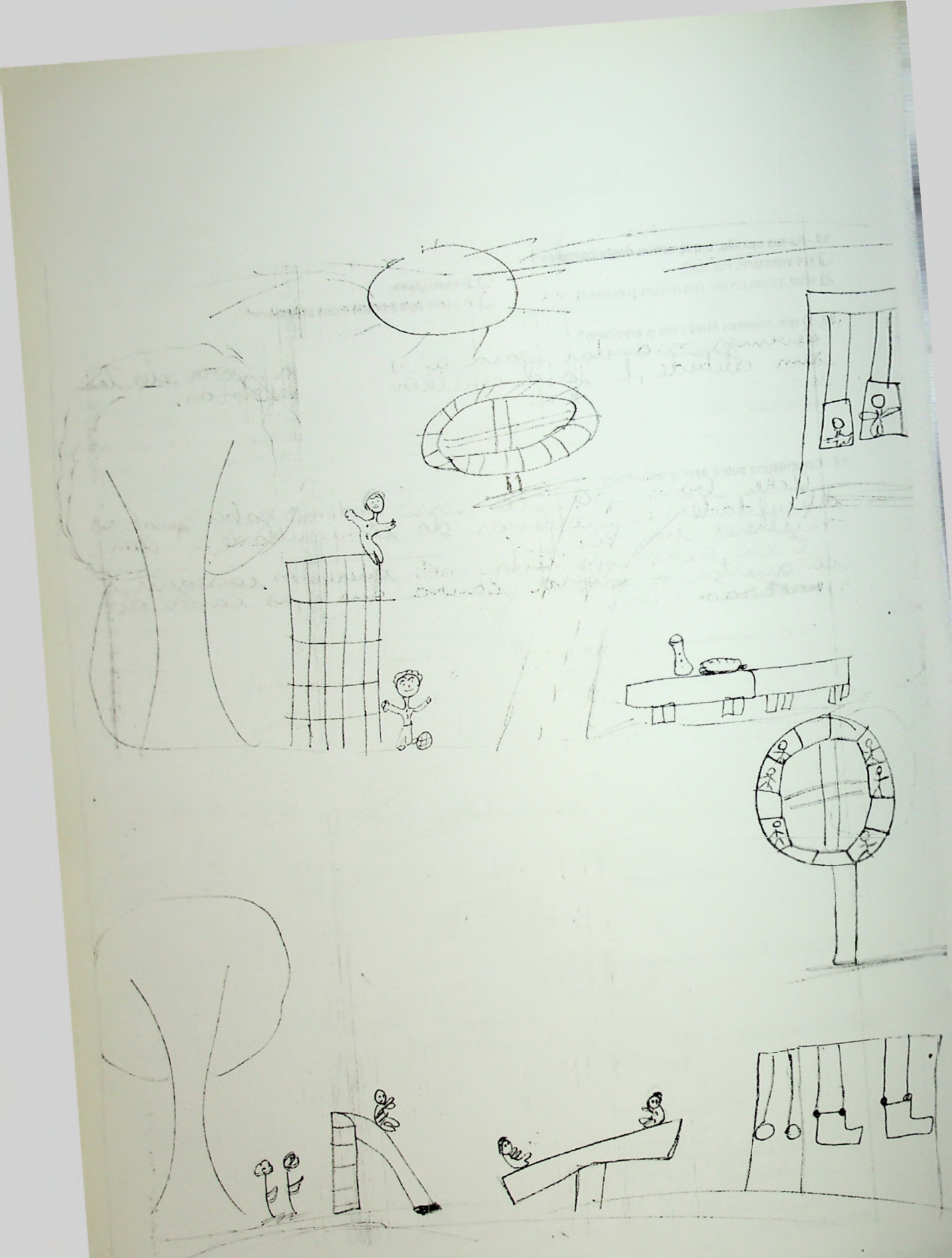


Neide de Souza Ferreira

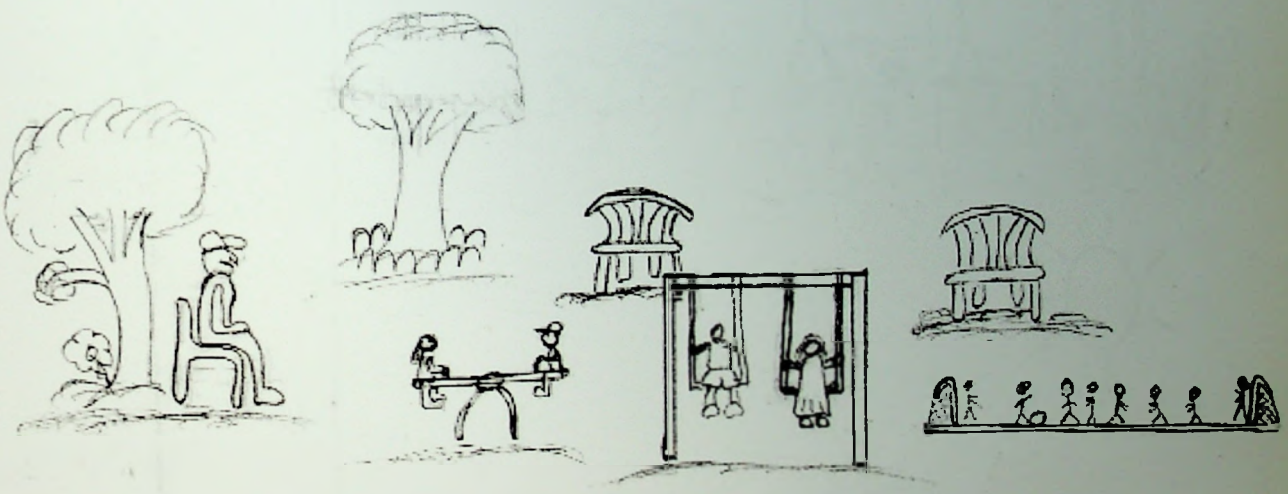


lago, alameda, parquinho, fosquer, fonte de água,



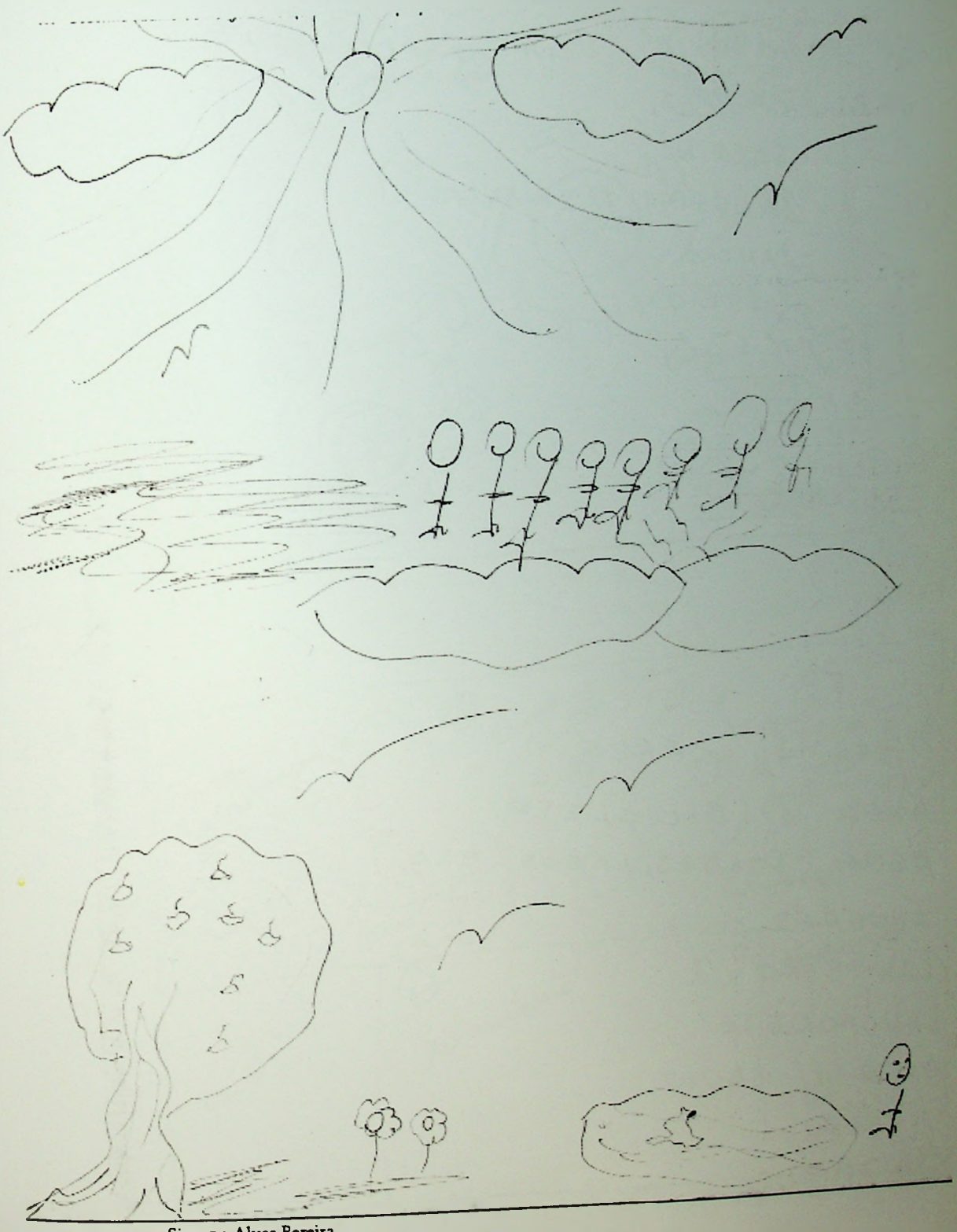


Renata Santos da Silva



Rosângela Leandro do Carmo

Samira Cristina Andretto

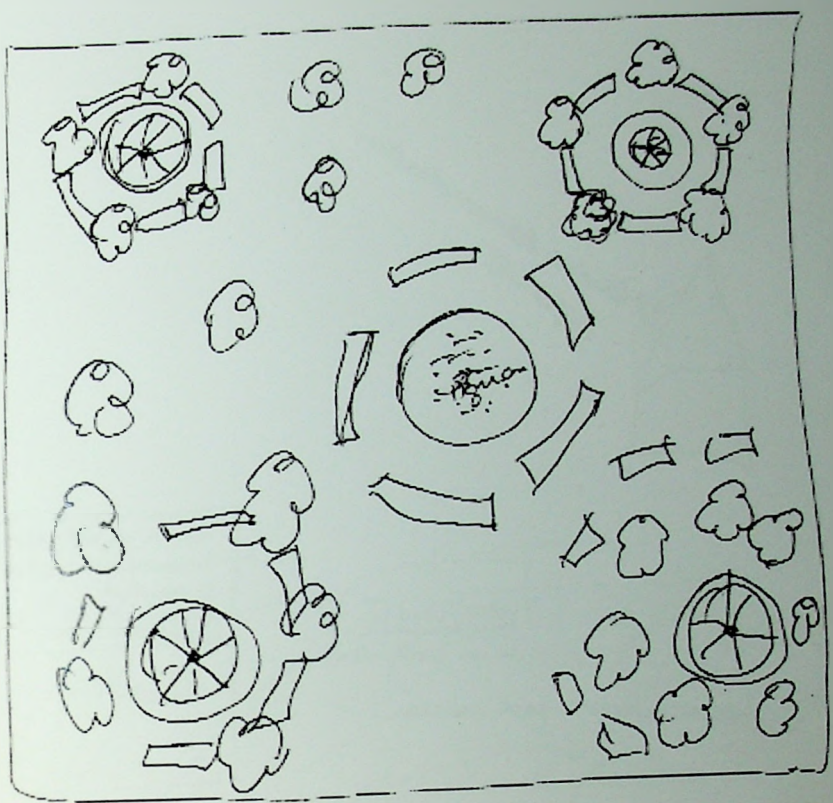


Simone Alves Pereira

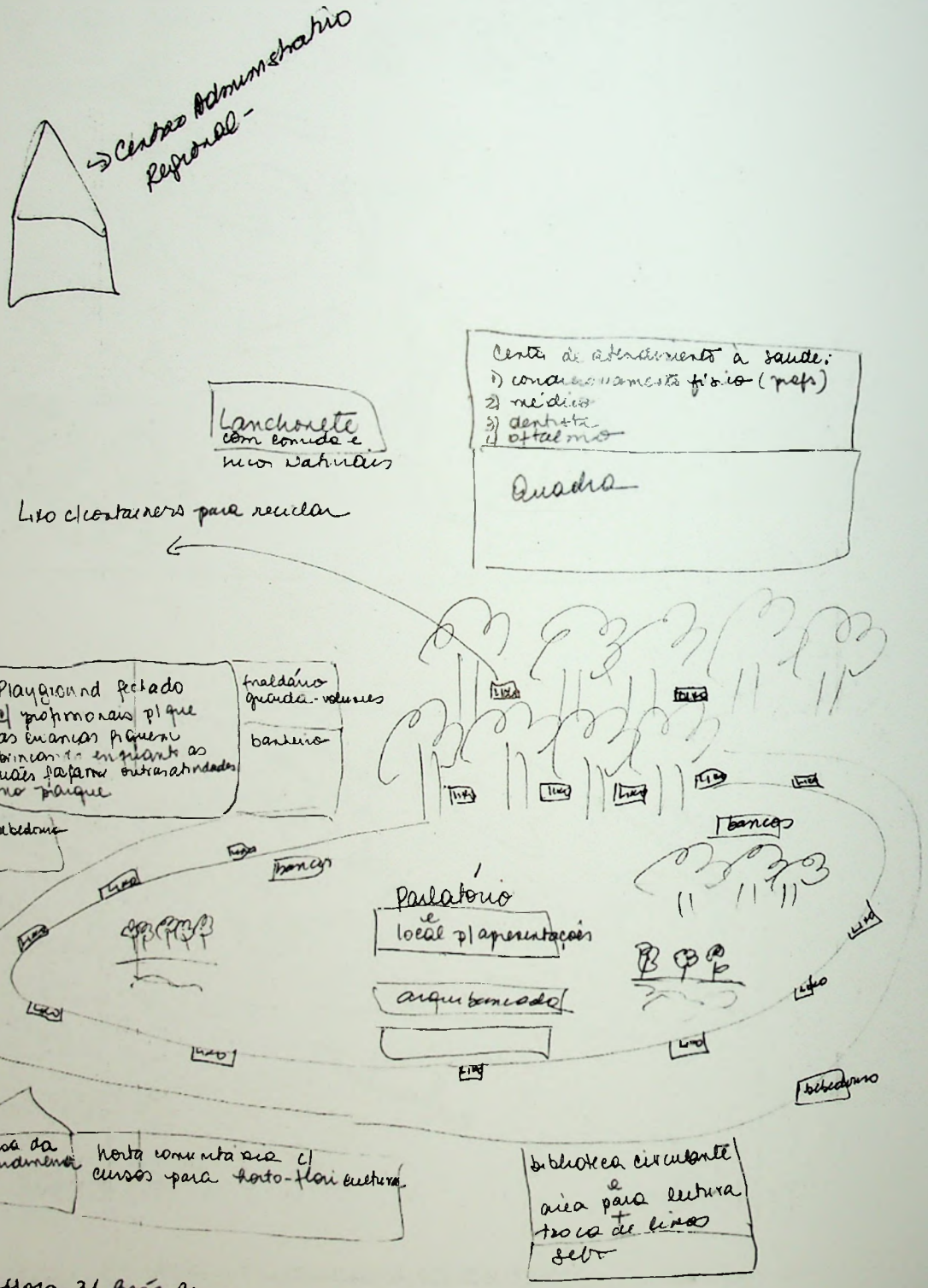
EU ACHO QUE UMA PRAÇA DEVE TER - ÁRVORES,
JARDINS,
BRINQUEDOS P/ CRIANÇAS
BANCOS
PASSEIO

PISTA P/ CORRER
ÁREA P/ BICICLETA
ÁGUA (FONTES, LAGOS, ETC.)
ÁRVORES
BANHEIRO
LANCHONETE
ÁREA P/ SHOW
VIVEIRO
CANTEIROS

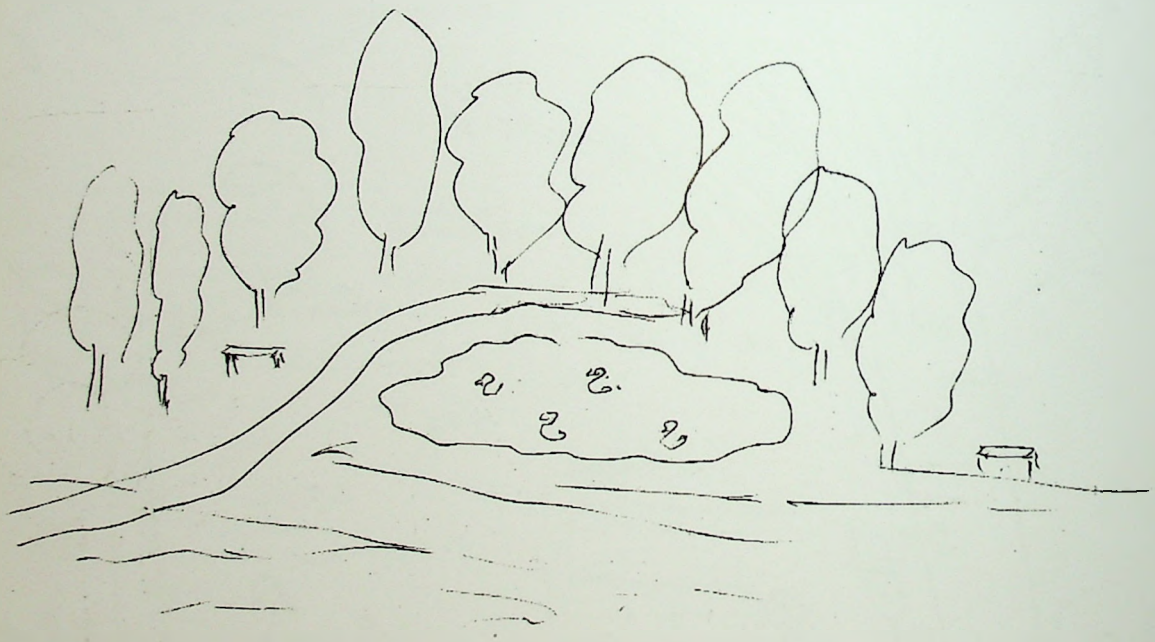
Soraia Vidal



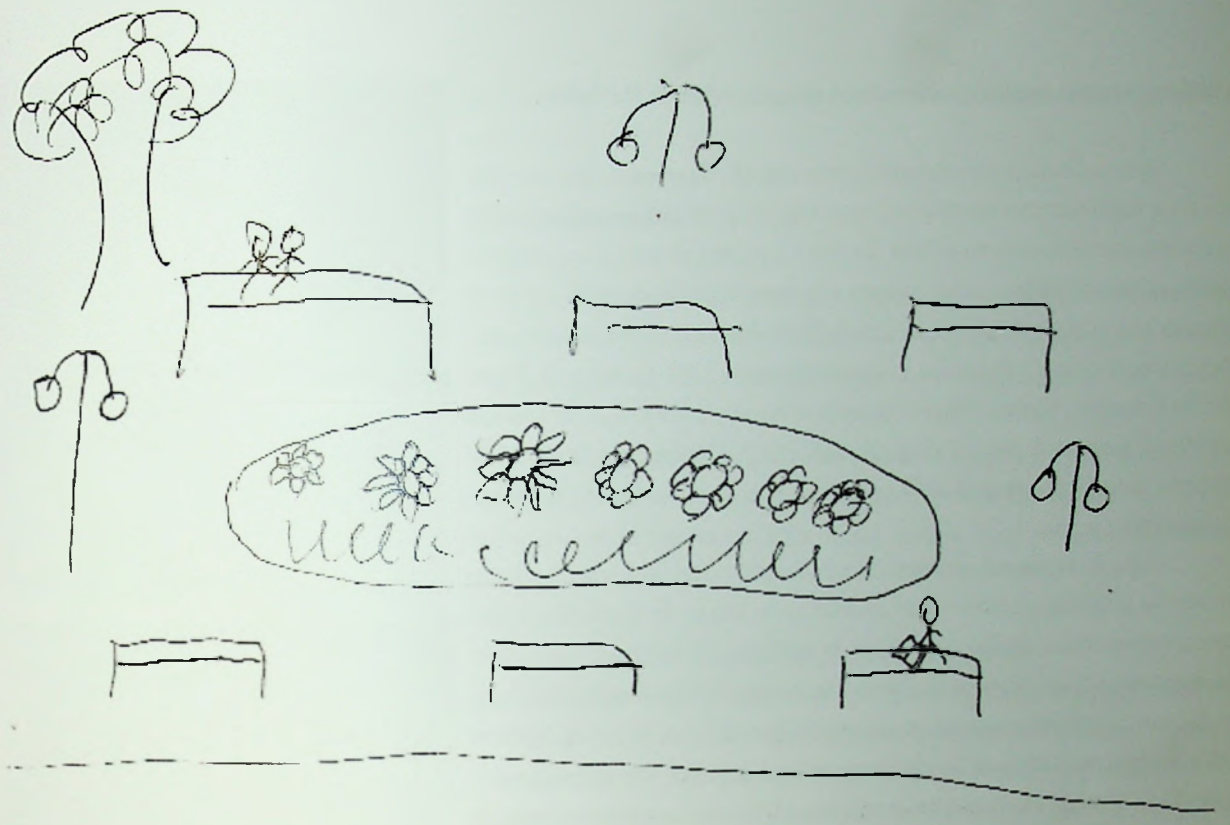
Terezinha de Oliveira Gonzaga

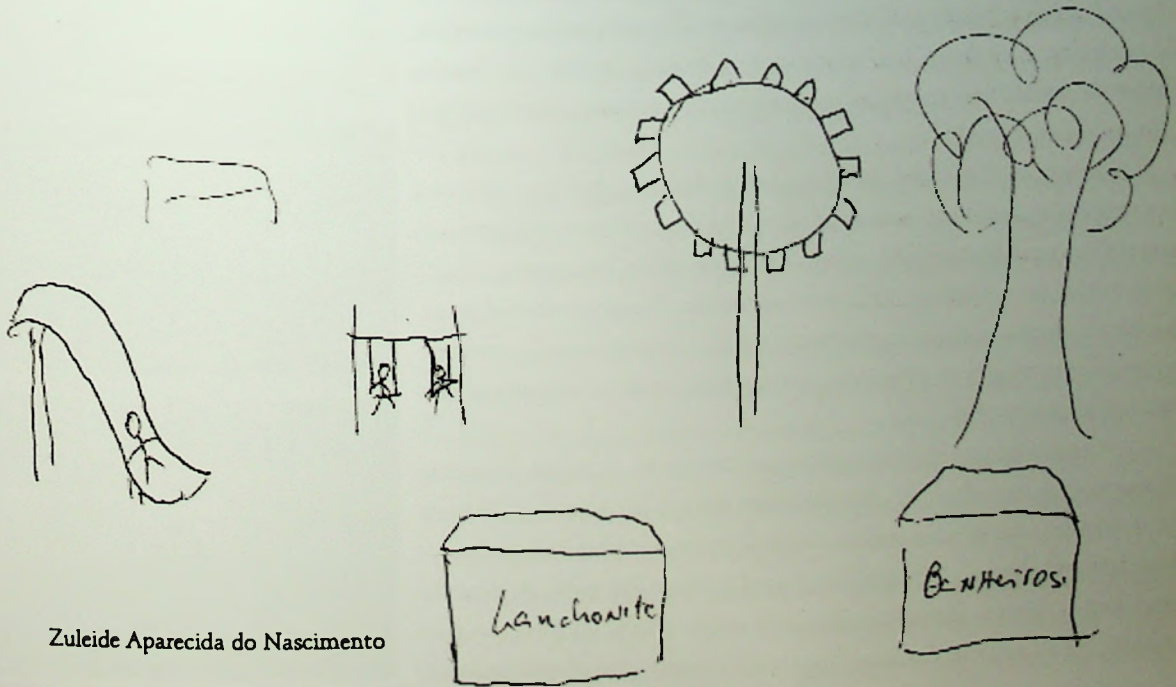

⇒ Centro Administrativo Regional
Lanchonete com comida e nos varandas
Centro de atendimento à saúde:
1) condicionamento físico (profs)
2) médico
3) dentista
4) oftalmo
Quadra
Lixo c/ containers para reciclar
Playground fechado c/ profs nas áreas p/ que as crianças pequenas brincam + enquanto as mães fazem outras atividades no parque
fraldário
guarda-volumes
banheiro
bebedouro
bancos
Palatório e local p/ apresentações
arquibancada
Casa da jardineira
horta comunitária c/ cursos para horto-floricultura
biblioteca circulante e área para leitura + troca de livros
sebo
Valéria, professora, 31, Brás, Branca
Valéria Jacó Monteiro

Vera Lúcia Xavier



Zelia Sakugawa





Zuleide Aparecida do Nascimento

As mulheres pensando, decidindo e intervindo no espaço da cidade de São Paulo

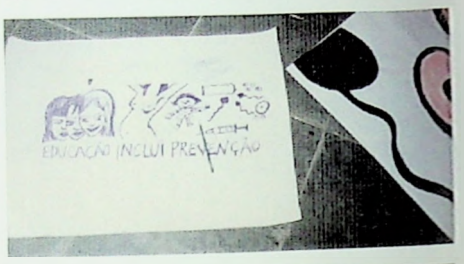
Adotando como metodologia de investigação da questão urbana fundada sobre conhecimentos sociológicos, tecnológicos, econômicos e mesmo físico-espaciais, que se apoiam na própria história é que aqui retrato a experiência, sociológica, psicosociológico, antropológica e de intervenção a partir de um locus feminista uma intervenção ideológica através de outdoors para mudança de comportamento, combater e prevenir a contaminação pelo HIV, produto da 2ª geração de feministas, algumas filhas de feministas outras de lideranças moradoras da periferia, meninas de 14 a 23 anos, em 1997 pós IV Conferência Mundial de Mulheres. Estas fazem parte das 282 pesquisadas por questionário e com desenhos analisados acima.

Aqui destacamos o processo de capacitação e formação de 21 jovens mulheres de entidades populares e de associadas da União de Mulheres, e realizado no espaço físico e político da União de Mulheres de São Paulo. Iniciou-se com duas jovens filhas de sócias da União que se organizaram através da União de Mulheres e decidiram construir um projeto ao qual deram o nome de Agentes Multiplicadoras em Defesa da Saúde. Neste, refletiram sobre sua cidadania, conhecendo a Constituição, o conceito de políticas públicas, adquiriram técnicas de teatro e artes plásticas.

Elegeram como preocupação primeira a defesa da saúde. A maior preocupação dessas jovens é a saúde, a sexualidade e as relações interpessoais. Foi apresentado a elas um programa de oficinas sobre o conhecimento do corpo, com vivências físicas e psíquicas para o desenvolvimento das relações interpessoais, proporcionando intercâmbio com jovens que já estavam refletindo sobre as questões da sexualidade, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, dando destaque para a AIDS.

Refletiram. Passearam seu corpo, sobre seu subjetivo. As reflexões foram dirigidas utilizando-se técnicas de simulação de situações cotidianas propostas por elas mesmas e tiradas de seu dia-a-dia. Realizaram oficinas de reflexão com dramatizações. Estudaram textos e os construíram. Foram apresentados textos sobre a anatomia humana, com bonecos, como a Gertrudes. Escolheram textos para estudar em grupos. Responderam a questões, leram as apostilas, debateram com as palestrantes.

Concluíram que era fundamental interferirem na sociedade e criaram instrumentos por meio da técnica das expressões teatrais (com bonecos de sombras), assim como das técnicas teatrais e artes plásticas. Criaram campanhas de prevenção e de alerta ao HIV, e alguns textos teatrais. Por meio do desenho desenvolveram cartazes, depois transformados em art-doors, no caso, *out-doors* artesanais, que a Central de Outdoors fixou nas principais áreas da cidade de São



Paulo (Avenida 9 de Julho, Estrada do Sapopemba e Estrada do Campo Limpo) em 1997.

Algumas considerações

Esta análise que passamos a descrever foi um trabalho desenvolvido com a utilização de métodos aprendidos na disciplina Sistemática de Pesquisa na Linguagem do Desenho. Dividiremos em duas categorias as análises dos desenhos:

a) no sentido da percepção ambiental coletiva e b) no sentido da percepção ambiental individual. Apenas como método de análise, com certeza essas percepções estão imbricadas com outras análises da subjetividade que não nos arriscamos a inferir.

a) No sentido da percepção ambiental coletiva:

- Há elementos, na praça e no parque, que sempre estão referidos e presentes.
- Há noção de espaços delimitados para a praça e para o parque, originando perímetros que podem ser semelhantes quanto à dimensão de áreas neles contidas e diferentes quanto a elementos que marcam seus limites.
- Há uma forte marca de identidade para a definição de praça e parque, pelo uso que geram como percursos ao ar livre: estar ao ar livre com apoio de equipamentos diversos e necessários a permanências e à realização de percursos sejam estes passeios ou não. Os usos são essenciais para se poder ter um prolongamento das casas de moradia, porém, com a possibilidade do ar livre. No caso de mulheres, sempre presente a preocupação com a/o outra/o. Carrinhos de comida, água, segurança, brinquedos.
- Revela-se a legibilidade do parque e da praça pela presença da natureza, assinalada pela vegetação de vários portes e tipos, do sol, da atmosfera; mesmo denotando-se que a presença da vegetação e de outros elementos naturais, é menor do que deveria ser; quase não se menciona o elemento água, por exemplo.
- Há o sentido do lazer, observado nos comportamentos lúdicos, reforçados pela a existência de brinquedos; a presença do ser humano criança em praças e parques é lugar-comum, reforçando o sentido de família (mãe e filho, etc.).
- Há o anseio da prática de esportes não só como lazer, mas com o interesse em futura profissionalização (tipos diferentes de esportes, visando uma educação para o futuro), não para elas.
- Há falhas nos relacionamentos e no convívio social, o que revela a aridez de tratamento entre as pessoas em cidades grandes, hoje em dia, fruto do receio de ter retornos negativos. As palavras que resumem esse sentido são medo,

desconfiança, desilusão, violência. Houve quem indicasse como identidade de convivência cotidiana nesses lugares a segurança, para evitar o perigo sempre presente, isto é, imagem da violência induzida, inesperada.

Outros indicadores são de interesse quanto à organização do espaço urbano. Como se cada "perceptora" fosse uma aprendiz de arquiteta, qualquer uma delas – aliás, qualquer leiga/o – consegue relacionar volumes, dimensões, alturas, larguras, desenhos iconográficos de edificações, contornos, etc.

Outra evidência do anseio por um uso mais criativo e mais intenso do espaço é à busca do humor pelas caricaturas, quando elas criavam personagens tomando o espaço/praça e espaço/parque como suporte para "histórias em quadrinhos", o tipo de ficção que com tanta facilidade comunica conhecimentos a qualquer perceptora/or. Era como se cada uma delas estivesse construindo uma "cartilha visual" para dizer o que é um parque ou uma praça.

b) No sentido da percepção ambiental individual:

- Os elementos referidos e considerados como comuns à percepção coletiva passam a receber interpretações pessoais e que dependem da personalidade de cada uma/um: a formação e a educação que cada uma teve, as preferências orientadas pela vivência cotidiana e pelos anseios de alcance. Revela-se a projeção de cada indivíduo no todo da coletividade: a unidade projetada no todo, pressupondo a existência de um todo que respeite cada unidade.
- (nós) Cada ser humano tem uma imagem própria e procura os meios de sentir e entender como sua imagem está inserida no meio circundante espacial. Cada elemento ou objeto pode ser uma identificação mais próxima ao modo de ser de cada uma/um, induzindo a compreender o ambiente como se ele fosse a reflexão sobre cada pessoa, originando a significação da(o) "perceptora(or)".

Esses indicadores revelam que vão das significações sociais e econômicas, até as informacionais e estéticas, todas elas com a possibilidade de afetividade: positiva, negativa ou neutra.

Conclusões

Como conclusões gerais, cada um dos conjuntos de indicadores provenientes desses "perceptores" coletivos ou individuais fornece as/os arquitetas(os) e urbanistas dados de interesse a contribuir para a análise do "desenho/projeto" de parques e praças.

Nesse processo ficam evidenciados quais elementos estruturais e de significação devem ser mais bem elaborados a fim de se ter de volta uma percepção ambiental rica em valores, que a cidade deveria proporcionar. Assim se chega a um projetar que tem condições, mesmo que não as efetive, de obter a

melhor "apropriação à leitura visual", na abrangência coletiva e nas possíveis variações que podem compor anseios a cada cultura urbana, levando-se em consideração a percepção feminina.

Constituir "códigos" acessíveis aos tipos de perceptoras(es) de cada lugar, como as mulheres jovens, em nosso caso, é um ponto-chave a orientar uma pesquisa que vise a elaborar planos e projetos, por exemplo, de praças e de parques urbanos.

Possibilita constituir conclusões mais dirigidas à linguagem do "desenho", situadas na relação entre o espaço natural e espaço cultural.

É a resultante perceptiva que revela de modo mais gritante a carência cada vez maior de elementos naturais, que geram um desequilíbrio crescente verificado com a imposição, por parte da indústria da construção civil e das imobiliárias, de mais e mais espaços edificados e construídos. Isso chama a atenção para a importância da educação perceptiva ambiental, pela qual as/os arquitetas(os) e urbanistas são responsáveis quando se trata do desenho urbano, com todas as suas significações pluridisciplinares, que originam a comunicação ambiental. Desenho que deve visar à elevação da qualidade de vida e, em nosso caso, a afirmação da identidade cultural das mulheres.

Do ponto de vista da análise e interpretação visuais propriamente ditas, cada descrição fornece informações para que sejam produzidas as sínteses geométricas mais indicativas, como plantas, vistas e elevações, mostrando a ordenação de percursos preferenciais, de limites perimetrais. E aí se definem superfícies e volumetrias, acrescentando-se detalhes de tipos de equipamentos, e exemplos de desenvolvimento de elementos naturais no espaço/tempo. As informações plasmadas em projeto tornam possível esse reforço da identidade graças ao aparecimento de um acordo profundo, que pode ser verificado na interação de uma realidade física única, uma cultura comum e uma natureza psicológica básica.

Segundo Kevin Lynch, "os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e suas atividades, são tão importantes como suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadoras(es) deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele, participando com as/os outras(os) num mesmo palco. Na maior parte das vezes, nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos, e a imagem é o composto resultante de todos eles".

"A cidade não é apenas um objeto perceptível (e talvez apreciado) por milhões de pessoas das mais variadas classes sociais e pelos mais variados tipos de personalidades, mas é o produto de muitas(os) construtoras(es) que constantemente modificam a estrutura por razões particulares. Se, por um lado, podem-se manter as linhas gerais exteriores, por outro, há uma constante mudança no pormenor. Apenas parcialmente é possível controlar seu crescimento e sua forma.

[10] Lynch, K. *A imagem da cidade*, p. 11-2.

[11] *Ibid.*, p. 22.

Não existe um resultado final, mas somente uma contínua sucessão de fases. Assim, não podemos admirar-nos pelo fato de a arte de dar forma às cidades, visando um prazer estético, estar bastante distante da arquitetura, da música ou da literatura. Pode aproveitar delas grandes contributos, mas não as pode imitar"[10].

Mais adiante, continua Lynch, "do mesmo modo, temos de aprender a ver as formas ocultas na vasta área de nossas cidades. Não estamos habituados a organizar e a imaginar um meio ambiente artificial em tão larga escala; no entanto, nossas atividades coagem-nos a tal"[11].

Legibilidade: O olhar das mulheres jovens

Esta pesquisa ocupa-se da qualidade do ambiente e dos serviços da cidade de São Paulo, e das características visuais dos parques e praças, estudando a imagem mental que as cidadãs entrevistadas têm dela. Concentra-se especialmente numa qualidade visual particular: a aparente clareza ou "legibilidade" dos parques e praças através dos desenhos dessas mulheres. Concentra-se também sobre as imagens sugeridas pelas respostas às perguntas abertas e fechadas.

Com isso, tentamos abordar a menor ou maior facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente. Se esse todo for legível, pode ser compreendido visualmente como uma estrutura de símbolos reconhecíveis. Assim também uma cidade legível seria aquela cujas freguesias, sinais de delimitação ou vias são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamento em estruturas globais.

Lynch defende "que a legibilidade é crucial na estrutura citadina". Por isso, propõe-se a analisá-la em pormenor e tentar mostrar como este conceito pode, hoje em dia, ser usado quando se reconstroem nossas cidades". O estudo proposto por ele é "uma exploração preliminar, uma primeira palavra, e não a última, uma tentativa de atrair atenções e sugerir como as idéias podem ser desenvolvidas e postas à prova"[12].

O aspecto experimental ressaltado por esse autor é o que julgamos estar presente também em nossa atividade não só a de pesquisa, mas também o trabalho político de crítica, conscientização e construção. Estamos constantemente em nossos embates, discussões e práticas sondando esse sentir e esse querer coletivo das mulheres, pois a "clareza ou legibilidade de modo algum é a única característica importante de uma cidade bela, a sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade. Para compreender isto temos de considerar a cidade não como algo em si mesmo, mas a cidade objeto da percepção de seus habitantes"[13].

Além disso ainda, Lynch afirma que "os psicólogos também estudaram esta capacidade humana, se bem que o tenham feito de maneira vaga ou em

12 *Ibid.*, p. 13.
13 Lynch, K. *A imagem da cidade.*
14 *Id., ibid.*, p. 13.
15 *Id., ibid., p. 14.*
16 Lynch, K. *A imagem da cidade.*

condições experimentais limitadas"[14].

Diz mais que, "para a maior parte das pessoas da cidade moderna, perder-se totalmente dentro dela é, talvez, uma experiência rara. Somos apoiados pela presença de outros e por planos especiais de orientação: mapas, nomes de ruas, sinais de rota, cartazes de autocarros"[15]. Lynch fez esta afirmação há perto de quatro décadas. Atualmente as/os psicólogas(os) estudam a construção de representações que sua obra pode causar aos seres humanos e ao corpo social.

Assim como pensamos em geral em termos de orientação, esse autor imagina a hipótese contrária, e fica ainda mais claro o quanto é importante construir esse processo de expressão, auscultação e projetação socialmente dirigida. "Mas permitamos que o dissabor da desorientação suceda uma vez e a sensação de ansiedade e até de terror que o acompanha revelam-nos como tudo isto está ligado a nosso equilíbrio e bem-estar". "A própria palavra `perdido`, em nossa língua, significa muito mais do que as incertezas geográficas que acumulam nela cargas de extrema desventura"[16].

No curso de preparação das mulheres para o mutirão da CDHU oferecemos uma série de oficinas em que elas desenvolviam mapas com o percurso que faziam e o entorno de suas casas, assim como exercícios de utilização do guia de ruas. Relemos as sinalizações comerciais e os signos que estão na cidade. Nessa experiência elas redescobriram até pontos comerciais mais próximos de suas casas, mas que, com a rotina, passavam despercebidos.

Kevin Lynch auxilia-nos a entender melhor nossa experiência, e, por outro lado, depois de passar por ela, a teoria de Lynch fica mais clara para nós: "No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém. Esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada, e ela está habituada a interpretar informações e a comandar ações. A necessidade de conhecer e estruturar nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado, que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo"[17].

Este capítulo foi o trabalhado durante o processo primeiro da pesquisa que ainda, era o mestrado. Minha intenção é transformá-lo num livro cruzando dados como solteiras x casadas que trabalham longe da moradia, a questão da maternidade, da inclusão digital e a escolaridade permeiando o impacto na demografia, na reprodução. Assim como a questão do das 48% que também, trabalham fora de casa. Assim como um aprofundamento na análise dos desenhos. As experiências seguintes utilizei de forma apurada estas impressões colhidas na pesquisa de campo, principalmente, as anotações daquelas que foram muitas, que falaram muito do que a grandeza em termos físicos, territoriais e culturais modificaram suas representações primeiras inclusive as que vieram meninas de suas terras natal.

[17] *Id., ibid.*, p. 14.

6. O Planejamento Urbano do Ponto de Vista de Gênero

Capítulo VI O planejamento urbano do ponto de vista de gênero: rompendo com a segregação espacial das mulheres

É interessante notar que, já são doze anos pensando a cidade no feminino, mesmo estando presentes, participando, as mulheres são, muitas vezes, postas à margem do processo, e o seu trabalho nos mutirões, sobretudo o ligado às tarefas mais domésticas, como cuidar da alimentação do restante do pessoal, não é reconhecido.

Um exemplo disso ocorreu no I Encontro de Mutirantes, em Santo André, realizado em setembro de 2003, e que acabou deixando de fora as mulheres do mutirão da praça da Rua Eusébio de Queirós, próximo do local do evento. Quando os participantes do Encontro visitaram o trabalho realizado na praça, foram abordados por dona Odila, uma das mutirantes, que, descontente de ver seu trabalho não reconhecido, disse firmemente: "Eu, que ajudei tanto nesse mutirão, que fiz tanto pão de batata, na hora de participar do Encontro, nem fico sabendo. É demais, eu não aceito isso!" (Maria Helena Ribeiro, Projeto Municipal Viva a Cidade)[1].

Calió afirma, em 1992, que "são novas as discussões e re-leituras do urbano, que estão levando à revisão do conceito de políticas urbanas, a partir das especificidades de gênero". Diz ela que também o planejamento urbano do país vem tendo dificuldades em elaborar, em meio a seus procedimentos técnicos, essa nova leitura da vida urbana, que incorpore tanto a crescente presença das mulheres nas lutas pela apropriação do espaço como as questões que envolvem suas vidas na cidade.

E vale a pena enumerar os diferentes tipos, que são muitos, de problemas enfrentados pelas mulheres no contexto urbano, pois eles, por si só, já dão uma dimensão estratégica da vida das cidades: violência, terciarização acompanhada de feminização da força de trabalho comprada a baixos salários, aumento do número de mães solteiras e sozinhas, empobrecimento crescente das mulheres idosas e das chefes de família, além da dificuldade de acesso aos serviços sociais de habitação, lazer, cultura, educação, etc.

A primeira experiência no Brasil a partir da qual o movimento de mulheres passou a discutir a gestão e reordenação democrática do espaço urbano foi um trabalho árduo, realizado em Santo André, que culminou com a inclusão de um plano setorial no Projeto de Lei do Plano Diretor – aliás, o único Plano Diretor do país a contemplar a questão específica da mulher –, intitulado Plano Municipal dos Direitos da Mulher, enviado à Câmara Municipal daquela cidade em 1991. Este processo representou um grande amadurecimento na discussão de mulher e cidadania[2].

Eis, em resumo, como se deu o início do processo de discussão que resultou na proposta desse Plano Municipal: primeiramente foi constituída uma comissão de trabalho pela Assessoria dos Direitos da Mulher, órgão da Prefeitura de Santo André responsável pelas políticas públicas voltadas para as mulheres. E

[1] Calió, S.A. *Mulher e espaço urbano*, Lopes, M.M./Assessoria dos Direitos da Mulher/Prefeitura de Santo André (SP), 1992, p. 3.

[2] Assessoria dos Direitos da Mulher. Apresentação, p. 2; *Mulher e espaço urbano*, 1992.

essa comissão decidiu formular para as mulheres da cidade de Santo André as seguintes questões: como cada mulher sente a cidade? E como a cidade expressa seus desejos e sonhos?

Calió afirma que a cidade, produto de cada sociedade e suas contradições, reproduz espacialmente a situação de discriminação social vivida pelas mulheres, pois nela a divisão do espaço e do tempo expressa as mesmas divisões existentes na sociedade. E a maneira pela qual a cidade é estruturada afeta diretamente o tempo das mulheres: o importante fator da definição dos locais de moradia, dos equipamentos, do trabalho é o que determina seus trajetos, e se eles serão desgastantes ou gerarão contatos enriquecedores com a paisagem urbana.

Ressalta também essa autora que a mulher, como principal administradora do cotidiano da família, vive em eterna corrida contra o relógio, tentando combinar e conciliar o emprego com os afazeres domésticos, com o horário da escola das crianças, com as contas a pagar, com o doente da família que ela tem de levar ao médico e de quem tem de cuidar, etc. Seu direito de usufruir a cidade enquanto cidadã está diretamente ligado e condicionado a seu papel social.

Com relação a esse direito ao espaço livremente apropriado para a vivência pessoal, Calió salienta que a mulher dificilmente se sente à vontade em sentar numa praça sozinha para ler, pensar na vida e relaxar, porque logo algum homem, passando por ali e vendo uma mulher sozinha, sente-se no direito de importuná-la, pois, "afinal, uma mulher sozinha, em um parque ou uma praça, está querendo alguma coisa..." Realmente, pode-se constatar que a mulher já não está predisposta a se permitir esse direito.

Essa autora chama a atenção também para uma nuance do comportamento masculino (enquanto tendência, pois não se trata, é claro, de comentar atitudes de indivíduos isoladamente), que se modifica, conforme a mulher se apresenta: "O mesmo cidadão, passando por ali, deparando com a mesma cena, mas com a mulher rodeada de crianças, pensará 'essa mulher está trazendo seus filhos para passear no parque, cumprindo, como manda a sociedade, seu papel protetor de mãe, e, portanto, nada deve importuná-la', ela está segura, no papel exemplar de mãe, conseqüentemente, é esposa de alguém".

Os lugares públicos estão identificados com os tipos de mulheres que a sociedade produz. Por exemplo, quando uma mulher com filhos jovens procura um apartamento para alugar numa rua como a Bela Cintra, por exemplo, faz geralmente a seguinte pergunta: qual é o lado dessa rua em que ficam as putas? Quero que o meu apartamento fique em outro trecho.

Calió reflete sobre o espaço público e introduz o conceito de "lar expandido". Respondendo à questão de saber quais são os espaços da mulher na cidade, diz ela que, quando a mulher não está em seu local de trabalho, está pre-

sente nos espaços ditos femininos da cidade (supermercado, feira, posto de saúde, etc.), verdadeiras extensões do espaço privado do lar. Fica claro que o espaço público admitido para as mulheres é o "espaço público expandido do lar".

É certo que acabou o tempo da mulher trancada dentro de casa, cuidando apenas dos afazeres domésticos. De todas as atividades requeridas pela vida urbana atual, uma série de tarefas, para serem realizadas, necessita de haver mulheres em outros espaços que não sejam somente o do lar: hospitais, escolas, padarias, lojas, supermercados, bancos, *shoppings*, dentista, médico, etc. São espaços públicos em que se dá a reprodução da força de trabalho necessária à manutenção do sistema capitalista, e aí a participação da mulher é fundamental. Por isso mesmo o chamamos de "lar expandido": é espaço público, porém, no fundo, extensão das atividades do lar.

Na cidade, a mulher que trabalha fora de casa está, em sua maioria ainda, confinada nos guetos do trabalho feminino, verdadeiros prolongamentos das suas atividades ditas "naturais". E o resultado disso é que a mulher que casa, tenha filhos ou não, torna-se a "esposa ou a mãe-esposa que trabalha", tendo de suportar uma dupla jornada de trabalho.

Talvez se pudesse considerar que a mulher solteira e sem filhos seria então mais favorecida para aproveitar a vida urbana. Mas nem sempre é o que acontece. Proibições, exclusões, violência física e moral marcam seu cotidiano, trazendo como conseqüência a familiaridade com o medo em sua presença nas ruas.

Calió insiste em que a cidade abre os braços à mulher que se apresenta como agente do consumo. O trabalho doméstico não é reconhecido como produção social, só o consumo dá legitimidade à presença da mulher no espaço externo à casa. Apesar de a sociedade negar à mulher a liberdade de decidir sobre seu próprio corpo, o corpo feminino povoa os muros e cartazes, consumido como signo das manipulações mercantis. Só assim, como mulher objeto sexual, a mulher tem seu pleno espaço na cidade. Um grande paradoxo.

No entanto, como lembra nossa autora, "apesar de tudo, a cidade atrai: um espaço proibido e, ao mesmo tempo, desejado"[3]. Não podemos nos esquecer de que é na cidade que ocorrem as inovações técnicas, econômicas, políticas e intelectuais, é, portanto, aí que o papel da mulher também se transforma.

Atualmente, considerando a economia que se processa dentro do lar, ela tem deixado de aparecer como produtora de bens diretamente consumíveis, para figurar mais como produtora de serviços. Em parte isso se deveu às mudanças tecnológicas dos últimos tempos. Vindos da chamada "era da modernidade", os equipamentos eletrônicos, que rapidamente ficam obsoletos, o automóvel onipresente, a enxurrada de novos produtos, etc. de fato alteraram o trabalho da mulher, mas cabe perguntar se isso trouxe um real alívio...

[3] Calió, S.A., 1992.

Na produção fora do lar, ela aparece cada vez mais presente, tendo em vista todo o processo de terciarização e a conseqüente feminização da mão-de-obra por que passam as grandes cidades. Apesar da dupla jornada de trabalho, a mulher, ao entrar no mundo do trabalho externo, considerado social e que, portanto, se leva em conta – e ganhando, pelo mesmo trabalho, menos do que os homens –, não deixa de obter ganhos, faz novas amizades, rompe o isolamento, ampliando assim o seu mundo.

"A cidade do urbano abandonado" é dura, violenta, e transforma a sobrevivência em um ato de luta diária. As mulheres – trabalhadoras dentro e fora de casa – estão na linha de frente dessa luta, apesar de toda a invisibilidade imposta pela cultura patriarcal, que as nega, as esquece, as desvaloriza. A jornada é dupla, tripla, e representa um esforço gigantesco para tentar administrar o inadmissível[4].

Pode-se dizer que essa compreensão do que é a estrutura social sob a égide do capitalismo e de como têm-se dado as mudanças sociais nas últimas décadas está hoje ao alcance de todos os movimentos organizados de reivindicação. Assumindo essa visão mais sintonizada da sociedade, a fundamentação das políticas públicas de gênero, para que se abra espaço à democratização da cidade, levada a cabo pela Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André parte do princípio de que mulheres e homens vivem diferentemente os problemas da vida urbana.

O papel – que se tem revestido de importância cada vez maior – das mulheres na reprodução da força de trabalho e na família torna-as presença marcante e quase obrigatória nas lutas sociais pela melhoria dos serviços urbanos e da qualidade de vida, lutas que, muitas vezes, têm início graças à própria iniciativa feminina.

Destaca também o documento lançado pela Assessoria que o conceito de pleno exercício da cidadania só terá aplicação real na vida das mulheres se significar enfrentamento direto de suas questões específicas. Propõem-se assim sistemas especiais de defensoria contra a violência e contra a discriminação no emprego; políticas de saúde integral; a criação de novas oportunidades em todas as áreas da economia; a garantia de acesso à educação e à formação profissional; incentivos à criação de rendimentos, facilitando-se o acesso ao crédito; a criação de políticas habitacionais específicas, etc.

Tudo isso visando a partilhar as responsabilidades da reprodução da força de trabalho e formular políticas afirmativas que criem a base para que se exerça a igualdade de direitos e deveres, tal como se dá no exercício da paternidade.

Esse documento considera que as lutas empreendidas especificamente pelo movimento de mulheres, assim como aquelas levadas a efeito pelos diversos

[4] Calió, S.A., 1990.

movimentos populares com presença atuante das mulheres, por melhores condições de vida e moradia, por creches, por educação não sexista, por trabalho igual para salário igual, formação profissional, saúde integral, livre sexualidade, contracepção, aborto, SOS-mulheres, delegacias de defesa da mulher, casas de refúgio, centros de atendimento jurídico e social, grupos de bairros, grupos culturais, etc. seriam, antes de mais nada, lutas pela efetivação do direito à cidadania.

Dá-se aí destaque às mulheres como gestoras da configuração urbana, porque são essas que desencadeiam, em sua maioria, as lutas por serviços urbanos e sociais, envolvidas que estão na manutenção da sobrevivência cotidiana da família e da qualidade de vida desta. Criando seus grupos e suas redes de solidariedade, democratizam a sua própria vida, mas também a vida urbana, que se torna mais rica e aberta.

Depois da fase de elaboração, conseguiu-se que o Plano Municipal dos Direitos da Mulher (PMDM) fosse inserido na proposta de Plano Diretor. E nele duas foram as orientações que estiveram na base das cinco diretrizes de que foi composto:

- estabelecimento, em todos os setores da administração, de políticas específicas voltadas para as mulheres;
- garantia de representação das mulheres, por intermédio de suas diversas associações, nos programas sociais da municipalidade.

Um plano para as mulheres na cidade

Como elemento básico para muitas das formulações que desenvolvemos neste Capítulo VI, transcrevemos abaixo as partes mais significativas do PMDM:

Seção XII – Constituem diretrizes do Plano Municipal dos Direitos da Mulher:

I – estabelecer políticas públicas aos órgãos municipais, combatendo a discriminação e objetivando a melhoria da qualidade de vida da população feminina da cidade;

II – estabelecer maior participação do poder público na socialização do trabalho doméstico, visando a facilitar a gestão da vida cotidiana com melhoria e criação de equipamentos sociais, tais como: postos de saúde, creches, refeitórios, cozinhas e lavanderias coletivas, escolas em período integral;

III – formular programas de ampliação de emprego e incentivos fiscais, financeiros e técnicos, voltados especificamente para as mulheres, de modo que se estimule a formação e o desenvolvimento de pequenas e microempresas;

IV – estabelecer normas para a formação de um banco de dados sobre

a mulher no município, objetivando inventariar a situação da mulher andreense;

V – assegurar a participação das mulheres na elaboração, acompanhamento e gestão dos programas e equipamentos públicos.

Apresentamos abaixo também a íntegra dos itens específicos, ou de interesse para as mulheres, que foram incluídos no Projeto de Lei do Plano Diretor, além do Plano Municipal dos Direitos da Mulher:

Título II – Do ordenamento territorial

Capítulo IV – Das diretrizes específicas

Seção II – Da ampliação da oferta de moradias

Parágrafo Único – A política habitacional conterá as seguintes diretrizes:

I – Programas municipais de habitação atendendo, com prioridade, as mulheres chefes de família, particularmente as que trabalham no setor informal e sem acesso aos financiamentos convencionais;

II – Projetos habitacionais contemplando, quando for o caso, a construção de equipamentos coletivizados, como lavanderias, refeitórios e cozinhas.

Seção IV – Do meio ambiente

Artigo 32 – O Plano Municipal de Meio Ambiente regulamentará o Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer, contendo as disposições para:

II – definir critérios de distribuição de áreas verdes de recreação cotidiana nos bairros, garantindo a diversidade dos espaços, de forma que se atendam as demandas diferenciadas por idade, sexo e condição física;

Parágrafo 1° – As áreas verdes de recreação, com acima de 10.000 m^2, devem garantir a criação de espaços apropriados para as mulheres em período de amamentação e para os cuidados com os bebês;

Parágrafo 2° – As áreas de recreação infantil devem garantir a segurança bem como a adequação dos equipamentos às crianças.

Seção VII – Da educação

Artigo 48 – O Plano Municipal de Educação deverá:

II – estabelecer critérios de distribuição espacial dos equipamentos de educação, para que se permita a todas as faixas etárias o acesso ao ensino, considerando as barreiras físicas existentes;

III – determinar as áreas prioritárias de atendimento para instalação de equipamentos de educação;

IV – garantir um programa educacional integrado com um programa de cultura, esporte e lazer, buscando assim a formação integral do educando;

Seção X – Do abastecimento alimentar

Artigo 56 – O órgão municipal responsável pelo abastecimento ali-

mentar deverá contemplar:

II – a promoção e a descentralização dos equipamentos públicos de comercialização de alimentos;

Seção XI – Da segurança pública

Artigo 58 – Para melhorar a segurança, o município deverá ainda:

IV – elaborar plano de iluminação pública, com prioridade aos locais considerados mais perigosos e de grande fluxo, compatibilizando-o com o plano de arborização;

V – revitalizar as áreas de entorno das estações ferroviárias, área central e centros de bairros, mediante a diversificação de atividades que gerem movimento de pessoas, principalmente fora do horário do comércio;

VI – promover a manutenção dos espaços públicos, como também fiscalizar os terrenos particulares quanto à limpeza e construção de muros e passeios;

VII – descentralizar os equipamentos públicos, visando a atender os moradores nos bairros.

Título III – Instrumentos do Plano Diretor

Capítulo II – Do planejamento de bairro

Artigo 62 – Constituem objetivos do planejamento de bairro:

II – a melhoria da qualidade de vida nos bairros;

III – o reforço das práticas sociais da população, preservando e revitalizando os espaços de uso coletivo, em especial, os destinados à população infantil e de terceira idade;

V – a articulação das demandas da população com as prioridades gerais do bairro e da cidade;

VI – o incentivo à organização dos moradores a partir da discussão dos planos, projetos, tendências e potencialidades dos bairros no contexto da cidade.

Artigo 65 – A participação da população será estimulada pelo planejamento de bairro, em particular, por meio de:

II – divulgação e discussão dos projetos previstos pelos órgãos públicos, tanto para o bairro como para a cidade;

IV – definição da demanda dos projetos previstos pelos órgãos públicos, tanto pra o bairro como para a cidade;

IV – definição da demanda e localização dos equipamentos e serviços públicos.

Capítulo X – Da legislação complementar e dos planos setoriais

Artigo 80 – O Plano Diretor será complementado

III – pelos Planos Setoriais mencionados na presente lei.

Artigo 81 – Os Planos Setoriais e a Política de Terras Públicas, citados nesta lei, serão elaborados para um horizonte de 20 anos e deverão ser revisados,

atualizados e publicados amplamente, no mínimo a cada Administração após a revisão do Plano Diretor, dos quais decorrerão o Programa Plurianual de Investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 82 – Os Planos Setoriais serão elaborados pelas respectivas secretarias, assessorias ou autarquias, observando a compatibilidade e a atuação articulada dos diversos órgãos municipais.

Título IV – Do sistema de planejamento e gestão

Capítulo I – Do sistema de planejamento

Artigo 83 – O Poder Executivo implantará um processo de planejamento permanente, tendo por objetivo:

II – acompanhar a execução dos planos e programas setoriais;

VII – implantar o sistema de informações, em particular, o Banco de Dados Municipal.

Parágrafo único – Para atender o disposto no Inciso VII, os dados e informações serão diferenciados por sexo, para possibilitar a formação do Banco de Dados sobre a Mulher.

Capítulo III – Da participação e do direito à informação

Artigo 87 – Compete ao Poder Executivo:

I – promover a participação da comunidade na formulação das políticas municipais;

II – assegurar à população o acesso às informações e documentação, concedendo subsídios para a participação da comunidade no processo de elaboração, aprovação, revisão e acompanhamento de programas, projetos e planos municipais ou regionais, de prestação de contas e dos respectivos indicadores.

O que o estupro tem a ver com o zoneamento - As mulheres querem participar do planejamento

No município de Santo André – pioneiro em nível nacional – foi desenvolvida uma pesquisa (conforme o relato de Calió)[5] na qual se constatou que os estupros registrados na Delegacia de Defesa da Mulher aconteciam geralmente em lugares onde não havia comércio, nem iluminação. Além disso, o itinerário dos ônibus não contemplava o interior desses bairros. Verificou-se que os locais em que os estupros aconteciam mostravam-se diretamente ligados a falhas no zoneamento da cidade, ao mau uso e a ocupação irregular do espaço, tudo isso ainda mais prejudicado por falhas na implantação da infra-estrutura de transporte e iluminação. Contribuía também para a ocorrência desse tipo de crime a falta de fiscalização para coibir a postura de muitos proprietários, que deixam seus terrenos baldios e não murados.

Nas áreas urbanas as/os planejadoras/es já têm concluído que os

[5] Tal como está no Trabalho Programado I.

espaços devam ser sempre ocupados, implantando-se neles áreas de lazer ou outros equipamentos sociais, mas, na definição desses espaços, nunca levam em conta especificamente as mulheres, e sim apenas os jovens, as crianças, os idosos e os homens.

Nunca se pensa em espaços de lazer para as mulheres, nem as próprias mulheres planejadoras o fazem. Isso já está tão introjetado como natural, que quase impede iniciativas de se levar aos governantes a preocupação e a sensibilização para com essa população, que na Área Metropolitana de São Paulo chega a constituir mais do que 52% do total.

Mas esse é um caso que ilustra a tendência de o Estado ficar alheio aos anseios gerais da população. O distanciamento da sociedade civil – principalmente por parte das mulheres que tenham consciência da opressão que sofrem – das decisões de poder do Estado, tanto do Executivo, como do Legislativo e do Judiciário, como também do poder na Universidade, dificulta em muito o entendimento das/os políticas/os e, por conseqüência, das/os técnicas/os na implantação de políticas públicas no espaço urbano que possam mitigar essas carências e fazer avançar a solução desses problemas sociais.

O Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo

Ao encerrar este trabalho, estamos repetindo a experiência de ver mais uma mulher exercendo o comando da Prefeitura de São Paulo. E nesse mandato testemunhamos a aprovação do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo

Esse é o primeiro plano a ser discutido e aprovado em nosso município em mais de trinta anos, e traz uma real contribuição para a busca de planejar a cidade incorporando o ponto de vista das mulheres ao dispor, no Capítulo II – Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida –, em seu Artigo 22, sobre como devem ser traçadas as políticas públicas, considerando as questões de gênero, raça, faixa etária e as necessidades de pessoas com deficiência física.

Isso, que pode ser considerado uma conquista, e vem reafirmar a atualidade do enfoque de nossa pesquisa, que é, principalmente, o registro da trajetória das mulheres na história da Área Metropolitana de São Paulo, produzindo o espaço construído, construindo a sua cidadania, a duras penas, enfrentando as mesmas dificuldades que os homens das classes populares enfrentam, de mobilidade, de falta de serviços urbanos e de moradia, tudo agravado, ainda, pela discriminação de gênero.

A discussão das propostas das mulheres para o Plano Diretor Estratégico (PDE) por meio da Comissão de Defesa da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo

A primeira etapa de discussão proposta pela Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) da Prefeitura do Município de São Paulo não teve a par-

ticipação organizada do movimento de mulheres e do movimento feminista. Mas a Coordenadoria Especial da Mulher, órgão municipal ligado à Secretaria Municipal de Governo, conseguiu inserir no Plano Diretor a preocupação com a implantação de ações que contemplem a questão de gênero.

Na segunda etapa do processo, ao discutir-se os planos regionais, em março de 2003, foi desencadeado, em parceria com a União de Mulheres de São Paulo, um processo que levou a um debate na Câmara Municipal tendo como parceiras as vereadoras da Comissão de Defesa da Mulher, Flavia Pereira e Lucila Pizani. O debate teve a participação da Sempla, e a partir dele constituiu-se um grupo de trabalho que deu início a uma seqüência de plenárias e consultas às mulheres sobre a cidade e suas propostas que culminou com uma audiência pública.

Levando em conta que o Plano Diretor tem a ver, diretamente, com a vida da população, pois é uma lei municipal que assume como objetivo reorganizar o espaço da cidade, criando normas e regras para a sua utilização, seu desenvolvimento econômico e traçando diretrizes para as ações de políticas públicas sociais e urbanas. E exemplo disso é que decide sobre a distribuição dos espaços verdes, cria regras para a proteção dos recursos hídricos (rios, córregos, represas), estabelece onde se pode ou não construir, regulariza a posse da terra urbana, etc.

Pois bem, aquele grupo de trabalho, acima referido, elaborou uma pequena cartilha justamente visando organizar de forma clara os dados sobre a questão, cartilha essa estruturada em torno de dois objetivos: informar as mulheres sobre a primeira etapa do PDE e instaurar um esforço de reflexão e coleta de opiniões.

Mas já desde o ano de 2002 a Prefeitura Municipal de São Paulo vinha dando andamento a um processo de elaboração do novo Plano Diretor, com coordenação geral da Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla).

A primeira fase dessa elaboração aconteceu no semestre passado, quando foi aprovada a lei do Plano Diretor Estratégico (PDE), que estabelece diretrizes para a organização de toda a cidade, no que diz respeito a transporte, saúde, educação, habitação, posse da terra, cultura, lazer, esporte, segurança, acessibilidade, meio ambiente, etc.

Na segunda e na terceira fase, sob a responsabilidade das 31 subprefeituras, serão elaborados os Planos Regionais (PRs) e os Planos de Bairros (PBs), que terão por objetivo aplicar as diretrizes do PDE.

Lembrando o disposto no Artigo 22 do Capítulo II do PDE – é obrigatória a incorporação da questão de gênero nas *ações de políticas sociais* –, nós, mulheres, que somos mais da metade da população de São Paulo, não podemos ignorar e nem estar fora desse processo de elaboração das últimas fases do PDE, além do que se trata de completar e aperfeiçoar o que foi decidido na primeira fase.

Por isso, as vereadoras Flávia Pereira e Lucila Pizzani, a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo e o movimento de mulheres, preocupadas em interferir nesse processo, organizaram o debate *Mulher e o Plano Diretor*. Como resultado dessa discussão, foi composto um grupo de trabalho (GT), que já conta também com a participação dos vereadores Nabil Bonduki e Tita Dias, além da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Baseado no citado Artigo 22, esse GT está elaborando um adendo específico sobre a mulher que poderá ser chamado, dentro do PDE, de "Diretrizes Específicas para a Mulher" (DEM) e se refere a políticas urbanas e sociais de gênero para as questões do *desenvolvimento econômico, da qualidade de vida, das políticas sociais, da questão fundiária e da acessibilidade*. Além disto, este GT proporá o desdobramento e a aplicação dessas diretrizes nos PRs e PBs.

O sentido de participarmos desse GT será o de refletir sobre o fato de que, sempre preocupadas com os filhos, os companheiros, a família, o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa, nós, mulheres, temos dificuldades em pensar em nós mesmas. Mas precisamos romper com essa lógica! Precisamos parar e pensar no planejamento de nossa cidade, socializando as responsabilidades. Tomar, também, consciência do nosso direito à cidade, lutando para que nos seja garantida uma melhor qualidade de vida e a conquista de nossa cidadania. E aqui colocamos na íntegra as reflexões que desenvolvemos neste processo. Aqui apresentamos o conteúdo de nossos boletins o primeiro dizia.

> Será que os planejadores urbanos pensam em nossos interesses, nos termos em que esses necessitam ser pensados? Infelizmente, ainda não. Precisamos assumir esta tarefa. Pensar a cidade do ponto de vista das mulheres será, para muitas, uma tarefa nova. Por exemplo, pensar nas dificuldades causadas pela baixa qualidade da infra-estrutura e dos serviços – bairros pouco iluminados, terrenos baldios não murados, ônibus distantes –, o que facilita a violência sexual, aumentando a possibilidade de estupros, o abuso sexual sofrido nos ônibus, etc.
>
> JUNTE UM GRUPO DE MULHERES E DISCUTA ESTAS QUESTÕES. DEPOIS, ENCAMINHE-AS AO GT MULHER E PLANO DIRETOR, DA CÂMARA MUNICIPAL. OU TELEFONE PARA O Nº ——— E AGENDE SUA PARTICIPAÇÃO NESTE GT.
>
> O resultado dos estudos e discussões do GT, apoiado numa ampla participação dos movimentos de mulheres, será um entendimento mais profundo da legislação que regula a ocupação da cidade, as chamadas de leis de zoneamento, que estabelecem como e onde construir residências, comércio, indústrias...

Pois algumas destas leis mudaram. Vejamos, por exemplo: algumas zonas industriais passaram a ser consideradas zonas mistas, ou seja, podem ter comércio, escolas, e residências também; as favelas que não estiverem em áreas de risco (de desmoronamentos, enchentes) serão regularizadas e passarão a se chamar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); seus moradores poderão, até mesmo, ter um título de concessão de uso.

Essas mudanças significam a regularização do Estatuto da Cidade, uma lei federal que determina a função social da propriedade e da moradia contida na nossa Constituição.

SE VOCÊ TIVER INTERESSE EM DISCUTIR OS AVANÇOS NA NOVA REGULARIZAÇÃO URBANA, PROCURE-NOS.

O boletim distribuído para as sub-prefeituras continha uma bateria de perguntas que relacionamos em seguida.

Vamos enriquecer o PDE, respondendo a algumas questões que contribuirão para a inclusão do ponto de vista das mulheres sobre a cidade:

- Qual o principal problema que você sente como mulher na cidade de São Paulo e que dificulta a sua vida?
- Em relação à moradia, o que você enfrenta como problema principal?
- E em relação à rede de transportes?
- O que gostaria de propor na área da educação?
- E, na saúde, o que gostaria de ver mudado?
- Que tipo de lazer e esporte gostaria que fosse implantado?
- Para evitar a violência, tanto no espaço público como no doméstico, o que você gostaria que fosse feito?
- Quando decidimos ser mães muita coisa muda em nossa vida. Principalmente a mobilidade. Que tipo de serviços precisamos para facilitar o desempenho da maternidade?

O processo durou cerca de quatro meses e foi encerrado com uma audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que foi aprovado o texto final encaminhado à Comissão de Políticas Urbanas da Câmara Municipal de São Paulo.

Apresentamos a seguir, as emendas propostas pelo GT e aprovadas na Audiência Pública desta Comissão, que foi realizada no dia 17 de setembro de 2002 e cujo encaminhamento consiste na apresentação das emendas ao relator da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para serem incorporadas ao texto do referido projeto.

São propostas referentes a políticas urbanas e sociais de gênero para as

questões do *desenvolvimento econômico, da qualidade de vida, das políticas sociais, da questão fundiária, e da acessibilidade:*

Diretrizes Específicas para as Mulheres (DEM) – Texto final

Desenvolvimento econômico e geração de renda

- Incentivos específicos e apoio financeiro com microcréditos para as mulheres.
- Formação de cooperativas com o olhar de gênero.
- Garantia de 10% dos espaços de feiras e comércio ambulante, para atendimento da economia solidária e cooperativa de mulheres.
- Apoio a eventos e feiras onde as mulheres possam comercializar seus produtos.

Educação

- Bolsas de estudo para as mulheres chefes de família, que em sua maioria têm baixa escolaridade.
- Ampliação do vai e volta (transporte público gratuito da prefeitura de crianças para a escola).
- Formação profissional e social que não reforce os estereótipos sexistas.
- Aumentar o número de creches e escolas integrais, como os CÉUS, o que garante a liberação das mulheres para o seu desenvolvimento.
- Funcionamento de creches nos fins de semana e à noite.

Mobilidade e acessibilidade

- Desenvolver campanhas educativas de combate ao assédio sexual nos transportes.
- Criar itinerários interbairros, que passem pelas creches, escolas, unidades básicas de saúde e comércio.
- Desenvolver campanhas para que a opinião pública modifique o tratamento desrespeitoso em relação às mulheres nos transportes e em todos os espaços públicos. Principalmente às gestantes, mulheres que portam crianças e idosas, dando ênfase às mulheres deficientes.
- E também às mulheres motorizadas, vítimas de desrespeito.
- Garantir a aplicação das normas que garantem a acessibilidade aos edifícios e levem à diminuição das barreiras arquitetônicas, promovendo o rebaixamento de guias para a locomoção dos carrinhos de bebes, de feiras, etc.
- Realocação dos pontos de ônibus localizados em lugares ermos, que favorecem o estupro das mulheres.
- Banheiros públicos de qualidade e gratuitos, localizados nos locais centrais dos bairros, principalmente nos periféricos.
- Diminuir a altura dos degraus dos ônibus, que dificultam o acesso das mulheres, sempre carregadas de pacotes ou de filhos.

Meio ambiente

- Desenvolver programas específicos de informação e conhecimento da legislação ambiental para as mulheres.

Violência contra a mulher

- Capacitação dos profissionais de saúde para atender adequadamente as mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.
- Contratação de psicólogos para as Unidades Básicas de Saúde.
- Fortalecimento dos centros de atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.
- Garantia de atendimento jurídico às mulheres vítimas de violência.
- Sigilo absoluto nas denúncias de agressão tanto doméstica quanto sexual.

Comunicação

- Garantia de informação, no âmbito das subprefeituras, de todos os programas e serviços destinados ao atendimento das mulheres.

Segurança

- Garantia de policiamento comunitário nas áreas da periferia.
- Garantia de segurança nas escolas.

Saúde

- Implantação do Programa de Assistência Integral à Mulher em todas as Unidades Básicas de Saúde.
- Atendimento especializado e multidisciplinar no plano psicológico, assistencial, de moradia, de educação, de geração de emprego e renda, de formação, para as mulheres que estão em albergues.

Habitação

- Elaborar programas de subsídios para as mulheres, tendo em vista que, segundo o IBGE, elas recebem em média 70% dos salários dos homens (grande parte delas muito menos que isso), principalmente nas funções que não exigem qualificação para o seu desempenho.
- Elaborar programas de subsídios para as mulheres que chefiam família, a fim de que possam adquirir uma unidade habitacional.
- Garantir que o título da propriedade ou de concessão real de uso seja feito em nome da mulher.
- Ampliar a parceria da Secretaria da Habitação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, para que se aumente o número de moradias provisórias ou se transformem albergues em moradias provisórias.
- Programa de cortiços que atendam especificamente as mulheres, principalmente na região do Centro.

Uso do solo

- Garantia da aplicação da legislação que obriga murar terrenos vazios.
- Sinalização dos espaços da cidade, como parques e lugares públicos, onde

possa ocorrer violência, como estupros.

Iluminação

- Garantia da iluminação pública.

Lazer, esporte e cultura

- Criar condições para que as mulheres possam freqüentar os parques, com a instalação de fraldários (que sejam um espaço onde também os homens possam trocar as fraldas das crianças), espaços de conforto perto dos playgrounds para melhor cuidado com as/os filhas/os.
- Espaços recreativos e atividades com direcionamento para as mulheres, nos clubes, casas de cultura, centros de vivências, cursos e teatros.
- Mais shows e peças de teatro na periferia em horários que as mulheres possam freqüentar.

Programas sociais específicos para as mulheres

- Que haja menos rigidez nos critérios de seleção.
- Que os cursos que acompanham esses programas sejam de mais qualidade.

Trabalho

- Garantia da lei que dá condições à mulher para amamentar seu bebê por seis meses.
- Garantia da lei que pune o pedido de atestado de esterilização.

Gestão

- Que seja garantida a participação das mulheres nos organismos de representação, como o orçamento participativo, conselhos e conferências.
- Participação das entidades de mulheres, nas agências de desenvolvimento econômico e social.
- Apoio e fortalecimento das entidades de mulheres.

Podemos afirmar com segurança que as mulheres feministas e do movimento de mulheres, aliadas à Coordenadoria Especial da Mulher e às vereadoras, deram um salto de qualidade ao conseguirem articular-se e produzirem uma intervenção no processo de elaboração do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. E nós, da Universidade, tivemos um papel fundamental nesse processo ao apresentarmos aí as reflexões já concluídas no longo processo de pesquisa e discussão, com cerca de mais de 2 mil pessoas, sobre a importância da participação das mulheres no processo do Plano Diretor e da perspectiva de gênero. No município de Santo André também foi retomado o processo de discussão, mas não pudemos acompanhar.

Queremos ainda aqui destacar as contribuições que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal tem dado por meio de seu Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas. Desenvolvendo seminários e dando destaque em suas publicações. Utilizamos essas contribuições no decorrer deste volume, e

aqui destacamos as contribuições que pudemos extrair da *Introdução ao planejamento para o gênero* – um guia prático publicado em 1997, com o apoio da Fundação Ford. Este instrumento vem ajudar as/os gestoras/es para que possam pensar o planejamento municipal assumindo a perspectiva de gênero, abordando os conceitos de gênero e gênero e desenvolvimento, e dando o enfoque de gênero no desenvolvimento. Mas o que mais nos chamou a atenção foram os passos operativos para que pudéssemos atingir esse objetivo, bem explicitados naquele guia.

Dizem que os temas de que as mulheres normalmente falam são a maternidade, o próprio corpo, a casa e a infância, e não tratam de quase nada ou (nunca) dos negócios, da vida urbana, das guerras, do mundo exterior ao eu."[6]. Como vimos neste trabalho não é bem verdade esta afirmação. As mulheres vão em levas para as plenárias do orçamento participativo e para as Conferências, a I Conferência da Municipal da Mulher foi preparada para 1000 chegou a 2000 mulheres. Participam ativamente no processo do Orçamento Participativo e rapidamente se dispuseram a pensar a cidade ao feminino.

Aqui um pequeno comentário, foi de não ter sido incluído na programação do capítulo do Plano diretor sobre as mulheres de Santo André o combate à reprodução do machismo que se dá por meio da educação diferenciada, em que a escola reforça os estereótipos de comportamento de homens e mulheres. Mas acredito que depois de 12 anos e sabedora de que as mulheres feministas que estão na Assessoria dos Direitos da Mulher em Santo André, em 2003 conseguiram colocar a questão de gênero em todo o texto da proposta do Plano Diretor quero aqui também me comprometer com as/os leitoras que transformarei este capítulo numa publicação brevemente, para que possa contribuir para as gestoras/es e que aprofundo no capítulo IX.

6 Branco, p. 14.

7

A arquitetura como produto da especificidade das mulheres na cidade de São Paulo

Capítulo VII A arquitetura como produto da especificidade das mulheres na cidade de São Paulo

As relações sociais de gênero interferindo no intra-urbano, no privado e no público
As mulheres alteram o espaço intra-urbano na cidade, reivindicam e lutam para conquistar as creches, conquistam e passam a gerenciar o equipamento, trabalham arduamente pela conquista da moradia, trabalhando nos mutirões, e com isto produzem a cidade contribuindo para a urbanização da periferia da cidade de São Paulo.
Assim como, com uma rede de "lugares de mulheres"
E com as Delegacias de Polícia de Defesa das Mulheres, uma experiência pioneira no mundo. Sua primeira sede foi no Palácio das Indústrias.

"...definir um campo de economia política urbana é argumentar que é dentro das cidades (...) que os efeitos do espacial sobre o social são mais fortes e emergem como óbvios. O 'urbano' passa então a ser definido em termos dos efeitos particulares da intensidade das interações entre o social e o espacial, provocadas pela forma específica de articulação espacial da produção, da circulação e do consumo, na formação social" (Boddy, 1976, p. 1). Que Villaça qualifica como o intra-urbano.

Neste capítulo escolhemos partir de um breve panorama dos desdobramentos da política econômica adotada no período que vai de 1964 a 1995, que se iniciou com a ditadura militar instalada a partir do golpe de 1º de abril de 1964. Esta política já ficou marcada desde o começo pelo arrocho salarial e o aumento do desemprego, tendo como "realização" do novo regime, fartamente utilizada na propaganda governamental, a política habitacional implementada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).

A nós interessa verificar o que isso significou para a vida das mulheres e da cidade de São Paulo. Com a ampliação da crise econômica, a perda do poder aquisitivo dos salários, a retirada da estabilidade no emprego, além do aumento do número de desempregados, as mulheres das camadas populares foram obrigadas a ir para o mercado de trabalho, e passaram a enfrentar a carência de infra-estrutura de berçários, creches e escolas, para seus filhos não ficarem nas ruas. E, mais que isso, elas foram obrigadas a se mudar para a periferia, por não conseguirem arcar com os aluguéis das áreas centrais. E a política habitacional do BNH nunca contemplou se pautavam pela expulsão destas populações para os famigerados conjuntos habitacionais nos arrabaldes da cidade. E milhares destas famílias foram para as ocupações em torno dos mananciais.

Essas mudanças para os bairros e municípios metropolitanos, somadas às migrações do interior para a capital e as vindas de outros estados, fizeram com que se espalhassem os loteamentos irregulares, que garantiam preços menores na aquisição de um terreno, mas que dificilmente garantiam a escritura definitiva de propriedade.

A partir de 1972, as mulheres organizadas em clubes de mães iniciam discussões sobre esses temas e bandeiras juntamente com militantes de esquerda, que atuavam clandestinamente, pois não havia liberdade de expressão e organização. Naquele momento se vivia o auge da repressão patrocinada pela ditadura militar.

Em 1975, o Ano Internacional da Mulher instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), as brasileiras lançam dois jornais feministas: o *Brasil Mulher* e o *Nós, Mulheres*. As mulheres dão um salto na organização das mulheres, e em 1979, nos dias 4, 5 e 8 de março, foi realizado com grande impacto o I Congresso da Mulher Paulista no

bairro da Bela Vista no Teatro Ruth Escobar. Assim relatado num dos registros da história do feminismo no Brasil:

> "A opinião pública ficou impressionada em saber que existiam feministas no Brasil, com o acontecimento do I Congresso da Mulher Paulista no Teatro Ruth Escobar, ainda no bairro da Bela Vista. Foi organizado majoritariamente por mulheres feministas que se encontravam nas seguintes entidades: Associação de Mulheres, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação das Donas de Casa, Departamento Feminino da Casa de Cultura de Guarulhos, Clubes de Mães, Movimento do Custo de Vida, Oposição Sindical da Sabesp/Cetesb (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo/Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental). Era um momento político importante, 1979, o ano que foi promulgada a Anistia. Este congresso foi um marco na luta das mulheres em todo o Brasil, e foi nesta época que se fundou o Movimento de Luta por Creches"[1].

As creches conquistadas

As creches foram implantadas em alguns bairros na década de 80, época em que a periferia se expandia sem nenhuma infra-estrutura urbana, como postos de saúde, escolas, transportes, e saneamento básico. Foram as mulheres que lutaram para que os serviços urbanos chegassem a esses espaços, contribuindo para a consolidação dessa estrutura urbana, em que pesem todas as críticas à própria expansão da cidade, resultado da dinâmica do mercado imobiliário que sempre ditou as regras da ocupação do solo urbano em São Paulo e em todo o Brasil.

Esses movimentos de mulheres eram muito fortes, gerando com sua iniciativa e ação política um fenômeno que vinha legitimar a teoria de que as relações sociais alteram o espaço construído, e o espaço construído altera as relações sociais, como por exemplo, a questão econômica. No caso específico do movimento feminista, suas lutas e propostas vieram alterar as concepções anteriores de relações sociais entre mulheres e homens. Por exemplo, a partir dele e do efeito didático de suas ações disseminou-se a compreensão de que creche é, sim, um equipamento de educação a que a criança tem direito. Apesar dos homens ainda resistirem e quererem perpetuá-las e ainda, apoiados pela maioria da instituições tanto governamentais como não governamentais.

Essa visão é o resultado de uma grande discussão do movimento feminista com a sociedade, no final da década de 70. Na época, setores da Igreja Católica desenvolveram uma forte reação contra essa reivindicação, dizendo que as feministas queriam estatizar as crianças, o que levaria as mães a ter de renunciar a seu papel. Até então, as poucas creches existentes funcionavam como lugar de guardar crianças, os chamados "depósitos de crianças".

Mas esse problema ainda não foi, até hoje, solucionado totalmente. Espera-se que agora, na gestão da prefeita Marta Suplicy, com a implantação dos Centros de Educação Unificados (CEUs), que contêm o equipamento da creche incorporado ao complexo educacional, possa se dar um salto de qualidade, passando-se a entender mais amplamente a creche como um espaço de educação, de que todas as crianças necessitam

1 Teles, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. Col. Tudo É História. São Paulo, Brasiliense, 1992, 1ª ed., p. 117 e 145.

e a que têm direito, a criança devendo ser, desde o nascimento, vista como uma cidadã, seja do sexo feminino como do masculino – aspectos e objetivos estes de que o movimento de luta por creches e as feministas, desde muito cedo, tiveram clareza. Se bem que a polêmica sobre as implantações dos CEUs entre as/os educadoras/es se estabeleceu, como de algumas correntes políticas, onde se questiona o mega espaço construído, numa cidade de muita carência, além da qualidade do ensino, que não é responsabilidade só da prefeitura, uma vez que as faculdades não conseguem reeducar e garantir o mínimo de conteúdo para que as professoras/es possam desempenhar o seu papel sem falar nos salários aviltantes, que demonstram a seriedade com a educação.

O vigor desse movimento, e as suas conquistas, fez com que se alterasse significativamente o espaço do bairro. Antes havia bairro que não era dotado de nenhuma infra-estrutura social, e em que a creche era o primeiro equipamento que vinha atender uma necessidade social, e funcionando como um elemento estruturador que levou à exigência de outros itens igualmente básicos, do ponto de vista da população. Mostrou-se na prática que aquilo que, num primeiro momento, foi visto como uma reivindicação específica da mulher levou a uma melhora geral na urbanização de todo um bairro.

Hoje já está claro que foram as feministas, juntamente com as sindicalistas, que garantiram na Constituição de 1988 que a creche é um direito educacional da criança. Mas na cidade de São Paulo só a partir de 1999 as creches passaram a serem administradas pela Secretaria Municipal da Educação. Pasmem, mas a Lei Orgânica do Município de São Paulo aprovada em 1989, desrespeitando a Constituição Federal, considerava que a creche deveria continuar como assistência social, devido ao forte lobby das assistentes sociais, que transformaram essa questão numa reivindicação de emprego e poder para si próprias, em detrimento da qualidade de atendimento educacional das crianças.

Recentemente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu que as creches devem atender somente as crianças de 0 até 4 anos, e a partir desta idade elas deverão ser transferidas para uma Escola Municipal de Educação Infantil (as chamadas Emeis). Isto criou um grande transtorno para as mães trabalhadoras fora de casa, pois na cidade de São Paulo as vagas em Emeis, que, além de tudo, atendem as crianças apenas por meio período, não dão conta da necessidade de elas serem cuidadas adequadamente no restante do dia, enquanto as mães não chegam.

Segundo Holanda, a organização espacial não deve ser entendida como simples locus de outras práticas, mas ela própria, isto sim, deve ser vista como estruturadora de processos produtivos, simbólicos e de representação[2]. Assim sendo, a creche, que hoje constitui um equipamento escolar necessário à formação de toda criança, assume um valor simbólico no conjunto das conquistas materiais ao permitir considerar-se a maternidade como uma função social que deve ser assumida pelas políticas públicas, assim como representa a possibilidade de as mulheres terem acesso a direitos garantidores de seu crescimento como pessoas de direitos, como aqueles de poder estudar, trabalhar, fazer política, não esta forma de fazer política que aí está, mas que as mulheres possam decidir e serem respeitados os seus desejos. Enquanto, no passado, a responsabilidade total da maternidade ficava sobre seus ombros, sem que pudessem nem ao menos aliviar a sobrecarga. Em 1988 o lobby do Baton defendeu e encaminhou proposta para a Constituição Federal da licença paternidade com a campanha nacional "O filho não é só da mãe". Em

[2] Farret, 1985, p. 14.

São Paulo o papel da União de Mulheres organizando os homens por esta bandeira foi fundamental.

Como dissemos, as mulheres reivindicavam as creches a fim de poder ir para o mercado de trabalho, uma vez que o arrocho salarial sofrido por seus maridos não lhes permitia mais sustentar sozinhos os lares, tal como estabelecia o padrão familiar tradicional. Esse fenômeno das mulheres na década de 70 passarem em massa a trabalhar fora alterou a organização familiar, o simbólico e as representações. Como vemos, as profundas relações dos processos sociais mais gerais com a organização espacial das cidades são estruturadoras da sociedade, seja num sentido de continuidade seja num sentido de transformação, mas as políticas sociais e urbanas até o momento não se deram conta disso, e especialmente das transformações ocorridas na prática, o que continua sobrecarregando ainda mais as mulheres.

O movimento feminista vem propor alterar alguns partidos ou programas de projeto arquitetônico

A demanda desse movimento social, que se revelou forte, levou a que as/os arquitetas/os iniciassem a elaboração de projetos arquitetônicos para as creches, pensando seus problemas específicos. As primeiras creches construídas demonstraram a fragilidade dos conceitos projetuais, cuja origem não sabemos se era o descaso dos governantes ou a falta de preparo e descomprometimento das/os técnicas/os da Secretaria Municipal de Obras (Departamento de Edificações). Por exemplo, as salas de banho eram voltadas para lugar aberto, criando situações de desconforto em época de inverno, pois as pajens ou auxiliares de desenvolvimento infantil tinham que sair com as crianças envoltas na toalha de banho por fora do prédio. Em creches construídas em áreas de mananciais ou em cima de córregos, como a Creche do Jardim Souza, a própria Prefeitura desrespeitava a legislação de proteção de mananciais, criando problemas sanitários para as crianças e o conseqüente acúmulo de trabalho para suas famílias, principalmente as mães.

O papel dos lugares de mulher

Os chamados "lugares de mulher" que aqui denominamos como sendo as organizações não governamentais, que gestam políticas de gênero, que estão espalhados pelo planeta. Aqui nos atemos aos da Área Metropolitana de São Paulo constituem espaços físicos que têm por objetivo alavancar a luta das mulheres na conquista de sua cidadania. Foram fruto da formulação de novas propostas de políticas públicas, e assim ajudaram a criar outros espaços arquitetônicos que contribuam para a melhoria do hábitat e o combate à discriminação das mulheres. Estes são espaços que podem comportar atividades fortalecedoras da auto-estima das mulheres, como os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres, os Centros de Orientação e Atendimento Psico-Social e Jurídico, e também as cooperativas de produção para geração de renda e outras atividades. E principalmente espaços políticos formuladores de políticas públicas voltadas para as mulheres e para garantir sua reflexão sobre a sua condição e traçar projetos que leve à sua libertação.

Em função da análise e da crítica das teorias urbanas, as feministas estudiosas do urbano falam sobre o tratamento que se dá às populações enquanto massa única, sem as distinções por gêneros, em que se insiste em desconhecer essa mudança. Esses estudos

questionam as relações sociais de gênero, tais como se dão concretamente nos espaços público e privado.

Neste trabalho destacamos a ampliação, na década de 90, do número desses espaços, em todo o Brasil, na cidade de São Paulo e em sua Área Metropolitana, em que as mulheres desenvolvem reflexões sobre sua condição, montam grupos de auto-ajuda, fazem atendimento às mulheres fragilizadas, vítimas de violência doméstica e sexual, promovem oficinas e cursos, encontros, festas. Produzem publicações, como livros, cadernos, cartilhas, folhetos, abrem sites.

Podemos afirmar que eles já formam uma rede, estando espalhados pela cidade de São Paulo e sua Área Metropolitana, assim como pelo Brasil inteiro.

Mesmo os governamentais, quando tem como gestoras/es comprometidos com as relações sociais de gênero, costumam possuir uma prática semelhante a prática do movimento feminista, e vemos isto ao tomarmos conhecimento dos nomes destes espaços que lembram a memória de luta contra a opressão das mulheres, a exemplo da Casa Eliane de Gramont, assassinada pelo ex-marido), a Casa-Abrigo Helenira Rezende (desparecida na guerrilha do Araguaia, militante do movimento estudantil, ambas município de São Paulo, a Casa Beth Lobo (feminista que morreu num acidente de carro com suspeita de atentado nunca esclarecido) município de Diadema, Margaridas, Beths e Rosas (em memória de Margarida Alves assassinada na luta das/os trabalhadoras do campo, Beths - Beth Lobo - e Rosas - à Rosa Luxemburgo, revolucionária do fim do século XIX e meio do século XX) estes mantidos pelas prefeituras. Mas ainda existe a necessidade de dar maior visibilidade à apropriação destes. Que tem a ver com as propostas feministas de se criar uma cultura de reconhecimento da luta das mulheres construindo a memória das mulheres.

Tem sido uma prática das feministas fazer reverência às pioneiras das lutas de libertação das mulheres e pela justiça social, são inúmeras lembramos ainda Clara Zetkin, Flora Tristan, Frida Kalo. Nós também, aqui neste trabalho, juntamos nossa voz para defender a divulgação e o fortalecimento desses espaços, assim como essa forma de prestar mulhenagem (homenagem vem de homem reverenciar os homens) a todas as grandes lutadoras da causa das mulheres. Mas esses locais muitas vezes enfrentam grandes dificuldades para se manter, tanto no caso dos centros de referência, quanto no das casas de mulheres e das instituições governamentais que dependem da vontade política dos governantes de plantão.

Bela vista, o tradicional território de resistência e luta das mulheres

No Centro de São Paulo, o bairro da Bela Vista é o que tem, podemos dizer, a maior tradição e também a maior concentração desses equipamentos, contando com as seguintes entidades não governamentais e governamentais: União de Mulheres de São Paulo, o Coletivo Feminista Lésbicas, a União Brasileira de Mulheres, o Centro Informação Mulher (CIM), a Companhia de Teatro Mal Amadas, Atrevidas e Abusadas - Teatro Feminista Popular Urbano, as Católicas pelo Direito de Decidir. Mas não podemos esquecer outras que já foram fechadas ou se transferiram, como a Casa da Universitária de São Paulo, As Fêmeas em Chama, Confederação de Mulheres do Brasil, Um Outro Olhar, a Pró-Mulher, a Menina Mãe, o Oriashé, que está de volta... Podemos destacá-los, sim, como territórios de mulher, marcados como espaços de resistência e luta da mulher que traça seus rumos.

Queremos lembrar também – e como que se irradiando a partir da Bela Vista... – que, no vizinho bairro da Liberdade, temos o Geledés – Instituto da Mulher Negra; Centro de Capacitação Social da Mulher, na Liberdade, no Paraíso, também próximo, a Fala Preta; na Luz, o Serviço da Mulher Marginalizada; na Zona Leste, a Associação de Mulheres da Zona Leste (Amzol), o Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Maria Miguel, a Casa de Izabel, a Associação das Mulheres da Cidade Patriarca, a Associação de Mulheres da Vila Alpina, a Casa da Mulher Lilith; Casa da Mulher Cida Kopck em São Mateus, na Zona Sul, a Casa da Mulher do Grajaú; em Campo Limpo, a Casa Sofia e a União Popular de Mulheres; na Zona Norte, a Associação Feminina da Zona Norte e o Centro de Mediação das Promotoras Legais Populares da Zona Norte; e ainda o Mulheres em Ação; na Zona Sudoeste, o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Um Outro Olhar, a Oficina de Mulher e atualmente a Pro-Mulher; Associação Mulher vida, em Perdizes. Com certeza este mapa que aqui apresentamos deve não contemplar todos os grupos de mulheres, mas foi o que conseguimos garimpar.

São ao todo 25 "lugares de mulher", além dos departamentos femininos de sindicatos, centrais sindicais e a OAB Mulher. Que se somam a entidades localizadas em outros municípios da Área Metropolitana de São Paulo, como a Associação das Donas de Casa de Mauá, a Fé-Menina em Santo André, a Ciranda em Diadema, a Associação das Mulheres de Osasco e Região (Amor), a Mulheres do Povo em Ação em Embu, os Grupos em São Bernardo do Campo, a Casa de Cultura da Mulher Negra em Santos e a Abrasb e Rosas,Margaridas e Betes, em Guarulhos, Elas por Elas em Suzano.

No âmbito governamental, os equipamentos são a Casa Eliane de Gramont, um centro de referência de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, ligado à Prefeitura de São Paulo e localizado na Vila Clementino; a Coordenadoria Especial da Mulher, ligada ao Gabinete da Prefeitura; Casa da Mulher Cida Kopcak, em São Mateus, zona leste; Casa da Mulher Brasilândia Zona norte; Centro de Referência da Mulher/Hospital da Mulher, mais conhecido como Pérola Byington, e o Ambulatório da Mulher, ambos ligados à Secretaria Estadual de Saúde e localizados no bairro do Bexiga; as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, que são 9 na cidade de São Paulo; o Conselho Estadual da Condição Feminina, localizado no bairro de Santa Ifigênia; a Casa Abrigo Comvida, gerida pela Secretaria Estadual de Segurança Pública; e a Helenira Rezende, reinaugurada pela prefeita Marta Suplicy, que esteve fechada nos 8 anos de mandato masculino dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta, e havia sido aberta pela prefeita Luiza Erundina; a Casa de Mulheres Madre Cristina (um espaço de moradia provisória para mulheres em situação de rua), no Canindé, Na Área Metropolitana, a Assessoria dos Direitos das Mulheres de Santo André; o Viva Maria, centro de referência que atende mulheres vítimas de violência também em Santo André; a Casa Beth Lobo, em Diadema; a Assessoria dos Direitos da Mulher, em Mauá; a Casa Abrigo, na região do ABC, o Centro de Referência da Mulher, em Embu das Artes; e o Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Suzano. E também, no âmbito do Estado, o Conselho Estadual da Condição Feminina, localizado no bairro da Santa Ifigênia.

A arquitetura que abriga todos esses espaços, tanto os governamentais como os não governamentais, foi adaptada, sofreu reformas, tendo em vista suas necessidades

especiais. As mulheres que concebem esses espaços fazem questão de que eles tenham o formato de uma casa, com aconchego, e não o clima frio e neutro de um escritório tradicional. Ali elas constroem o seu canto, com cartazes alusivos a sua luta, com salas para relaxamento, e também para festas, pequenos auditórios, salões, centros de documentação, salas de orientação jurídica e atendimento psicológico, espaços de multiuso.

Tendo em vista essas novas necessidades, propusemos um projeto para ser construído pensando nas mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, uma casa-abrigo, mas o movimento quer refletir melhor sobre esta proposta, para depois deliberar. Algumas feministas consideram que esse espaço deve sempre servir como uma passagem a ser vivida por mulheres sofridas, agredidas, em direção a uma situação sem violência, mantendo e assumindo uma visão de provisoriedade.

"Devemos pensar que esse espaço seja passageiro", diz uma delas. Então concluem, seguindo esse raciocínio, que não devemos, no momento, investir num projeto arquitetônico. Mas há, a respeito, muitas controvérsias. Por exemplo, a Casa de Mulheres Madre Cristina não tem um espaço adequado para as crianças, e as creches do entorno não comportam a demanda acarretada pela Casa.

Na verdade, trata-se de um conflito para o movimento, que defende a cidadania e o exercício dos direitos para as mulheres, mas que, para salvar vidas, é obrigado a prendê-las numa casa clandestina, com proteção policial, uma vez que o ameaçador não pode ser recolhido nem preso sem antes ter cometido algum crime, e, no Código Penal Brasileiro, ameaça não é crime que possa receber penalidade de prisão. Se bem que , no dia 25 de novembro de 2003, Dia Internacional da não violência,foi aprovado no Congresso Nacional um projeto de lei que criminaliza a violência doméstica, com 6 meses a um ano de prisão, que deverá ser aprovado no Senado.

Esta situação, violenta para a mulher, é pior que a de uma prisão, na medida em que ela, mesmo sendo vítima, não pode receber visitas de parentes e conhecidos, pois a qualquer momento o agressor pode descobri-la e assassiná-la. A mulher é obrigada, então, juntamente com seus filhos, a esconder-se e cortar seus laços de amizade. Nos Estados Unidos em alguns estados, o homem agressor é monitorado com um aparelho no pulso e quando chega a 500 metros do domicílio da mulher é acionado um dispositivo mobilizando imediatamente a polícia. Resolvendo desta forma a falta de cumplicidade entre a vizinhança que dificilmente ainda, socorre uma vítima de violência de gênero.

O lar, doce lar, cai por terra. Entre marido e mulher, se mete a colher, sim
O que isto tem a ver com a arquitetura e o espaço urbano?

Neste ponto, mais uma vez, apontamos para a necessidade imperativa de que o movimento social feminista exija que o Estado reconheça as necessidades específicas das mulheres, que, sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho que lhes foi imposta, continuam sendo maltratadas na família por seus maridos e companheiros, e no local de trabalho sendo assediadas sexualmente e, não raras vezes, estupradas.

A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM), implantada em 1985 na administração Franco Montoro, que foi o primeiro governo estadual eleito em urna, é outra reivindicação feminista que veio alterar a forma pela qual a sociedade encarava a violência doméstica e sexual, que à época ainda era vista como um problema privado e

naturalizado, tal como expresso em um ditado popular: "Entre marido e mulher, não se mete a colher". "Mulher na rua só pode estar atrás de home." (verso de um cordel).

As feministas mostraram nas ruas que se deve meter a colher, sim, que esta violência tem de ser coibida, esse é um problema social, cuja solução tem de ser encarada como parte das políticas públicas, e que as mulheres tem o direito de usufruírem o espaço privado e público sem serem molestadas. Fizeram com que o governo implantasse as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, as DDMs ou DEAMs (Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres), admitindo desta maneira que este é um problema social, o que provocou um forte impacto na própria instituição policial, e teve repercussão internacional, pois foi a primeira instituição do tipo a ser implantada no mundo, tendo sido objeto de estudo nos mais variados países tendo alguns países implantado esta experiência.

E essa importante conquista levou para dentro da instituição policial o repensar de seu papel. Antes, as mulheres afirmavam que as delegacias eram locais "de homens", em que já os próprios delegados que as atendiam não as respeitavam, galhofando de sua dor. Agora queriam que mulheres delegadas as atendessem, e que as defendessem. Que essa história de que "mulher gosta de apanhar" tinha seus dias contados.

Então, como deveria ser o espaço físico desse equipamento? Como o edifício e as instalações poderiam contribuir para melhorar o cumprimento, por parte da polícia, da missão social de coibir a prática freqüente do espancamento de mulheres?

Por outro lado, as feministas tinham consciência de que, nessa questão, mais uma vez o privado e o público entrelaçavam-se, e o espaço construído demonstrava estar na dependência de uma transformação das relações sociais de gênero. Mas uma vitória pôde ser comemorada: a primeira Delegacia funcionou no Palácio das Indústrias, e durante pelo menos quatro anos sofreu assédio, dada a sua importância, de toda a imprensa local, estadual, nacional e, até mesmo, internacional.

Freqüentemente quando os grupos de reflexão juntam-se nos lugares de mulher e pensam a violência doméstica e sexual, discutem o que é considerado por algumas como uma contradição e por outras como uma hipocrisia: o conceito de casa. Em relação a isso, o filósofo Gaston Bachelard reflete, em sua obra *Poética do espaço*, em que afirma:

"A casa é espaço de devaneio, é onde o sonhador dá vazão a sua imaginação..."[3]. Mas é neste espaço que as mulheres sofrem o maior risco de serem violadas e violentadas. As estatísticas já demonstraram que, quando os homens sofrem violência, isso se dá no espaço público, mas, no caso das mulheres, o espaço de maior perigo é o doméstico. E o perfil de seu agressor normalmente incorpora uma ligação de afeto, pois ele é, com freqüência, o marido, o pai, o irmão, o filho, o ex-marido ou o ex-namorado. Talvez por falta de acolhimento deste espaço é que os "lugares de mulher" procuram ser aconchegantes até mesmo quando propõem uma Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher.

Contrapondo a essa teoria a experiência das DDMs, as mulheres sentiram que poderiam ser acolhidas diferentemente do que ocorria no espaço físico-institucional anterior, em que pesem sobreviverem ainda atitudes de destrato da mulher. Mas em sua maioria a antiga prática vai perdendo espaço, afinal, o movimento social já tem em sua bagagem três décadas de experiências. Em que pese que as delegadas em sua maioria percebem a importância deste equipamento, mas não as/os gestoras/es.

[3] Bachelard, G. *A poética do espaço*. Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1974.

Fotos do arquivo da União de Mulheres de São Paulo.

Esse equipamento especial e seu funcionamento cotidiano vieram trazer-nos dados sobre onde as mulheres são estupradas, o que serve de subsídio para que serviços urbanos, como iluminação pública, itinerários de ônibus, possam ser alterados. E leva à exigência de que os terrenos baldios sejam fechados, o que pode evitar muitos destes crimes. Da mesma forma, nas discussões sobre o zoneamento, as mulheres defendem que as zonas sejam mistas, para que se garanta maior movimento nas ruas, evitando-se amplas áreas desertas, como a zona cerealista, no Pari-Brás, que fora dos horários de trabalho, à noite e nos fins de semana, ficam absolutamente vazias – o que traz maior segurança.

Os estupros acontecem, numa variedades de locais mas, ali onde não há iluminação nem comércio, e longe do transporte fica mais facilitado. É preciso levar isso em conta ao localizar e projetar equipamentos sociais, como as escolas, por exemplo, construídos nos arrabaldes da cidade e em bairros nos quais fica reservadas as piores áreas do loteamento. Isto tem de ser enfocado com mais critério nas propostas de aprovação dos loteamentos, em que se prevê a construção destes equipamentos e de responsabilidade das/os gestoras/es.

Outra questão posta para as/os arquitetas/os é a alteração do espaço arquitetônico de uma delegacia, já que o programa que orientará a elaboração do projeto passa a ser outro. Agora a Secretaria da Segurança Pública terá de pensar em salas para assistentes sociais, psicólogas, delegadas, escrivãs, investigadoras e policiais femininas, além de banheiros para mulheres, salas para brinquedoteca, fraldário, copa para fazer mamadeira e até espaço para abrigar a mulher antes de ela fazer o exame no Instituto Médico Legal, e mesmo conseguir vaga na casa-abrigo. Porque muitas vezes o espancamento é grave ou ela está ameaçada de morte.

Exemplos dessas novas necessidades, e da nova postura dos órgãos públicos, recentemente a 1a DDM, da região da Sé, inaugurou sua brinquedoteca e seu atendimento psicossocial, e a Secretaria da Justiça e Cidadania firmou convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil/OAB-Mulher para que seja oferecida a assistência jurídica requerida nesses casos.

E elas foram eleitas chefes de turma no mutirão de casas e apartamentos do projeto Sonho Meu – CDHU

Passamos agora ao relato (acrescido de algumas análises sobre o projeto da unidade habitacional e da opinião das protagonistas) de como se deu o acompanhamento de um grupo de 25 mulheres do núcleo de Sapopemba da União de Mulheres de São Paulo que participou da conquista de um mutirão da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) a ser realizado em São Mateus, no município de São Paulo. Num curso que nós ministramos, e que foi coordenado pela UMSP, elas foram preparadas para se organizar no processo de mutirão.

Essa experiência ocorreu nos anos de 1996, 1997 e 1998. E dela a UMSP participou mobilizando mulheres para o processo de aquisição de moradia pelos programas da CDHU, da Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Este trabalho de formação funcionou no centro comunitário do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, no bairro de Sapopemba, na Zona Leste da cidade de São Paulo, mais tarde trans-

ferido para a Sociedade de Amigos de Bairro do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, dirigida pela representante do Núcleo da UMSP, Maria Nazaré Moreira.

Aquele grupo de 25 mulheres a que nos referimos constituiu a primeira turma a conseguir suas unidades, e hoje elas moram no conjunto habitacional em São Mateus. Essa experiência abriu caminho para um outro grupo, que participou do mutirão para realizar o projeto da Fazenda do Carmo, enquanto mais outro grupo já estava esperando para entrar em canteiro.

Iniciamos em 1995 a reestruturação do núcleo da UMSP em Sapopemba, mas sua história havia começado bem antes, no ano de 1984, quando, depois de uma ocupação de prédios do Ipesp, várias participantes foram transferidas para unidades do Pró-Morar no Conjunto Habitacional Teotônio Vilela. Lá, como novas moradoras, e partindo animadas, da vitória anterior, elas conquistaram creches, delegacia, escolas, postos de saúde.

Essa área tem uma história antiga das mulheres em relação à legalização fundiária. O Lar Nacional é um loteamento onde mulheres, que haviam comprado ali seus terrenos em 1972, descobriram mais tarde que se tratava de um empreendimento clandestino. Organizam então uma luta para não serem despejadas, nem perderem seu dinheiro[4]. Só agora, passados 30 anos a justiça deu ganho de causa as/os antigas/os proprietárias/os. Mas a Secretaria Municipal da Habitação interferiu e está mediando em favor das/os moradoras/es, muitas/os aposentadas/os, será feita uma negociação.

Mas em 1995, com a mobilização que se deu em torno da questão da moradia, e capitalizando toda essa experiência, conseguimos que fosse refeito o convênio com a Cohab, e assim obtivemos um espaço físico para o núcleo, ao conquistarmos a abertura de um centro comunitário em Sapopemba. Foi então que pudemos planejar um curso para as mulheres, que teve a seguinte temática: "Cidade, cidadania, gênero, meio ambiente, habitação, comunicação e saúde".

Esse curso foi composto de oito aulas, com um total de 32 horas, em que trabalhamos a conscientização das mulheres em relação à vivência da cidade de São Paulo, dando atenção a seus signos, sua história, os direitos de cidadania, a questão da saúde e da educação. Nele também foi enfatizada a organização da cidade, a importância de viver de forma organizada nessa cidade, e a construção de um diálogo entre a população e os meios de comunicação.

Por fim se falou sobre o conceito de meio ambiente, entendido como um sistema, englobando os/s seres humanas/os, a água, as árvores, as frutas, o ar, e, dentro disso, como deve se dar o manejo dos resíduos, o tratamento e a preservação do planeta, e a importância de atingir-se um desenvolvimento sustentável e que pressuponha a divisão da riqueza[5] e a diversidade da população raça/etnia, sexo, faixa etária, classe social e orientação sexual. Assim como a discussão da legislação dos direitos/deveres e ambiental.

Após esse módulo, organizamos quatro oficinas, com 12 horas no total, nas quais sempre, num primeiro momento, trabalhávamos a expressão corporal e os vínculos interpessoais, nunca deixando de lembrar às mulheres presentes que elas tinham de se preparar para o trabalho no mutirão e para, futuramente, serem vizinhas. Como morar em condomínio é muito diferente de morar em casas térreas, era preciso que elas aprendessem a exercitar o convívio coletivo e a organizar a gestão do espaço em suas variadas funções.

Fotos do curso de preparação do mutirão. Arquivo da União de Mulheres de São Paulo.

4 Jornal *Movimento*. "Lar Nacional", 1978.

5 Para nós desenvolvimento sustentável é o tratamento do meio ambiente em que a utilização dos recursos naturais é feita de forma racional, mantendo-se a preocupação com as gerações futuras: que elas possam usufruir desses bens.

Em outras oficinas desenvolvemos dinâmicas de como ler e reler o espaço construído e os mapas. Foram feitos alguns exercícios de memória do espaço, em que as mulheres tinham oportunidade de descrever seu mapa de trajeto usando a memória, fazendo também o exercício de desenhar seu bairro, seu quarteirão, com os signos mais importantes, associados a suas funções. Elas exercitaram sua compreensão do espaço, ao identificarem o comércio, as igrejas, as escolas, os itinerários dos ônibus, as praças, a estação de trem ou metrô, as fábricas.

Exercitou-se também o uso do guia de ruas e a leitura do mapa da cidade de São Paulo. Iniciou-se a montagem de uma maquete, para elas trabalharem a noção de escala, mas essa experiência não foi adiante. Fizemos também em grupo a simulação de problemas no processo de construção das moradias, sempre refletindo sobre o que significa morar em prédio, com a criação e a discussão sobre a necessidade de normas de convivência.

Montamos, agora na sede da entidade, algumas discussões em que utilizamos um vídeo sobre a cidade de São Paulo e o Plano Diretor. Foram apresentadas também algumas palestras sobre meio ambiente, com explicações a respeito dos conceitos de mananciais, Área de Proteção dos Mananciais, uso racional da água, a importância da rearborização e o perigo de se impermeabilizar os quintais, que favorece a ocorrência de enchentes. Falou-se sobre resíduos sólidos e inundações, e a legislação federal, estadual e municipal sobre o assunto. Todo esse treinamento foi anterior à concretização do mutirão.

Quando se iniciou o trabalho efetivo de construção, as mulheres da UMSP constituíam um quarto dos "mutirantes", que no total eram 100 famílias de outras quatro entidades da comunidade, e elas se destacaram no processo todo, tendo até sido indicadas para lideranças de turmas (no grupo de assentamento de tijolos, no de encanadoras etc.) e para participarem das reuniões na CDHU. E em função dessa experiência foram realizados seminários, com três encontros naquele mês de julho, sendo o primeiro voltado para a preparação e a tirada de uma carta a ser levada para a Conferência do Habitat II, 1996 o segundo e o terceiro para a discussão sobre as legislações ambiental e habitacional.

A ansiedade por lugar seu, impede que pensem no espaço que estão construindo e principalmente em seu entorno

É preciso também destacar uma passagem vivida por uma comissão da primeira turma, o grupo das 25. Nas últimas semanas de treinamento para o mutirão, discutimos o conceito de que a habitação não deve ser vista separadamente dos equipamentos sociais (creches, escolas, unidade de saúde, comércio) e de infra-estrutura (água, luz e esgoto). Por isso, levamos ao conhecimento dessas mulheres as regras de instalação desses equipamentos, definindo a distância mínima estabelecida, tendo como referência a unidade habitacional.

Depois, fizemos um estudo do entorno da área onde os edifícios seriam implantados. Aí se constatou que água, esgoto, luz, telefone e transporte não seriam problema, mas sim o comércio, que era distante, assim como o fato de que haveria necessidade de creche, escola e unidade de saúde, dada a carência do entorno.

Elaboramos então um documento descrevendo as condições de realização do

projeto e reivindicando os pontos que supririam aquelas necessidades, e marcamos uma conversa com o diretor da CDHU responsável pelo contato com a população. No dia estabelecido foi feita a reunião, mas aquele funcionário foi extremamente grosseiro conosco, sem deixar que todas as mulheres fossem apresentadas, forçando-nos a expor rapidamente as propostas e respondendo, sem um exame aprofundado, que as achava um absurdo. Estávamos acompanhadas então por uma representante do governo do Canadá, que tinha o objetivo de selar uma parceria com o governo brasileiro para uma experiência piloto levando em conta a perspectiva de gênero na área da habitação. A funcionária canadense saiu profundamente desolada com o tratamento dispensado às mulheres, até ela própria. Este fato vem confirmar como é difícil sensibilizar o Estado para os interesses das mulheres, mesmo no que diz respeito a uma legislação visando garantir essas políticas.

A qualidade dos projetos da CDHU

Após o mutirão, desenvolvemos alguns estudos em prédios da CDHU construídos nas duas últimas décadas. São apartamentos minúsculos, onde as camas têm de ser beliches para que se possa circular nos quartos. Um dos maiores problemas nessas unidades são os banheiros: as mulheres não podem utilizá-los para dar banho em seus bebês ou crianças pequenas. São obrigadas a optar entre dar o banho na cozinha ou banhar a criança no banheiro, mas mantendo a porta aberta, e molhando o lado de fora.

Mas a constatação de problemas em habitações anteriormente construídas não era suficiente para indicar os caminhos das mulheres imersas na prática da edificação de suas residências. Durante o mutirão, elas estavam tão felizes por finalmente poderem ter sua moradia, que não conseguíamos estabelecer com elas uma reflexão sobre como seria morar naquela unidade.

Apenas depois de elas se mudarem é que começaram a sentir os problemas de algumas unidades, cuja estrutura foi executada por empreiteira. Essas primeiras mulheres a deparar com dificuldades no habitar tiveram um papel fundamental na mobilização para garantirem o usufruto do seguro, que muitos mutuários nem sabiam que existia. Assim, conseguiram resolver os problemas com mais facilidade, pois eles foram percebidos imediatamente.

No entanto, passados cinco anos, aquelas mulheres têm filhos de 12, 13 e 14 anos, hoje eles já estão quase adultos, e as pessoas não estão cabendo todas no espaço do apartamento, que são realmente minúsculos.

Na política de produção de moradias populares – em que são comuns as tentativas de baratear um pouco as mercadorias – deveria ser adotado o critério da utilidade social, não se tomando como base o mercado imobiliário. Como o que prevalece é o primado do lucro e o mercantilismo, diminui-se a área construída, empregam-se materiais de má qualidade e muitas outras práticas de irresponsabilidade social.

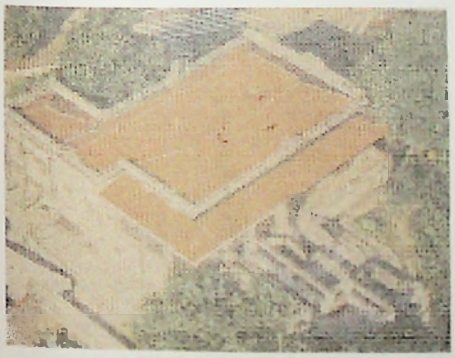
E, ao verificarmos essa má distribuição dos espaços, constatamos ao mesmo tempo que, com certeza, a maior prejudicada em tudo isso é sempre a mulher, que é a pessoa que mais utiliza o espaço doméstico. A casa, para os homens, é espaço de descanso e de devaneios, já para as mulheres é espaço de trabalho, insalubre e estafante. E, nas construções dos novos tempos, as áreas que perderam espaço foram justamente aquelas em que a mulher fica o maior tempo: a cozinha e a área de serviço. Além do mais, isso faz

com que perca qualidade em suas condições de trabalho e aumente o tempo exigido para circular a fim de produzir a alimentação. Na cozinha do apartamento da CDHU no Jova Rural, não cabe a geladeira, a sala é minúscula e a mulher tem de ficar indo e voltando para pegar os apetrechos de que precisa na cozinha.

O ato de projetar pode ou não reproduzir a opressão da mulher

Pode-se reproduzir a opressão da mulher e sua exploração, como vimos neste capítulo, assim como é possível interferir e contribuir no processo de autonomia feminina, na caminhada em direção à conquista de sua cidadania efetiva. As ideologias materializam-se na arte e na arquitetura, obras de criação também são marcadas pela opressão ou pela libertação, se bem que é preciso ter presente a trajetória desse conflito no processo histórico.

Maria Amélia Azevedo, psicóloga, e profesora no Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo, em seu livro Mulheres espancadas, quando discute que a ideologia patriarcal e machista perpassa e permeia todo o tecido social vem contribuir, para que nós arquitetas/os, aumentemos nossa percepção e reflexão em relação a esta questão. Na página deste livro apresenta um debate acontecido no Jornal do Brasil, RJ, na década de 80, quando uma socióloga encaminha uma crítica contundente ao ver, publicado numa das sessões de serviços, a sugestão de arquitetura de interiores para um quarto de menina e outro de menino, aqui reproduzimos os desenhos. Como vemos está tão introjetado em nossa culturaa visão sexista das funções dadas as mulheres e aos homens, do qual podemos afirmar e reafirmar sugestões de comportamento por meio da arquitetura de interiores. O quarto da menina, cor de rosa claro, com corações e significados românticos e o privado sendo relevado, e o do menino uma estação de trem fortalecendo o espaço público e da criatividade da produção e da circulação, do engenho. No nosso entendimento o quarto da menina pode conter os dois mundos assim como o do menino. Ver ilustração na "Introdução".



Casa da Dona Yayá. Fonte: Folha de São Paulo, 2000.

Bloco carnavalesco Casa da Dona Yayá, 2004.

Assim como a Casa de Dona Yayá localizada no Bexiga- Bela Vista – patrimônio tombado pelo Condephat, principalmente requerido por uma historiadora que presenciou este fato quando menina. Onde uma mulher por nome Dona Yayá foi mantida presa por 42 anos numa casa, adquirida com sua herança, que funcionou como um hospício particular onde a mão da medicina no caso a psiquiatra e os engenheiros, construíram um espaço de opressão para enclausurá-la. No caso o psiquiatra o famoso Franco da Rocha. Aqui apresentamos as alterações arquitetônicas executadas para que garantissem sua prisão.

Acessando a sua memória percebemos claros indícios de que a enlouqueceram para apossarem de sua herança. Hoje o que restou que não foi pouco de posse da Universidade de São Paulo. Para melhor conhecimento desta história acessem o livro *A Casa de Dona Yayá* – Comissão de Patrimônio Cultural da USP – texto de Marly Rodrigues – Edusp e Imprensa Oficial de SP - 1999.

Yayartes – Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá – repudiando a opressão.

A União de Mulheres de São Paulo em memória a este episódio, desde o ano de 2000, desenvolve uma mulhenagem a história desta mulher questionando o papel da ciência patriarcal, com um o Yayartes – Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá – onde per-

corre as ruas do Bexiga e presta reverencias a este episódio em frente a sua Casa, com uma marchinha.

Marcha de Dona Yayá - Yayartes Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá

música e letra – Margô vice-presidenta da União de Mulheres de São Paulo

Ô abram alas pra dona Yayá
Que a União de Mulheres vai passar
Nesta avenida desfilando pela paz
Se une à marcha dos novos carnavais

Ô abram alas pra Dona Yayá
Que a União de Mulheres vai passar
Nesta avenida desfilando pela paz
Se une à marcha dos novos carnavais

Populares promotoras legais
Música em cena nas sextas culturais
Oficinas, palestras, políticas sociais
Defendendo a mulher e seus ideais.

La la la ia .....
La la la ia
L ala la ia l ala ia
Bis

5º. Ano de carnaval - 2000 - 2004

Bloco carnavalesco Casa da Dona Yayá, 2004.

Conclusão

A conquista dos direitos civis, principalmente o direito de expressão, que se reiniciou legalmente, no caso do Brasil, com a anistia aos presos políticos e aos exilados, consolidou-se com o direito às eleições diretas, não resolveu, no entanto, os problemas verificados nas condições políticas, econômicas e sociais da maioria da população e principalmente das mulheres.

A localização das funções sociais, entre elas o habitar e o trabalhar, é, ela própria, também um produto do trabalho, e é ela que especifica o espaço intra-urbano, que, em seu todo, se refere às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais. Tendo isso em vista, os "lugares de mulher" podem ser associados à localização urbana? Pensamos que sim.

Por isso, apresentamos as reflexões – de que participamos conjuntamente com os movimentos sociais e procuramos encaminhar no plano acadêmico – sobre a associação de cada lugar de mulher e seu entorno, relacionando-o com os outros serviços. Por exem-

plo, a maioria dos lugares de mulheres desenvolve múltiplos serviços intersetoriais, como os voltados para saúde, cultura, atendimento jurídico, educação, lazer, assistência e prática política, no sentido lato da palavra, com a elaboração de propostas que interfiram na gestão e aplicação de políticas públicas. A própria maneira pela qual esses locais se organizam leva à produção de políticas sociais e urbanas, com práticas exemplares, produtoras de contra-ideologia e novas práticas políticas.

Procura-se sempre integrar os lugares de mulher em redes locais, como fóruns de entidades sociais, culturais, ambientalistas, órgãos de classe, levando a que participem da co-gestão governamental em conselhos gestores de saúde, comitês de luta pela diminuição da mortalidade materna, de defesa das bacias hidrográficas, de orçamento participativo, grupos de trabalho das câmaras municipais, conselhos municipais e consultivos etc.

São espaços espalhados pela cidade e pela área metropolitana, que têm sua natureza própria e são produtores de serviços necessários e que dependem da rede de deslocamentos existentes no urbano. E eles por si mesmos podem ser considerados como uma rede de serviços (ver Mapa Território de Mulher, em que espacializamos os lugares de mulher).

O estudo das formas faz parte, sem dúvida, do estudo do espaço urbano, mas não é específico dele. Muito pelo contrário, as formas são atributo de todo espaço (e incluem elementos como árvores, cadeiras, canetas, ou seja, todo e qualquer objeto ali presente). No entanto, para *explicar* as formas urbanas – os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, as densidades etc. –, é indispensável considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com todos os demais pontos do espaço urbano. Esperamos mostrar neste trabalho que essas relações dominam aquelas que se materializam através do deslocamento dos seres humanos enquanto consumidores e/ou portadores de força de trabalho. Para que seja um estudo efetivo do espaço intra-urbano.

É preciso explicar por que os "lugares de mulher" apareceram e por que apresentaram estas características, por que as mulheres insistem em que esses espaços lembrem suas casas; em segundo lugar, por que se produziram essas *localizações representadas* e concentradas, por exemplo, no bairro da Bela Vista. E esse tem sido um fenômeno do mundo inteiro. Pretendemos aprofundar este entendimento inclusive a influência no tecido urbano construído.

Observa-se que não são todas as mulheres que sentem essa necessidade, são principalmente seus grupos organizados, e esses espaços em sua maioria estão localizados nos espaços periféricos e ou em bairros degradados ou em degradação. Outro ponto que tem sido notado: mulheres das classes altas e empresárias iniciaram também, há muito pouco tempo, esta discussão, lançando a idéia de organizarem-se como mulheres de negócios.

Esses espaços intra-urbanos estudados neste trabalho estão extremamente ligados às relações de desenvolvimento regionais. Por isso, em nossas ações e análises da condição das mulheres, remetemos às discussões macroeconômicas e macropolíticas, e procuramos relacionar suas necessidades com o processo histórico de sua opressão, ligado à estruturação do processo histórico econômico de um modo geral. Junto com isso, desen-

Territorio de Mulher

1 Assessoria das Delegacias de Defesa da Mulher

2 Conselho Estadual da Condição Feminina

3 1ª DDM – Centro

4 Projeto Casa Mãe

5 GOJE Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher

6 OAB Mulher

7 Hospital do Servidor Público Municipal Serviço Aborto Legal

8 Hospital Pérola Byington Programa bem me quer

9 Católicas pelo Direito de Decidir

10 Centro de Integração Social da Mulher

11 CIM Centro de Informação da Mulher

12 Grupo Instituto da Mulher Negra

13 Coletivo de Feminista Lésbicas

14 União de Mulheres de São Paulo

15 FALAPRETA Organização de Mulheres Negras

16 Serviço das Mulheres Marginalizadas

Centro de São Paulo

volvemos propostas para interferir no processo atual, com a participação ativa no momento político, em especial, com a participação das mulheres nas conferências mundiais da ONU nos últimos 30 anos e nas quatro conferências de mulheres. O que vimos percebendo que a ONU vive uma crise política e de luta de poder interno que veio arrefecer a possibilidade até então criada, da participação mais ampla em suas instâncias. Mas as feministas estão organizadas na Marcha Mundial de Mulheres contra a pobreza e a violência sexista e na HIC – Coalition International Habitat.

Até hoje, que nós saibamos, poucos trabalhos, embora extremamente importantes, foram elaborados com o objetivo específico de sensibilizar as/os profissionais envolvidas/os em atividades de planejamento, especialmente as que se realizam na escala municipal, visando a incorporar propostas voltadas para a construção de uma sociedade em que homens e mulheres desfrutem de mais igualdade de direitos sociais, econômicos e culturais.

Por isso, nos propomos aqui a fazer esta reflexão sobre as teorias urbanas e sociais, recolhendo o conhecimento já acumulado, formulando propostas e verificando o que é necessário fazer para que elas sejam levadas à prática, pesquisando, conhecendo, aplicando, avaliando, registrando, conceituando, reaplicando sempre esses resultados sobre a realidade, de acordo com o papel que julgamos ser o da Universidade, que deve o de contribuir para a ressignificação do urbano e do intra-urbano.

O urbanista não deve defender a despolitização, fortalecendo a especialização tecnocrática, o que também não deixa de ser uma posição político-ideológica não assumida. Mas deve, sim, trabalhar com a multidisciplinaridade, a intersetorialidade e a transversalidade, não mais encarando a cidade apenas sob o aspecto físico ou o funcional.

O urbanismo pode-se dizer "racionalista", mas, antes de tudo, precisa se pautar por um outro modelo, que não se enquadre no seguinte diagnóstico: "Até a segunda metade do século XX, o progressismo entendeu a cidade contemporânea como fruto de um movimento que produzia uma ruptura radical na História, e não como uma etapa de um processo histórico"[6]. E também: "Aceitando-se como positivas as idéias de progresso e modernidade, o interesse das/os urbanistas deslocou-se dos aspectos sociais e econômicos para as estruturas técnicas, funcionais e estéticas". Com a ausência de crítica acarretada pela prevalência dessa visão, passou-se a produzir distorções na realidade e a trabalhar com valores supostamente universais, supondo um espaço idealmente indiferenciado e acalentando metas de alcançar a eficiência dos sentidos"[7].

[6] Kolsdorf, 1985, p. 24.
[7] *Id., ibid.*

8

Gênero, urbanização de favelas e planos de ação urbano habitacionais

Capítulo VIII Gênero, urbanização de favelas e planos de ação urbano habitacionais

A favela não é um fenômeno localizado ou esporádico. Mas demorou muito para que algumas/uns gestoras/es públicos aceitassem que é preciso transformar a dinâmica do mercado imobiliário existente como condições necessárias para a erradicação do fenômeno da favela. A habitação, que deveria ser um direito humano básico, é inacessível para a maioria da população. A partir dessa compreensão, só restava tratar o problema com toda a sua complexidade. Neste contexto a política econômica vigente (há muito tempo) – que mantém a reprodução da pobreza onde as diferenças sociais principalmente na metrópole de São Paulo são consideradas uma das piores do mundo.

Desde os anos 70, com o arrocho salarial imposto pela ditadura militar, o crescimento das favelas tem sido vertiginoso nas grandes cidades brasileiras. A urgência de ações de maior abrangência social fez com que se desenvolvessem muitas soluções criativas e apropriadas (em maior ou menor grau) para a consolidação das favelas como espaço urbano habitável. Assim, as propostas de erradicação de favelas, reurbanização e urbanização também convivem no tempo e no espaço. Trata-se da postura que tem sido adotada mais amplamente a partir do começo dos anos 80[1].

Caracterização específica das mulheres na favela.

Nossa experiência , tanto no GTA como na UMSP, tem nos demostrado que as mulheres nas favelas são as principais responsáveis pela reprodução da força de trabalho, assim como o esteio psicológico e social das famílias, sendo segundo os dados do IBGE de 2000, de 40% a 60% as chefes de família.(dados retirados dos setores censitários) assim como o corte étnico, são em sua maioria da cor negra.

Para facilitar a vida, destas populações moradoras das favelas, deve-se procurar alocar, em vez de remover, as moradias, para evitar transtornos maiores para as famílias, que já têm uma inserção no local, com filhos na escola, creches, emprego próximo. E apenas com esta preocupação estaremos enfrentando as relações sociais de gênero, nós que priorizamos este olhar já podemos perceber que sendo as mulheres nas favelas cerca de 40% a 60%, segundo os setores censitários do IBGE, 2000, as chefes do grupo familiar, as consequências dos transtornos das remoções vem sobrecarregar, principalmente as mulheres, porque são elas em última instância que arcam com a trabalho de organizar a vida das/os filhas/os, mesmo quando possui um companheiro.

Entre essas considerações, aqui nos interessa continuar pensando na urbanização de favelas sempre do ponto de vista das relações sociais de gênero, a dotação de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos nas favelas, mantendo-se as características do parcelamento do solo e as unidades habitacionais vem de encontro às necessidades das mulheres. Como já afirmamos anteriormente deve-se evitar ao máximo as remoções. Mas quase sempre a urbanização de favelas acaba acarretando a necessidade de remoções, porque as vielas normalmente são de 1 m a 1,5 m de largura[2]. E os espaços de circulação têm de ser maiores, para que se consiga dar acesso ao caminhão da coleta de resíduos, às ambulâncias, à viatura policial, e para a implantação da rede de saneamento básico (água e esgoto) execução das extravasões de galerias de grande porte em áreas em fundo de vale, assim como dar a garantia de insolação e ventilação adequadas para a habitabilidade das unidades habitacionais. Sendo as mulheres as que utilizam a moradia para desenvolverem o trabalho doméstico e muitas desenvolvem o trabalho que garantem seu sustento domi-

[1] Bueno, L.M.M. *Projeto e favela: Metodologia e projetos de urbanização*. Tese de doutorado, FAU-USP, São Paulo, 2000, p. 162.
[2] *Id., ibid.*, p. 177.

ciliarmente colocando saquinhos, costurando, olhando crianças de outras mulheres. É fundamental a defesa da urbanização destes espaços e quando a remoção é inevitável deve haver uma preocupação das/dos gestoras/es em remover estas famílias pelo menos para o mesmo bairro para evitar tanto transtorno no grupo familiar, assim estarão aliviando em muito a vida das mulheres.

Outra imposição que leva à condenação da favela é a regra urbanística, a exigência de o carro poder ter acesso, do ângulo reto e das larguras contínuas[3]. Não é nosso intuito aqui aprofundar a discussão da metodologia de como melhor urbanizar as favelas, mas sim analisar como se dá a relação social de gênero nesse processo, dando visibilidade para a sua inserção neste espaço e como o produz e quais suas aspirações de transformação assim passamos a contextualizar a mulher. A mulher destes núcleos habitacionais em sua maioria não são detentoras da propriedade de um carro sua condição econômica impede esta aquisição este tem sido um valor masculino na maioria das favelas.

O estudo *Mulher, saúde e sociedade no Brasil* (Labra, 1989) elucida bem essa questão, mostrando como as mulheres "pobres" são as menos favorecidas no que diz respeito ao saneamento básico. Nesse estudo é apresentada uma distribuição percentual das famílias desassistidas de saneamento, separadas segundo o sexo do "chefe" de família. Para esse trabalho, foram consideradas as famílias com rendimento mensal de até um salário mínimo. Entre elas, verificou-se que 29% têm um homem como chefe e 60,9% têm uma mulher. Ou seja, boa parte das famílias não atendidas por serviços de saneamento tem baixa renda, e uma mulher é responsável pela renda mensal desse grupo familiar[4]. Esse estudo conclui que, ao ignorar as questões de gênero, os programas e ações de governo correm o risco de fortalecer, mesmo involuntariamente, preconceitos e injustiças[5].

E como se reproduz a ideologia patriarcal nas relações sociais também nestes grupos sociais e que não poderia deixar de ser diferente estes grupos sociais estão inseridos no contexto urbanístico e recebem a ideologia da classe dominante.

Daí a quantidade de mulheres que se mobilizam para a luta da moradia e pelo interesse a participarem do processo de discussões.

Projetos desenvolvidos, Favela do Jardim Boa Esperança em Campo Limpo e um Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia e saneamento básico e desenvolvimento comunitário em favelas.

Passaremos daqui por diante, a relatar algumas experiências que vem comprovar estas afirmações e iniciaremos pela Favela do Jardim Boa Esperança que foi minha primeira experiência planejada com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no Trabalho Final de Graduação que considero o embrião de propostas que vimos consolidar no Grupo Técnico de Apoio (GTA). Por outro lado vimos relatar aqui, também de forma bastante sintética, alguns exemplos da experiência destes mais de 10 anos dando ênfase à metodologia aplicada ao planejar e desenvolver os projetos de urbanização de favelas e finalizando com mais detalhes o que foi a elaboração do Plano de Ação Urbano Habitacional do distrito da Brasilândia. Levantamos aqui algumas questões a serem refletidas com mais cuidado, por exemplo, planejar ações com a participação popular por meio da sociometria e também adotando como unidade de planejamento as micro-bacias hidrográficas desenvolvendo um processo de troca com a comunidade local e governo local. Adotando como parte do diagnóstico o fazer social desta comunidade assim como

[3] *Id., ibid.*, p. 177.
[4] Labra, 1989; Ibam, *Introdução ao planejamento e à questão de gênero.*
[5] *Ib idem*

apropriam-se do espaço local e como não apropriam-se do espaço da cidade, assim como o gestam e paralelamente transferindo nossa metodologia construindo, desta maneira conjuntamente as intervenções. Aqui inumeramos alguns desafios como garantir que a comunidade por meio de suas representações cogestem o Plano apropriando-se do conhecimento organizado do espaço habitado e do distrito. Mas o grande desafio seria como superar os conflitos corporativos da equipe com o governo local e entre a própria equipe do GTA garantindo a horizontalidade das decisões e a construção coletiva sem anular a diversidade de desejos e formação específica de cada profissional da equipe e sem ignorar as necessidades reais da população. E como se reproduz a ideologia patriarcal nas relações sociais também, nestes grupos sociais.

O Jardim Boa Esperança é um loteamento localizado em Capão Redondo, próximo a uma área de mananciais, com acesso pela Estrada do M'Boi-Mirim. Dispõe de infra-estrutura, com água, luz, transportes, escola, creche, Unidade Básica de Saúde. E sua população era bastante organizada e consciente já na década de 80.

No governo da prefeita Luiza Erundina, que correspondeu ao período de 1989-92, foi elaborado um Programa de Urbanização de Favelas. No bojo dessa experiência político-administrativa, foi executado também um projeto de urbanização para essa área, a partir de um processo de discussão com a população.

E a entidade que aí esteve, junto com essa população, foi a União de Mulheres de São Paulo, ajudando a dirigir os trabalhos. Este núcleo já tinha na época seis anos de existência, essas mulheres já tendo vindo de uma experiência de participação no movimento de luta por creches e na luta por eleições diretas.

No processo de tomada de consciência da situação de violência vivida com seus maridos, várias dessas mulheres separaram-se e, com isso, não conseguiam manter o aluguel de suas casas. Como, na época, já tinham conhecimento de uma onda de invasões na região, hoje denominado como ocupações[6], escolheram esse espaço e o invadiram ou ocuparam. Era uma área da Prefeitura foi aí que me deparei com a tenacidade destas mulheres, pois foram despejadas dela inúmeras vezes pelo prefeito Reinaldo de Barros (cujo mandato foi até o fim de 1982). Mas elas não se davam por vencidas, insistiam e voltavam no dia seguinte.

Nesse período, trabalhávamos na Superintendência de Habitação Popular da Região Sul (Habi), órgão ligado à Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab). E, paralelamente, vínhamos desenvolvendo o Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI, que corresponde hoje ao Trabalho Final de Graduação), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no qual decidimos adotar essa experiência de luta e organização popular, referenciada na conquista de espaço e seu processo de urbanização, como tema.

Assim elaboramos um programa de ação com a orientação da profª Suzana Pasternak, na difícil área da Demografia, e seus estudos de população moradoras em favelas o que contribuiu em muito para que aprofundássemos o estudo desse grupo populacional, e também com os conhecimentos adquiridos na disciplina de Antropologia Urbana, ministrada no curso de Ciências Sociais pelo prof. José Guilherme Magnani.

Na concepção desse programa, uma das questões que nos preocupavam – sempre tendo em vista contribuir com propostas para o avanço das políticas de urbanização

[6] Comentários na década de 80 o termo invasões era comumente utilizado inclusive pelos movimentos populares, após a Constituição Federal de 1988 o termo passou a ser usado como ocupações considerando que a propriedade tem função social caso ela não esteja sendo cumprida é direito a ocupação.

de favelas, que ainda não haviam avançado muito no Brasil – giravam em torno do rompimento imediato do tratamento assistencial a essas famílias, e de repensar o papel da equipe social existente. Cada vez ficava mais claro que, para desenvolvermos um trabalho de intervenção de qualidade, era necessário conhecer essas pessoas, criando condições para que moradoras e moradores pudessem expressar seus desejos, de forma concreta e da maneira mais detalhada possível, assim como um preparo das/os técnicas/os no gerenciamento de conflitos que muito se exacerbam num processo de mutirão[7]. Começamos assim a enfocar – já pensando em termos de um encaminhamento prático – essa área com 65 famílias, num total de 350 pessoas. Mas, antes do início da obra, decidimos fazer um trabalho prévio de diagnóstico da saúde de toda a população, para medir o impacto da urbanização sobre as condições de vida desses habitantes e também porque questionávamos a idéia de propor àquela população que trabalhasse tão pesado, depois de ter dado o maior duro a semana inteira.

Víamos como uma necessidade proporcionar a possibilidade de mudança não só física no espaço construído, mas na educação das pessoas, ajudando em seu comportamento. Para nós já era claro que as mulheres é que na verdade iriam carregar o mutirão.

Tendo em vista acelerar os trabalhos, tentamos convencer a Prefeitura a executar a obra por empreiteira, como estava sendo feito em outras favelas, mas nesse caso não foi possível. Propusemos fazer a operação integrada com outras secretarias e movimentos sociais, englobando os itens de saúde, assistência social, educação ambiental.

Ainda no intuito de realizar um trabalho prévio de diagnóstico da saúde, como dissemos, foi feito um acordo com a Unidade Básica de Saúde local. Assim, todas/os passaram pelos exames, e pudemos distribuir as funções no mutirão respeitando as condições físicas de cada uma/um. Foram detectados dois casos de tuberculose e problemas cardíacos em um participante.

As crianças de 0 a 4 anos, além de passarem pelo médico para consulta geral, fizeram exame de fezes. A Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) pôs à nossa disposição uma enfermeira, que foi, *in loco*, pesar e medir todas essas crianças. Essa Secretaria concordou também em que montássemos uma cozinha comunitária, para a qual a Prefeitura cedeu o material de construção (Madeirit), e a população construiu o novo equipamento em mutirão numa área contígua adquirida para o desadensamento da favela.

Nessa nova operação, as/os/ moradoras/es conseguiram fogão usado, uma geladeira velha, trouxeram panelas, pratos e talheres. E, semanalmente, a Secretaria encaminhava os alimentos para o almoço do sábado e do domingo, preparados por um grupo de mulheres mais velhas, que cozinhavam para as/os participantes do mutirão. As crianças também almoçavam e participavam das atividades de jardinagem com a colaboração da Administração Regional de Campo Limpo, hoje desmembrada como Subprefeitura do M'Boi Mirim.

A implantação da rede de água e esgoto foi executada por mutirão. Construíram-se três muros de arrimo e as escadarias de acesso, e, além disso, foi feita a pavimentação. Já aí a maioria das/os participantes era composta de mulheres. Salvo oito homens que trabalharam do começo ao fim, os outros só contribuíram após muita insistência nossa.

[7] Muito tenho sido ainda questionada o fato de ser arquiteta e ter a preocupação com o trabalho social como primordial no processo de trabalho, tem muito a ver com minha experiência de vida, desde meus 18 anos estive inserida num processo de desenvolvimento social, político e de defesa do meio ambiente, no caso o rio Tietê e contra a poluição do ar e deste rio que a Indústria Nitro Química desenvolvia no bairro em que nasci São Miguel Paulista. E ao participar do movimento estudantil na década de 70 discutíamos a qualidade dos cursos universitários e muito discutir com as estudantes militantes de serviço social da PUC que combatiam o assistencialismo defendendo a promoção social que passaria a tratar a população como sujeito de direitos.

As crianças participaram ativamente do trabalho de paisagismo, e puderam ser sensibilizadas e assim desenvolvendo afeto pelas plantas. Quando do desmatamento da área adquirida, transferimos as árvores de pequeno porte para outras áreas e até mesmo arborizamos a praça próxima. Foi uma bela oportunidade para aprofundarmos a consciência do manejo correto dos resíduos, e aí novamente foi um grupo de mulheres que mais se interessou este desenvolvido pela técnica do Social, hoje Dra. Rita Bessa parceira nossa no GTA.

A Administração Regional de Campo Limpo, hoje sub-Prefeitura do M'Boi Mirim, durante todo o processo da obra, deu suporte ao combate aos ratos, através do serviço de controle a zoonoses, fazendo a desratização e cedendo caminhões para o trabalho de cata-bagulho. Convidei então a Associação Popular de Saúde para se encarregar da educação em saúde, contatei a Secretaria Municipal de Assistência Social para construir uma cozinha comunitária (e assim apoiar o mutirão), a Secretaria Municipal de Cultura, que apenas cedeu material para uma caixa-biblioteca e também a Secretaria Municipal de Saúde, pois estabelecemos que seria importante averiguarmos o impacto da urbanização sobre as pessoas, com a implantação do saneamento básico, e serviço de água e esgoto. Decidimos fazer exame de saúde na população para que se detectassem as principais doenças, e nas crianças de 0 a 4 anos foram realizados exames de fezes. O impacto da obra foi flagrante. As mulheres deixaram de ter feridas nas pernas, assim como as crianças e a pele passaram a ter outra coloração. Males oriundos do esgoto a céu aberto e da água contaminada, chamadas doenças de veiculação hídrica.

Conseguimos também que fossem dadas palestras sobre saúde pelas/os estudantes da Escola Paulista de Medicina (Unifesp) e as/os médicas/os da Associação Popular de Saúde.

Mas, quando estávamos finalizando o projeto, Paulo Maluf ganhou a eleição para a Prefeitura, e o resultado disso foi que tivemos de interromper o trabalho, e ainda faltava terminar um dos muros de arrimo e construir algumas unidades habitacionais para substituir as de madeira.

Essa experiência de urbanização da favela do Jardim Boa Esperança foi muito forte para mim e para Neide de Souza Ferreira, outra arquiteta fundadora do GTA. Na época, ela era estagiária e desenvolveu com muita propriedade e competência o projeto de urbanização, e isso foi fundamental para a escolha de sua especialização. Por coincidência, ela também é professora de artes plásticas e desenho, como eu.

Com tudo isso nós duas demos vazão a nossa preocupação com o processo de educar a população e fortalecer sua organização, para que realmente fosse possível transformar aquele espaço, concretizando um projeto de importância social e desenvolvido de modo que comprovasse a viabilidade do caminho participativo, não tecnocrático.

Prosseguimos daí em diante sempre, e cada vez mais, interessadas em desenvolver trabalhos interdisciplinares e intersecretariais.

Nessa época iniciamos também nossa preocupação com a normatização, para traçarmos parâmetros mínimos de saneamento básico nas favelas. A Sabesp, a duras penas, entendeu que tinha de flexibilizar seus parâmetros quanto à largura de vielas, por exemplo. E hoje tem sido uma prática mor meio do Programas de Saneamento – pelo

menos dos Prosaneares que temos elaborado os projetos e acompanhado as obras – podemos afirmar que esta cultura foi posta por terra abaixo.

Era a primeira vez que se desenvolvia um projeto para as favelas na cidade de São Paulo, com levantamento topográfico e de planialtimetria e se percebia a possibilidade de requalificar o espaço ocupado. Essa intervenção foi um grande avanço, porque até então a Prefeitura de São Paulo só desenvolvia algumas melhorias (que apelidamos de "piorias"). Tudo não passava de uma simples casquinha de cimento nas vielas. Agora não, foi elaborado um projeto, com levantamento planialtimétrico e sondagem. Foi também contratada uma empresa para produzir o projeto executivo.

Essas experiências deram base a que fosse desenvolvida uma metodologia de projeto para urbanização das favelas elaborada em conjunto com as/os moradoras/es do local.

Como este aparece - No Grupo Técnico de Apoio, constituímos para isso uma equipe multidisciplinar, e já são cerca de 43 os projetos de urbanização de favelas que temos desenvolvido, e que se compõem de levantamento planialtimétrico e geológico, com a elaboração de projetos de urbanismo em que se adotam soluções alternativas de saneamento básico (rede de água e esgoto), com a implementação de centrais de coleta seletiva dos resíduos, a requalificação das unidades habitacionais, e a valorização de seus centros históricos, promovendo-se ainda intervenções paisagísticas.

Pois é cada vez maior a compreensão de que nas favelas pode-se e deve-se trabalhar os projetos incorporando também o enfoque estético, como afirma Bueno[8]. Com essa consideração em nosso trabalho, podemos criar pontos de referência quando, por exemplo, incluímos azulejamento artístico com mosaico em escadarias, estabelecemos o mobiliário adequado à escala das vielas. Esse modo de encaminhar os trabalhos, enfatizando o artístico, mas levando sempre em conta o conhecimento anterior e a necessária participação da população por meio de reuniões, oficinas, psicodrama, implementando a regularização fundiária e obtendo a aprovação legal, e, ao mesmo tempo, eleva a auto-estima do grupo de pessoas dando condições para que usufruam de seus direitos humanos básicos.

Isso nos conduz a pensar na constituição de programas de desenvolvimento comunitário que levam em conta a identidade cultural, as relações sociais de gênero, os direitos das crianças, adolescentes e idosas(os),raça/etnia lançando mão de técnicas de dramatização, psicodrama e *role-play*.

Mas, retomando nossas considerações anteriores, a maioria desses projetos tem sido garantida até o momento, pelo Programa de Saneamento (Prosanear), do Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Urbano, atualmente locado no Ministério das Cidades, que utiliza recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No entanto, esse programa não contempla todas as ações incluídas nesse tipo de intervenção, apenas o saneamento básico e a educação ambiental e sanitária. O GTA compreende que a educação sanitária está contido no processo de educação ambiental e que as pessoas fazem parte do meio ambiente, ou seja, do habitat, e portanto também devem ser trabalhadas no desenvolvimento de seus direitos e deveres civis, organizando-se com autonomia e contemplando sua diversidade de gênero, raça/etnia, faixa etária classe social. Nas favelas onde já existe uma organização tomamos a atitude de fortalecer as ini-

8 Bueno, L.

ciativas dando assessoria e contribuindo para que ampliem suas redes sociais de articulação, tanto com os serviços governamentais e com os movimentos sociais, mulheres, moradia étnicos/raciais, de defesa da criança e adolescente, idosos e deficientes físicos e mentais.

O GTA tem, em função disso, desenvolvido projetos de urbanização, e não de urbanificação e desenvolve assim um programa de incremento comunitário em que fica assentado o entendimento de que a educação ambiental passa pela consciência de cidadania, a participação e a organização, incluindo a produção cultural segundo a história e a identidade do grupo, desenvolvendo reflexões, com a população atendida, sobre as relações sociais de gênero, o ambiente sustentável, tudo associado aos princípios dos direitos humanos.

Organiza também, juntamente com a população, comissões de cultura em torno da realização de festivais de música com temas, por exemplo, no Plano emergencial da Pedreira, o tema do festival foi Meio Ambiente e cidadania, cria grupos de teatro, blocos de Carnaval, desenvolve cursos e oficinas de jardinagem, do plantio de árvores e canteiros, reciclagem de resíduos, implantação de coleta seletiva, organiza cursos de cooperativismo, buscando o fortalecimento da organização local, e articula, juntamente com a população, parcerias com instituições privadas, governamentais e não-governamentais. Propõe-se com isso a criar uma rede de apoio para as/os moradoras/es de favelas.

Quanto às intervenções arquitetônicas, o GTA acompanha as obras em conjunto com as/os moradoras/es e desenvolve atividades de requalificação paisagística das unidades habitacionais, praças, escadarias, com recolhimento de sucata, pintura de fachadas e melhoria da habitabilidade, visando melhorar o conforto ambiental, aumentando a insolação e a ventilação. Auxilia com dinâmicas e discussões, por meio de uma metodologia reflexiva de fortalecimento dos vínculos interpessoais repensando as identidades contribuindo para o processo de organização da população e sua apropriação da cidade.

Existe a necessidade de se criar juntamente com as moradoras/es normas de convivência entre vizinhos e de limitação dos níveis de ruídos, assim como se faz nos condomínios de classe média onde os problemas de relações não possuem diferenças em sua essência. Fazem-se necessárias também normas que regulem a expansão da moradia no já exíguo espaço público, ou seja, prevendo um melhor aparelhamento do espaço de uso coletivo, definindo como ampliar varandas ou as conseqüências do sombreamento das aberturas vizinhas, que chegam a cobrir a viela próxima, assim como a escolha de tipos de pavimento.

Quanto às áreas de risco, o GTA desenvolveu uma metodologia de abordagem em que a intervenção deve garantir, além das obras de contenção, uma destinação de uso para que a ocupação não seja recorrente. Essa forma de intervenção deve ser integrada com a Secretaria de Assistência Social e os programas sociais existentes, porque normalmente as famílias que recorrem à ocupação dessas áreas estão completamente à margem da sociedade.

Cabe a observação de que as áreas de risco físico ocupadas evidenciam a relação intrínseca existente entre os riscos sociais e os ambientais, pois estão localizadas em áreas de mananciais, beiras de córregos e encostas.

No ano de 2002 foi interrompido um programa na Secretaria de Infra-Estrutura da Prefeitura (SIS), graças à troca do secretário, que tinha uma abordagem integrada em relação ao objeto de intervenção, mostrando uma preocupação mais ampla do que apenas os olhares do geólogo e da defesa civil, atentos apenas a ações para realizar obras de contenção e ações emergenciais. Não será difícil prever que essa medida política por si só fará com que perdure o problema, trazendo mais e mais prejuízos à população.

Como projetar o espaço e construí-lo de forma participativa e multidisciplinar

Para prosseguir, é hora de abordar como tem-se dado a aplicação dessa filosofia de trabalho e como as técnicas/os do Grupo Técnico de Apoio (GTA) têm absorvido essas políticas de ação e metodologias de projetar tanto o espaço com projetos físicos e os projetos sociais que incorporem a perspectiva de gênero, raça/etnia e direitos humanos, entrelaçadas com a problemática ambiental e inseridas numa cultura que precisa ser repensada nos termos em que foi construída.

O próprio estatuto e a carta de princípios dessa organização não governamental destacam a questão de gênero, relacionada aos direitos das mulheres à moradia, conforme comentamos no capítulo III.

Nas discussões para elaboração dos projetos arquitetônicos é considerada a diversidade da população, levando-se especialmente em conta, entre os diferentes setores que a compõem, os deficientes, as mulheres, os homens, as/os idosas/os, os adolescentes, os jovens e crianças, e então se define, se amadurece e se constrói a metodologia de suas ações, com uma equipe multidisciplinar, tendo sempre o desenvolvimento humano como objetivo maior.

Adota-se aí como filosofia a integração da participação comunitária na realização dos projetos arquitetônicos, que é a melhor forma de atender-se a necessidades dos movimentos sociais de moradia e feministas assim como de outros, tudo isso aliado à educação ambiental e para a cidadania. Na convocação das reuniões partimos das/os interessadas/os independente de serem lideranças e na maioria das vezes são as mulheres que vão para as discussões e debates. Ao instaurarmos nossas técnicas psicodramáticas e de vivências, diagnosticando as precariedades, potencialidades, desenhos, vínculos de relações sem dúvida é etnia, classe social, faixa etária enfatizando sempre a questão de gênero nos projetos de educação para a cidadania e ambiental, é o modo pelo qual essa filosofia acaba por impregnar todos os trabalhos de que tomamos parte.

Na verdade, é preciso lembrar que essa prática profissional tem-se pautado por um ideário que é fruto do processo político e social de nosso país, e especialmente o vivido na Área Metropolitana de São Paulo, com destaque para a cidade de São Paulo. E, em função disso, salienta-se que a favela tem sido o principal objeto de intervenção e construção do conhecimento na produção de projetos físicos e sociais[9].

Acreditamos que temos caminhado nesse processo, e nos últimos três anos conseguimos consolidar a equipe do desenvolvimento comunitário, reforçando a interdisciplinaridade, com a participação, no trabalho, de assistentes sociais, psicodramatistas, arte-educadoras, músicos, enfermeiras, arquitetas/os, sociólogas/os, psicólogas, pedagogas, além de lideranças da comunidade. Passando então a denominar-se sócio/cultural.

Tudo isso, porém, é vivenciado com muitos conflitos internos, porque cada

[9] De acordo com Maricato, a favela não cabe nas categorias de planejamento urbano moderno/funcionalista, pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas. É possível reconhecer nas favelas semelhanças formais com os burgos medievais. Já para os professores e arquiteta/o Laura Machado de Mello Bueno e Paulo Bastos, ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, de modo rigoroso, nos procedimentos adotados nos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (o serviço público de emissão de alvará e habite-se de construções), freqüentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência.

uma ou cada um tem se proposto a repensar sua prática corporativa, e para tanto debates acalorados, leituras, discussões e ações em campo vêm dando subsídios a respeito de como transformar e produzir um novo conhecimento e uma nova forma de intervenção, o que implica transformar as próprias posturas individuais em relação ao trabalho. A prática cotidiana da multidisciplinaridade é complexa porque numa sociedade onde impera o pensamento único, onde as corporações e que cada uma se arvora ser dona do método e da verdadeira visão de mundo. Existe o perigo e a todo momento a sobreposição de uma forma única de atuar e um único modo de pensar e de uma única pessoa de uma dada profissão. Exige uma vigilância e uma necessidade de construção de acordos com muita clarificação. O gerenciamento destes conflitos, ou seja a luta dos micropoderes sempre está presente e deve ser gerenciado cotidianamente.

Um exemplo dessas dificuldades transitórias foi um questionário que tivemos de realizar, para levantamento dos dados socioeconômicos e ambientais, que não incluiu o quesito cor e em que a profissão das mulheres não foi considerada no momento da tabulação. Na avaliação destes resultados, concluímos que, se não houver uma feminista de plantão para verificar se os trabalhos seguem a carta de princípios, subsistirá o risco de prevalecer a dissociação entre teoria e prática.

Mas como já relatamos anteriormente a prática cotidiana de contato com a realidade destas populações tem garantido, ainda em parte, o tipo de intervenção defendido na carta de princípios. Por exemplo, é no trabalho de organização e conscientização da população, às vezes em condições muito difíceis, que essas questões são sempre levadas em consideração. Quando as mulheres reúnem-se em grupos de reflexão, elas discutem sua realidade e a violência doméstica e sexual, a necessidade do planejamento familiar ocasionando gravidezes indesejadas, o conhecimento do corpo, a problemática da contaminação das mulheres com as DSTs e a AIDS vêm à tona, a falta de infraestrutura para as/os filhas/os. E tudo isso exige muito preparo e disposição por parte dos profissionais que para tratarem e orientarem para os poucos espaços e serviços, mas que já existem.

Então, a realidade empírica sempre vem à tona e acaba por prevalecer, fazendo com que nossa predisposição teórica e prática venha se confirmar e se fortalecer à medida que vamos a campo, comprovando que a melhor forma de romper com paradigmas questionáveis, e ultrapassados como o corporativismo a segregação é mergulhar no cotidiano da população dos aglomerados urbanos e, mais do que nunca, nos propor a ver o que se passa de fato, e não o que desejaríamos que se passasse e, nos revermos enquanto sujeitos e enquanto equipe, e assim traçarmos e retraçarmos nossas propostas de intervenção construindo novas metodologias .

E algo que tem auxiliado, considerando esse propósito, a prática costumeira do GTA de levantar a problemática da violência doméstica contra a mulher é a utilização da técnica teatral. Já nas primeiras reuniões entre os moradores e a equipe de profissionais, com essa abordagem, a população estará desenvolvendo o projeto conosco, uma vez que também é nosso papel sistematizar e fazer avançar esse entendimento. Contribuímos com esta dinâmica ao informarmos sobre o acúmulo de discussões e propostas nas questões de gênero e apresentamos a rede de entidades feministas para as e os que quiserem acessar e fazer uso de seus serviços.

Como têm sido tratadas as relações sociais de gênero nos planos de ação

Um exemplo disso foi dado pelo trabalho na Brasilândia, em que uma proposta foi desenvolvida juntamente com a coordenação do Labhab/FAU-USP, e mediada pela Prefeitura do Município de São Paulo e a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) e com o apoio financeiro da Cities Alliance. A proposta da construção de uma metodologia de elaboração de Plano de Ação Urbano Habitacional que não fosse um conjunto de normas e propostas. E sim a construção do conteúdo do Programa Bairro Legal que se propõe a urbanizar as favelas e garantir a regularização fundiária com intervenções principalmente da Sehab mais precisamente Habi e Resolo.

O GTA decidiu aplicar aí, o planejar por bacias hidrográficas, e em relação a participação da população, por meio da equipe de desenvolvimento sociocultural, uma metodologia um pouco diferente, baseada em vivências grupais, como tem sido sua prática, que atende simultaneamente a dois objetivos: primeiro, a inserção social, com a devida apropriação pela população local das propostas desenvolvidas para os projetos e de acordo com o plano de ação, e, segundo, a devida qualificação do grupo enquanto sujeitos de sua própria reorganização. No caso da Brasilândia, um distrito com mais de 250.000 habitantes, partimos para o campo e mapeamos as lideranças participando nas plenárias do Orçamento Participativo e do processo de discussões do Plano diretor por subprefeituras e novamente nossa constatação foi a da grande participação das mulheres que tem sido uma tradição no distrito da Brasilândia, paralelamente foi levantado os dados secundários.

A segunda opção do processo de participação foi a aplicada o recurso do psicodrama destacando o sociodrama e a sociometria. Na primeira plenária de apresentação do pré diagnóstico apresentamos os dados e as entrevistas orais com as lideranças visitadas. Logo após foi realizada a divisão em subgrupos para discutir e localizar no mapa da Brasilândia as potencialidades e as precariedades, muitos nunca tinham tido contato com o mapa do distrito e não conheciam a divisão administrativa e não sabiam que Brasilândia não era um bairro. Em seguida cada grupo apresentou sua discussão inscrita no mapa as potencialidades e precariedades.

> "O psicodrama, enquanto ciência/método/filosofia, contemplou as necessidades profissionais multidisciplinares para as intervenções de campo, cujo foco, organização e participação nas comunidades foram investigados a partir de trabalhos vivenciais com quatro grupos focais, mapear o movimento do sujeito social na sua expressão espacial" (Seba, 2003)[10].

Diz Marta Baião que o psicodrama foi criado por Jacob L. Moreno, psiquiatra romeno nascido em 1892 e radicado nos Estados Unidos desde 1925. O psicodrama concebe e estuda o indivíduo em suas inter-relações. Para esse autor, todos nascem desprovidos de qualquer capacidade destrutiva, a qual é adquirida em contato com o meio.

E que para estudar os princípios que conduzem o comportamento grupal e social, Moreno criou a teoria socionômica, que está subdividida em sociodinâmica, que enfoca o funcionamento dos grupos por meio do método do *role-playing* e proporciona ao indivíduo a oportunidade de jogar nos mais diferentes papéis (profissionais, familiares, afetivos), garantindo para eles um desenvolvimento espontâneo. E sociometria se atém ao

[10] A assessoria técnica foi do Grupo Técnico de Apoio (GTA). Baião, M.B. *Participação e organização* (Diagnóstico).

tratamento das relações sociais por meio de métodos como a psicoterapia de grupo, o psicodrama e o sociodrama. A terceira perspectiva abordada pela sociometria é a que tem por objetivo medir e registrar os vínculos grupais e sociais, possibilitando a reorganização deles.

Quanto a população desorganizada foi realizada uma série de vistorias partindo das 86 favelas de posse de um questionário e registrando fotograficamente as potencialidades e precariedades e discutindo com a população local.

Nesse processo a população foi dividida em grupos focais pelo critério de bairros localizados nas cinco microbacias[11] e eleitos segundo critérios de aproximação espacial, pressupondo formas de agrupamentos com diferentes vínculos: comunitários, institucionais ou simplesmente laços estabelecidos entre vizinhos.

Assim, foram realizados encontros quinzenais com quatro grupos focais: o GF 1, constituído da Vila Penteado, da Favela Cidade Alta Santa Lúzia e da Fazendinha Bananal; o GF2, composto do Jardim Damasceno; o GF 3, formado pelo Elisa Maria e o GF 4, constituído do Jardim Princesa, do Boa Vista, do Vista Alegre e do Paraná. A partir desses encontros, foram realizadas intervenções vivenciais.

Para dar início às atividades com os grupos focais, foi realizada uma plenária, tendo o formato de sociodrama, modalidade que oferece protagonismo ao grupo.

Nas atividades desenvolvidas com os grupos focais, foram utilizadas duas modalidades psicodramáticas: os jogos dramáticos e o sociodrama com elementos da sociometria. O sociodrama é uma técnica que se ancora nos conceitos da teoria dos papéis e na antropologia vincular, cujo protagonista é o grupo. Já os jogos dramáticos geralmente apresentam diferenças no contrato grupal e no tratamento dado ao tema, que geralmente se esgota no primeiro encontro, tal a riqueza das discussões geradas. Foram aplicados procedimentos exemplares que caracterizam a metodologia eleita, ou seja, com esses procedimentos, ao mesmo tempo em que os conflitos emergem, constroem-se as soluções. Segundo Baião "As conservas culturais[12] que inviabilizam os movimentos coletivos são atualizadas pelo grupo, que providencia, no processo, a sua possível desconstrução".

Diz ela que Moreno[13] propõe, "com a utilização do psicodrama, o tratamento e a cura do social, afirma que primeiramente se deve investir contra os comportamentos estereotipados, pois esses afetam a saúde social dos grupos, inviabilizando seu efetivo funcionamento, na medida em que comprometem a espontaneidade e criatividade individual e coletiva. E que a espontaneidade é a capacidade que o indivíduo desenvolve de apresentar respostas novas para antigos problemas, ou, ainda, responder imediatamente, e de forma criativa, a problemas que emergem no dia-a-dia. O desafio basal das primeiras intervenções foi eleger como prioridade técnicas promotoras da recuperação de estados originais criativos e espontâneos nos participantes, com vistas à melhora das relações interpessoais e coletivas." (Marta Baião, 2003, relatório GTA)

Continuando afirma que "nesses primeiros encontros, os jogos foram propostos com o objetivo de mensurar e delinear *como e quanto* a população apropria-se da cidade como um todo. A relação das profissionais com os grupos obedeceram a critérios contratuais, desde o início estabelecidos, como, por exemplo, a manutenção do sigilo e do respeito às informações de ordem pessoal, deixando-se claro quais os objetivos da vivência proposta. Outro ponto inegociável disse respeito às chances criadas de viabilizar a inversão de papéis, entre investigadora/r e investigada/o".

[11] Dentro da metodologia de planejar por bacias hidrográfica, adotamos no distrito as microbacias que significa o reconhecimento da divisão do sítio geográfico do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, onde a Bacia do Alto Tietê está dividido por cinco sub-bacias hidrográficas e o distrito da Brasilândia está inserido na sub-bacia do Juqueri-Cantareira e seus cinco córregos foram considerados micro-bacias desta sub-bacia.

[12] (meu entendimento das discussões desenvolvidas na equipe multidisciplinar) *Conservas culturais* seriam as representações simbólicas cristalizadas nestas populações por não possuem o hábito da reflexão organizada e acabam por absorver os desejos externos da sociedade de consumo, das organizações religiosas não tendo oportunidade de rever as suas escolhas.

[13] MORENO, J.L. *Psicodrama*. São Paulo, Cultura, 1975.

Apropriação dos espaços da cidade por mulheres e homens

Nestes encontros "inicialmente, foram priorizadas as relações entre as/os participantes com os espaços físicos da cidade, observando-se como se dá a apropriação da mesma. Para isso, foram utilizados jogos psicodramáticos, começando com um aquecimento verbal: a apresentação das/os presentes em geral e a das profissionais em particular, assim como do conteúdo do Programa Bairro Legal. Na segunda etapa, foi proposto que, por meio de objetos intermediários, fosse feita a montagem de um quebra-cabeças, com o mapa da Zona Norte, e em seguida fosse feita a discussão nos subgrupos.

A maioria dos subgrupos não apresentou grandes dificuldades para identificar as áreas da Zona Norte, porém, para algumas/ns só foi possível finalizar o jogo com o apoio de outras/os.

Apesar de muitas/os conhecerem o espaço, pela experiência de percorrer certos trajetos de ônibus, percebeu-se que a compreensão e a apropriação, assim como a circulação, não fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas. Apontam-se dificuldades com a qualidade e quantidade do transporte, a falta de recursos para a passagem, ou, ainda, o medo de adentrar o desconhecido, pois muitas/os se limitam ao bairro em que residem, ou, como elas/es mesmo dizem, ao "seu mundinho". (Plano de Ação Urbano Habitacional, GTA, 2003 – Diagnóstico)

Fotos: Marta Baião

As mulheres organizadas igualam-se aos homens na percepção e na apropriação da cidade

Dando prosseguimento ao jogo, foi apresentado para as/os participantes o mapa da cidade de São Paulo. A seguir, solicitou-se a elas/es que localizassem as regiões da cidade, as zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, a Subprefeitura e o Distrito em que estão inseridos.

Não houve muita dificuldade, porém, os homens mostraram maior segurança na localização das regiões, mostrando que, numa sociedade patriarcal, como a nossa, o domínio do espaço público ainda é uma prerrogativa masculina, embora grande parte da população feminina, nestas últimas décadas, tenha ocupado fatia considerável do mercado de trabalho nos centros das cidades, como indicam os dados disponíveis.

Na Brasilândia, 28% das mulheres são chefes de família, mas nas favelas este índice sobe para de 40% a 60%, segundo o IBGE (2000). Com vemos os dados indicam, um aumento bem considerável nessa participação, embora, e talvez por isso mesmo, como pode ser observado *in loco*, as mulheres enfrentem o desemprego com mais facilidade, pois circulam com maior familiaridade no campo da informalidade e este fenômeno não é novidade na história das mulheres, em sua maioria estivemos sempre na informalidade. Desta maneira, passaram a garantir a sobrevivência da família de forma não oficial, e, portanto, fora dos registros. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

Outra questão que vale a pena ser observada diz respeito ao sentimento de *pertencimento* aos microespaços, os espaços das comunidades, o que pode ser notado em maior grau nas mulheres, pois elas trazem mentalmente a configuração de um espaço conhecido, e mantido com características de privado. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

As intervenções mostraram que, no momento do compartilhar – embora simbolicamente, por meio da vivência com os mapas –, a apropriação dos espaços da cidade foi promovida de forma satisfatória, principalmente no caso das mulheres que participaram ativamente, que chegaram até mesmo a mostrar no discurso um certo domínio dos espaços comunitários e institucionais. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003). E esta questão, recorrente no capítulo V, aparece nas afirmações das mulheres entrevistadas em campo, que são as que vão fazer as reclamações dos problemas sociais e urbanos nas instituições governamentais.

A avaliação final sempre reforça o que, de certa forma, foi sentido no decorrer de toda a atividade, mas evidenciou-se principalmente quando foi solicitado aos participantes que expressassem com apenas uma palavra o sentimento do momento. A constatação surpreendeu justamente por captar um sentir espontâneo e mostrar que a população deseja retomar uma prática milenar: conviver, compartilhar idéias, exercitar a narrativa, trocar saberes, o que significa retomar a produção cultural comunitária. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

Foto: Marta Baião

Cartografia do Sujeito[14]

A Cartografia do Sujeito foi o instrumento utilizado nessa experiência da Brasilândia para mapear o movimento do sujeito sociocultural em sua expressão espacial. Contém idéias da sociometria, além de abrigar elementos de outras áreas do psicodrama. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

O intuito da equipe do GTA ali foi realizar, por meio do jogo, o mapeamento da interação, no espaço da cidade, entre duas dimensões (a social e a espacial) do sujeito, configurando uma rede de relações vinculares em seus diferentes papéis sociais, familiares, institucionais, que revelou como se dá efetivamente a prática social e, ao mesmo tempo, a delimitação ou a interdição da territorialidade do grupo.

Nessa oportunidade, foi possível observar que, quando as pessoas apropriam-se de dados de sua própria vida de forma prazerosa e voluntária, a reflexão acontece simultaneamente à ação, que impulsiona o reordenamento da reflexão. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

Ainda segundo Marta Baião, a investigação aplicada com base no pensamento moreniano deve ser, acima de tudo, auto-reflexiva, principalmente tendo como foco a materialização das subjetividades pessoais e coletivas, cujo resultado reverterá na reconstrução das identidades culturais, tanto no nível das/os indivíduos, quanto no dos grupos. A crise das identidades é um problema comum às sociedades e comunidades modernas e tem contribuído para o individualismo e o isolamento da/o sujeito, tendo como resultado principalmente impedir a organização da coletividade.

Outro dado a ser levado em conta diz respeito às áreas onde estão concentrados os bolsões de miséria do distrito, entre os quais o Jardim Elisa Maria não se inclui como um dos piores. No entanto, geralmente é identificado pelas/os moradoras/es de

[14] Produto cunhado no processo de sociodrama aplicado nos grupos focais no processo de elaboração do Plano de Ação Urbano Habitacional do distrito da Brasilândia – GTA, 2008 – Diagnóstico.

bairros vizinhos como o local mais violento da Brasilândia, e rejeitado também pelas/os moradoras/es locais.

Mas foram as/os participantes do grupo Elisa Maria que construíram a Cartografia do Sujeito (o mapa das relações sociais distribuídas no espaço).

Podemos perceber e comparar o grau de inserção da jovem e do jovem por seus mapas de relações. A jovem Kelly tem relações espaciais muito mais restritas que o jovem Jaques, que demonstrou sua apropriação de todo o município ao desenhar seu mapa, no qual também evidenciou uma capacidade de expressão visual acima do comum, utilizando-se até mesmo do recurso da legenda.

Em todo esse processo, pudemos verificar, observando por um outro lado, que, para grande parte da população, a opção dos jovens pelo tráfico é, acima de tudo, resultado da ausência de espaços culturais e de esporte que viabilizem a convivência. Quando consultadas sobre a possibilidade de ser a fome e o desemprego os principais agentes que acarretam aquela opção, as mulheres argumentam que os pais podem de certa forma suprir essa falta, porém, isto não garante a grupalização dos meninos e meninas, que se alimentam de programas de TV ou de horas a fio nos becos, onde acontecem as ofertas de uma vida cheia de *glamour*, com roupas e tênis de marca etc.

Uma das participantes lembrou o quanto é importante para as jovens e os jovens *o pertencer*, seja a qual grupo for. As comunidades preocupam-se com os seus jovens, tanto as garotas quanto os rapazes, pois creditam o futuro a esta fatia maior da população. Não ficam impassíveis ao número assustador dos casos de homicídio juvenil.

A construção da Cartografia do Sujeito é antecedida por esclarecimentos e informações acerca de sua finalidade. É comum, a princípio, as pessoas argumentarem que não sabem desenhar, porém, no decorrer da atividade, elas vão se mostrando criativas, e até arriscam desenhos voluntários, indicativos dos espaços. Em alguns casos, principalmente devido ao analfabetismo de um ou outro participante, foi solicitada a ajuda de uma técnica.

Ainda segundo Marta Baião "as cartografias são construídas a partir da recuperação de duas dimensões do sujeito, a social e a espacial, que interagem sem que, no entanto, uma se reduza à outra. O resultado é um sistema complexo que se re-significa, e ambas as dimensões continuam coexistindo autonomamente. As subjetividades pessoais e coletivas, quando entram em contato entre si, provocam a deflagração de sentimentos positivos ou críticos em relação ao mapa pessoal".

A quantidade e a qualidade dos vínculos, bem como sua diversidade e sua amplitude, conferem *status* ao integrante do grupo, mas este fato só é percebido quando os mapas são expostos e, simultaneamente, ocorre a comparação de seus elementos.

Satisfação para alguns e decepção para outros, que revelam o que até então não haviam percebido: o seu *mundinho* era muito pequeno, ou melhor, muito limitado, havendo nele poucos amigos, poucos prazeres, e sendo mínimas ali as descobertas.

Quando questionados sobre as restrições territoriais que podem inibir a qualidade e a amplitude dos vínculos, muitos respondem que, além dos impedimentos de ordem econômica, há precariedade no transporte local. Em relação a quantidade e quali-

Fotos: Marta Baião

dade do transporte a precariedade de comunicação enquanto região é precária não existe ligações transversais entre os bairros nem serviço de transporte coletivo, sendo as ruas estreitas. Quando aventada, porém, a possibilidade de haver um fator impeditivo mais forte, a auto-interdição, reforçada pela interdição das elites, que demarcam os espaços para circulação de pobres e ricos, a concordância é geral, até mesmo provocando debates acalorados quanto à extensão em que essa interdição se dá.

Esse tema estimulou nos participantes o resgate de situações vivenciadas cotidianamente e em outros momentos, para exemplificar a intolerância e o preconceito da elite que se manifestam com a criação de restrições quando as populações da periferia tentam desfrutar dos espaços da cidade.

Os mapas que mais chamaram a atenção das técnicas do GTA, que eram as responsáveis pela coordenação dos trabalhos, foram os construídos por jovens, adolescentes e mulheres ligadas às organizações comunitárias. A heterogeneidade dos vínculos estabelecidos no exercício dos papéis e o rompimento dos *muros* que segregam as populações das periferias das cidades foram os fatos mais marcantes que puderam ser constatados, sob a forma de desejo, nesses mapas.

Foi possível perceber que as *cartografias* construídas por moradoras e moradores que participam dos movimentos organizados apresentam qualidade, diversidade e amplitude de vínculos substancialmente superiores àquelas verificadas nos mapas construídos pela população que não se organiza nas suas entidades.

Para as mulheres, essa evidência tem um significado muito importante, embora ainda acanhado, pois aponta o fato de que na Brasilândia há um movimento de resignificação do feminino, com base na presença de mulheres na direção de muitas organizações comunitárias. E mais: este fato conduz ao rompimento dos limites territoriais impostos, como mostram as *cartografias* dessas mulheres, que transitam livremente pelos espaços masculinos (o público) e conservam a presença nos femininos (o privado), infringindo as normas impostas pelo androcentrismo da sociedade. Mas, ainda, uma presença no papel de reivindicadoras contundentes persiste. Poucas as lideranças que se colocam como a intensão de serem cogestoras ou mesmo gestoras. A Alvecir, antiga liderança do bairro, está interessada em sair candidata a vereadora.

A leitura dos mapas pelos participantes suscitou inúmeras discussões e revelações por parte deles. De uma forma geral, mostraram-se entusiasmados e curiosos em relação aos mapas alheios. O debate sobre as relações e a territorialidade foi rico.

Os mapas confirmaram alguns aspectos do comportamento das mulheres de meia-idade, que se isolam por temer a vizinhança e só se grupalizam nas igrejas, as quais ficam superlotadas nas periferias, com suas promessas de cura e até vida eterna.

Ainda segundo Marta Baião "a desterritorialização é um sentimento marcante para grande parte das populações faveladas, formadas por migrantes de outros estados, ou do interior do estado, que chegam em busca de empregos, ou que vêm até da própria cidade" (nestes últimos anos, o número de moradoras/es de favelas vindos dos centros ou de outros bairros da cidade de São Paulo aumentou consideravelmente).

Insiste que "desterritorialização gera um estado de provisoriedade permanente no indivíduo, é como se ele estivesse apenas de passagem, e, assim, passam-se cinco, dez, vinte anos, até mesmo a vida inteira, sem que ele cuide de seu espaço, sem que nele pro-

mova melhorias". E tudo isso contribui, sobretudo, para a degradação ambiental. A constante ameaça tanto pelo desemprego como da retirada de seu espaço de moradia contribui e ás vezes é determinante. Agora este sentimento de provisoriedade diminui quando a população acredita que o Programa Bairro Legal vai regularizar seu espaço físico. E isto só se dá quando a confiança e o processo de reflexão se instaura.

Os mapas foram facilitadores das auto-avaliações, pois proporcionam a visualização dos movimentos de reorganização das vidas pessoais e coletivas.

As Cartografias oferecem uma quantidade infinita de leituras. Assim sendo, os dados obtidos com base nelas estarão presentes em diferentes itens deste trabalho, referendando temas complementares. No entanto, não foram esgotadas neste diagnóstico todas as possibilidades apresentadas, já que o objetivo do GTA é ampliar as leituras nos trabalhos que vem sendo desenvolvido.

Isso pode ser sugerido, por exemplo, nas experiências mais recentes do GTA: o acompanhamento do mutirão de construções de unidades habitacionais para 680 famílias. Já elaboração do Plano Urbanístico do Embú das Artes a equipe do social não participou sendo todo desenvolvido apenas pelas/os profissionais da equipe física, o Plano de Ação da Brasilândia acredito foi o que mais avançou no processo de construção de uma metodologia interdisciplinar já o projeto de urbanização da favela do Jardim Olinda, também parte do Programa Bairro Legal.

Por exemplo, no caso do Jardim Olinda, o questionário elaborado pela Sehab (Habi) e aplicado domiciliarmente, continha problemas muito sérios quanto a esta questão, entre eles, o não-registro dos dados da demanda de creche, pois se considerava apenas o pátrio poder masculino. Isso mais uma vez mostra que, quando não estão presentes as militantes feministas atentas às conquistas legislativas que nem todas dominam, as relações de gênero passam ao largo. Podemos flagrar aí, com muita clareza, ainda algumas dificuldades em relação ao tratamento questão de gênero já no questionário elaborado por Habi, que considerava o Código Civil antigo, ao adotar uma pessoa como "o chefe da família", sendo que o pátrio poder caiu por terra no Código Civil vigente desde janeiro de 2003, e em relação aos dados secundários não consideraram a questão das creches e da saúde, dados básicos para o programa de urbanização de uma favela, assim como o acompanhamento social, e o acompanhamento realizado por Habi, não consideramos como ético em relação a população. E a Coordenação do GTA teve uma certa recaída no sentido de desconsiderar que todos os projetos e programas todas/os profissionais devem estar inseridos mesmo que a contratada não exija. Já na contratação do ano de 2004 o acompanhamento social será em todo o processo do projeto e da obra, mas o questionário continua o mesmo.

Por isso é fundamental a ação do movimento social. Fazendo-se um paralelo com o movimento em defesa dos deficientes físicos, que se estruturou muito posteriormente ao movimento feminista, pode-se notar que nele conseguiram-se maiores avanços no que tange aos projetos arquitetônicos, com a elaboração de um código que acolhe os seus direitos e que já foi absorvido pelas/os técnicas/os da área. E também tanto pelas instituições governamentais como pelos escritórios, ou seja, pelas produtoras/es de projetos. Mas isso ainda não ocorre com as relações sociais de gênero. Esta ainda, fragilidade da importância do trabalho social se anuncia e faz-se necessário que sejamos mais contun-

dentes. Claro que temos dados pequenos passos como a garantia da titularidade do território legalizado tem sido para a prioridade em nome da mulher. Mas sabemos que é um pequeno passo pois a questão de gênero é muito mais complexa e exige uma transformação mais radical na sociedade tanto no comportamento público como no privado.

9 • O Estado e a questão de gênero

Capítulo IX O Estado e a questão de gênero

Este capítulo foi dedicado a uma breve reflexão sobre as políticas de gênero desenvolvidas pelo Estado brasileiro, dando destaque a algumas experiências na área do meio ambiente, planejamento urbano, uso do solo, habitação que está na alçada do Executivo e outras que deram origem a mudanças na legislação.

Nestes últimos dez anos aprofundou-se o conhecimento e amadureceram-se as perspectivas e propostas de intervenção no espaço construído do ponto de vista de gênero, assim como vem sendo modificada a metodologia de planejar o urbano, incorporando-se uma série de avanços como pautar-se no cotidiano das populações das cidades considerando-as com sua diversidade e garantindo condições de sua participação na construção dos planos de ações além de apenas, traçar diretrizes e normas, propor ações por meio de planos e até programas e projetos. Mas para tanto muito esforço tem sido demandado de nós a fim de superarmos as dificuldades que nos impedem de, ao mesmo tempo, executarmos o projeto, efetivarmos o registro das ações que o envolvem e assim compreendermos o processo para aprofundarmos a reflexão e, imediatamente reaplicar em novo trabalho adequando e ressignificando a postura e a metodologia que vem sendo construída nestas entidades.

Nossa presença num programa de pesquisa – assumido como tarefa fundamental para que pudéssemos contribuir com os movimentos sociais de que somos participantes, tanto os feministas, como os de moradia, os ambientalistas, os de direitos humanos e os das/os planejadoras/es pela justiça social, e que são a nossa referência – tem o sentido de levar-nos a auxiliar, com os instrumentos que nos são próprios, no registro desse processo de luta e construção, mantendo sempre a preocupação de reverter para a prática sociopolítica, a ela associando a produção do conhecimento e, incorporando a este a produção do conhecimento desenvolvido com o contado cotidiano da cidade. A pesquisa acadêmica acrescenta-nos uma maior responsabilidade em refletirmos com maior profundidade.

Temos clareza de que a reflexão mesma, alimentada pela apropriação da teoria, já nos leva a buscar inserir na prática os resultados do trabalho de pesquisa. E, assim, a junção forte que buscamos, no plano de nosso trabalho, acaba sendo também a aproximação da Universidade como um todo, em seu processo de investigação, análise e crítica das realizações sociais feitas sob a égide do Estado, das instituições não governamentais, seja de interesse público, seja de privado, e dos movimentos sociais. Como o nosso eixo de estudo está voltado às políticas públicas urbanas e sociais e as instituições não governamentais utilizam-se em sua maioria de recursos financeiros públicos de origem do Estado, ou de Agências voltadas a intervir neste processo de desigualdades sociais, independe sua figura jurídica, porque para nós interessa a eficiência e eficácia de suas proposições.

As idéias que surgem em função desse esforço, e que se rebatem no plano das relações sociais de gênero, como que pedem para ser pensadas e discutidas profundamente e com seriedade. Por exemplo, baseadas/os nos capítulos anteriores podemos fazer uma analogia entre a maneira pela qual o espaço urbano é construído e o modo pelo qual os papéis sociais de gênero são estruturados. Diante dela, podemos chegar à conclusão, ou, pelo menos, formular em termos de hipótese fortemente cativante, de que, em ambos os casos, o que foi construído pode ser desconstruído, como a invisibilidade da produção social do espaço urbano este também, produto do esforço das mulheres e, que aqui nos

propusemos a rompê-la historiando sua trajetória e inclusive espacializando seus "lugares" e seu território.

Se o espaço construído não contempla as mulheres como sujeito de seus destinos, ele deve ser revisto, pois isso não pode continuar a ocorrer. E, para que essa revisão possa se dar, o Estado democrático e de conteúdo social é a principal instância a que a sociedade e suas organizações devem se dirigir para fazer pressão, a fim de que a população feminina – que corresponde a mais de 50% do total – seja ouvida e participe. E mais do que isso se um governo se autonomeia como democrático e popular ele tem que tomar a iniciativa de criar condições para que isto aconteça.

Fazemos essa afirmação partindo da compreensão do Estado democrático como uma instância insubstituível – pois não há, pelo menos por enquanto, no plano privado nenhum ente jurídico-organizacional que possa contemplar o social como o Estado, ainda que com problemas, pode fazer – para ser a depositário das mais amplas e específicas aspirações populares, uma vez que é de sua competência exclusiva, embora auxiliado por organizações e empresas definidas a seu critério, desenvolver os planos, programas e projetos para a aplicação das políticas públicas sociais e urbanas. Mas porém, acrescido do controle social sendo a população organizada com subsídios políticos, ideológicos legitimados nos movimentos sociais reconhecidos pelas mulheres como defensores de seus direitos e com o objetivo de combater a desigualdade de que a mulher tem sido vítima.

É importante frisar isso porque o papel do Estado tem sido posto em causa pela chamada "nova ordem econômica". Considerado retrógrado, sofre questionamento em todas as suas políticas sociais. No caso do Estado brasileiro, essas políticas vêm sendo drasticamente reduzidas nesta última década, com as reengenharias aplicadas ao aparato estatal, que nada mais significam do que reaparelhar o Estado para que seja cada vez mais posto a serviço do capital financeiro. As políticas sociais têm sido transformadas, nada mais nada menos, do que em discurso vazio. Com profundas conseqüências para as mulheres, as principais atingidas por essas políticas, como vimos repetindo inúmeras vezes, neste trabalho e em todos os locais em que temos oportunidade de tomar a palavra e, ao ouvirmos as mulheres e as estatísticas vêm comprovando vide dados dos institutos do Estado (IBGE, 2000, Fundação Seade).

Diante disso, é preciso relembrar sempre que o funcionamento dessa sociedade humana dita "civilizada" depende, e de modo vital, de atividades verdadeiramente infra-estruturais desempenhadas pelo segmento social das mulheres, por meio do trabalho doméstico invisível.

E o trabalho doméstico aí é feito em moldes próximos àqueles do escravismo, sobrecarregando bastante as mulheres, pois é composto de afazeres insalubres, pesados, estafantes e, o que é mais grave, sem remuneração. Toda a sociedade usufrui deste trabalho, e o capital o apropria[1].

As mulheres desse segmento, em que o número delas aproxima-se dos 45% de seu contingente total na Área Metropolitana de São Paulo, têm de suportar uma dupla jornada de trabalho, e o trabalho que garante seu sustento e de sua família ainda é realizado longe de sua moradia, em decorrência do tipo de urbanização que se implantou na cidade de São Paulo e em sua Área Metropolitana.

[1] Trecho do *Manifesto Comunista*, Marx.

Nas noites, em que poderiam descansar, elas lavam e cozinham. Por causa disso, percebem a necessidade de uma nova organização social e espacial e passam a reivindicar lavanderias e restaurantes populares, a fim de socializar o trabalho doméstico. Esta questão esteve no núcleo de um dos temas que tiveram grande debate na Conferência Mundial das Mulheres em Beijing em 1995, da qual o Brasil participou com mais de 600 mulheres antecedido por uma Conferência Nacional resultado de encontros estaduais. Aí se aprovaram as resoluções que constituíram a Plataforma de Ação, na qual se afirmou, sem margem para dúvidas, que o trabalho doméstico é trabalho social.

Por essa razão, as mulheres vêm reivindicar que o conjunto das atividades desenvolvidas no ambiente doméstico seja considerado trabalho social, não se restringindo, aliás, ao espaço físico da moradia e tendo seus desdobramentos no espaço público, no comércio, ao, por exemplo, levarem as crianças na escola, ao procurarem os serviços de saúde, ou ao se dirigirem a algum banco ou supermercado para pagamento das contas. Não se pode esquecer que aí elas enfrentam inúmeras e enormes filas, fora os constantes aborrecimentos motivados pelos inúmeros conflitos gerados pela situação de espera.

Outro contexto em que somos lembradas/os da presença sofrida das mulheres é o dos transportes, cujas empresas com muita freqüência, e cada vez mais, desrespeitam os direitos de suas trabalhadoras, além do das/os consumidoras/es.

Por isso, além de tudo, insistimos em que o Estado, responsável por traçar as políticas públicas, tem a obrigação de sanar sua dívida para com a população feminina de nossas cidades e de nosso país. Esta tem de ser vista como uma reivindicação de todas as mulheres, sejam as conscientes de sua condição de discriminadas, sejam as que ainda não se conscientizaram de que são sujeitos de direito.

Essa foi uma das razões pelas quais achamos que era de fundamental importância desenvolvermos uma experiência de trabalho no interior de uma instituição governamental, no caso, a Prefeitura de Mauá. Porque uma prefeitura? A discussão do poder local foi colocado em pauta com mais eficácia em 1992 na Eco-92 e já a Constituição Federal Brasileira, em 1988 ao garantir a autonomia dos municípios e a municipalização de uma série de intervenções contribuiu para que nos mobilizássemos para discutir as políticas de gênero, aliada com a questão ambiental e dos direitos humanos, com este organismo. Mas com a preocupação do não descolamento com o papel do governo estadual e as questões globais.

Experimentar, discutir e sensibilizar uma prefeitura da área metropolitana de São Paul

Em nossa pesquisa já tínhamos um olhar para Mauá, é que durante a pesquisa de campo, na fase anterior, realizada na cidade de São Paulo, um dos temas discutidos foi o funcionamento dos meios de transporte em relação à sua utilização pelas mulheres, tanto as passageiras quanto as funcionárias, e dentro disso o maior problema levantado foi o assédio sexual. Devido a isso, as participantes dessa consulta propuseram separar mulheres de homens, até mesmo sugerindo que "os ônibus passassem a ser cor-de-rosa, porque os homens são tão machistas, que não teriam coragem de tomá-los".

Foi nessa época que estourou a mobilização feminina e feminista de Mauá reivindicando um vagão de trem só para mulheres. Uma grande parcela das/os habitantes

dessa cidade do ABC utiliza o trem para ir ao serviço na cidade de São Paulo, e desses as mulheres são um grande contingente, dirigindo-se aos escritórios, fábricas, bancos e casas de famílias em pontos mais variados de São Paulo e às confecções dos bairros paulistanos da Luz e do Brás para trabalhar.

Esse processo de luta desde logo chamou nossa atenção, por isso recolhemos todas as notícias dessa mobilização e procuramos conhecer de perto o movimento das mulheres de Mauá. Em torno desses meses terminou nossa bolsa de mestrado, e voltamos a trabalhar remuneradamente no Grupo Técnico de Apoio (GTA). Por coincidência, participamos logo em seguida de uma licitação em Mauá para a elaboração de um programa de recuperação das nascentes do rio Tamanduateí localizada no Parque Municipal Guta Santa Luzia, a qual ganhamos.

Como já afirmamos anteriormente nossa metodologia de planejar e projetar é consultando a população e discutindo também nossos pontos de vista, montamos grupos de discussão com as entidades organizadas, além de aplicarmos uma pesquisa as/os usuárias/os do parque desde as primeiras etapas da elaboração do programa. E aí constatamos que as mulheres eram as mais interessadas no assunto. A única entidade ambientalista lá existente era dirigida por uma mulher.

Por intermédio do GTA, estávamos em estreito contato não só com a Prefeitura, mas também com a população organizada, no interior da qual destacavam-se as mulheres feministas da Coordenadoria da Mulher, que descobrimos depois serem filiadas ao Partido dos Trabalhadores, tendo nos deixado, num primeiro momento, surpresas com suas posições devido as discussões já acumuladas por esta agremiação partidário nesta questão.

Ao indagarmos a respeito de como se deu a luta pelo vagão só para mulheres, elas declararam que não haviam apoiado essa reivindicação, porque consideravam mais correto lutar por mais trens, em vez de pedirem separação dos vagões. Trouxemos esta discussão para a UMSP, e em conjunto se concluiu que aquela posição não era a melhor, porque o assédio sexual nos trens independe do aperto. É fruto apenas do comportamento dos homens, propensos a utilizar o corpo das mulheres como objeto a sua disposição. E esta era a opinião das mulheres que lideraram o protesto.

O plano fazia parte de um processo de construção do Programa ambiental do município, e fazia parte das diretrizes ambientais – não dispensando toda a discussão que fosse necessária – o programa de revitalização do parque, por meio do Grupo Nascente, um espaço de articulação de várias secretarias. Esse programa buscava concretizar a política de meio ambiente, junto com a conscientização social a respeito desse assunto. Isso demonstrava a afinidade de metodologias entre nós para se conceber e implementar as políticas públicas de modo multidisciplinar.

Como a prefeitura tratava a questão de gênero

Quanto à Prefeitura de Mauá, apesar de o prefeito, em sua plataforma de campanha, ter assumido as questões de gênero, ali a prática da administração ainda era tímida. Ficava comprovado o que a experiência tem nos mostrado em outros municípios e governos estaduais e federais: somente quando as feministas estão em bom número no poder, e quando o movimento feminista ocupa as ruas, suas reivindicações são levadas em

consideração. Recentemente havia sido elaborada a proposta do Plano Diretor da cidade e a questão de gênero passou ao largo, a metodologia tecnocrática foi a adotada, ou seja, elaboração de diretrizes e normas. Nem mesmo o fato da secretaria de Planejamento ser dirigida por uma mulher que era simpática às causas feministas, assim como, e principalmente, a coordenadora do Programa de Meio Ambiente, não foi suficiente.

Voltando a elaboração do Plano a questão de gênero não era tocada e o engenheiro agronômo ficava impactado quando ouvia esta discussão, as ambientalistas da cidade simpáticas a causa da mulher desconhecia pensar o ambiente do ponto de vista de gênero, nunca tinham acessado esta discussão. Apesar de estarem organizadas no Partido dos Trabalhadores e este preocupar-se com as questões de gênero e, tendo desenvolvido na Prefeitura vizinha, Santo André uma das primeiras, senão a primeira experiência, de um capítulo sobre gênero na proposta do Plano Diretor e do movimento feminista discutir as propostas de meio ambiente e gênero na Eco-92, a sensação que se tinha era de que Mauá estava envolta numa redoma. Ao indagarmos às feministas locais do porquê desta situação as mesmas alegaram terem uma correlação de forças aquém das necessidades objetivas para forçar a direção do partido local a assumir como uma das questões centrais este tema, mesmo o Consórcio do ABC tendo assumido, e um agravante encontrado também na cidade de São Paulo e já citado nos capítulos (V e VI, VII) a questão da violência de gênero tem sido a grande demanda das mulheres, ali não era diferente estavam exacerbadas em enfrentar a demanda de mulheres violadas.

Todo esse processo se dá numa conjuntura de muita preocupação, pois o criminoso do Parque do Estado, localizado (Diadema/São Bernardo do Campo), estava agindo e já tinha vitimado quatro mulheres e capturava as mesmas no Parque do Ibirapuera principalmente. Não podíamos ficar de fora desta discussão. Foi neste contexto juntamente com a União de Mulheres de São Paulo em que organizamos as chamadas "trilhas verde e lilás" em companhia das mulheres locais da Associação de Mulheres Donas de Casa, entidade com uma tradição de luta tendo em sua trajetória a conquista da Estação de Trem Guapituba, e da Coordenadoria Da Mulher de Mauá organismo municipal e, que possibilitou a continuidade do entrosamento com a Prefeitura do Município de Mauá. Foi então que propusemos discutir a violência sexual nos parques e, na primeira trilha verde e lilás, organizada pela União de Mulheres, a Associação das Donas de Casa e a Coordenadoria da Mulher de Mauá, lançamos um manifesto, em que desvendávamos o mito do "maníaco do parque", como a mídia o batizara. Mostramos que não se tratava de um "maníaco" simplesmente, mas sim de um criminoso, e que a falta de segurança nesses espaços era a principal causa das tragédias daquelas mulheres, aliada à ideologia machista, que com certeza este criminoso era produto.

Por essa época, a UMSP foi convidada a participar do encontro das mulheres metroviárias, e lá o assédio sexual foi exposto insistentemente como um problema enfrentado pelas usuárias do metrô. As metroviárias informaram que são procuradas diariamente por mulheres com saias ou calças manchadas de esperma. Observaram até que muitas já andam com uma troca de roupa.

Essas funcionárias do Metrô defendiam que a Companhia deveria intervir nessa questão, coibindo esse comportamento masculino, e lançando uma campanha, na

mídia e dentro das estações, falando claramente sobre isso. Em janeiro de 2002 veio à luz na imprensa a denúncia de assédio sexual por parte de uma usuária do metrô e que desejou incriminar a Companhia do Metrô pelo problema. Mais uma vez o Estado sendo chamado a intervir no espaço público na defesa das mulheres e para a reeducação dos homens no tratamento às mulheres.

O que aconteceu de concreto

Assim depois de muito pensarmos e de posse deste primeiro diagnóstico decidimos propor para a coordenadora do Programa de Meio Ambiente um seminário que tratasse Políticas Públicas de gênero, meio ambiente e direitos humanos para representantes do governo e técnicas/os e representantes da população. Que de pronto se dispôs interessada que era na capacitação do corpo de funcionárias/os não poupou esforços para garantir sua realização. A experiência cumpriu o objetivo que era iniciar um processo de discussão e sensibilização. No caso de Mauá a secretária de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama), apesar de ser mulher, foi totalmente ausente, embora seja preciso reconhecer que, especificamente quanto à proposta de um seminário sobre esse assunto, não houve resistência por parte dela. Mas a fala da Secretaria na abertura desse evento foi proferida por um homem, que não tocou na questão de gênero, só falou do consórcio das prefeituras do ABC, manifestando uma visão que não perdemos oportunidade de criticar seja aqui, em nosso trabalho, seja em nossas intervenções mais diretamente políticas: o raciocínio instrumental no planejamento urbano.

E, além disso, todos os participantes daquela mesa tiveram a mesma postura desse porta-voz. Apenas eu, a assessora dos Direitos das Mulheres de Santo André e advogada Denise Hirao, representando a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e o Conselho Estadual da Condição Feminina, é que destoamos. A platéia mostrou-se bastante interessada, o que comprova que se pode avançar nas propostas, e os homens adotaram, em alguns casos, uma postura de incentivo à polêmica que nos deu oportunidade para um debate mais profundo. Enveredaram pelas seguintes afirmações: colocar a discussão das relações sociais de gênero é incentivar a guerra de sexo. Como se não soubessem que a guerra de sexo está dada e não pelas teóricas do feminismo e, sim, pela condição objetiva de vida das mulheres. Só se oprime exercendo a coersão e pela violência psíquica e física. E indagaram que políticas públicas específicas não era uma forma de discriminar mais as mulheres? E citavam que as mulheres apanham anos e não tomam atitudes sem tocarem na atitude masculina do bater. O qual debatemos e aprofundamos a compreensão histórica deste processo. Alguns homens com cargo de governo se propuseram a discutir intervenções concretas em suas secretarias, por exemplo, o Chicão da Secretaria de Cultura e Esportes.

O Estado aqui é necessário

Uma vez que apontamos a proposta de sensibilizar o Estado, como saída para mitigar o grau de invisibilidade que as mulheres enfrentam no espaço urbano, preocupamo-nos em relatar com mais detalhes as argumentações que desenvolvemos nesta experiência numa prefeitura da Área Metropolitana. Estaríamos assim auscultando os governantes e os funcionários públicos encarregados das funções relativas a esse proble-

ma. Produzimos um texto "Gênero e Meio ambiente Urbano" que foi fotocopiado e distribuído pela Seplama aos cerca de 30 participantes do seminário. E isso representava uma opção difícil nessa época, já então, em que se defendia e implantava um Estado que cumpra apenas o papel de regulador, que procura transferir para a sociedade civil organizada as políticas sociais[2].

Propomos que o Estado assuma as políticas públicas em relação às mulheres. Por quê? A opressão/discriminação é uma construção social que favorece o atual sistema político-econômico e social que tem garantido as desigualdades sociais sendo a mulher a mais penalizada, gerando, portanto, uma dívida da sociedade para com as mulheres, que só poderá ser resgatada por intermédio do Estado. E, para que ela venha a ser saldada minimamente, entre outros fatores, é necessário que o Estado, seja na esfera local, seja em nível mais amplo, atue de modo intersetorial, auxiliado e orientado pelo trabalho de pesquisa interdisciplinar e com equipes multidisciplinares. Mas isso não bastará, se as pessoas que estiverem participando do processo não dominarem os conceitos que dão conta das relações sociais de gênero.

Para atender as reivindicações das mulheres e para que se previna e se evite a continuidade da discriminação, elaborando-se políticas públicas afirmativas, é preciso reeducar toda a sociedade visando a criar um ambiente favorável às intervenções que enfrentem esses problemas. E esse papel só o Estado pode desempenhar de maneira competente, ou seja, é o único que tem garantido a responsabilidade de traçar as políticas públicas e mantém a posse da máquina que executam as principais políticas públicas como a saúde, educação e regulação do uso e ocupação do solo. A ação pública, tendo em seu núcleo o Estado democrático e de orientação social, abrangendo todas as esferas, tanto a federal, como a estadual e a municipal, como também todos os poderes, além de todas as secretarias e ministérios, deve perpassar a reeducação da sociedade, seja com a introdução de novas legislações, novas instituições, ou com novos equipamentos, para que possamos construir um ambiente livre de discriminação e em que a liberdade seja o ar que se respire sempre.

Sem que se generalize a preocupação com as relações sociais de gênero, não se poderão implantar políticas públicas urbanas e sociais mais democráticas e mais conseqüentes. Só assim, e contando com a participação e a pressão das mulheres, as/os planejadoras/es terão estímulo suficiente para, com mais eficácia, elaborar soluções a serem efetivadas nas ou pelas intervenções. Mas, mais que isto, é necessário reafirmar o papel do Legislativo, que pode criar instrumentos legais e institucionais com força de intervenção em todas as esferas, lembrando sempre que também este Poder só funciona quando recebe pressões.

Há a necessidade, porém, de que o movimento feminista e também instituições como as universidades, formulem propostas de intervenção nos códigos que regulam a ocupação e uso do solo, as edificações, ou seja, o habitat. O trabalho de pesquisa, construindo e clarificando conceitos, e ampliando o corpo de conhecimentos, graças a novas descobertas, traz uma contribuição insubstituível à busca de orientação da ação eficaz do Estado. E o movimento feminista, e todo o trabalho da militância social, ajuda a conduzir a busca de formulações para as novas práticas sociais no sentido de maior agudeza e profundidade.

[2] Iniciou-se transferindo as creches, depois as casas que cuidam de crianças e adolescentes infratores(as). A Prefeitura de São Paulo está repassando para as entidades civis o Movimento de Alfabetização de Adultos. O grande problema é o controle social que se possa fazer, pois não é toda entidade da sociedade civil que é idônea para tratar com o erário, e tem condições de garantir o conteúdo e qualidade do atendimento.

Trata-se agora, e cada vez mais, de as pessoas (especialmente as mulheres) beneficiadas pela visão duplamente enriquecida tanto pelos resultados da pesquisa quanto pelos da militância passarem a ocupar os conselhos gestores, por exemplo, dos parques, do de desenvolvimento urbano, meio ambiente mas também de todos os foros que o avanço da luta democrática abrir para a construção e o controle das cidades.

Sempre tendo em vista, conforme já mencionamos, que as mulheres utilizam o espaço público e privado de forma diferenciada, e que desempenham elas mesmas, diretamente, um importante papel na economia atual, cuja complexidade é cada vez maior, assim como dão suporte à execução de muitas atividades urbanas e sociais por parte dos homens, é preciso chamar a atenção para o fato de que elas manifestam preocupações diferentes das dos homens, desenvolvendo olhares e soluções para o funcionamento dos serviços urbanos e sociais que só elas podem explicitar.

Convencidas da justeza desse desígnio, e balizadas pelo conhecimento de outros casos, é que resolvemos propor concretamente a discussão dessa questão com uma prefeitura, tendo como objetivo avaliar a sensibilidade e a compreensão dos governantes, das/os diretoras/es, técnicas/os intermediárias/os e das/os técnicas/os que aplicam as políticas.

Em qualquer ação prática que se proponha acerca de um determinado objeto concreto, para que esta ação seja realista e conseqüente, ela deverá apoiar-se sobre o conhecimento que se tem desse objeto. Esse conhecimento, no entanto, não deve basear-se apenas nas manifestações visíveis do objeto. É necessário conhecê-lo a fundo, "por dentro", apropriando-se de seu processo histórico, contextualizando-o e vivenciando-o de forma que possa fornecer subsídios, ou seja, condições objetivas para vislumbrar propostas efetivas.

Nosso objeto de estudo principal tem sido a mulher relacionando-se com o espaço urbano. Isso orientou nossa escolha tanto tematicamente quanto no que diz respeito às instituições envolvidas na questão.

Optamos por instituições que desenvolviam novas intervenções, que por isso mesmo contribuíram em muito para o avanço desta pesquisa e a produção de novos conhecimentos na esteira da investigação. Para nós foi gratificante a experiência desenvolvida neste município que se propôs na verdade a ser um laboratório em que foi iniciado um processo de discussão. Essas instituições, como muitas outras da esfera pública, assim como diversas organizações não-governamentais, produzem conhecimento que pode e deve ser transferido para as universidades a fim de que se possa chegar a uma sinergia entre elas, cada vez mais presentes no cenário social.

No espaço universitário é possível – e mais estratégico – planejar intervenções de aplicação das propostas – do ponto de vista das relações sociais de gênero – de programas de educação ambiental e projetos arquitetônicos, por exemplo, e assim atingir mais entidades, pela própria posição da Universidade, menos mergulhada no dia-a-dia da resolução de problemas concretos.

Esse é um dos aspectos da experiência tanto do GTA como da União de Mulheres, que desenvolvem parcerias com instituições governamentais, como prefeituras, Sabesp, secretarias de Saúde e Assistência Social, CDHU e Agências internacionais e Universidades, sabendo empregar a linguagem adequada para isso e mantendo sua independência política.

Podemos afirmar que nestes últimos três anos nas cidades de São Paulo e Santo André testemunhamos um esforço neste sentido, por exemplo, a Coordenadoria de Participação Popular da cidade de São Paulo, organizou as condições das mulheres atuarem no Orçamento Participativo, garantindo uma modificação nas normas de participação para que fossem eleitas delegadas pelo segmento das mulheres, assim como de outros movimentos sociais discriminados como negras/os, indígenas, deficientes físicos, jovens e idosas/os e o orçamento participativo das crianças. Além de cursos sobre gênero para as delegadas eleitas.

E a Universidade de São Paulo não pode deixar de participar dessa conquista social e tratar dessa problemática, aprofundando, e não revertendo, sua trajetória de produção de conhecimento. Deve, portanto, apoiar iniciativas de pesquisa que visem a colaborar com o Estado, no âmbito municipal, estadual e federal, no que tange a resgatar aquela dívida e superar esse problema, gerador de tanto sofrimento.

Seu Núcleo de Estudos das Relações Sociais de Gênero deve ser fortalecido, e nas suas unidades, devem ser criados grupos e núcleos de reflexão sobre este tema emergente, que vem, desde muito longe e no século XX ganha maior espaço, dando oportunidade ao desenvolvimento de teorias e criando embriões de novos paradigmas para as ciências humanas, naturais, médicas e exatas. Em suma, deve-se enfrentar o androcentrismo que ainda impera na Academia.

É preciso também que tudo isso se some à tomada de conhecimento e aplicação das decisões da Unesco decididas em Paris no ano de 1998, "em que se reafirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos".

Assim como assumir as deliberações de todas as conferências mundiais e suas recomendações, até mesmo as da histórica Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, na China, em 1995, em que as/os participantes discutiram e decidiram "conscientes de que a educação é um dos pilares fundamentais dos Direitos Humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz"[3].

Os estudos para a elaboração de planos, programas e planos de ações e diretores urbanos não têm exibido uma preocupação especial com as questões em torno das relações de gênero, apesar de algumas vereadoras, secretárias e prefeitas serem mulheres. "Não basta ser mulher para ocupar o poder" afirmação feminista. É necessária a sensibilização para a desigualdade que as mulheres enfrentam e este debate deve ser encarado em todas as instituições mas, principalmente pelo Estado em todas as suas esferas.

[3] Declaração da Unesco, Paris 1998.

Conclusões

Conclusões definitivas

Ao decidirmos estudar as relações sociais de gênero no espaço público e a ação das políticas urbanas e a metodologia dos projetos de arquitetura no espaço privado, quisemos saber se, quando um determinado espaço foi pensado, houve preocupação com a mulher e se, à luz dessa preocupação, o resultado do projeto foi avaliado após a construção.

Também voltamos nossa atenção para saber se a/o profissional arquiteta/o e a/o urbanista tem consciência de que sua prática pode reforçar a educação diferenciada que reproduz a opressão da mulher. Uma de nossas premissas era que é necessário demonstrar ser o fazer social da/o arquiteta/o também uma replicação da ideologia. Outra premissa era que o espaço pode estimular comportamentos sexistas, ou, inversamente, pode garantir uma vivência corporal-cognitiva que propicie a consideração da mulher tendo o direito de acesso à cidade, e isto respeitando sua especificidade.

Tudo isso sem perder de vista que a mulher e suas relações com a cidade de São Paulo seria nosso objeto principal. Mas, diante da amplidão de nosso campo de observação, aproximamo-nos da idéia de trabalharmos com mulheres organizadas em grupos feministas, e também com as não organizadas e priorizamos aquelas organizadas por intermédio da União de Mulheres de São Paulo, para verificar se havia diferença na maneira de ver a problemática urbana. Ficaríamos sabendo se a cidade é pensada, e como, do ponto de vista da mulher.

Mas também propusemos a aplicação desta problemática num espaço conjunto de mulheres e homens, daí a presença em nossa pesquisa do Grupo Técnico de Apoio, cuja experiência na arquitetura – levada adiante pelas/os profissionais de ambos os sexos de sua equipe multidisciplinar – quisemos estudar. Igualmente sob essa óptica encaramos o trabalho no âmbito da Prefeitura do município de Mauá, na região do ABC, estado de São Paulo.

É de interesse também, à luz dessa preocupação, proceder a uma análise dos projetos e construções, e do modo pelo qual são concebidos e realizados, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). E nem é preciso acrescentar que são dignos de igual atenção, em termos de estudo, todos os demais organismos públicos (ainda que sob a forma de empresas públicas) voltados para a produção do espaço.

Mas esse interesse dirigiu-se, em nosso caso, prioritariamente para observar e estudar como as relações de gênero se dão igualmente nas favelas, dos movimentos de moradia em mutirão em que nosso olhar foi guiado pela visibilidade de grupos focais, e de mutirantes de unidades habitacionais, recebendo aí especial atenção o trabalho de arquitetas e arquitetos assim como outros profissionais que estivessem desenvolvendo o trabalho com esses grupos. Essas são ocasiões privilegiadas para entender como o espaço é percebido, e se existe diferença no método de projetar, por parte de mulheres e homens.

A opção metodológica adotada foi que a pesquisa fosse proativa, ou seja, ao mesmo tempo em que sistematizássemos os dados colhidos, tanto em fontes primárias como secundárias, queríamos que fosse havendo ações devolutivas para a sociedade em forma de cursos, seminários. Não foi fácil, mas conseguimos operar todo o processo desta forma.

Também interviemos no movimento feminista com o objetivo de pôr em pauta a emergência, nos fazeres sociais das/os planejadoras/es, gestoras/es e das/os legis-

ladoras/es, das relações sociais de gênero, que deixam sua marca no espaço construído. Sempre dando ênfase às desigualdades sociais, ao promover debates e seminários, tivemos o intuito de contribuir para que se mitiguem as diferenças de gênero, classe e etnia, evitando, contudo, o reducionismo, e assim possamos dar um passo na construção de cidades mais democráticas.

Em muitos momentos enfrentamos as dúvidas e questionamentos sobre a importância deste trabalho de pesquisa, e diante disso a síntese do volume expressivo de dados aqui apresentados garante o nosso principal intuito que foi dar visibilidade à presença da mulher nos espaços construídos, mostrando que estas foram e são sujeitos desta produção. Quanto à decisão de não entrevistar os homens como contraponto, e levando em conta essas observações, chegamos à conclusão de que isso não entraria em choque com nossa tentativa de fazer um questionamento conseqüente do androcentrismo. E isto se confirmou em todo o processo.

Estivemos sempre muito atentas quanto a esse questionamento já na própria concepção geral de nossa pesquisa, em que estivemos permanentemente pautadas pelo conceito das relações sociais de gênero, categoria cunhada diretamente para a intervenção, visando a desconstruir o modelo da supremacia do homem e a subjugação da mulher.

Como não poderia ser diferente, durante as entrevistas os homens estiveram presentes a cada passo na fala das mulheres, como contraponto necessário a ser feito na análise das relações sociais de gênero, pois as questões do poder e da dominação/exploração que se dão na sexualidade, na produção, na reprodução são calcadas no androcentrismo. Assim, as comparações com os parâmetros masculinos perpassaram a todo momento nossas análises.

Comprovando que as relações sociais de gênero são uma categoria estruturadora da compreensão das relações sociais em geral, afirmamos em nossas premissas que o comportamento machista, fruto do sistema patriarcal, foi a tal ponto defendido e promovido pelos poderes, que acabou incorporado também pelas mulheres.

No processo de discussão com as mulheres durante a pesquisa-ação esta afirmação confirmou-se, pois, quando perguntávamos se era diferente para mulheres e homens viver na cidade de São Paulo, algumas delas declararam não ver diferença quanto a isso. Claro que não foi grande o número das entrevistadas que deram esse tipo de resposta, tal como expusemos no Capítulo V, mas ele é significativo na ilustração da existência daquela incorporação.

A afirmação de que as mulheres são tratadas como objeto de uso pelos homens confirmou-se também quando vieram a público as reivindicações das mulheres de Mauá, usuárias de trens e do metrô, assim como as metroviárias. O mesmo ocorreu nos depoimentos das participantes da pesquisa-ação.

...

O redirecionamento do estudo, ampliando-o da cidade de São Paulo para a Área Metropolitana de mesmo nome, definitivamente foi correto, e teria de ser feito, pois devemos pensar São Paulo como uma megalópole de 18 milhões de pessoas. A natureza de nossas preocupações e de nossa investigação pede que as conclusões a que cheguemos,

nesta ou em pesquisas futuras, devam poder ser extraídas, e aplicadas, ao conjunto dessa realidade histórico-social.

Quanto à necessidade de se incorporar a perspectiva de gênero no planejamento, os estudos, aqui apresentados, que foram recolhidos das publicações do Instituto Brasileiro de Administração Pública vêm nos dar subsídios e proporcionar possibilidades de sistematizarmos propostas e recomendações para que os municípios possam instrumentalizar-se para enfrentar essa carência.

E, da mesma forma, esperamos ter contribuído para que as unidades de ensino, em nível de graduação e de pós-graduação, possam desenvolver propostas de disciplinas que venham a formar profissionais que saibam planejar com um olhar voltado para as questões de gênero. E que mais pesquisas possam ser feitas a fim de aprofundar e avançar na compreensão e no enfrentamento dessas questões.

O conjunto de dados que aqui apresentamos vem provar que a inserção do espaço construído, assim como a sua produção, no processo de relações sociais de gênero é cultural e foi se constituindo durante a história da humanidade, manifestando-se essa inserção em cada aspecto do espaço, seja físico, seja psicológico, seja cultural, que venhamos a examinar.

O simples fato de serem mulheres, com as imposições e encargos da sociedade, interfere na mobilidade de que dispõem e em sua utilização do espaço público e privado. E as limitações que surgem nessa mobilidade acentuam-se com as dificuldades acarretadas quando se tornam mães. Nessa condição, diminui sua acessibilidade espacial; e é flagrante que os serviços urbanos em nenhum momento foram pensados levando-se em consideração o atendimento às necessidades geradas pelo que é específico às mulheres, dando conta da situação delas como mães, consumidoras, usuárias de serviços.

E, ao contrário do que muitas vezes se afirmou, a autonomia financeira das mulheres não garante que elas sejam respeitadas como cidadãs com direitos nem como sujeito, com autonomia para decidir sobre seu corpo. A mulher no espaço público logo percebe que este que não foi readequado para recebê-la, nem fisicamente nem pela reeducação do comportamento masculino. Isso faz com que a mulher em geral venha apresentar suas queixas ao destrato e a violência que tem sofrido no espaço de trabalho, tanto é que hoje temos legislação federal que trata do assédio sexual, Lei No. 10.224, 15 de maio de 2001 que criminaliza o assédio sexual (Artigo 216 – A do Código Penal).

Quanto às mulheres terem propostas para a reformulação e o aperfeiçoamento dos serviços urbanos e sociais, isso foi comprovado na pesquisa-ação e na participação nos orçamentos participativos e nas plenárias de elaboração dos planos diretores, em que elas eram a maioria e do qual foi eleita Conselheira.

Nosso papel – não só ao tomá-las como tema, mas ao incluí-las como participantes – foi apenas abrir o espaço de discussão, se bem que poucas consideram sua especificidade nas propostas. E fica claro que a precariedade que cerca a condição das mulheres – principalmente as de classes sociais mais baixas, e, o mais grave, quando são negras –, quando falta a infra-estrutura que lhes garanta acesso à informação, a escolarização, a informatização hoje exigida inclusive para as empregadas domésticas o que prejudica sua profissionalização, agravando a já difícil situação da maioria delas, que têm de arcar com a dupla jornada de trabalho e, principalmente, a maternidade.

Hoje, quando toda a sociedade discute a avassaladora ampliação do mercado informal, fica claro que isso para as mulheres não é novidade. E, quando esta condição passa a ser uma opção para os homens, tal fato também significa que a situação delas com certeza sofrerá pioras o fenômeno da feminização da pobreza no âmbito mundial é comprovada.

Um dos sintomas dessa gradativa piora social é a crescente indústria da prostituição, com o tráfico de mulheres, que são escravizadas, assim como o tráfico de drogas e o crime organizado. O fenômeno do aumento das meninas de rua na cidade de São Paulo é também um novo sintoma dessa piora.

Mas, voltando à chamada normalidade econômica, com o aumento do desemprego de seus maridos, elas já chegam a perfazer cerca de 28% do total dos chefes de família[1] na Área Metropolitana de São Paulo, e de 37% em alguns bairros no Centro de São Paulo[2], nas favelas, por exemplo, da Brasilândia, chega de 40% a 60%[3].

...

Infelizmente o que para nós era óbvio também se confirma no processo da pesquisa: a violência urbana manifesta-se de forma específica em relação às mulheres. Os espaços vazios, como terrenos abandonados e parques sem segurança, mais a falta de iluminação pública e itinerários de ônibus mal planejados e que não adentram os bairros, contribuem para a não proteção das mulheres. Podemos afirmar que os homens correm o risco de ser assaltados e até mortos, mas as mulheres, além disso, vivem o pânico da possibilidade de ser estupradas, o que é comum quando assaltadas.

Mas as mulheres são fascinadas pela cidade de São Paulo e demonstraram que, apesar da correria e do cansaço, esta lhes proporciona muito conhecimento e ainda a possibilidade de uma melhora em suas condições de vida.

Esses resultados vieram confirmar as premissas de que partimos e as hipóteses que nos propusemos a provar. Por exemplo, já no trabalho da pesquisa-ação realizada no campo, ficaram evidentes as dificuldades que as mulheres, até mesmo as organizadas em entidades específicas, encontram para conseguir priorizar espaço para si e com isto dar visibilidade a sua produção da cidade. Elas acabam sempre voltadas para as questões mais imediatas que as solicitam, que é cuidarem da família e dos problemas de outros.

É verdade que elas vêm, há muitos anos, se articulando para cobrar do Estado que assuma suas propostas de políticas públicas, sociais e urbanas num sentido mais amplo e para todos. Mas fica claro que – esta é uma das tarefas dos arquitetas/os e planejadoras/es preocupadas/os com o avanço social – a transformação da metodologia de planejar, até como resposta a essa demanda das mulheres, deve avançar no sentido de tratar a cidade como ela realmente é, ou seja, contemplando as diferenças, lembrando que entre as mulheres estão também as diferenças étnicas, de faixa etária, de origem.

Ao formularmos os objetivos acima expostos e irmos a campo auscultar as mulheres, tivemos como principal objetivo provocar uma reflexão mais profunda, nossa e das mulheres abordadas. Queremos aqui ressaltar mais uma vez, após o profundo mergulho no cotidiano das mulheres da Área Metropolitana e do movimento social feminista, em todos os níveis de sua organização geográfica e por linhas de pensamento, que o trabalho fez com que pudéssemos parar e pensarmos juntas a cidade.

1 Fundação Seade. *Famílias chefiadas por mulheres – Pesquisa de condições de vida na RMSP*, 1994.
2 Sposatti, A. *Mapa da exclusão*, São Paulo, PUC-SP, 1996.
3 Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, 2003 – GTA.

Foi surpreendente não só a receptividade, como também o entusiasmo que as mulheres em geral demonstraram ao poderem opinar sobre como gostariam que a cidade de São Paulo se organizasse. A vida cotidiana de cada uma traz questões para o entendimento das quais, mesmo se as vivenciamos, por sermos mulheres, nossa experiência e conhecimentos não são suficientes.

Assim, estamos de posse de depoimentos e histórias vividas – que tornamos disponíveis – por essas mulheres, sobre os quais podemos nos debruçar. Em primeiro lugar, é importante que se diga que fomos verdadeiramente tomadas de surpresa diante da realidade ali vivenciada.

Por exemplo, voltamos a frisar que tínhamos a nítida sensação de que a mulher é um verdadeiro "burro de carga", que utiliza a cidade para serviços – comércio, banco, médicos, levar filha(o) para a escola – e para transitar do e para o trabalho, sempre correndo e penduradas de pacotes, sacolas, e, além disso, sendo assediadas sexualmente na rua, no ônibus, no metrô, no trem, e, como motoristas, sendo convidadas grosseiramente a voltar para a cozinha.

Mas, ao serem consultadas, demonstravam grande entusiasmo pela vida e por conquistas. Portanto, acreditávamos – e isso se confirmou a cada entrevista – que elas estariam dispostas a colaborar com soluções e intervenções que facilitem sua mobilidade (aumentando acessibilidade aos lugares que também lhes dizem respeito) e melhorem sua qualidade de vida.

A verdade é que as mulheres estão mais do que nunca integradas na produção do espaço construído, mas permanecem invisíveis, como as atividades e funções que desempenham. Não usufruem a cidade, e acessam-na apenas em parte.

Em toda a história das cidades, em relação aos direitos das mulheres – foi o que procuramos evidenciar no Capítulo IV –, podemos perceber que o que está sempre em jogo é a herança, os bens, a mercadoria, o lucro. E, como afirma Calió, somos importantes para o sistema econômico como consumidoras, como exército de exploração e espoliação e como mercadorias.

É curioso observar como o trabalho doméstico é considerado como tarefa e como missão, e até como apoio psicológico. Ela é, muitas vezes, a responsável pela sobrevivência dos filhos, dos pais e do marido, sendo, na verdade, o esteio familiar.

Mas, permeando todas as civilizações, a liberdade das mulheres sempre passa pela questão da propriedade privada. A crescente consciência quanto a esse ponto perpassa hoje o desejo das mulheres de continuar lutando pela cidadania e pelo acesso à cidade, sendo este um reclamo das mulheres dos países em desenvolvimento tanto quanto dos desenvolvidos.

Constatamos sinais desse anseio nas produções literárias relacionadas ao tema das mulheres e a cidade. Por exemplo, as mulheres francesas que nos apresentam o resultado de seu processo de discussão e propõem uma carta das mulheres pelo acesso à cidade, o que, em sua espinha dorsal, não é diferente das propostas das mulheres da Turquia, da Argentina, do Uruguai ou do Brasil.

Esses avanços nas formas de manifestação e no grau de consciência não devem, no entanto, nos impedir de ver que as mulheres ainda não conquistaram o direito mínimo de decidir sobre seu próprio corpo. E elas percorrerão muitos, mas muitos obstáculos até que cheguem a conquistar plenamente seus direitos.

...

Podemos considerar que um dos pontos altos desta pesquisa foram os desenhos que elaboraram as visões e os anseios sobre os parques e praças. Assim pudemos entrar em contato com o imaginário daquelas mulheres e assim conseguimos retirar um conjunto de indicadores dessas perceptoras, que aí se revelam como seres coletivos e individuais. Consideramos que este é o início de um esforço em que está presente a possibilidade de aprofundarmos o estudo da apropriação que as mulheres fazem de sua própria leitura visual.

Fomos orientadas nessa etapa do trabalho pela consideração de que a percepção que a mulher tem de sua realidade nesse caso pode nos servir para ressaltar certos pontos estratégicos na cultura urbana. O que pode ajudar a constituir "códigos" acessíveis aos tipos de perceptoras/es de cada lugar, como as mulheres jovens, em nosso caso. Este é um ponto-chave a nos servir de parâmetro numa pesquisa que vise a elaborar planos e projetos, por exemplo, de praças e de parques urbanos.

Essa análise faz-nos perceber quanto é gritante a carência, cada vez maior, de elementos naturais à nossa volta, o que gera um desequilíbrio crescente na vida urbana, verificado também na imposição, por parte da indústria da construção civil e das imobiliárias, de mais e mais espaços edificados e construídos.

Isso chama a atenção para a importância da educação perceptiva ambiental, para a qual as/os arquitetas/os e as/os urbanistas contribuem, para o bem ou para o mal, quando se trata do desenho urbano, com todas as suas significações pluridisciplinares, que originam a comunicação ambiental.

Esta pesquisa ocupa-se principalmente da qualidade do habitat e dos serviços da cidade de São Paulo, acrescentando no quesito da qualidade as características visuais dos parques e praças. Por isso fomos estudar a imagem mental que as cidadãs entrevistadas tiveram delas.

Concentramo-nos especialmente numa qualidade visual particular: a aparente clareza ou "legibilidade" dos parques e praças. E isso pôde ser captado por meio dos desenhos dessas mulheres. Pudemos também aí nos debruçar sobre as imagens sugeridas pelas respostas às perguntas abertas e fechadas.

Nesse ponto da pesquisa lembramos Kevin Lynch, pois esse autor defende que o aspecto experimental deve estar presente no estudo do espaço. E foi isso que julgamos ter feito também em nossa atividade não só a de pesquisa, mas também no trabalho político de crítica, conscientização e construção. Estamos constantemente, em nossos embates, discussões e práticas, sondando esse sentir e esse querer coletivo das mulheres, pois a "clareza ou a legibilidade de modo algum é a única característica importante de uma cidade bela, a sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade. Para compreender isto temos de considerar a cidade não como algo em si mesmo, mas a cidade objeto da percepção de seus habitantes"[4].

Além disso ainda, Lynch afirma que "os psicólogos também estudaram esta capacidade humana, se bem que o tenham feito de maneira vaga ou em condições experimentais limitadas"[5]. Pretendemos, na continuidade desta pesquisa, aprofundar essa com-

[4] Lynch, K. *A imagem da cidade.*
[5] Id., ibid., p. 13.

preensão do urbano tendo por base a percepção visual, enfatizando, é claro, o enfoque do ponto de vista do gênero feminino.

Diz ainda Lynch que, "para a maior parte das pessoas da cidade moderna, perder-se totalmente dentro dela é, talvez, uma experiência rara. Somos apoiados pela presença de outros e por planos especiais de orientação: mapas, nomes de ruas, sinais de rota, cartazes de autocarros"[6]. Lynch fez esta afirmação há perto de quatro décadas, e é fácil verificar como ela continua atual e como ela nos serve ainda hoje como uma importante referência.

Assim como pensamos em geral em termos de orientação, esse autor imagina a hipótese contrária, e fica ainda mais claro o quanto é importante construir esse processo de expressão, auscultação e projetação socialmente dirigida. Tal como se deu ao apresentarmos, no Capítulo VII, o processo de preparação das mulheres para o mutirão da CDHU, quando pudemos testemunhar a sua experiência de manuseio dos mapas e sua apropriação, com base na memória, do espaço, por uma outra via, com a utilização do guia de ruas. Outra experiência desse tipo nessa ocasião foi relermos juntas as sinalizações comerciais e os signos que estão na cidade.

Kevin Lynch auxilia-nos a entender melhor nossa experiência, e, por outro lado, depois de passar por ela, a teoria de Lynch fica mais clara para nós: "No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém. Esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada, e ela está habituada a interpretar informações e a comandar ações. A necessidade de conhecer e estruturar nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado, que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo"[7]. Levamos parte dessa experiência para nossa discussão no seminário que promovemos com a Prefeitura do município de Mauá.

No Capítulo VII vimos cumprir, até, podemos dizer, com certo êxito, nossa proposta de dar a visibilidade necessária ao que aqui chamamos os "lugares de mulher", que estabelecem com clareza seu território, visando a uma transformação de comportamento, levando em conta que ele está refletido no espaço construído. Levantamos o conjunto desses locais de uma nova vivência de cidadania, espacializando-os por meio dos mapas denominados "Territórios de Mulher".

Acreditamos que pudemos assim proporcionar, principalmente ao meio acadêmico, informações para que possam preocupar se em considerar em seus estudos esta nova arquitetura, que podemos perceber como uma rede física com impactos comportamentais em seu entorno e principalmente para o uso do movimento feminista.

Pretendemos continuar a analisar o fazer social específico que vem sendo desenvolvido, nos lugares de mulher, e como este tem operado uma possível transformação nas representações do espaço que se mostram ultrapassadas, tendo já sido alterado o comportamento das/os que estiveram presentes no espaço social que aí foi produzido.

A materialização espacial é fundamental para a ação do movimento social feminista e das mulheres de uma forma geral. Encaramos os resultados de nossa pesquisa como uma devolução sistematizada dos anseios, críticas e auto-referências ao próprio movimento das mulheres.

É preciso ainda acrescentar o fato de que estes espaços vistos assim de modo

[6] *Id., ibid.*, p. 14.
[7] *Id., ibid.*, p. 14.

mais autoconsciente ajudam a produzir propostas legislativas, que podem vir a ser políticas públicas, como algumas experiências concretas, como a intervenção em plano diretores, programas e centros de referência.

E essa nova visão do espaço da cidade também pode orientar o trabalho de instituições governamentais e dos escritórios que produzem os projetos envolvidos nesses novos espaços.

Um saldo mínimo, mas já enraizado nos próprios costumes da sociedade, de todo esse processo histórico de conquista de uma nova consciência por parte das mulheres é que a garantia de titularidade do território legalizado e da habitação tem sido dado prioritariamente, dentro das famílias, à mulher.

...

Quanto à universidade e a área científica, é preciso chamar a atenção para o fato de que as mulheres cientistas e pesquisadoras enfrentam os mesmos obstáculos para o seu desenvolvimento. A circunstância de serem mulheres e de terem que assumir tarefas de estruturação da família e a maternidade e suas conseqüências, assim como a dificuldade oferecida pela estrutura desses espaços, que ainda considerarem as mulheres menos capazes que os homens[8].

E a Universidade de São Paulo não pode deixar de participar dessa conquista social e tratar dessa problemática, aprofundando, e não revertendo, sua trajetória de produção de conhecimento. Deve, portanto, apoiar iniciativas de pesquisa que visem a colaborar com o Estado, no âmbito municipal, estadual e federal, no que tange a resgatar aquela dívida e superar esse problema, gerador de tanto sofrimento.

Seu Núcleo de Estudos das Relações Sociais de Gênero deve ser fortalecido, e nas suas unidades devem ser criados grupos e núcleos de reflexão sobre este tema emergente, que vem de muito longe. E no século XX ganha maior espaço, dando oportunidade ao desenvolvimento de teorias e criando embriões de novos paradigmas para as ciências humanas, naturais, médicas e exatas. Em suma, deve-se enfrentar o androcentrismo que ainda impera na Academia.

É preciso também que tudo isso se some à tomada de conhecimento e à aplicação das decisões da Unesco decididas em Paris no ano de 1998, "em que se reafirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos". E, na educação para a cidadania, preconiza a inclusão das relações sociais de gênero como parte dos direitos humanos.

Assim como a universidade deve ser levada a assumir as deliberações de todas as conferências mundiais e suas recomendações, até mesmo as da histórica Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, na China, em 1995, em que as/os participantes discutiram e decidiram "conscientes de que a educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz"[9].

Os estudos para a elaboração de planos, programas e planos de ações e diretores urbanos não têm exibido uma preocupação especial com as questões em torno das

[8] Schienbinger, I. *O feminismo mudou a ciência!* São Paulo, Edusc, 2001.
[9] Declaração da Unesco, Paris, 1998.

relações de gênero, apesar de algumas vereadoras, secretárias e prefeitas serem mulheres.

"Não basta ser mulher para ocupar o poder" é uma afirmação feminista. Bom humor à parte, é necessário haver a sensibilização para a desigualdade que as mulheres enfrentam, e este debate deve ser encarado em todas as instituições, mas principalmente pelo Estado, em todas as suas esferas. No caso da cidade de São Paulo temos experiências de legisladores homens defenderem direitos das mulheres propondo leis e mulheres que não compreenderam ainda esta questão.

Queremos ainda aqui destacar as contribuições que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal tem dado a essa causa, por meio de seu Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, desenvolvendo seminários e dando destaque em suas publicações. Que poderemos observar melhor no capítulo das recomendações.

Desenvolvemos nestes dez anos uma atitude de provocação constante aos poderes constituídos da sociedade, assim como aos poderes do Estado e aos poderes da sociedade civil organizada, propondo sempre em sua pauta a reflexão sobre a cidade pelo olhar das mulheres organizadas ou não organizadas, mas do ponto de vista das relações sociais de gênero.

Podemos afirmar com segurança que as mulheres feministas e as do movimento de mulheres, aliadas à Coordenadoria Especial da Mulher e às vereadoras, deram um salto de qualidade ao conseguirem articular-se e produzirem uma intervenção no processo de elaboração do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. E nós, da universidade, tivemos um papel fundamental nesse processo, ao apresentarmos ali as reflexões já concluídas no longo processo de pesquisa e discussão, com cerca de mais de 2 mil mulheres, sobre a importância da participação das mulheres na definição do Plano Diretor, vigilantes para que a perspectiva de gênero não fique excluída.

No município de Santo André também foi retomado o processo de discussão, e temos notícias de que lá as mulheres conseguiram interferir em todo o processo e no conteúdo do texto nos comprometemos a trazer para a Academia.

Quanto à arquitetura e às/aos arquitetas/os, chamamos a atenção para a necessidade que temos de refletir sobre nosso ato de produção de um projeto, em que pode estar embutida, no próprio partido adotado, uma ideologia que segrega as mulheres.

Nosso ato de criar pode, sim, ajudar na perpetuação de uma ideologia machista, como no exemplo do arquiteto (tal como ilustrado em anúncio, anexado adiante, que foi publicado num jornal, gerando grande polêmica) que produz sugestões de arquitetura de interiores para meninos e para meninas, com diferentes significados em termos de incentivar a imaginação e o espírito de aventura do menino, e o instinto maternal da menina, em que vai embutido o estímulo à passividade.

Quanto às mulheres, para que possam aumentar seu acesso à cidade, com certeza cabe a elas, ou seja, a nós, continuarmos entrincheiradas e batalhando para ter visibilidade, e exigindo que sejamos tratadas como sujeitos de direitos.

Estas considerações finais do trabalho primam pelo caráter de apontamentos de uma gama de visões que nos levam a pensar transdisciplinar, multidisciplinar e intersetorialmente. Aqui, na verdade, discutimos um pouco da metodologia de planejar e projetar os espaços das cidades do ponto de vista das relações sociais de gênero. Mantivemos, nesse intuito, o esforço de não permitir que as reflexões descolem da tessitura de como a

sociedade vem sendo organizada e na qual se dão os conflitos de interesses, por classes sociais, raças/etnias, faixas etárias e a própria diversidade que compõe o segmento das mulheres.

Então o forte deste trabalho é identificar as amarras ideológicas, como bem expressou a historiadora Odila Leite, uma de nossas principais referências. Procuramos produzir um pequeno resumo da trajetória histórica das mulheres nas cidades. Levamos a efeito uma leitura vivenciada do cotidiano das mulheres das classes sociais que vivem nas favelas da cidade de São Paulo e nos movimentos de moradia que constroem suas habitações por meio de mutirão. E dirigimos o nosso esforço para obter um contato com o imaginário daquelas jovens mulheres quando desenham a praça e o parque que conhecem e aqueles com que sonham. Foi aí que pudemos desenvolver a análise perceptiva mais profunda.

Temos aqui o início de vários caminhos, abertos para a continuidade do estudo reflexivo das mulheres da cidade de São Paulo e da Área Metropolitana. E guardamos o impacto, no espaço construído, dos processos instaurados nos organismos com que trabalhamos, como a União de Mulheres de São Paulo e o Grupo Técnico de Apoio, a Coordenadoria Especial da Mulher do município de São Paulo e a Câmara Municipal de São Paulo. Finalmente, procuramos mostrar como a universidade deve incorporar em seus currículos o estudo e a referência da diversidade da sociedade, formando profissionais com visões intersetoriais, interdisciplinares e transdisciplinares, ao assumir a questão das relações sociais de gênero. Em função disso apresentamos nossas propostas.

Recomendações

Recomendações para um planejamento municipal e estadual do ponto de vista de gênero

Implantação de Secretarias Especiais para as políticas públicas para as mulheres do ponto de vista das relações sociais de gênero – para que as mulheres adquiram visibilidade.

- Que assim assuma um lugar de destaque como a necessidade e condição das mulheres exige.
- Com dotação orçamentária poder e competência para a execução de políticas públicas de gênero tendo diálogo efetivo com o poder executivo.
- Que também trace políticas urbanas e com a visão do habitat e repense o ato de projetar a arquitetura levando em consideração a transformação da função social da mulher.
- Que considere as creches como um direito da criança garantido na Constituição Federal Brasileira, e normatizada nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB).
- Que ainda e por muitas décadas haverá necessidade das Delegacias de Defesa da Mulher.
- *E que os "lugares de mulher" devem ser reconhecidos e percebidos* como direito das mulheres para que possam se fortalecer para a garantia da implantação de seus direitos de cidadã e são parte da produção social da cidade numa dada época e, tem marcado fortemente o espaço construído estabelecendo seus territórios. *Os não governamentais devem ser fortalecidos e chamados a participação. E os governamentais devem ser ampliados.*
- Que uma das tarefas deste organismo é também fornecer subsídios e treinamentos.
- Reaproveitando as experiências desenvolvidas nas Assessorias de Direitos das Mulheres e nas Coordenadorias Especiais das Mulheres como tem sido desenvolvido na cidade de São Paulo.
- O planejamento municipal em todas as suas secretarias deve implantar a metodologia de traçar suas políticas com o ponto de vista das relações sociais de gênero.
- Partindo da construção de banco de dados que reflitam a situação diferenciada por sexo, raça/etnia. Em todas as áreas em que a prefeitura tem responsabilidade.
- A garantia da democracia para as mulheres nas cidades passa pelo reconhecimento de sua importância e papel na construção da riqueza, por exemplo, trabalho doméstico que deve ser considerado um trabalho social e que não é remunerado na imensa maioria do contingente da população moradora das cidades, principalmente nas camadas populares, e mesmo nas classes sociais mais abastadas sua remuneração é muito aquém do valor econômico.
- Implantação de lavanderias populares e restaurantes populares.

Em relação à Universidade de São Paulo e outras do município, do estado e do país

- Criar núcleos de reflexão, discussões e debates sobre as teorias feministas ou da relações sociais de gênero e formulação de projetos de pesquisa que possa contribuir para que a sociedade avance no processo de garantir os direitos de cidadania pela qual as mulheres reclamam; e fortalecer os núcleos existentes.
- Oferecer disciplinas que tratem especificamente das teorias feminista ou das relações sociais de gênero tanto na graduação como nas áreas de concentração da pós-graduação; e fortalecer onde já existem iniciativas neste sentido.

Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

- O departamento de história e fundamentos sociais do urbanismo e da arquitetura poderá num primeiro momento desencadear o processo de discussão das relações sociais de gênero.
- É fundamental que o legislativo federal, estadual e municipal discuta e aprove leis que garantam o acesso das mulheres aos direitos garantidos nas Convenções Internacionais, na Constituição Federal e ouça as reivindicações das mulheres.

Em relação ao Legislativo:

Na cidade de São Paulo a Câmara Municipal em sua Lei Orgânica garante:

Aqui transcrevemos parte da Lei Orgânica do Município de São Paulo:

Do Título IV - no capítulo VII do Planejamento Municipal – Seção II dos instrumentos do Planejamento Municipal no art. 144 – inciso III – os planos setoriais, regionais e locais e específicos.

Do Título V do desenvolvimento do município – capítulo I política urbana – art. 138 que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, propiciar a realização da função social da propriedade e garantir o bem –estar de seus habitantes.

I – o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território;

II – o acesso de todos os seus cidadãos às condições adequadas de moradia, transporte público, saneamento básico, infra-estrutura viária, saúde, educação, cultura, esporte e lazer e às oportunidades econômicas existentes no Município,

III – a segurança e a proteção do patrimônio e paisagístico, arquitetônico, cultural e histórico;

IV – a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente;

V – a qualidade estética e referencial da paisagem natural e agregada pela ação humana;

Em 2004 – o vereador Nabil Bonduki propôs a lei de no. 13.770 que foi sancionada em jan/2004. é a garantia da titularidade da unidade habitacional ser primeiramente da mulher desta forma quando o homem decidir pela separação ou mesmo a mulher, esta não ser posta para fora do domicílio rompendo uma prática corriqueira[1].

No capítulo III da habitação – art. 167 – É de competência do Município com relação à habitação: I – elaborar a política municipal de habitação, integrada à política de desenvolvimento urbano, promovendo programas de construção de moradias populares, garantindo-lhes condições habitacionais e de infraestrutura que assegurem um nível compatível com a dignidade da pessoa humana mesmo com o transporte urbano no capítulo IV art. 172.

No capítulo II da Saúde – art. 216 inciso VI – assegurar à mulher a assistência integral à saúde, pré-natal, no parto e pós-parto, bem como nos termos da lei federal, o direito de evitar e interromper a gravidez, sem prejuízo para a saúde, garantindo o atendimento na rede pública municipal de saúde; VII – resguardar o direito à auto-regulação da fertilidade com livre decisão do homem, da mulher ou do casal, tanto para exercer a procriação como para evitá-la, provendo meios educacionais, científicos e assistenciais para assegurá-lo, vedada qualquer forma coercitiva ou de indução por parte de instituições

1 Diário Oficial do Município de São Paulo, jan. 2004.

públicas ou privadas;

Capítulo IV – Da promoção e assistência social – art. 224 – O Município, de forma coordenada com o Estado, procurará desenvolver programas e prevenção à violência contra a mulher buscando garantir:

I – assistência social, médica, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência;

II – a criação e manutenção de abrigos para as mulheres e crianças vítimas de violência doméstica;[2]

E outras leis municipais específicas do município de São Paulo:

Em 1991[3] *Lei Municipal de No. 11.081* – promulgada pela prefeita Luiza Erundina em 8/11/91. Autoria do vereador Italo Cardoso:

Nenhuma empresa pode impedir o trabalho da mulher porque ela é mãe ou deseja ser. O trabalho é um direito de todas/os.

A empresa que fizer discriminação estará cometendo crime e está, portanto, sujeita às punições determinadas pela lei.

Se houver denúncia por parte da trabalhadora, a empresa será punida.

A punição à empresa consta de advertência, multa e até suspensão das atividades da empresa.

Casos em que a trabalhadora pode e deve denunciar:

- Exigência de exame de urina, ou atestado que comprove que ela não está grávida ou que ela foi esterilizada (atestado de laqueadura);
- No caso de não poder ocupar uma vaga por ser casada, ser mãe (ter filhos pequenos);
- Controle mensal de gravidez, através da prova de menstruação ou do exame de urina. Lembrar que a empresa não pode demitir a mulher que está grávida ou porque se casou.

Lei No. 13.150 – 20/06/2001 – promulgada pela Prefeita Marta Suplicy, de autoria do Vereador Ítalo Cardoso: Introduz o quesito "violência de gênero" no sistema municipal de informações em saúde, e dá outras providências. A Câmara Municipal de são Paulo decreta:

Art. 1º - Fica introduzido o quisto "violência de gênero" no sistema municipal de saúde.

Parágrafo único – Para fins do disposto na presente lei entende-se por "violóencia de gênero" qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher.

Art. 2º - O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Por esta lei fica estabelecido que todo serviço de saúde municipal deverá registrar no prontuário da paciente se ela vive ou viveu situação de violência devido a espancamentos, humilhações e maus tratos. Esta iniciativa exige o reconhecimento da violência doméstica na área da saúde pública. Assim o serviço poderá oferecer melhor atendimento e orientação.

Em 2003 a vereadora Flávia Pereira propôs as leis:

[2] Lei Orgânica do Município de São Paulo, edição de 1990.
[3] Conheça seus Direitos – Violência Doméstica e Sexual – Cadernos da União de Mulheres de São Paulo – 2a edição – 1995.
[4] Diário Oficial do Município de São Paulo de dezembro de 2002.
[5] Documento da Comissão de Defesa da Mulher – 2004.

Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo[4]
E a Comissão de Defesa da Mulher[5]

Constituição Federal Brasileira

Art. 3º, inciso IV – Promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Inciso I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Inciso X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Art. 7o, inciso XXX – Proibição de diferença de salários, de exercício, de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Art. 226, §8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227, §4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Lei Federal No. 10.224 – 15/05/2001.

Lei de autoria da Deputada Federal Iara Bernardi

"Altera o Decreto – Lei No. 2.848, 07/12/1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Decreto _ Lei No. 2.848, 07/12/1940 – código Penal – passa vigorar acrescido do seguinte art. 216-A:

"Assédio Sexual (AC)"*

Art. 216 – A – Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se a agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes a exercício de emprego ou função"(AC)*

"Pena: Detenção de 1(um) ano a 2 (dois) anos". (AC)*

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*AC = Acréscimo)

Quanto ao Judiciário

Em São Paulo no dia 25 de novembro de 2003 Dia Internacional de não violência contra a mulher foi implantado o Juizado de Crimes de Família no Fórum Criminal de São Paulo.

- A União de Mulheres de São Paulo encaminhou uma proposta de projeto de Lei para o Congresso Nacional para instituição de vara de Violência de Gênero.

Leis Estaduais de São Paulo:

Lei Estadual No. 10.291 – 1999.

Art. 1º Os servidores das Delegacias de Polícia e de Defesa da Mulher, no ato do registro policial, ficam obrigados a informar às mulheres vítimas de estupro, que caso venham a engravidar, poderão interromper, legalmente a gravidez, conforme determina o art. 128 do Código Penal.

Parágrafo único: As delegacias fornecerão, no ato do registro policial, a relação das unidades hospitalares públicas, com os respectivos endereços, aptas a realizarem a referida interrupção de gravidez.

Art. 2º - O aborto será realizado por médico e precedido do consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua publicação.

Legislações Internacionais que o Brasil ratificou

- Convenção para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. (ONU) 1984, data da retificação brasileira;
- Convenção Interamericana para[6] Prevenir, Punir, E Erradicar a violência contra a Mulher. (OEA), 1994.
- Resoluções das Conferências Mundiais de Mulheres.

Propostas elaboradas no processo e aqui colocadas como recomendações

- Elaboração de código de conduta para o bem tratar das mulheres no espaço público e privado.
- Introdução das mulheres na era digital;
- a violência doméstica também tem um componente que se relaciona diretamente com a dificuldade das mulheres terem acesso ao direito de moradia, assim muitas mulheres suportam as violações por não possuírem condições econômicas de adquirir e manter sua moradia.

Planejamento para o gênero para municípios

Para Caroline Moser (1993, p.6-7)[7], ocorrem dois problemas quando a categoria gênero não é levada em conta:

- Não se reconhece a importância das mulheres nos processos de desenvolvimento; assim, elas não são consideradas na formulação das políticas públicas;
- Por causa dessa omissão, as políticas de desenvolvimento falham pois desenvolvem formulações que, na prática, excluem parcelas da população dos direitos de cidadania.

Orientações para perceber as questões de gênero:

- O planejamento deverá colocar o seu foco nas relações de desigualdade entre mulheres e homens.
- Criar condições políticas para que todos sejam beneficiados.
- Perceber os papéis produtivos e reprodutivos de cada pessoa segundo o seu sexo;
- Aplicar o conceito de equidade que significa dentre as mulheres dar prioridade àquelas e que enfrentam situações de maior desigualdade de condições, como as que che-

[6] Lei Orgânica do Município de São Paulo, edição de 1990.

[7] *Introdução ao planejamento de gênero : Um guia prático* - IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Pública – área de desenvolvimento econômico e social – Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas – Edição - IBAM/FUNDAÇÃO FORD – RJ- 1997

fiam a família como exemplo, priorizá-las com a titularidade da moradia e das regularizações fundiárias.

- Rever os horários de funcionamento dos serviços públicos, por exemplo, atendimento vespertino das 18horas às 21horas nas Unidades Básicas de Saúde.
- Aumentar a produtividade, a competitividade e a valorização cultural dos trabalhos tradicionalmente atribuídos especificamente à mulher.

Ainda segundo Moser (1993, p.87) o planejamento para o gênero tem uma dimensão política, mas tem uma dimensão técnica, e precisa lidar com três características:

- Assumir o conflito como componente do processo de planejamento, pois, as transformações das relações sociais podem despertar a oposição de grupos cujos interesses sejam ameaçados;
- Fazer avançar processos transformadores da realidade existente;
- Por ser novo e, muitas vezes, envolver conflitos, esse tipo de planejamento deve conviver com debate e negociação.

Metodologia mais adequada para o planejamento do ponto de vista de gênero

Todo o processo de planejamento exige-se uma sequência lógica de etapas e ações que se integram e perpassam umas às outras, podendo ser ou não sequenciais:

Três condições básicas para efetivá-lo:

- Sensibilização de técnicas/os e responsáveis pelo planejamento municipal da importância de incorporar os conceitos de gênero em seu trabalho as estratégias utilizadas deverão ser reuniões, encontros, seminários para uma discussão específica sobre o tema trazendo especialistas na área.
- Devem ser preparados textos informativos que tragam as experiências já desenvolvidas em outros municípios mostrando concretamente – através de dados e exemplos – sua importância e impactos. É necessário generalizar informações sobre os papéis e as necessidades diferenciadas de mulheres e homens. Por exemplo a Fundação Seade, no caso do Estado de São Paulo, em seus índices e levantamentos de dados estatísticos e demográficos adotam as relações de gênero e já acumulam dados segundo os sexos em relação ao mercado de trabalho, a raça/etnia. Assim como o IBGE que em seus dados de setor censitário podemos espacializar segundo o sexo o grau de escolaridade e a localização da moradia se é em favela ou áreas nobres. Assim como a CERT – Centro de Estudos de Raça e Trabalho, que nos fornece dados sobre a população negra com corte de raça/gênero e faixa etária. A Fundação Perseu Abramo que desenvolveu pesquisa sobre a situação da mulher nas grandes cidades. Desde os desejos e expectativas destas como de sua real condição de vida incluindo o grau de violência que a mesma sofre.
- O perfil da/o planejadora/r para dar conta do planejamento do ponto de vista de gênero deverá ter sensibilidade para o tema dotar de uma facilidade para a articulação, pois sendo a questão de gênero um tema que envolve a transversalidade, portanto a intersetorialidade, a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade: E dotada/o de grande capacidade de encaminhar e coordenar o debate com diferentes atores, governos com suas inúmeras secretarias, organizações não governamentais, técnicas/os,

pessoal de infraestrutura e população. Os conflitos são inevitáveis e só podem ser resolvidos pela negociação. Segundo (Maia, 1996 p.10) É preciso que alguém não diretamente engajado na disputa assuma um papel mediador, ou facilitador, procurando levar as partes a um acordo, sem permitir que os grupos politicamente mais fracos fiquem em desvantagens. Porque para a ação chegar a seu contento deverá todas e todos que estão no governo sensibilizarem-se que para haver desenvolvimento é necessário as políticas de gênero. Por exemplo, onde criou-se facilidade para as mulheres aumentarem sua escolaridade a natalidade caiu porque elas souberam colocar-se perante seus maridos e negociarem um planejamento familiar.

Roteiro básico de Planejamento Municipal do Ponto de vista de gênero

Por exemplo, tradicionalmente para planejar qualquer ação faz-se um Diagnóstico:

Que (Oliveira, 1989, p.25) chama de passos operativos assim para ela a elaboração do diagnóstico deverá identificar os papéis e as necessidades diferenciadas de mulheres e homens. À medida que se vai fazendo um diagnóstico o prognóstico ou seja as diretrizes de ações vão se delineando:

Por exemplo, quando da elaboração do Plano de Ação Urbano Habitacional da Brasilândia (em 2003) do diagnóstico por meio dos dados dos setores censitários, percebemos que as mulheres com mais baixa escolaridade que estavam na faixa de 40% a 60%, eram as mais pobres, moravam nas favelas, sua maioria era negra e chefes de família. Daí já pudemos concluir que era necessário escolas segundo suas possibilidades perto de suas moradias pois não podiam arcar com transporte, capacitação profissional e inclui-las em programas sociais como renda mínima que garante que seus filhos possam frequentar a escola. O déficit de vagas nas creches e escolas.

Continuando com a metodologia de elaboração do diagnóstico, as seguintes informações são necessárias:

- caracterização geral do município: vocações potencialidades, recursos e limites;
- caracterização da população: principais problemas e necessidades, principais atividades;
- problemas e demandas das organizações locais (igrejas, organizações de classe, conselhos, grupos organizados, movimentos sociais, moradia, saúde. mulheres, negros, em defesa da crianças e adolescentes, homossexuais, meio ambiente, cultural e outros);

Na cidade de São Paulo dados não faltam o Mapa da Exclusão tem sido um acervo de dados que muito tem contribuído, os dados do Proaim (...), Fundação Seade, Perseu Abramo os movimentos de mulheres possuem muitos dados, as Delegacias de Defesa da Mulher. Assim como legislações municipais. A lei orgânica do município estabelece diretrizes para promoção da cidadania da mulher:

Segundo Senna (1991, p.25) e segundo Calió, (1993 – Assessoria dos Direitos da mulher de Santo André) – é fundamental a produção de um Banco de Dados do município que obtenha informações sobre as populações femininas e masculinas e que aumentem o conhecimento mais profundo destes segmentos, principalmente comportamentais e de papéis, porque terá uma correlação direta com o aumento da eficácia e a efi-

ciência da intervenção do governo municipal. Por exemplo, na questão da violência de gênero, tanto a doméstica como a sexual (abuso sexual e estupro). A observação das incidências e as medidas tomadas. O caso das mulheres que utilizam dos meios de transporte que frequentemente estão encaminhando reivindicações para a coibição do assédio sexual algumas medidas vem sendo tomadas, por exemplo, recentemente a União de Mulheres recebeu uma informação de que uma mulher desmaiou no ônibus pelo fato de estar sendo "encochada por um homem" quando a mesma acordou estava no Terminal Bandeira rodeado por policiais e um homem preso, as passageiras que perceberam o ocorrido seguraram o homem e ele foi encaminhado pela segurança do terminal para a delegacia da mulher e sofreu um processo e teve que pagar uma multa. Isto já mostra a eficácia e eficiência de um serviço em que pese que a vítima procurou a União de Mulheres justamente porque teme ser vingada pelo violador pois o mesmo teve acesso a seu endereço e foi devidamente orientada a procurar as autoridades para que pudesse passar a ser monitorada ou mesmo mudar o seu endereço para que pudesse ficar mais tranquila.

A avaliação dos problemas levantados no diagnóstico que indicará as necessidades a serem enfrentadas com intervenções de passar por uma avaliação dos recursos disponíveis (econômicos, técnicos, humanos), de modo a delimitar a amplitude das intervenções programadas. O fato de os recursos serem sempre escassos torna ainda mais importante a participação ativa da população nos programas, que podem basear-se parcialmente na colaboração da comunidade.

Desagregar os dados segundo o sexo é fundamental para que se possa ter uma real visibilidade da condição de cada segmento da população, desagregar por sexo/raça/etnia; sexo e faixa etária; sexo e local de moradia; sexo e escolaridade versus salário. E em relação ao trabalho doméstico já se tem dados muito concretos.

E finalmente, estudo de prioridades e formulação de objetivos e políticas

O diagnóstico vai indicar as prioridades e a partir da identificação das prioridades traçam-se os objetivos gerais sempre buscando eficácia e eficiência.

- *Levantamentos de alternativas* - A cada objetivo traçado é necessário identificar alternativas de propostas e principalmente de viabilização.
- *Custos e alocação de recursos (financeiros, humanos, institucionais e políticos)*.
- Mapear e avaliar os recursos políticos (credibilidade, capacidade de organização, influência, poder de deliberação) e organizativos (agilidade, experiência, capacidade de fazer frente a problemas novos ou inesperados).
- Delimitar o âmbito da intervenção que depende dos recursos materiais e humanos disponíveis.
- A busca de parcerias é fundamental mapeando o entorno a rede de serviços de todas as secretarias e serviços da comunidade.

As gestoras/res devem ficar atentos em incluir este planejamento para serem encaminhadas às câmaras municipais que aprovam as leis dos Planos Plurianuais e do Orçamento. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é feita a cada ano, estabelecendo as prioridades, detalhando as metas do Plano Plurianual que serão incluídas no orçamento municipal de um certo ano.

Aprovado a dotação orçamentária é o momento do planejamento em que se pensa na concretização das metas, no tempo necessário para implementá-la. Então passa-se para a programação e montagem dos cronogramas de atividades e nos resultados esperados. O melhor método de avaliação da eficácia e eficiência de um trabalho é realizar um monitoramento ou análise sistemática das atividades na medida que elas vão sendo implantadas e redirecionando e fazendo os ajustes necessários.

Uma avaliação com as usuárias dos serviços e as entidades de mulheres para replanejamento anual é fundamental para aumentar a credibilidade para as propostas. Em toda a discussão do planejamento de gênero é necessário que esteja presente a preocupação com as ações afirmativas ou a construção da equidade entre mulheres e homens, para a eliminação das desigualdades. O poder local no caso de São Paulo as sub-prefeituras deve traçar ações de gênero uma vez que as mulheres são as que mais se envolve com o cotidiano dos distritos e bairros em última instância com a comunidade.

Bibliografia

Bibliografia

ALAMBERT, Z. Mulher. *Uma trajetória épica.* São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997.

ALVA, E.N. *Metrópoles (in)sustentáveis.* Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997.

ARANTES, O. "Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas". In *A Cidade do pensamento único – Desmanchando consensos.* Editora Vozes, RJ - 2001.

ARAÚJO, U.F. *Temas transversais e a estratégia de projetos.* Editora Moderna, 2003.

AZEVEDO, M. A. *Mulheres espancadas – a violência denunciada.* Cortez editora – 1985. Páginas 65, 66, 67 e 68.

BACHELARD, G. *A poética do espaço.* Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1974.

BOAVENTURA, Santos. *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade.* Cortez editora, 6ª edição, São Paulo, 1999.

BRANCO, L.C. *O que é escrita feminina.* Coleção Primeiros passos. Editora Brasiliense, nº 251 - 1991.

BUENO, L. M. M. *Projeto e favela: Metodologia e projetos de urbanização.* Tese de doutorado, FAU-USP, São Paulo, 2000.

CALIÓ, S. *O olhar feminista na cidade.* Dep. de Geografia, FFLCH-USP, 1993.

CALIÓ, S. *Relações de Gênero na cidade: Uma Contribuição do Pensamento feminista à Geografia Urbana.* Tese de Doutorado - FFLCH - USP - Departamento de Geografia - 1991.

CALVINO , I. *As Cidades Invisíveis.* O Globo; Folha de S. Paulo, São Paulo, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Lei Orgânica do Município de São Paulo,* edição de 1990.

CEBRAP, Centro de Estudos Metropolitanos – São Paulo, 2003.

CASTELLS, Manuel. *La Question Urbana.* 5a. ed. México, Siglo Veintiuno, Editores, 1978

CHAUÍ, M. *O que é ideologia.* Editora Brasiliense, São Paulo, 32ª edição, 1990.

Companhia do Metropolitano de São Paulo. *Pesquisa de Origem e Destino/87.* S.Paulo, 1989.

COSTA, A. O. e Bruschini, C., organizado por. *Uma Questão de Gênero.* Fundação Carlos Chagas e Rosa dos Ventos, São Paulo, 1992.

COSTA, D. M. "Do lugar das mulheres e das Mulheres fora do lugar" in *Gênero e desenvolvimento Institucional em ONGs.* RJ - Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas /IBAM/Instituto de La Mujer, RJ, 1995.

UNIVERSIDADE METODISTA – CAMPUS PIRACICABA. *Declaração da Unesco,* Paris 1998.

DIAS, M. O. L. S. "Uma questão de gênero". In: Costa, A.O. & Bruschini, C. *Teoria e método dos estudos feministas:perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano.* Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

DAGENAIS, H. Sinopse do texto "Les femmes dans la ville et dans la sociologie urbaine", publicado em Anthropologie et Sociétés, Problemes Urbains, Quebec, vol. 4, nº 1, pág. 21-35 1980.

DUMONT, M. e FRANKEN, E. - "Et si la ville était a nous aussi". - Resumo de um artigo publicado in Cahiers du Grifo no. 19, nov/77, Bruxelas, pág. 44 -62.

EISLER, R. *O cálice e a espada.* Rio de Janeiro, Imago.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* 6ª edição. Civilização Brasileira, RJ, 1980.

FALÜ, A. e RAINERO, L. *Habit urbano una visión de gênero.* CISCA, sarec. Córdoba-

Argentina, agosto de 1995.

FARRET, R. L.; (org.) Gonzales, S. F. N.; Holanda, F. R. B.; Kohlsdorf, M. L. *O espaço da cidade – Contribuição à análise urbana.* Projeto, 1985.

Fundação Seade. *Famílias chefiadas por mulheres – Pesquisa de condições de vida na RMSP.* 1994.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder.* Editora graal, 12ª edicáo, 1996.

GIDENS, Anthony. *As consequências da modernidade.* Unesp, 2a. edição, 1991, São Paulo.

GONZAGA, T. O. *Trabalho Programado I – Conceitos de gênero e o urbano.* FAUUSP, apresentado no mestrado, 1997.

GONZAGA, T. O. *Trabalho Programado II – A caracterização da cidade de São Paulo e os conceitos de intra-urbano.* Apresentado na qualificação de doutorado FAUUSP, 2001.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do Espaço Urbano.* Edusp, 1992, São Paulo.

PEREIRA, Luiz. *Ensaios de sociologia do Desenvolvimento.* Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1970.

GTA – Grupo Técnico de Apoio. *Relatório do Diagnóstico para o Plano de Ação Urbano Habitacional.* São Paulo, 2003.

HARDING, Sandra. "The instability of the analytical categories of feminist theory". In: *Signs.* Vol. 11, nº 4, p. 645-54, 1986.

HARVEY. *A Justiça social e a cidade.* 1973.

HARVEY. *A condição pós-moderna. – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* Edições Loyola, São Paulo, 1994.

HELBORN, M. L. "Fazendo gênero? A antropologia da mulehr no Brasil", in Costa, A.O. & Bruschini, *Uma questão de gênero.* Pág. 93. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

HOLLANDA, H. B. *Os Estudos sobre mulher e literatura do Brasil: uma primeira avaliação.* Pág. 59, 60, 61, 86, 87 e 88. RJ, 1990.

HUAMAN, M. J." La tipologia és establecida por María Josefina Huaman" en *La Mujer y el desarrollo Urbano* em Seminário Regional sobre la Mujer en el Desarrollo y Gestión de los Asentamientos Humanos, 1989, página 4.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Pública. *Introdução ao planejamento de gênero: Um guia prático* - área de desenvolvimento econômico e social – Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas – Edição - IBAM/FUNDAÇÃO FORD - RJ- 1997.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Pública. *Gênero e desenvolvimento Institucional em ONGs.* RJ – Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas/IBAM/Instituto de La Mujer, RJ ,1995.

KATZ, C. S. *Na sombra da cidade – Cidade e doença.* Escuta, 1995, pp. 12-123.

KRISTEVA, J. "Uma questão de gênero", 1994; "Women' s time". In: *Moi, Toril* (ed.). The Kristeva reader. Londres, Blackwell, 1986.

LABRA, 1989. Ibam, *Introdução ao planejamento e à questão de gênero.*

LEFÈBVRE, H. *O direito à cidade.* São Paulo, Moraes, 1991.

LYNCH, K. *A imagem da cidade.* Edições 70 – arte & comunicação, 1960, p. 11, 12, 13.

MARX e ENGELS. *A Ideologia Alemã.* 1978.

MANNHEIN, K. *Ideologia e Utopia.* Editora Globo, 1954.

MACHADO, L. M. V. *Atores sociais e movimentos urbanos. Continuidade e gênero.* São Paulo,

Annablume, 1995.

MACHADO, L. M. V. *A incorporação de gênero nas políticas públicas.* Perspectivas e desafios – Annablume, 1999.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*, São Paulo, Hucitec, 1996.

MARICATO, E. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias". In: *O pensamento único – Desmanchando consensos.* Petrópolis, Vozes, 2000.

MARICATO, E. *Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana.* RJ, editora Vozes, 2001.

MARX, K. *Trecho do Manifesto Comunista.*

MICHEL, Andrée. *O feminismo – Uma abordagem histórica.* Rio de Janeiro, Zahar.

MORENO, J. L. *Psicodrama.* São Paulo, Cultura, 1975.

MOSTRE, 1995, p. 33-91; Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), *Área de para o gênero: Um guia prático.* Rio de Janeiro, IBAM/Fundação Ford, 1997.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ. *Mulher e espaço urbano.* Publicação da Prefeitura de Santo André, Assessoria dos Direitos da Mulher, realizada no período de 1989 a 1992.

RAMIREZ, S. Artigo "Como hacer visible la gestion de las mujeres en la ciudad?" Encontro Latinoamericano de Mulher e Habitação em que ressalta o papel preponderante das mulheres nos processos de consolidação urbana. Colômbia – FEM - PRESS.

RODRIGUES, M. *A Casa de Dona Yayá.* Comissão de Patrimônio Cultural da USP – Edusp e Imprensa Oficial de SP, 1999.

Rosales, Silvia. "Las praticas de mobilidade de las mujeres en San Salvador " in: *Transports Urbains et services en Amerique Latine.* INRETS - Quito, Juillet - 1985.

Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). *Programa Bairro Legal – 2003.*

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes – Mito e Realidade* – Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho.*

SAFFIOTI, H. I. B. "Rearticulando gênero e classe social". Ensaio in: *Uma questão de gênero.* Costa, A.O. & Bruschini – editora Rosa dos Ventos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional.* São Paulo, Hucitec, 1994.

SCHMIDT, Benício Viero. *O Estado e a Política Urbana no Brasil.* Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, L& P, 1983.

SCHERER, Rebeca. *Descentralização e planejamento Urbano no Município de São Paulo,* FAU-USP, Tese de Doutorado, 1987.

SCHIENBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Edusc – Santa Catarina 2001.

SPOSATTI, A. *Mapa da exclusão.* São Paulo, PUC-SP, 1996.

TELES, M. A. A. *Breve história do feminismo no Brasil.* Col. Tudo é História. São Paulo, Brasiliense, 1ª Edição 1993.

TELES, Norma. "Ronda das feiticeiras", p. 91. Comunicação apresentada no Seminário Temático Mulher em Seis Tempos. Araraquara, SP. Dep. de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural e Urbana, Faculdade de Ciências e Letras-

UNESP, set. de 1991. A comunicação foi publicada no livro *Mulher em seis tempos.*

UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO. *Conheça seus Direitos – Violência Doméstica e Sexual.* Cadernos da U.M.S.P., 2a edição, 1995.

VILLAÇA, F. *O espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo, Studio Nobel-Fapesp-Lincoln Institute, 1998.

YURGEL, M. *Urbanismo e Lazer.* Editora Nobel, SP, 1983.

Outros documentos:

ZUCCOLOTTO, S. E. e FORNECK, e OLIVEIRA, M. C. M. A. Empresa - Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô - "Na análise da mobilidade da população feminina, 1993.

Cadernos, revistas e jornais – artigos

- El encuentro, convocado por Alternativa (Perú), CICSA (Argentina), ENDA, FEDEVIVIENDA Y AVP (Colombia), COPEVI (México), se realizou entre 25 y 30 de enero de 1991.
- Las cuatro profesionales son Mari Dominique de Suremains, Marisol Dalmazzo, Lucy Cardona y Catalina Hintechey. Um resumen de la investigación puede encontrarse en "Nosotras en la ciudad o Las Mujeres y la Gestión Invisible de la ciudad", ponencia presentada por Marie Dominique de Suremanin al Seminário Mujeres y Asentamientos Humanos, Buenos Aires, 27-31 de marzo de 1989.

"Nosotras en la ciudad, el Aporte Invisible de las Mujeres al Desarrollo Urbano de Colombia", Grupo de Investigación Nosotras en la Ciudad,Bogotá, 1990, página 11.

Cadernos Agende – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento – SUÁREZ, M e TEIXEIRA,M e CLEAVER, A.J. – Gestão Local e Desigualdades de Gênero – 2002.

Carta Européia das Mulheres na Cidade – Eurocultures – 1995.

Diário Oficial do Município de São Paulo, dez. 2002, jan. 2004.

Documento da Comissão de Defesa da Mulher – 2004.

Jornal Movimento. Artigo "Lar Nacional", 1978.

Lei Estadual 9866/97, conhecida como a Nova Lei de Proteção dos Mananciais.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, edição de 1990.

Cadernos Comitê de Bacia Hidrográfica – Secretaria de Recursos Hídricos Saneamento e Obras – Departamento de Águas e Energia Elétrica – Governo do Estado de São Paulo- Conselho Estadual de Recursos Hídricos - outubro – 1998.

Programa de Recuperação Ambiental e Usos Públicos das Nascentes do rio Tamanduateí e seus entornos – GTA - Grupo Técnico de Apoio – Prefeitura do Município de Mauá – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e SAMA – Autarquia Saneamento Básico de Mauá – 1999.

Plano Diretor do Município de Mauá – Caderno de Análises – PMM (SEPLAMA 1997)

Mapas